



II.5.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

O presente estudo segue as prescrições do Termo de Referência Nº 034/05, emitido pelo IBAMA, que trata do Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Bloco BC-10, Bacia de Campos e tem como objetivo apresentar o diagnóstico socioeconômico da área de influência desta atividade.

O presente diagnóstico baseou-se no banco de dados gerado pelos estudos anteriores, realizados para o licenciamento e gestão ambiental das atividades de perfuração exploratória do Bloco BC – 10, estudos estes iniciados no ano 2000, e em grande volume de levantamentos realizados durante o ano de 2005 pelas empresas **Ecologus** e **Ecology**, na Bacia de Campos, tanto para o presente EIA/RIMA como para o desenvolvimento de outros projetos ligados a atividades de petróleo *offshore* na região. Tal acervo é constituído de um abrangente conjunto de dados primários obtidos em entrevistas realizadas em todos os municípios da área de influência, com o apoio de diferentes modelos de questionários padronizados dirigidos aos diferentes segmentos sociais de interesse aos estudos, notadamente: pescadores, associações e colônias de pesca, empresas pesqueiras, autoridades municipais ligadas à pesca, à preservação ambiental e ao ordenamento dos recursos naturais.

Além das informações obtidas em pesquisas de campo e que integram os bancos de dados atualizados das empresas consultoras responsáveis presente estudo, a caracterização socioeconômica da área de influência do empreendimento, foi baseada ainda em ampla pesquisa bibliográfica e em acervos estatísticos oficiais. Assim, a integração dos dados obtidos na pesquisa bibliográfica e nos bancos de dados mencionados forneceu informações suficientes para a compreensão das questões que envolvem os atores locais e a realização da atividade de exploração.

Embora as fontes bibliográficas selecionadas apresentem dados estatísticos sobre os municípios incluídos na área de influência e sobre as atividades de pesca e turismo desenvolvidas na região, foi realizado ainda um levantamento das informações disponíveis em institutos de pesquisa (IBGE, IPES, Fundação CIDE, DATASUS, INCAPER e outros), de modo a se utilizar os dados mais recentes e que correspondam aos objetivos específicos deste estudo.

Para a realização do diagnóstico socioeconômico, adotaram-se procedimentos de pesquisa que visaram à identificação, definição e caracterização dos grupos sociais dos municípios que potencialmente estarão sujeitos a influências do empreendimento, principalmente aqueles relacionados aos usos dos recursos e espaços marítimos, com ênfase para aqueles ligados ao setor da pesca, visto as características do empreendimento, em especial sua distância da costa.

Foram destacados como integrantes da área de influência os municípios que compõem as regiões costeiras onde se insere o empreendimento, incluindo nesta delimitação a área que compreende o conjunto de possíveis trajetórias de deriva de óleo acidentalmente vazado na região do bloco. Sob este critério foram



considerados inseridos na área de influência, os municípios litorâneos situados entre Niterói, no Estado de Rio de Janeiro, e Linhares, no Espírito Santo. Em uma abordagem de caracterização mais genérica, foram considerados ainda no presente diagnóstico os municípios confrontantes, com direito a compensação financeira (*royalties*) decorrente da atividade de produção no Bloco BC-10 que incluem Presidente Kennedy, Marataízes, Itapemirim, Piúma e Anchieta, todos pertencentes ao Estado do Espírito Santo. Desta forma estão inseridos na Área de Influência do Meio Socioeconômico 27 municípios, sendo 15 pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro e 12 ao Estado do Espírito Santo. **(Figuras II.5.3-1 e II.5.3-2)**



FIGURA II.5.3-1: MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO MEIO SOCIOECONÔMICO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

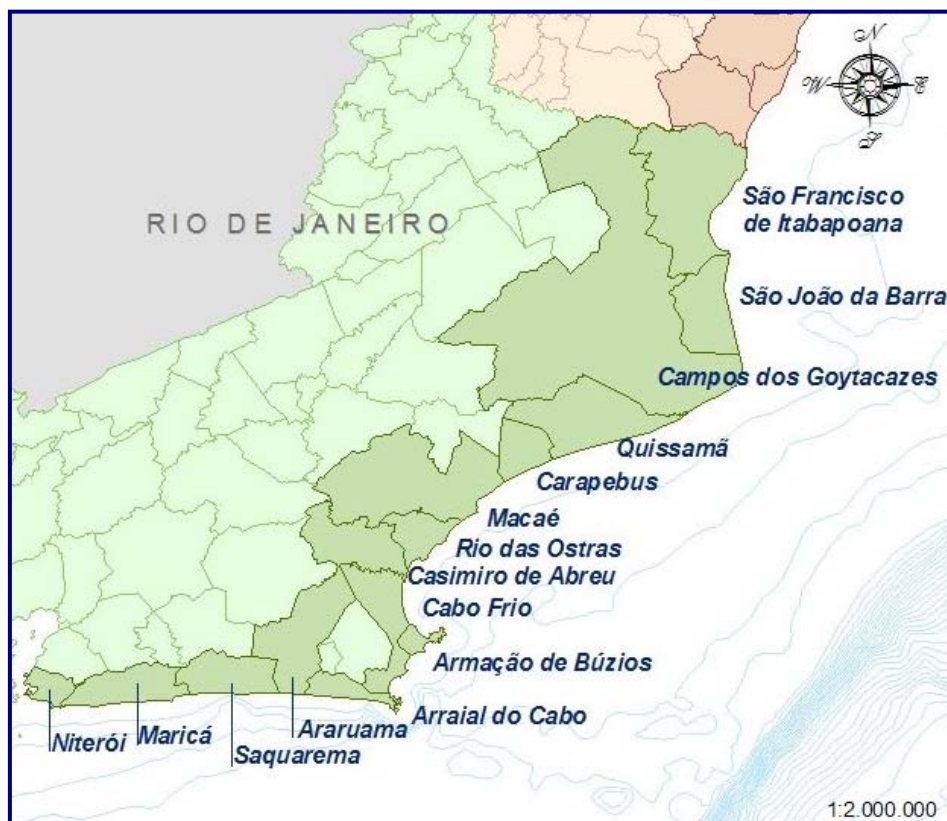


FIGURA II.5.3-2:MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO MEIO SOCIOECONÔMICO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

II.5.3.1 Uso e Ocupação do Solo

Pelo fato das atividades de desenvolvimento e produção do Bloco BC-10, não incluírem a instalação de dutos de escoamento para terra, não haverá impactos diretos da atividade em áreas terrestres e, portanto, não se faz necessário discutir formas de uso e ocupação do solo.

II.5.3.2 Grupos de Interesse

Foram considerados como grupos de interesses todos aqueles envolvidos com questões que dizem respeito aos usos dos recursos marítimos na região de estudo, seja por razões de preservação ou conservação ambiental, como no caso de ambientalistas e setores de turismo que exploram as belezas e paisagens naturais, quanto por interesses relacionados aos usos destes de forma direta como principal fonte de renda, como no caso do setor pesqueiro.

Não se utilizou como critério apenas a seleção de grupos de interesses, em função dos impactos relacionados especificamente ao Bloco BC-10. Foi considerada para a identificação destes grupos, além das questões de impactos, em função da operação, a dinâmica sociopolítica da região de estudo, marcada por mobilizações do poder público e ambientalistas relacionadas às questões da



atividade petrolífera e mobilizações de pescadores voltadas para as questões de interferências desta atividade sobre a pesca e das compensações.

Desta forma serão listados grupos da região de estudo interessados na atividade petrolífera desenvolvida na Bacia de Campos, aqueles que a classificam e a compreendem de forma sinérgica, considerando a composição de todas as empresas petrolíferas e os blocos em estudo e operação na região.

Os grupos de interesses foram classificados da seguinte forma:

- Grupos de interesses relacionados às atividades pesqueiras;
- Grupos de interesses relacionados às atividades turísticas;
- Grupos de interesses relacionados ao meio ambiente;
- Grupos de interesses relacionados aos royalties.

Instituições Governamentais

a) Grupos de Interesses relacionados à Pesca, Turismo e Meio Ambiente:

NÍVEL FEDERAL
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SEAP/PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República
Confederação Nacional dos Pescadores
IBAMA/RESEX – Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
Escritório Regional do IBAMA de Cabo Frio
Escritório Regional do IBAMA de Campos dos Goytacazes
Capitania dos Portos do Rio de Janeiro
Capitania dos Portos do Espírito Santo
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo



NÍVEL ESTADUAL	
RIO DE JANEIRO	ESPÍRITO SANTO
PESCA	
FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	Secretaria de Educação (Escolas de Pesca)
Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior	Secretaria Estadual da Agricultura, Abastecimento, Aqüicultura e Pesca
TURISMO	
TURISRIO – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro	SEDETUR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo
MEIO AMBIENTE	
SEMADUR – Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano	SEAMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente	IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	NOME DA INSTITUIÇÃO
RIO DE JANEIRO	
Niterói	Subsecretaria Municipal de Pesca de Niterói
	NELTUR – Niterói Esporte, Lazer e Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Maricá	Secretaria Executiva e de Integração Municipal / Superintendência de Agricultura, Pecuária e Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo, Lazer, Indústria e Comércio / Superintendência de Turismo e Lazer
	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente / Superintendência de Meio Ambiente
Saquarema	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Araruama	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
Arraial do Cabo	Fundação Instituto de Pesca de Arraial do Cabo - FIPAC
	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio de Arraial do Cabo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Armação dos Búzios	Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente – Departamento de Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo de Armação de Búzios
	Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
Cabo Frio	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca de Cabo Frio
	Secretaria de Turismo de Cabo Frio

continua



continuação

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	NOME DA INSTITUIÇÃO
Casimiro de Abreu	Secretaria Municipal de Turismo e Lazer
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Rio das Ostras	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura
	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Macaé	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca de Macaé
	Secretaria de Turismo – MacaéTur
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Carapebus	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
Quissamã	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Geração de Renda – Departamento de Turismo
	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
Campos dos Goytacazes	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
São João da Barra	Secretaria Municipal de Pesca de São João da Barra
	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos
São Francisco de Itabapoana	Secretaria Municipal de Indústria, Agricultura, Comércio, Abastecimento e Pesca de São Francisco de Itabapoana
	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil
ESPÍRITO SANTO	
Presidente Kennedy	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Turismo
Marataízes	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Turismo
Itapemirim	Secretaria Municipal de Pesca e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Lazer
Piúma	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Anchieta	Secretaria Municipal de Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Guarapari	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Vila Velha	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Departamento de Agricultura e Pesca
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Coordenadoria de Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Vitória	NDE - Núcleo de Desenvolvimento Econômico e SEMA
	Secretaria de Desenvolvimento da Cidade – Departamento de Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

continua



continuação

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	NOME DA INSTITUIÇÃO
Serra	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Departamento de Agricultura - Setor de Pesca
	SETUR - Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer – Departamento de Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Fundão	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Aracruz	Secretaria de Agricultura – Departamento de Pesca e Aqüicultura
	Secretaria Municipal de Turismo
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Linhares	Secretaria de Agricultura e Pesca
	Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

b) Grupos de Interesses relacionados aos Royalties:

NÍVEL FEDERAL
ANP – Agência Nacional de Petróleo

NÍVEL ESTADUAL
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Estadual de Economia e Planejamento

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	NOME DA INSTITUIÇÃO
ESPÍRITO SANTO	
Presidente Kennedy	Secretaria Municipal de Finanças
Marataízes	Secretaria Municipal de Finanças
Itapemirim	Secretaria Municipal de Finanças
Piúma	Secretaria Municipal de Finanças
Anchieta	Secretaria Municipal de Planejamento



c) Organizações dos Municípios Produtores de Petróleo:

RIO DE JANEIRO	ESPÍRITO SANTO
OMPETRO – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo	PETROSUL – Organização dos Municípios Produtores de Petróleo do Sul do Espírito Santo
OMVETRO - Organização dos Vereadores dos Municípios Produtores de Petróleo do Rio de Janeiro	

Organizações da Sociedade Civil e Setor Empresarial

► **Pesca:**

a) Grupos de Interesse Relacionados à Atividade Pesqueira - Organizações da Sociedade Civil:

Rio de Janeiro

NÍVEL ESTADUAL
FEPERJ - Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro
FAPESCA - Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aqüicultura do Rio de Janeiro
UEPA - União das Entidades de Pesca e Aqüicultura do Estado do Rio de Janeiro
SAPERJ – Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
SIPERJ – Sindicato da Indústria de Pescado do Estado do Rio de Janeiro
Sindicato dos Pescadores dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÕES
Niterói	Colônia de Pescadores de Itaipu Z-7
	Colônia de Pescadores Z-8
	Associação de Pescadores de Jurujuba.
	Associação Livre de Maricultores de Jurujuba.
	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu
	APPANIT - Associação dos Pregoeiros de Pesca de Niterói
Maricá	Associação de Pescadores de Ponta Negra
	Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias.
	Associação de Pescadores de Itaipuaçu
Saquarema	Colônia de Pesca Z-24
	Associação de Pescadores de Mombaça
Araruama	Associação de Pescadores Artesanais de Araruama

continua



continuação

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÕES
Arraial do Cabo	Colônia de Pescadores Z-5
	AREMAC - Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo
	APAC - Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo
	ACRIMAC - Associação dos Coletores e Criadores de Marisco de Arraial do Cabo
	APPMA - Associação Profissional de Pescadores e Mergulhadores de Arraial do Cabo
	APATAC – Associação de Pescadores Artesanais de Traineira de Arraial do Cabo
	ABTBPA – Associação de Barqueiros Tradicionais da Beira da Praia dos Anjos
Cabo Frio	Colônia de Pescadores Z-04
	Associação de Pescadores de São João
	Associação de Maricultores de Cabo Frio (AMAR)
Búzios	Colônia de Pescadores Z-23
	Associação de Pescadores de Manguinhos
Rio das Ostras	Colônia de Pescadores Z-22
Macaé	Colônia de Pescadores Z-03
Carapebus	Associação de Pescadores de Carapebus
Quissamã	Associação de Pescadores de Barra do Furado
Campos dos Goytacazes	Colônia de Pescadores Z-09
	Associação dos Pescadores Artesanais de Ponta Grossa dos Fidalgos
São João da Barra	Colônia de Pescadores Z-02 – Atafona
São Francisco de Itabapoana	Colônia de Pescadores Z-01

Espírito Santo

NÍVEL ESTADUAL
FEPEES - Federação dos Pescadores do Estado do Espírito Santo
Sindicato dos Pescadores dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÕES
Presidente Kennedy	Associação de Pescadores de Marobá
Marataízes	Colônia de Pescadores Z-8 – Nossa Senhora dos Navegantes
	APEMAR – Associação de Pescadores de Marataízes
	Associação de Maricultores da Praia do Cação

continua



continuação

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÕES
Itapemirim	Colônia de Pescadores de Itaipava Z-10 – “Dom Pedro I”
	Associação dos Pescadores do Município de Itapemirim
	Associação dos Pescadores e Armadores de Pesca do Distrito de Itaipava (APEDI)
Piúma	Colônia de Pescadores Z-9
	Associação das Mulheres de Pescadores de Piúma
Anchieta	Colônia de Pescadores Z-4 “Marcello Dias”
	Associação de Maricultores de Anchieta
	Associação de Esposas e Filhos de Pescadores Parati
Guarapari	Colônia de Pesca Z-3 Almirante Noronha
	Associação de Proprietários de Embarcações de Pesca - ASPROPESCA
Vila Velha	Colônia de Pesca Z-2 Conselheiro Costa Pereira
	Cooperativa Mista de Pesca
	Associação de Pescadores da Praia de Itapoã
	Associação de Pescadores da Praia do Ribeiro
	Associação de Pescadores da Praia da Costa
Vitória	Associação de Pescadores da Praia da Ponta da Fruta
	Colônia de Pesca Z-5 Maria Ortiz
	Associação de Pescadores da Praia do Canto
Serra	Associação de Pescadores e Desfiadeiras de Siri
	APAN - Associação de Pescadores de Nova Almeida
Aracruz	Associação de Pescadores de Jacaraípe
	Colônia de Pesca Z-7 Manoel Miranda
Linhares	Associação de Pescadores de Barra do Riacho
	Colônia de Pescadores Z-6 Caboclo Bernardo
	Associação de Pescadores Sabino Bispo de Oliveira
	Associação de Pescadores de Barra Seca

b) Grupos de Interesse Relacionados à Atividade Pesqueira - Empresas de Pesca:

Rio de Janeiro

MUNICÍPIOS	EMPRESAS
Cabo Frio	Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda
	Brasfish Indústria e Comércio Ltda
	Da Hora Indústria da Pesca Ltda
	TTW Fish
	Valpesca Ltda
	Pesca Atlântica

continua



continuação

MUNICÍPIOS	EMPRESAS
Casimiro de Abreu	Empresa Pesqueira de Barra de São João
Macaé	Compema – Cooperativa Mista dos Pescadores de Macaé
	Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda

Espírito Santo

MUNICÍPIOS	EMPRESAS
Itapemirim	Atum do Brasil Captura Ind. E Com. Ltda
	Italfish Indústria e Comércio Ltda
Piúma	Zippilima Indústria e Comércio de Pescado Ltda
	Leonézio Comércio de Pescado
	A C S Piúma Comércio Atacadista de Pescado
Vitória	Alvarenga Comércio e Indústria de Pesca Ltda
	Viola Maio

► Meio Ambiente

- a) Grupos de Interesse Relacionados ao Meio Ambiente - Organizações da Sociedade Civil:

ORGANIZAÇÕES NACIONAIS
Projeto Tamar – Projeto Brasileiro de Tartarugas Marinhas
Projeto Baleia Jubarte
Projeto Mamíferos Aquáticos – UERJ
Aoceaco – Associação Brasileira de Oceanografia

Rio de Janeiro

MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÃO
Niterói	APREC – Associação Protetora de Ecossistemas Costeiros
Maricá	Grupo Maricá
	MEI – Movimento Ecológico de Itaipuaçu
Saquarema	ADEJA - Associação de Defesa de Meio Ambiente de Jacarepiá
Araruama	Associação de Defesa da Lagoa de Araruama
Arraial do Cabo	Movimento Ressurgência

continua



continuação

MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÃO
Cabo Frio	Associação do Meio Ambiente de Cabo Frio – Ama Cabo Frio
Armação dos Búzios	ONG Viva Búzios
Casimiro de Abreu	Associação Cultural Ecológica de Barra de São João da Barra - ACEMCA
Rio das Ostras	MERO – Movimento Ecológico Rio das Ostras
Macaé	ONG – SOS Praia do Pecado
	AMDA – Associação Macaense de Defesa Ambiental
	ONG 24 de Junho
	RAIA – Rede Ambientalista de Informação e Ação
	Amigos do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – APAJ
	3 HS – Grupo de Desenvolvimento Tecnológico Harmonia, Homem, Habitats
Quissamã	Espaço Cultural José Carlos de Barcellos e Sede do Centro de Referência do Movimento de Cidadania pelas Águas
	Sub-base do Projeto Tamar
Campos dos Goytacazes	Sub-base do Projeto Tamar (Farol de São Tomé)
São João da Barra	Sub-base do Projeto Tamar (Atafona)
São Francisco de Itabapoana	Sub-base do Projeto Tamar
CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS E DEMAIS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E ESTADUAIS	
Consórcio Intermunicipal da MRA-5	
CNFN – Centro Norte-Fluminense para Conservação da Natureza	
Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos e Zona Costeira (CILSJ)	
Grupo de Estudos de Mamíferos Marinhos da Região dos Lagos (GEMM – Lagos / DENSP / ENSP) / Fundação Bem-te-Vi	
Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itabapoana – Projeto Manajé	
APEDEMA - Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro	
ATEIA – Associação de Turismo Ecológico Integrado à Arqueologia	

Espírito Santo

MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÃO
Marataízes	Pastoral Ecológica
Itapemirim	Associação Itapemiriense de Defesa Ecológica e Cultura - AIDEC
Piúma	Centro Cultural de Piúma (ONG)
Anchieta	Grupo de Apoio ao Meio Ambiente
	Projeto Tamar – Base Experimental de Anchieta
	Associação para Melhoramento da Praia dos Castelhanos

continua



continuação

MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÃO
Guarapari	AAGUA – Associação Ambientalista de Guarapari
	Associação Ecológica Força Verde de Guarapari
	Associação do Surf de Guarapari
	Associação Guarapariense Proteção Meio Ambiente Força Verde
	Associação Ondas Verdes de Guarapari
	A Água – Associação Ambientalista de Guarapari
Vila Velha	AVIDEPA – Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental
	IBIO – Instituto da Biodiversidade
	AMABARRA – Associação de Meio Ambiente da Barra do Jucu
	Associação de Surf da Barra do Jucu
	Grupo de Estudos Ecossistemas Costeiros
	ORCA – Organização Consciência Ambiental
Vitória	GAN – Grupo de Apoio à Natureza
	Projeto Tamar – Escritório Regional de Vitória
	ECOLEGAL – Grupo de Educação Ambiental
Serra	AGES – Associação Garra Ambiental de Serra
Fundão	MOAF – Movimento Ambientalista Fundãoense
Aracruz	AMIP - Associação dos Amigos do Rio Piraquê-Açu em Defesa da Natureza e do Meio Ambiente
	Organização Consciência Ambiental
	Estação Biologia Marinha Ruschi
Linhares	GANC – Grupo Ambientalista Natureza e Cia
	Projeto Tamar – Base Povoação/Pontal do Ipiranga
CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS E DEMAIS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS E ESTADUAL	
Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itapemirim	
Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Itabapoana – Projeto Manajé	
Consórcio Intermunicipal para Recuperação das Bacias do Rio Santa Maria de Vitória e Jucu	
ACAPEMA - Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente	
AFLORES - Associação Fauna e Flora do Espírito Santo	
Fundação Ecossistemas do Espírito Santo	
Centro Espiritosantense Conservador. da Natureza	
CEMARES – Centro de Estudos em Ecossistemas Marinhos e Costeiros do Espírito Santo	
Movimento Espírito Santo em Ação	
Fundação Promar	

► Turismo:

a) Grupos de Interesse Relacionados à Atividade Turística - Setor Empresarial:

Rio de Janeiro

ORGANIZAÇÕES	
Companhia Marítima Costa Cruzeiros	
Iate Clube do Rio de Janeiro	
NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÕES
Niterói	AERON - Associação das Empresas da Região Oceânica de Niterói
Maricá	Associação Comercial de Maricá



	Associação de Pousadas e Hotéis de Maricá
Saquarema	Associação Comercial de Saquarema
Araruama	Associação Unihotéis; Associação Comercial de Araruama
Arraial do Cabo	ATAC – Associação de Turismo de Arraial do Cabo ATURNAC – Associação de Turismo Náutico ACIPAC – Associação Comercial
Armação dos Búzios	Associação de Hotéis de Búzios Iate Clube de Armação de Búzios - ICAB
Cabo Frio	Associação de Hotéis e Pousadas de Cabo Frio Costa Azul Iate Clube
Casimiro de Abreu	Associação Comercial e Industrial de Casimiro de Abreu
Rio das Ostras	Associação Comercial e Industrial de Rio das Ostras; Ambiente Terra (Turismo Ecológico)
Macaé	ACIM - Associação Comercial e Industrial de Macaé; Clube AABB (Ass. Atlética do Banco do Brasil); Sindicato do Comércio Varejista de Macaé
Carapebus	Associação Comunitária Carapebus Livre
Quissamã	Agência de Turismo Quissolmar
Campos dos Goytacazes	Associação Comercial de Campos
São João da Barra	Associação Comercial, Industrial e Agro-Pastoril de São João da Barra SESC Mineiro – Grussaí
São Francisco de Itabapoana	Cooperativa Culturarte

Espírito Santo

ORGANIZAÇÕES	
	Iate Clube do Espírito Santo
	Associação Brasileira de Viagens no Espírito Santo (Abav-ES)
	Sindihotéis ES - Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagens do Estado do Espírito Santo

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÕES
Piúma	APROTUR – Associação Promocional de Turismo NPCA – Núcleo de Produção e Comercialização do Artesanato de Piúma
Anchieta	Associação de Hotéis e Turismo

continua



continuação

NÍVEL MUNICIPAL	
MUNICÍPIOS	ORGANIZAÇÕES
Guarapari	Associação de Hotéis e Turismo
	Centro de Turismo – SESC Guarapari
Vila Velha	Casa do Turista Ltda;
	Artesãos Associados
Vitória	Acarte - Associação de Capixaba de Artesãos
	Iate Clube de Vitória
	Associação das Paneleiras de Goiabeiras
Serra	ASES – Associação de Empresas da Serra
Fundão	Associação dos Amigos de Praia Grande
Aracruz	Associação das Empresas de Turismo de Aracruz

II.5.3.3 Organização Social

Neste item será feita uma breve discussão a respeito dos movimentos sociais identificados como atuantes na questão da atividade petrolífera desenvolvida na região: movimento social dos pescadores, movimento ambientalista e movimento dos municípios produtores de petróleo.

Movimento Social dos Pescadores

Uma das motivações dos pescadores no engajamento político, para construção de um movimento social, foi a conquista do controle sobre os seus sistemas de representação, as colônias, federações e confederação. As colônias de pescadores, e, posteriormente, as federações e confederações foram instituídas por interesses distantes da realidade vivida pelos pescadores litorâneos e ribeirinhos do país, definidas e aplicadas de forma homogeneizadora, desconsiderando as hierarquizações existentes nas relações de trabalho na pesca. As colônias foram criadas tanto dentro de um contexto de demandas militaristas para defesa da costa brasileira, na busca do envolvimento dos pescadores, através de “conscientização cívica e patriótica”, nos deveres da pátria, quanto para atender uma política de ordenamento e controle estatal da produção comercial do pescado.

Toda a população ligada ao trabalho da pesca como atravessadores, armadores, carpinteiros, artesãos de redes e outros podiam ou podem ainda fazer parte das colônias nos mesmos termos que os pescadores. Adeptos da pesca de lazer, proprietários de terrenos na praia, donos de barcos e outros indivíduos podiam afiliar-se as colônias se assim o desejassem. Por esta razão muitos pescadores abandonaram as colônias, já que não funcionavam como associações de uma categoria de trabalhador. Dentro dos jogos de poder no interior das colônias, com envolvimento de políticos, militares e grandes donos e barcos, os pescadores raramente eram ouvidos ou conseguiam ocupar cargos administrativos.



Somente a partir da equiparação das colônias aos sindicatos rurais na Constituição de 1988, estas ganharam autonomia para aprovarem seus próprios estatutos, podendo definir as categorias de trabalhadores que podem ser associados, e finalmente com a possibilidade de derrubar a homogeneização atribuída ao universo do trabalho na pesca.

Porém, muitas colônias permaneceram funcionando segundo o antigo estatuto, podendo ter como associados não só os pescadores artesanais e “empregados” como a classe patronal, os armadores e seus prepostos. Outras colônias mudaram seus estatutos definindo claramente as categorias que representam e destituíram seus antigos dirigentes, promovendo eleições com regras que estabeleceram a obrigatoriedade de seus representantes serem trabalhadores da pesca. Os conflitos entre as organizações pesqueiras quanto à questão da ocupação dos cargos administrativos das colônias torna visível uma defesa das tradições de que só o pescador pode ser representante de uma organização de pesca (o que sabe e conhece a arte e dificuldades da pesca e que é legitimado por isso).

Além da possibilidade de reestruturação das colônias houve uma conquista do direito de livre associação, o que resultou na criação de diversas associações na década de 80. Muitas foram criadas por oposição às colônias que permaneceram sob o regime do estatuto aprovado em 1973. Outras foram criadas para representar novas categorias de pescadores que não se sentiam representados pelas colônias ou que surgiam em virtude das influências das políticas ambientais introduzidas no país, como aqueles inseridos em Reservas Extrativistas Marinhas ou em trabalhos de maricultura, opção alternativa à extração, como no caso de Arraial do Cabo, onde existe uma Associação da Reserva Extrativista Marinha e uma de Coletores e Criadores de Marisco. Outras associações surgiram para representar pescadores de uma determinada localidade pesqueira, com problemas e demandas específicas diante do conjunto de pescadores de um município.

Dentro deste contexto de conquista de direitos, juntamente com a ausência de uma política nacional para o setor pesqueiro, com o baixo grau de associativismo e o caráter ainda assistencial de algumas colônias foram criadas associações de pescadores em diversas comunidades ao longo da costa, com o objetivo de dotar institucionalmente as comunidades para pleitearem apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de projetos de alternativas de trabalho e renda. Esse movimento tem contribuído para o surgimento de lideranças locais e para a representação da categoria nas Audiências Públicas e nos fóruns regionais, como os consórcios intermunicipais já constituídos na Área de Influência.



Nos municípios da área de estudo pode-se observar este fenômeno de criação de associações. Mesmo naqueles onde já existiam colônias de pescadores foram criadas associações, como se nota nos Grupos de Interesses, relacionados nas páginas anteriores, e na diferença de quantidade do número destas duas formas de organizações, como visto abaixo no **Quadro II.5.3-1**.

QUADRO II.5.3-1: DIFERENÇA DE QUANTIDADE DO NÚMERO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÕES

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	MUNICÍPIOS EM ESTUDO DO	
	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	ESTADO ESPÍRITO SANTO
Colônias	11	9
Associações	21	20

No Estado do Rio de Janeiro existem três diferentes formas de organização dos pescadores, com representação estadual, responsáveis segundo seus representantes pelos pescadores “artesanais”: a Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ); a Federação das Associações de Pescadores Artesanais e Aqüicultura do Rio de Janeiro (FAPESCA) e a União das Entidades de Pesca e Aqüicultura do Estado do Rio de Janeiro (UEPA).

No Espírito Santo existe somente uma organização estadual desta natureza, a Federação Estadual de Pescadores do Estado do Espírito Santo (FEPEES). Para demais classes de trabalhadores da pesca, principalmente para armadores ou donos de grandes embarcações existem os Sindicatos, como visto nas listas de Grupos de Interesses relacionados à pesca.

A FEPERJ e a FEPEES, são as únicas organizações diretamente vinculadas à Confederação Nacional dos Pescadores, englobando somente as formas mais tradicionais de representação – as Colônias de Pescadores. Justamente por esta razão que no Estado do Rio de Janeiro surgiram outras duas organizações: a FAPESCA, que engloba somente as Associações de Pescadores e a UEPA que propõe a “união” de todas as formas de organização dos trabalhadores da pesca.

As organizações pesqueiras têm participado dos fóruns promovidos pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP), visando influenciar na organização do setor e no estabelecimento de prioridades para os seguintes temas: registro do pescador para a garantia do seguro defeso; redução do tempo de serviço para receber o referido benefício; programas de crédito para financiamento de projetos de aqüicultura e pesca, subvenção econômica do preço do óleo diesel, construção de entrepostos e centros de beneficiamento, etc.



A Questão Ambiental

Um dos efeitos da política de modernização da pesca, implementada na década de 60 no país pela extinta SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), está relacionado aos problemas ambientais associados à intensificação da pesca industrial sobre o mar e ao esgotamento de muitas espécies de peixes devido a impossibilidade de se reproduzirem em virtude da captura em moldes industriais. Os pescadores passaram a enfrentar problemas também relacionados à falta de recursos pesqueiros, em virtude desta intensificação da pesca industrial.

“O salto de cerca de 300.000 para 900.000 toneladas de pescado em pouco mais de duas décadas demonstra a possibilidade de incremento de produção que mostrou seus limites nas décadas de 1990. A produção do pescado brasileiro estagnou e chegou a decrescer, a frota sucateou e as indústrias mostraram sua baixa competitividade frente ao mercado mundial”. (CARDOSO, 2001)

Em 1989 a Lei 7735 cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), vinculado ao Ministério do Interior e extingue a SUDEPE, passando o fomento e ordenamento da pesca para o Instituto. Essa passagem de atribuições para o IBAMA aproximou a discussão sobre as políticas pesqueiras da política ambiental e afastou-a das demais esferas. As áreas mais ligadas à economia pesqueira, tais como fomento, crédito, comercialização não tiveram tanta atenção. (CARDOSO, 2001)

Visto as condições de queda da produção pesqueira, em virtude da prática da pesca predatória é criada em 1991 a lei de seguro desemprego para assistir, financeira e temporariamente, ao pescador profissional que exerce sua atividade de forma artesanal e fica impedido de pescar no período do defeso (período de proibição da pesca para preservação de uma espécie marinha ou lacustre). O benefício é concedido no período de proibição da pesca para preservação da espécie marinha ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros.

Porém, para muitos pescadores que não tiveram acesso ao ensino formal, que não são alfabetizados, e que não possuem documentações básicas, como certidão de nascimento e carteira de identidade, a exigência de apresentação de uma grande quantidade de documentações para receber o seguro torna-se um obstáculo.

Mesmo com a proibição da pesca em determinados períodos do ano, muitos pescadores não deixaram de desenvolver suas atividades nestas épocas, o que resulta em pesadas multas ou apreensão de materiais ou embarcações de pesca. Isto acontece tanto pela dificuldade para conseguir um seguro-desemprego, pelo atraso no pagamento desse benefício, quanto pela não aceitação das regras do IBAMA. Em muitos locais do país os pescadores reclamam das definições dos



técnicos do IBAMA para justificar as épocas de defeso. Eles afirmam que as datas estipuladas para a reprodução das espécies, ou em alguns casos que a definição do tamanho mínimo para a captura, não correspondem a realidade das espécies que eles estão acostumados a pescar.

O IBAMA possui atualmente atribuições de fiscalização ambiental sobre a atividade, tendo poder para apreender barcos e instrumentos de pesca, bem como aplicar multas para os casos de não conformidades com suas regras (definição de épocas de defeso, de práticas apropriadas de pesca, tamanho das espécies capturadas, etc).

A questão ambiental esta presente no discurso dos representantes das organizações pesqueiras, estando muitos mobilizados contra práticas consideradas realmente predatórias pelos pescadores, como a utilização de bombas, de petrechos inadequados para as espécies capturadas e a pesca na época considerada certa por eles do defeso. Mas reivindicam que a fiscalização não fique limitada somente sobre a predação, sendo necessário que dê conta dos problemas de poluição, um dos principais fatores responsáveis pela redução dos estoques pesqueiros, principalmente nas áreas costeiras, lagoas e rios.

Associadas a esses problemas, que têm implicado no afastamento da costa, cada vez maior, do pescador artesanal para a captura de pescado, colocando em risco a sua vida, veio a se somar à criação das zonas de exclusão, onde é proibida a circulação de qualquer embarcação que não esteja vinculada à atividade de exploração de gás e petróleo, levando ao surgimento de um conflito de uso dos recursos marinhos.

Um outro aspecto interessante identificado no discurso de alguns representantes de pesca durante as entrevistas sobre as atividades de petróleo diz respeito às críticas destes a respeito do que é entendido, geralmente pelo órgão ambiental e pelas empresas petrolíferas como compensação ao meio ambiente. Verificam-se as seguintes afirmações: *“Por que se gasta tanto com projetos como o TAMAR (para preservação das tartarugas marinhas), mas não apóia com nenhum recurso os pescadores?... Eu sou o meio ambiente”*.

Nota-se uma percepção dos pescadores daquilo que DIEGUES (1998) aponta como o mito da natureza intocada, referindo-se às políticas ambientais que ignoram a existência de populações com hábitos tradicionais de usos dos recursos naturais e que vivem a muito tempo dos mesmos. Um exemplo deste tipo de medida foi, segundo o depoimento do presidente da colônia do Município de Macaé, a criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, que resultou na proibição da prática da pesca em uma área que representava cerca de 80%, daquela tradicionalmente utilizada pelos pescadores “artesanais” da região.

As Organizações e a Questão do Petróleo

Os recursos petrolíferos da Bacia de Campos começaram a ser explorados a partir de 1974 e até 1997 a PETROBRAS monopolizou a produção petrolífera no País. Porém, até 1986, quando foram estabelecidas políticas públicas, voltadas



para a avaliação dos impactos ambientais de grandes empreendimentos, sua produção foi desenvolvida sem quaisquer considerações sobre as possíveis implicações socioambientais decorrentes. Desta forma, muitas atividades petrolíferas foram desenvolvidas na Bacia de Campos sem qualquer tipo de avaliação de seus impactos sobre o meio ambiente, e, conseqüentemente sobre a pesca.

O contexto de introdução de uma regulação ambiental, que desde sua implantação foi influenciada por históricos de acidentes ambientais e por pressões sociais de ambientalistas, juntamente com a quebra do monopólio estatal da indústria petrolífera impôs para as empresas petrolíferas a necessidade de estabelecer estratégias condizentes com as novas conjunturas para poder dar continuidade às suas atividades de pesquisa e produção de petróleo.

Além dos estudos de impactos ambientais, uma das exigências do órgão ambiental responsável pela emissão das licenças ambientais para as atividades de petróleo, no caso o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), é o desenvolvimento do que se convencionou chamar na consultoria de “diálogo com stakeholders” (DA VINHA, 2003), ou seja, com os “grupos de interesses”, aqueles entendidos como passíveis de serem impactados ou que tenham motivações específicas para participarem das discussões sobre os processos de licenciamento, como grupos ambientalistas e representantes do Poder Público. No caso de atividades petrolíferas desenvolvidas em espaço marítimo o grupo considerado passível de ser mais impactado é o dos pescadores, “público-alvo” principal dos trabalhos de comunicação social.

Esse pode ser considerado, juntamente com demais acontecimentos, um marco importante no processo de estruturação e organização dos pescadores, uma vez que os eventos realizados pelas empresas, no âmbito dos Programas de Comunicação Social, acabaram por estimular o contato entre as lideranças locais e a conscientização, por parte destes, da importância de uma posição comum da categoria, visando o seu fortalecimento para o encaminhamento de reivindicações.

Em experiências de implementação de Programas de Comunicação Social e de realização de trabalhos de campo para a elaboração de diagnósticos socioeconômicos, puderam-se mapear alguns aspectos positivos e negativos apontados pelas lideranças das organizações pesqueiras quanto à atividade de petróleo desenvolvida na Bacia de Campos.

Quanto aos aspectos positivos, vinculados à exploração de petróleo/gás na Bacia de Campos, o conjunto de pescadores desta região possui uma visão global da importância da atividade para o desenvolvimento regional e nacional. Desse modo, aspectos relacionados a geração de emprego e renda destacam-se como o principal ponto positivo abordado pelos pescadores. Entretanto, mesmo essas questões foram sempre acompanhadas de ressalvas, com críticas à falta de uma política compensatória para as comunidades pesqueiras.



Os aspectos negativos estão relacionados a impactos da atividade em âmbito local. Sendo assim, destaca-se como aspecto negativo de maior relevância a redução da área de pesca, em decorrência da criação de novas áreas de exclusão, onde não é permitida a pesca. Seguem-se a esse aspecto, os danos causados aos petrechos de pesca e a fuga do pescado, problemas decorrentes, segundo os representantes das organizações pesqueiras, dos levantamentos sísmicos, e os riscos associados à atividade, expressos pela possibilidade de vazamento de óleo e contaminação da biota marinha, ambos com o mesmo grau de incidência.

Em menor grau, mas ainda com certa relevância, aparecem as questões relativas aos *royalties*, seja pelos critérios de distribuição e sua aplicação pelo Poder Municipal, seja pela ausência de dispositivos legais específicos que dirijam investimentos de recursos de *royalties* ao setor pesqueiro artesanal.

Um aspecto interessante é que as questões ligadas aos *royalties* surgiam com relação a um desconhecimento quanto aos critérios de distribuição adotados, imputando, normalmente, ao empreendedor a responsabilidade pela definição de percentuais e repasses de cotas aos municípios. Essa insuficiência de informações promovia críticas negativas - nem sempre fundamentadas - à presença da atividade na região. Porém, percebe-se o resultado do convívio dos pescadores com a questão do petróleo na região, visto que atualmente a maioria das lideranças já reconhece que a definição de distribuição dos *royalties* e do seu destino não está sob responsabilidade das empresas de petróleo e sim da ANP (Agência Nacional de Petróleo).

Uma das principais sugestões da categoria é o apoio direto às comunidades de pescadores, que pode ser expresso através de fomento a projetos voltados para geração de emprego e renda, além de cursos de capacitação de mão-de-obra local, para possibilitar a absorção no mercado de trabalho do setor de petróleo.

As lideranças sugerem, ainda, que as medidas compensatórias sejam negociadas diretamente com a categoria. Junto a essa demanda, os pescadores reivindicam que as empresas de petróleo apoiem a categoria na sua mobilização para que 1% dos *royalties* seja aplicado no setor pesqueiro artesanal.

A partir de eventos como as Audiências Públicas e implementações de Programas de Comunicação Social, pode-se dizer que o movimento social dos pescadores tem se fortalecido, ampliando a sua área de atuação, o que acabou por culminar com a criação da denominada União das Entidades de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (UEPA). Atualmente esta organização é uma das mais atuantes, na questão de reivindicações de compensações para a pesca, e de estabelecimento de parcerias com as empresas de petróleo.

Movimento Ambientalista

Do ponto de vista de algumas organizações não governamentais atuantes na região de interesse, há claramente um questionamento quanto à viabilidade de



conciliação entre a exploração de petróleo na Bacia de Campos e a preservação dos ecossistemas costeiros. A presença de um importante patrimônio ambiental, ainda, com alto grau de preservação, segundo a ótica dos representantes das ONGs, é vital para a consolidação da vocação turística da região. E qualquer processo que ameace a integridade desse patrimônio deveria merecer uma ampla discussão com as comunidades locais. Da mesma forma que as comunidades de pescadores, as organizações ambientalistas têm participado dos fóruns regionais para discussão a respeito da atividade petrolífera.

Verificou-se que as atividades de produção e exploração de petróleo desenvolvidas na Bacia de Campos são consideradas pelas entidades ambientalistas como importantes para a economia do País, na medida em que geram empregos e renda. Porém, apesar do reconhecimento da importância de tais atividades, existem muitos receios quanto ao funcionamento das plataformas, no que diz respeito aos seus equipamentos de segurança e controles ambientais (principalmente aqueles relacionados ao que especificamente é descartado no mar), bem como críticas sobre a política de compensação para a região sob influência das plataformas existentes.

Em relação aos riscos de acidentes, verificou-se que os integrantes das organizações ambientalistas têm amadurecido uma discussão a respeito da necessidade das empresas petrolíferas estabelecerem parcerias com os representantes governamentais e da sociedade civil dos municípios da região, principalmente dos municípios confrontantes à Bacia de Campos, para definir estratégias de ação em conjunto para minimizar e reparar mais rapidamente os danos.

Por fim, percebe-se um fortalecimento das organizações governamentais e não governamentais e demais entidades de classe para unificar o discurso em torno das políticas de compensação que devem ser adotadas para os municípios. Pode-se verificar que uma das vias que já está sendo utilizada como aglutinadora das discussões e planejamento de ações de caráter regional na área de influência analisada são os fóruns de ONGs vinculados aos consórcios intermunicipais das Macrorregiões Ambientais da Região dos Lagos (MRA-4) e do Norte Fluminense (MRA-5). É recorrente a informação de que essas organizações estão entre as mais representativas da região.

Dentre as principais questões levantadas pelas organizações ambientalistas em relação ao desenvolvimento das atividades de petróleo e gás na Bacia de Campos, destacam-se:

- a) questionamentos sobre a aplicação dos *royalties* (porém a maioria dos representantes das organizações reconhece que a responsabilidade maior desse problema cabe às Prefeituras);
- b) falta de um plano de segurança articulado com os municípios para risco de vazamento;
- c) propostas articuladas sobre um seguro ambiental para casos de acidentes, assunto esse considerado como de grande importância, haja vista, segundo os



representantes das organizações, a falta de articulação e clareza sobre o que acontecerá em casos de acidentes;

- d) discussão da situação futura com aumento de plataformas na Bacia de Campos;
- e) existe entre algumas organizações um consenso quanto às compensações ambientais: têm que ser discutidas em conjunto com as entidades locais;
- f) reconhecimento da importância dessas atividades para a economia do País, gerando emprego e renda e competitividade internacional.
- g) questionamentos sobre os riscos ambientais das atividades tanto de sísmica e perfuração quanto das de exploração e produção;
- h) questionamento sobre quais serão as consequências para os municípios e para o país depois que o petróleo acabar;
- i) questionamentos sobre os descartes que são feitos das plataformas, sobre a forma de controle destes e os riscos envolvidos;
- j) dúvidas a respeito da quantidade de poços que já foram e serão perfurados na Bacia de Campos.
- k) dúvidas quanto ao tempo em que o óleo chegaria na costa em caso de acidente.

Movimento dos Municípios Produtores de Petróleo

O repasse dos *royalties*, iniciado em 1999, e o seu incremento no ano de 2000 com o aumento da alíquota e o início da cobrança das Participações Especiais, gerou um impacto positivo na renda dos municípios.

Por outro lado, com a abertura do mercado de exploração de petróleo e gás natural ocorreu um aumento do número de agentes produtivos na região, com conseqüente aumento da pressão sobre os arranjos institucionais existentes.



As novas receitas originadas dos *royalties* e os novos agentes criam ambientes favoráveis para a reestruturação da economia local. Contudo, a possibilidade de incremento das atividades econômicas como também a diversificação da base produtiva, necessitam de novos arranjos e dispositivos institucionais que permitam a criação e sustentação dessas atividades.

Nesse contexto surgem a OMPETRO no Rio de Janeiro, a PETROSUL no sul do Espírito Santo e mais recentemente a CONPETRO, que tem âmbito nacional e fomenta a criação de organizações locais, no caso, a criação de similares a OMPETRO.

A **OMPETRO** - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo, foi fundada em dezembro de 1999. Foi criada devido à preocupação com a sustentabilidade econômica dos municípios, que têm na composição das suas receitas os *royalties* do petróleo. Visa também a articulação com os poderes públicos, estadual e federal, no sentido de elaborar programas de desenvolvimento econômico regional, além de acompanhar o pagamento dos *royalties* e das participações governamentais. Fazem parte das suas preocupações também, a promoção de investimentos na região, buscando melhoria na infra-estrutura e a melhoria do setor de serviços para o recebimento dos novos agentes que venham a se instalar nos municípios.

Os municípios que compõem a organização são Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Armação de Búzios, Cabo Frio, Quissamã, Carapeus, Casimiro de Abreu, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

Apesar da organização ser relativamente nova, é possível perceber que a mesma se coloca como alternativa institucional para fortalecimento do poder de articulação das esferas municipais com as demais esferas do poder público e com os setores econômicos da região. Além disso, as prefeituras que compõem a OMPETRO estabelecem um maior diálogo entre si, aumentando o debate e a cooperação intermunicipal - já que as decisões são tomadas no âmbito regional - fazendo com que cada vez mais atores participem das decisões. Com isso ela permite um maior transparência no uso dos recursos provenientes dos *royalties*.

A **PETROSUL-ES** - Organização dos Municípios Exploradores e Produtores de Petróleo do Sul do Espírito Santo, foi fundada em abril de 2002, com o objetivo de assegurar a arrecadação dos municípios em função do exercício da atividade petrolífera. A sede da PETROSUL, diferente da OMPETRO é itinerante. Ela se localiza na cidade onde o presidente – prefeito, estiver exercendo o cargo.

A PETROSUL surgiu com duas bandeiras de luta bem defendidas, que foram: a cobrança do ISS (Imposto Sobre Serviços) das empresas que estão atuando na implantação das plataformas de exploração de petróleo e a instalação de um processo judicial contra o IBGE, obrigando o Instituto a corrigir os limites do mar territorial do Espírito Santo.



As preocupações da PETROSUL estão mais ligadas às questões de arrecadação, mas isso não impede que a organização possa atuar como interlocutor preferencial para o desenvolvimento de políticas públicas alternativas, pelo o fato de congregarem os municípios da região do sul do Espírito Santo.

A **CONPETRO** - Confederação Nacional das Cidades Provedoras de Petróleo e Gás, foi criada em junho de 2005, em Macaé. A Confederação reunirá as federações locais a serem organizadas por Estado - nos moldes da OMPETRO - pelas cidades produtoras ou afetadas por atividades de exploração e produção de petróleo e gás, conseqüentemente beneficiárias de *royalties* e participação especial.

Os objetivos da Confederação incluem defender os argumentos que sustentam o recebimento das participações governamentais, e aumentar o diálogo e a troca de idéias e planos para ações municipais de apoio à indústria de petróleo nas cidades.

As cidades do petróleo querem acabar com a idéia difundida de que estão recebendo mais do que merecem, ou gastando irresponsavelmente seus recursos. Querem provar que recebem uma compensação justa e proporcional às exigências que a indústria do petróleo lhes impõe ao se instalarem nas cidades - desafios logísticos, sociais, ambientais e operacionais de toda sorte.

Apesar de ter sido criada em junho a CONPETRO em agosto já diversificou a sua atuação passando a atingir também as áreas de extração de outros tipos de minério em todo o território nacional, que enfrentam problemas semelhantes aos municípios produtores de petróleo.

A CONPETRO vai promover discussões financeiras para defender a permanência dos *royalties* para os municípios produtores, sem que haja perda da compensação financeira. A intenção é que a confederação realize a representação política dos municípios envolvidos.

Além do Rio de Janeiro, os Estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Amazonas e Sergipe estão se organizando na formação de suas OMPETROS.

II.5.3.4 Dinâmica Populacional

Os municípios da área de influência da atividade de desenvolvimento e produção do Bloco BC-10 pertencem aos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, integrando diferentes regiões de governo, conforme apresentado no **Quadro II.5.3.4-1**.



**QUADRO II.5.3.4-1: MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA,
SEGUNDO O ESTADO E A REGIÃO DE GOVERNO**

ESTADO E REGIÃO DE GOVERNO	MUNICÍPIOS
ESPÍRITO SANTO	
Região Metropolitana	Fundão
	Serra
	Vila Velha
	Guarapari
	Vitória
Metrópole Expandida Sul	Anchieta
	Piúma
	Itapemirim
	Marataízes
Pólo Cachoeiro	Presidente Kennedy
Pólo Linhares	Aracruz
	Linhares
RIO DE JANEIRO	
Metropolitana	Niterói
Norte Fluminense	Carapebus
	São Francisco de Itabapoana
	São João da Barra
	Campos dos Goytacazes
	Quissamã
	Macaé
Baixada Litorânea	Araruama
	Casimiro de Abreu
	Saquarema
	Marica
	Rio das Ostras
	Armação dos Búzios
	Cabo Frio
	Arraial do Cabo

FONTES: REGIÕES DE GOVERNO E MUNICÍPIOS:
ESPÍRITO SANTO: IPES, RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO CIDE

Os quadros apresentados para a análise da dinâmica demográfica foram elaborados, de forma a possibilitar a compreensão da dinâmica populacional dos municípios da área de influência, permitindo a tanto a comparação dos dados dos municípios como a comparação das regiões de governo.



Distribuição da População e Densidade Demográfica

► Espírito Santo

Segundo dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE), apresentados no **Quadro II.5.3.4-2** no Município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, integrante da Região Metropolitana, e principal centro comercial e de serviços estadual. A população apresenta um porte médio, é exclusivamente urbana, caracterizando-se por uma alta densidade demográfica (acima de 3.200 hab/km²). Os demais municípios, presentes nesta região de governo, apresentam índices inferiores ao da capital, com destaque para Vila Velha que possui o índice mais próximo de Vitória, com 1.584,99 hab/km².

Por outro lado encontra-se o Município de Fundão que possui a densidade mais baixa com 48,21 hab/km². Observa-se que os municípios que possuem menor percentual de população rural apresentam as maiores densidades demográficas. Esta relação ocorre, na medida em que a área ocupada pelas unidades habitacionais em áreas urbanas é menor que nas áreas rurais.

Mesmo em áreas que possuem populações rurais reduzidas as diferenças na intensidade da ocupação urbana podem implicar em alterações na densidade demográfica. Como pode se observar em Vitória, apesar da capital possuir população inferior às populações dos Municípios de Vila Velha e Serra, sua densidade demográfica é muito superior.

Na Região da Metrópole Expandida Sul a população é, ainda, predominantemente urbana, apresentando taxas de urbanização que variam entre cerca de 57%, em Itapemirim, e 94%, em Piúma. Em relação à densidade demográfica os municípios desta região dividem-se em dois conjuntos:

- os Municípios de Marataízes e de Piúma, que se caracterizam por apresentarem médias de densidades demográficas em torno de 200 hab/km² (223,4 para o primeiro e 204,6 para o segundo); e
- os Municípios de Itapemirim e Anchieta que apresentam densidades de cerca de 50 hab/km², sendo, respectivamente, 50,6 e 45,7 hab/km².

Em Presidente Kennedy, município pertencente à Região Pólo Cachoeiro, que se caracteriza pela maior área e o menor contingente populacional da área de influência capixaba cerca de 580 km² e menos de 10 mil habitantes, a densidade demográfica situa-se em torno de 16 hab/km² e a população é predominantemente rural (73,5%).



Na região do Pólo Linhares, os Municípios de Aracruz e Linhares apresentam índices próximos com 45,51 para o primeiro e 32,64 para o segundo, da mesma forma que são próximos os percentuais da distribuição da população nas áreas urbanas (84,25% em Aracruz e 82,51% em Linhares) e áreas rurais (15,75% em Aracruz e 17,59% em Linhares). Apesar da proximidade dos números não se pode afirmar que esta região é mais homogênea que as demais em relação à dinâmica populacional, uma vez foram observados somente os dois municípios que fazem parte da área de influência.

**QUADRO II.5.3.4-2: POPULAÇÕES TOTAL, URBANA, RURAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA
ESPÍRITO SANTO - 2000**

REGIÕES / MUNICÍPIOS	TOTAL	URBANA (%)	RURAL (%)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)
Metropolitana				
Fundão	13.009	83,03	16,97	48,21
Guarapari	88.400	93,43	6,57	152,02
Vila Velha	345.965	99,61	0,39	1.584,99
Vitória	292.304	100,0	-	3.279,7
Serra	321.181	99,51	0,49	585,21
Metropolitana Expandida Sul				
Anchieta	19.176	68,9	31,1	45,7
Itapemirim	28.121	57,4	42,6	50,6
Marataízes	30.603	77,6	22,4	223,4
Piúma	14.987	94,1	5,9	204,6
Pólo Cachoeiro				
Presidente Kennedy	9.555	26,5	73,5	16,2
Pólo Linhares				
Aracruz	64.637	84,25	15,75	45,51
Linhares	112.617	82,51	17,49	32,64

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2.000

► Rio de Janeiro

Em meio aos municípios fluminenses da área de influência, destaca-se Niterói, sendo o único município da região de governo determinada como metropolitana, que incluiu a capital e os maiores municípios, em termos de população, do Estado. Como os demais municípios desta região, Niterói apresenta alta densidade demográfica (3.487,43 hab/km²), a maior de todos os municípios estudados. Esta característica é resultado de dois fatores conjugados, a inexistência de população rural associada ao maior contingente populacional entre os municípios da área de influência.



Na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes destaca-se pelo alto porte populacional (acima de 400 mil habitantes). O município de Macaé, apesar do porte populacional mais reduzido - em torno de 130 mil habitantes, caracteriza-se, de forma similar a Campos dos Goytacazes, pela grande predominância da população urbana, com taxas de urbanização respectivas de 95% e 90%, e por densidades demográficas superiores a 100 hab/km².

Os demais municípios caracterizam-se pelo porte populacional mais reduzido e menores densidades demográficas, especialmente Quissamã que apresenta um contingente de cerca de 13,5 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 20 hab/km². Essa situação decorre das menores taxas de urbanização, especialmente em São Francisco de Itabapoana onde a população rural (53,3%) ainda predomina sobre a população urbana (46,7%). Em Carapebus, por outro lado, percebe-se que há uma concentração da população na área urbana (79,33%), de forma que apesar de ter a menor população (8.666 habitantes) da região, a densidade demográfica do município (28,31) não é a mais baixa da região, já que é superior a taxa apresentada em Quissamã (19,15).

Os municípios da Baixada Litorânea apresentam uma maior homogeneidade no que se refere a esses indicadores, apesar do maior porte populacional e densidade demográfica de Cabo Frio. Altas taxas de urbanização - a população é totalmente urbana em Armação dos Búzios e Arraial do Cabo - e densidades demográficas superiores a 150 hab/km² caracterizam os municípios da área de influência na região. Os municípios, nesta região, que apresentam maiores percentuais de população rural são: Maricá (17,38%); Casimiro de Abreu (17,22%) e Cabo Frio (16,2%), mas em nenhum deles este percentual ultrapassa 20% da população total. Por outro lado, os Municípios de Rio das Ostras e Saquarema possuem as menores populações rurais (uma vez que Armação dos Búzios e Arraial do Cabo não têm população rural) sendo, respectivamente, 5,1% e 3,89% dos totais de população.

Os dados relativos à população total, distribuição da população e densidade demográfica dos municípios da área de influência no Estado do Rio de Janeiro são apresentados no **Quadro II.5.3.4-3**, a seguir.



**QUADRO II.5.3.4-3: POPULAÇÕES TOTAL, URBANA, RURAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA
RIO DE JANEIRO - 2000**

REGIÃO / MUNICÍPIOS	TOTAL	URBANA (%)	RURAL (%)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)
METROPOLITANA				
Niterói	459.451	100	-	3.487,43
NORTE FLUMINENSE				
Campos dos Goytacazes	406.989	89,5	10,5	100,73
Carapebus	8.666	79,33	20,67	28,31
Macaé	132.461	95,1	4,9	107,77
Quissamã	13.674	56,3	43,7	19,15
São Francisco de Itabapoana	41.145	46,7	53,3	36,67
São João da Barra	27.682	70,9	29,1	60,31
BAIXADA LITORÂNEA				
Araruama	82.803	90,68	9,32	130,50
Armação dos Búzios	18.204	100,0	-	253,89
Arraial do Cabo	23.877	100,0	-	151,50
Cabo Frio	126.828	83,8	16,2	308,73
Casimiro de Abreu	22.152	82,78	17,22	47,76
Marica	76.737	82,62	17,38	210,93
Rio das Ostras	36.419	94,9	5,1	158,07
Saquarema	52.461	96,11	3,89	147,92

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2.000

Crescimento Populacional

O crescimento populacional recente dos municípios da área de influência foi analisado a partir dos dados censitários do IBGE, obtidos nas pesquisas realizadas em 1991 e em 2000.

► Espírito Santo

De todos os municípios estudados no Espírito Santo somente três apresentaram no período entre as pesquisas censitárias (1991 e 2000) crescimento populacional inferior ao obtido pelo estado são eles: Vitória (1,36%) na Região Metropolitana; Linhares (1,66%) na região do Pólo Linhares e Presidente Kennedy (0,14%), na região do Pólo de Cachoeiro, este último apresentou a menor taxa de crescimento de todos os municípios capixabas incluídos na área de influência.

Por outro lado, os Municípios de Piúma (5,28%), Serra (4,07%) e Guarapari (4,18%), se destacam por apresentarem as maiores taxas de crescimento dos municípios capixabas presentes na área de influência. As altas taxas de crescimento destes municípios se devem, provavelmente, a intensa exploração do turismo que é uma característica comum a estes municípios.



As taxas de crescimento anual dos municípios da área de influência do Espírito Santo são apresentadas no **Quadro II.5.3.4-4**, a seguir.

**QUADRO II.5.3.4-4: TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
(1991/2000)**

ESTADO/ REGIÕES/ MUNICÍPIOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%)
ESPÍRITO SANTO	1,96
METROPOLITANA	
Fundão	2,74
Guarapari	4,07
Vila Velha	2,98
Vitória	1,36
Serra	4,18
METROPOLITANA EXPANDIDA SUL	
Anchieta	2,82
Itapemirim	2,85
Marataízes	3,40
Piúma	5,28
PÓLO LINHARES	
Aracruz	2,35
Linhares	1,66
PÓLO CACHOEIRO	
Presidente Kennedy	0,14

FONTE: IPES - ESPÍRITO SANTO

► Rio de Janeiro

Os dados censitários evidenciam o vigoroso crescimento populacional dos municípios da Baixada Litorânea e do Norte Fluminense, que se beneficiam, de forma direta ou indireta, dos resultados da exploração de petróleo na Bacia de Campos e do notável crescimento da atividade turística. Em especial, a Baixada Litorânea apresentou um crescimento bem superior às demais regiões de governo, mesmo o crescimento do Norte Fluminense não chegou a representar a metade da taxa de crescimento. Enquanto esta última região apresentou um crescimento de 1,49%, a baixada litorânea teve uma taxa de 4,31%, como nesta região há uma intensa exploração da atividade turística, estima-se que este ramo, mais que a exploração de petróleo, pode ter contribuído para o aumento das populações da região.



Observa-se, por outro lado, que as maiores taxas de crescimento foram verificadas nos Municípios de Armação dos Búzios (8,68%) e de Rio das Ostras (8,02%), ambos elevados à categoria de município no período entre as pesquisas censitárias (Armação dos Búzios em 1997 e Rio das Ostras em 1993). De forma que o crescimento pode ser associado à conjugação destes fatores. Pode-se afirmar que o crescimento desta região foi bem mais intenso que as demais, na medida que entre os demais municípios da baixada litorânea, somente Saquarema (3,68%), Arraial do Cabo (2,06%) e Araruama (3,83%) apresentaram taxas que foram superadas por municípios também incluídos na área de influência, mas de outra região de governo.

Com crescimento ainda bastante significativo destacam-se, ainda, os Municípios de Cabo Frio e Maricá, com taxas de crescimento próximas a 6% ano, e os Municípios de Macaé, São João da Barra e Quissamã com taxas de crescimento entre 3% e 4% ao ano. O Município de Arraial do Cabo apresentou taxa de crescimento anual de 2,4% ao ano, ainda superior à marca registrada no Estado do Rio de Janeiro, que foi de 1,3%.

Campos dos Goytacazes – município de maior porte populacional, juntamente com São Francisco de Itabapoana, foram os únicos municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional inferiores à registrada no Estado, indicando, respectivamente, esgotamento do fluxo migratório e falta de atratividade em função do baixo dinamismo econômico.

No **Quadro II.5.3.4-5**, a seguir, são apresentadas as taxas médias geométricas de crescimento anual, para os municípios da área de influência do Estado do Rio de Janeiro, no período de 1991 a 2000.

**QUADRO II.5.4.4-5: TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL
(1991/2000)**

ESTADO/ REGIÕES/ MUNICÍPIOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%)
RIO DE JANEIRO	1,30
REGIÃO METROPOLITANA	1,12
Niterói	0,58
REGIÃO NORTE FLUMINENSE	1,49
Campos dos Goytacazes	0,88
Carapebus	2,02
Macaé	3,93
Quissamã	3,01
São Francisco de Itabapoana	0,68
São João da Barra	3,20

continua



continuação

ESTADO/ REGIÕES/ MUNICÍPIOS	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO (%)
REGIÃO DA BAIXADA LITORÂNEA	4,31
Araruama	3,83
Armação de Búzios	8,68
Arraial do Cabo	2,06
Cabo Frio	5,81
Casimiro de Abreu	3,94
Marica	5,71
Rio das Ostras	8,02
Saquarema	3,68

FONTE: FUNDAÇÃO CIDE - RIO DE JANEIRO.

Estimativas Populacionais

Para a atualização dos dados populacionais dos municípios da área de influência do empreendimento é apresentado o **Quadro II.5.3.4-6** com as estimativas de população para o ano de 2004, elaboradas pelo Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES), para os Municípios do Espírito Santo e pela Fundação CIDE, para os municípios do Rio de Janeiro.

QUADRO II.5.3.4-6: POPULAÇÃO RESIDENTE ESTIMADA DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA - 2004

ESTADO	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA
ESPÍRITO SANTO	Aracruz	70.898
	Linhares	119.824
	Fundão	14.448
	Serra	371.986
	Vitória	309.507
	Vila Velha	387.204
	Guarapari	102.089
	Anchieta	21.352
	Piúma	17.838
	Itapemirim	31.334
	Maratáizes	34.692
	Presidente Kennedy	9.618

continua



continuação

ESTADO	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA
RIO DE JANEIRO	São Francisco de Itabapoana	42.320
	São João da Barra	30.985
	Campos dos Goytacazes	421.825
	Quissamã	15.224
	Macaé	151.214
	Rio das Ostras	45.226
	Casimiro de Abreu	
	Carapebus	9.356
	Armação de Búzios	22.843
	Cabo Frio	151.241
	Arraial do Cabo	25.815
	Araruama	94.295
	Saquarema	59.504
	Maricá	91.326
	Niterói	470.709

FONTES: IPES - ESPÍRITO SANTO, FUNDAÇÃO CIDE - RIO DE JANEIRO.

II.5.3.5 Fluxos Migratórios Atuais

A análise dos fluxos migratórios foi elaborada com base nos últimos dados censitários do IBGE, que identificou as pessoas não-naturais dos municípios de residência atual, que tinham na data do censo (2000), menos de 10 anos ininterruptos de residência.

► Espírito Santo

Os dados censitários evidenciam a atratividade dos municípios mais dinâmicos economicamente. Como consequência, no período intercensitário (1991/2000), os municípios de Piúma, Vila Velha, Serra, Guarapari e Anchieta tiveram um acréscimo superior a 10% em suas populações em decorrência do movimento migratório recente. Enquanto em Piúma e Anchieta este movimento migratório teve seu auge há cerca de 6 a 9 anos atrás, quando apresentou as maiores porcentagens, o período de migração para Vila Velha, Serra e Guarapari, se concentrou mais no período de 3 a 5 anos. Sendo este último o município que mais recebeu migração entre 1990 e 2000 (10 anos observando a data da pesquisa).



Por sua vez, Marataízes e Vitória cresceram cerca de 8% no período, taxa superior a registrada no Estado do Espírito Santo que foi, na década, de cerca de 7%. O movimento migratório para Itapemirim e, especialmente Presidente Kennedy, com taxas, respectivamente, de 5,4% e 3,7%, indica a pouca atratividade para os seus territórios.

O fluxo migratório nos municípios se mantém constante em todo o período, como pode ser verificado no **Quadro II.5.3.5-1**, apresentado a seguir.

QUADRO II.5.3.5-1: PESSOAS NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO QUE TINHAM MENOS DE 10 ANOS ININTERRUPTOS DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA ATUAL - 2000

ESTADO/ MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO NÃO-NATURAL COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA					
		Nº	%	ANOS DE RESIDÊNCIA (%)			
				– DE 1	1 A 2	3 A 5	6 A 9
Espírito Santo	3.097.232	221.429	7,1	9,3	23,6	34,2	32,9
Vitória	292.304	23 395	8,0	9,6	25,1	33,7	31,7
Vila Velha	345.965	38 877	11,2	9,4	25,0	36,9	28,7
Serra	321.181	42 033	13,1	6,7	20,4	37,1	35,8
Fundão	13.009	723	5,6	17,7	22,7	29,0	30,6
Anchieta	19.176	1 958	10,2	9,0	21,5	33,4	36,2
Piúma	14.987	2 212	14,8	17,0	24,4	26,7	32,0
Linhares	112.617	5 120	4,5	10,6	26,4	32,3	30,6
Aracruz	64.637	4 363	6,8	2,7	30,2	33,2	33,9
Guarapari	88.400	16 299	18,4	9,2	20,3	38,5	32,0
Itapemirim	28.121	1 520	5,4	12,6	20,5	35,2	31,8
Marataízes	30.603	2 474	8,1	10,3	37,7	27,3	24,7
Pres. Kennedy	9.555	358	3,7	7,5	38,8	18,7	34,9

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2.000

► Rio de Janeiro

O movimento migratório em direção aos municípios da área de influência do empreendimento no Rio de Janeiro é bastante diferenciado.

Os municípios situados na Região Norte, com exceção de Macaé, caracterizam-se por uma baixa atratividade populacional, apresentando, entre 1991 e 2000, taxas de crescimento, em função da imigração inferiores a 1,5%. Esse índice é inferior ao registrado no Estado do Rio de Janeiro, no mesmo período, que foi de 3,9%. Macaé, especialmente em função das atividades vinculadas à exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos que dinamizaram economicamente o município, apresentou crescimento de 7% em sua população apenas em função do movimento migratório dos últimos 10 anos.

Os municípios da Região da Baixada Litorânea, principalmente em função da expansão e profissionalização da atividade turística, tiveram notáveis crescimentos populacionais em decorrência do movimento migratório. Todos os municípios apresentaram índices superiores ao registrado no Estado, com



destaque para o município de Armação de Búzios, emancipado em 1997, e que apresentou, no período, crescimento de 10,5% em sua população em função da chegada de novos contingentes populacionais.

O único município da Região Metropolitana (Niterói) apresentou uma taxa de migração intermediária (3,5%), mas que é reduzida em função do alto contingente populacional do município, uma vez que em termos absolutos o total de migrantes (16.053 pessoas) é superior a todos os municípios fluminenses estudados. Apesar dos períodos de migração estarem bem distribuídos, levando em conta o tempo de cada um, há uma certa concentração no período de 3 a 5 anos atrás.

Os dados relativos ao movimento migratório recente na área de influência dos municípios do Rio de Janeiro são apresentados no **Quadro II.5.3.5-2**, a seguir.

QUADRO II.5.3.5-2: PESSOAS NÃO-NATURAIS DO MUNICÍPIO QUE TINHAM MENOS DE 10 ANOS ININTERRUPTOS DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA ATUAL – 2000

ESTADO/ MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO NÃO-NATURAL COM MENOS DE 10 ANOS DE RESIDÊNCIA					
		Nº	%	ANOS DE RESIDÊNCIA (%)			
				– DE 1	1 A 2	3 A 5	6 A 9
Rio de Janeiro	14.391.282	561 315	3,9	7,2	30,5	34,7	27,7
São Fco. de Itabapoana	41.145	580	1,4	17,9	34,8	16,7	30,5
São João da Barra	27.682	313	1,1	3,5	11,8	49,5	35,1
Campos dos Goytacazes	406.989	4.367	1,1	11,5	32,6	31,8	24,1
Quissamã	13.674	110	0,8	2,7	21,8	41,8	33,6
Macaé	132.461	9.299	7,0	10,5	38,1	30,9	20,5
Rio das Ostras	36.419	1.678	4,6	11,7	42,8	26,2	19,1
Armação de Búzios	18.204	1.718	9,4	7,3	37,4	26,7	28,6
Cabo Frio	126.828	6.847	5,4	9,2	30,5	32,4	28,0
Arraial do Cabo	23.877	563	2,4	3,0	36,2	28,4	32,3
Araruama	82.803	2 719	3,3	6,0	27,5	37,8	28,8
Carapebus	8.666	233	2,7	16,7	21,0	35,2	27,0
Casimiro de Abreu	22.152	652	2,9	3,4	27,1	35,6	34,0
Maricá	76.737	3 995	5,2	2,5	32,5	33,1	31,9
Niterói	459.451	16 053	3,5	8,7	29,5	34,4	27,5
Saquarema	52.461	2 025	3,9	3,3	28,9	34,8	33,0

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, CENSO DEMOGRÁFICO 2.000

II.5.3.6 Infra-Estrutura

Saúde

A análise da infra-estrutura de saúde nos municípios da área de influência foi elaborada com base nos dados disponibilizados pelo SUS, referentes às unidades das redes ambulatorial e hospitalar e aos indicadores de ambulatorios para cada



10.000 habitantes e de leitos hospitalares para 1.000 habitantes, referentes ao ano de 2003.

► Espírito Santo

Segundo os dados obtidos, na rede ambulatorial de saúde, ligada ao sistema único de saúde (SUS), há um predomínio das instituições públicas em todos os municípios capixabas, incluídos na área de influência. No Município de Itapemirim, que é onde as instituições públicas apresentam o menor percentual, o setor público representa 76,5% dos ambulatorios. No entanto, deve-se salientar que apesar de ter uma concentração de ambulatorios públicos superior a deste município, a capital tem uma rede ambulatorial mais diversificada.

Esta distorção ocorre em função do número de unidades ambulatoriais ser bem menor em alguns municípios, o que torna os percentuais mais sensíveis, por exemplo enquanto em Vitória 1 unidade ambulatorial corresponde a 1,1% do total, em Fundão 1 unidade equivale a 16,7%. Assim, percebe-se que os municípios mais diversificados, em relação à natureza da instituição responsável pelos ambulatorios ligados ao SUS, são Vitória, que possui todos os quatro tipos de instituições apresentadas, e os municípios de Anchieta, Itapemirim e Vila Velha que possuem três dos quatro tipos. Já os municípios de Linhares, Piúma, Marataízes e Presidente Kennedy dispõem apenas de unidades ambulatoriais públicas, ligadas ao SUS. De um modo geral percebe-se que após as instituições públicas, que atuam em todos os municípios, os tipos de prestadores mais presentes são: os privados (atuam em 6 municípios), os filantrópicos (4 municípios) e os sindicatos (3 municípios).

Para se observar a capacidade de atendimento das unidades ambulatoriais ligadas ao SUS, nos municípios, foi estabelecida uma relação entre o número de unidades e a população de cada um, colocando-se o total de unidades disponíveis para o atendimento de cada grupo de 10.000 habitantes. A partir desta relação foi possível perceber, apesar das distorções em função dos variados contingentes populacionais, que alguns municípios tem uma capacidade de atendimento superior a outros. Enquanto os Municípios de Anchieta (14,7) e Presidente Kennedy se destacam por apresentarem as proporções mais elevadas, indicando uma melhor capacidade de atendimento, os Municípios de Serra e Vila Velha possuem a capacidade mais limitada tendo respectivamente 2,1 e 1,7 unidades por cada 1.000 habitantes.

Os dados da rede ambulatorial de saúde e do número de consultórios para 10 mil habitantes são apresentados no **Quadro II.5.3.6-1**, a seguir.

QUADRO II.5.3.6-1: UNIDADES AMBULATORIAIS POR NATUREZA DO PRESTADOR E TOTAL DE UNIDADES PARA CADA 10 MIL HABITANTES - ESPÍRITO SANTO – 2003

MUNICÍPIOS	PÚBLICO		PRIVADO		FILANTRÓPICO		SINDICATO		TOTAL	UNID./ 10 MIL HAB
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Guarapari	28	93,3	2	7	-	-	-	-	30	3,4



MUNICÍPIOS	PÚBLICO		PRIVADO		FILANTRÓPICO		SINDICATO		TOTAL	UNID./ 10 MIL HAB
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Vila Velha	69	93,2	2	2,7	3	4,1	-	-	74	2,1
Vitória	77	82,8	12	12,9	2	2,1	2	2,1	93	3,2
Serra	52	96,3	2	3,7	-	-	-	-	54	1,7
Fundão	5	83,3	1	16,7	-	-	-	-	6	4,6
Aracruz	38	97,4	-	-	-	-	1	2,6	39	6,1
Linhares	32	100,0	-	-	-	-	-	-	32	2,9
Anchieta	25	89,3	2	1,7	1	0,8	-	-	28	14,7
Piúma	10	100,0	-	-	-	-	-	-	10	7,1
Itapemirim	13	76,5	-	-	1	1,1	3	3,2	17	6,1
Marataízes	11	100,0	-	-	-	-	-	-	11	3,5
Presidente Kennedy	10	100,0	-	-	-	-	-	-	10	10,5

FONTE: SIA/SUS, JULHO DE 2003

No que se refere à rede hospitalar apenas Vitória, em função de sua condição de capital estadual e do porte populacional, possui hospitais das redes pública e privada, dois hospitais universitários vinculados a universidades públicas. Além do sistema mais diversificado e com maior número de unidades (10 hospitais), a capital possui o maior número de leitos para cada mil habitantes do município. Percebe-se, entretanto, que esta proporção é calculada em função da população do município, de forma que o índice pode ser reduzido na medida que pessoas que residam em outros municípios procurem atendimento hospitalar na capital.

Entre os municípios capixabas estudados, Vila Velha possui a segunda maior rede hospitalar ligada ao SUS, contando com 7 unidades. Embora o número de hospitais seja menor, o município apresenta um contingente populacional superior à capital. Como resultado têm-se uma disponibilidade de leitos inferior à capital em um total de 1 leito para cada 1.000 habitantes.

Nos demais municípios o número de hospitais decai ainda mais. Em Serra, que possui o terceiro maior número de hospitais, foram registradas somente 3 unidades hospitalares. Observa-se, assim como Vila Velha, este município tem uma população superior ao total de população da capital, a relação de leitos por mil habitantes é de 0,8. Em Linhares e Guarapari existem apenas 2 hospitais para cada município. Embora o total de hospitais seja o mesmo, os índices de leitos hospitalares são diferentes em função do número de leitos oferecidos. A diferença faz com que Linhares, apesar de possuir uma população superior, tenha um índice (1,7) maior que o município de Guarapari que apresenta 0,9 leitos para cada mil habitantes. Além disso, o município de Guarapari se destaca por apresentar somente hospitais privados (2) ligados ao SUS, já em Linhares existe um hospital público e outro hospital privado.

Os municípios de Fundão, Aracruz, Anchieta, Piúma e Itapemirim apresentam redes hospitalares ainda menores, cada um conta somente com uma unidade hospitalar. Neste caso os índices de leitos por cada mil habitantes variam de 3,8 (Itapemirim) a 0,8 (Piúma). Assim como observado em Guarapari e Linhares, p



principal elemento diferenciador é o número de leitos, uma vez que Itapemirim tem uma população superior a Piúma. Nos municípios restantes que são Marataízes e Presidente Kennedy não existem hospitais ligados ao SUS, segundo informações obtidas nos municípios as populações destes municípios quando precisam de atendimento hospitalar se dirigem ao município de Cachoeiro de Itapemirim, que se situa fora da área de influência.

De um modo geral percebe-se somente os municípios de Vitória e Itapemirim apresentaram índices de leitos por habitantes superiores à oferta considerada satisfatória pelos padrões da Organização Mundial de Saúde que é de 3 leitos para cada mil habitantes.

Os dados da rede hospitalar, assim como o indicador de leitos por mil habitantes, são apresentados no **Quadro II.5.3.6-2**, a seguir.

QUADRO II.5.3.6-2: NÚMERO DE HOSPITAIS LIGADOS AO SUS, POR NATUREZA DO PRESTADOR E Nº DE LEITOS POR CADA 1000 HABITANTES - ESPÍRITO SANTO – 2003

MUNICÍPIOS	PÚBLICO		PRIVADO		UNIVERSITÁRIO		TOTAL	LEITOS/ MIL HAB
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Guarapari	-	-	2	100,0	-	-	2	0,9
Vila Velha	4	57,1	3	42,9	-	-	7	1,0
Vitória	3	30,0	5	50,0	2	20,0	10	4,3
Serra	2	66,6	1	33,3	-	-	3	0,8
Fundão	1	100,0	-	-	-	-	1	2,2
Aracruz	-	-	1	100,0	-	-	1	1,4
Linhares	1	50,0	1	50,0	-	-	2	1,7
Anchieta	-	-	1	100,0	-	-	1	2,7
Piúma	1	100,0	-	-	-	-	1	0,8
Itapemirim	-	-	1	100,0	-	-	1	3,8
Marataízes	Não há registro de hospitais ligados ao SUS no município.							
Presidente Kennedy	Não há registro de hospitais ligados ao SUS no município.							

FONTE: SIH/SUS

► Rio de Janeiro

Tal como observado nos municípios da área de influência no Estado do Espírito Santo, em meio aos ambulatorios ligados ao SUS há uma predominância naqueles pertencentes às instituições públicas. Somente nos 3 municípios com maior população, que são Niterói, Campos dos Goytacazes e Macaé, se percebe uma diversificação dos prestadores de serviços capaz de atingir todos os tipos de prestadores classificados neste estudo, mas mesmo nestes municípios o serviço público é predominante. Enquanto em Niterói, que é o maior município, os ambulatorios públicos correspondem a 70,3% do total, nos municípios menores este percentual chega a 100%, como é o caso de Armação dos Búzios, Carapebus, Casimiro de Abreu, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e Rio das Ostras.



Apesar das diferenças populacionais e do desenvolvimento local, estimulado em alguns municípios pela exploração da atividade turística e pelos empreendimentos relacionados com o petróleo, pode-se afirmar que a maior parte dos municípios fluminenses incluídos na área de influência apresenta proporções entre o número de ambulatorios e da população próximas. Dos 16 municípios estudados, 10 possuem índices que variam entre 4,1 e 5,4 unidades por cada 10.000 habitantes. São eles: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Macaé, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Saquarema e Rio das Ostras.

Destacando-se destes municípios estão Quissamã e Carapebus que possuem os índices mais altos, sendo respectivamente 12,3 e 7,0 unidades para 10.000 habitantes. Este índice elevado se deve, principalmente, aos baixos contingentes populacionais apresentados por estes, que são os menores municípios fluminenses da área estudada. O menor índice, por sua vez, é o de Cabo Frio (2,8) que tem a terceira maior população, onde, a exploração do turismo e do petróleo não reverteram em benefícios para a estrutura de saúde local.

Os dados da rede ambulatorial de saúde e do número total para cada 10 mil habitantes são apresentados no **Quadro II.5.3.6-3**, a seguir.



QUADRO II.5.3.6-3: UNIDADES AMBULATORIAIS POR NATUREZA DO PRESTADO - RIO DE JANEIRO - 2003

MUNICÍPIOS	PÚBLICO		PRIVADO		FILANTRÓPICO		SINDICATO		TOTAL	UNID./ 10 MIL HAB
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Araruama	30	88,2	3	8,8	1	2,9	-	-	34	4,1
Armação dos Búzios	9	100,0	-	-	-	-	-	-	9	5,0
Arraial do Cabo	8	80,0	-	-	-	-	2	20,0	10	4,3
Cabo Frio	34	94,4	-	-	2	5,6	-	-	36	2,8
Campos de Goytacazes	162	89,5	5	2,8	11	6,1	3	1,7	181	4,5
Carapebus	6	100,0	-	-	-	-	-	-	6	7,0
Casimiro de Abreu	12	100,0	-	-	-	-	-	-	12	5,4
Macaé	60	89,6	4	6,0	2	3,0	1	1,5	67	5,1
Marica	28	93,3	2	6,7	-	-	-	-	30	3,9
Niterói	64	70,3	19	20,8	5	5,5	3	3,3	91	2,0
Quissamã	16	100,0	-	-	-	-	-	-	16	12,3
S. Fco de Itabapoana	22	100,0	-	-	-	-	-	-	22	5,4
São João da Barra	14	87,5	1	6,3	1	6,3	-	-	16	5,2
Saquarema	17	73,9	4	17,4	-	-	2	8,7	23	4,4
Rio das Ostras	18	100,0	-	-	-	-	-	-	18	5,0

FONTE: SIA/SUS, JULHO DE 2003

No que se refere à rede hospitalar apenas Niterói e Campos dos Goytacazes dispõem de uma rede diversificada, contando com hospitais da rede pública, da privada e universitário. Assim como se observa nos Municípios de Cabo Frio e Araruama, as unidades públicas destes municípios não correspondem à maioria dos hospitais ligados ao SUS, sendo esta posição ocupada pelo setor privado que corresponde a 66,7%, em Araruama; 75%, em Cabo Frio; 66,7%, em Campos dos Goytacazes e 50%, em Niterói.

Em Macaé e em São João da Barra não foram registradas unidades hospitalares públicas ligadas ao SUS. Nestes municípios existem somente unidades hospitalares privadas. Por outro lado, em Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu, Maricá, Quissamã, São Francisco do Itabapoana e Saquarema foram registradas somente as unidades públicas.

Assim como encontrado no Estado do Espírito Santo, existem municípios onde não se havia registro de unidades hospitalares ligadas ao SUS. São eles: Armação dos Búzios, Carapebus e Rio das Ostras.

Em relação ao total de leitos por cada mil habitantes foi possível perceber que 5 municípios ultrapassaram o padrão estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (3 leitos para cada mil habitantes). Estes municípios são: Arraial do Cabo (3,3), Campos dos Goytacazes (4,0), Casimiro de Abreu (5,3), Niterói (4,2) e São João da Barra (3,2).



Os dados referentes à rede hospitalar, assim como o indicador de leitos por mil habitantes, são apresentados no **Quadro II.5.3.6-4**, a seguir.

QUADRO II.5.3.6-4: NÚMERO DE HOSPITAIS POR NATUREZA DO PRESTADOR E Nº DE LEITOS POR 1000 HABITANTES - RIO DE JANEIRO – 2003

MUNICÍPIOS	PÚBLICO		PRIVADO		UNIVERSITÁRIO		TOTAL	LEITOS/ MIL HAB
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Araruama	1	33,3	2	66,7	-	-	3	1,9
Armação dos Búzios	Não há registro de hospitais ligados ao SUS no município.							
Arraial do Cabo	1	100,0	-	-	-	-	1	3,3
Cabo Frio	1	25,0	3	75,0	-	-	4	1,6
Campos de Goytacazes	2	22,2	6	66,7	1	11,1	9	4,0
Carapebus	Não há registro de hospitais ligados ao SUS no município.							
Casimiro de Abreu	2	100,0	-	-	-	-	2	5,3
Macaé	-	-	2	100,0	-	-	2	1,6
Marica	1	100,0	-	-	-	-	1	0,6
Niterói	8	44,0	9	50,0	1	6,0	18	4,2
Quissamã	1	100,0	-	-	-	-	1	2,7
S. Fco de Itabapoana	1	100,0	-	-	-	-	1	1,0
São João da Barra	-	-	1	100,0	-	-	1	3,2
Saquarema	1	100,0	-	-	-	-	1	0,9
Rio das Ostras	Não há registro de hospitais ligados ao SUS no município.							

FONTE: SIH/SUS

Abastecimento de Água, Coleta de Lixo e Energia Elétrica

Para a análise da infra-estrutura de saneamento e fornecimento de energia elétrica foram tomados como parâmetros a oferta e o atendimento dos serviços de abastecimento de água, de coleta de lixo para os domicílios urbanos e de energia elétrica para a população residente nos municípios da área de influência do empreendimento. Esta análise foi realizada com base nos dados censitários do IBGE (1991 e 2000) e do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo IPEA/PNUD.

► Espírito Santo

No que se refere ao abastecimento de água, a maioria da população residente nos municípios da Área de Influência dispunha em seus domicílios, no ano 2000, de água encanada, registrando-se uma ampliação desse serviço em comparação a 1991. Destacam-se pelo aumento da abrangência deste serviço os municípios de Vitória, Guarapari, Serra, Vila Velha e Anchieta com mais de 95% da população atendida em 2000. Em um patamar inferior, porém significativo, estão os Municípios de Fundão, Marataízes e Piúma, onde entre 90% e 95% dos domicílios podiam contar com água encanada no ano 2000.



O município que registrou, em 2000, a menor proporção de população atendida foi Presidente Kennedy, abrangendo cerca de 78% das pessoas. É de se destacar no entanto, que a população do município é ainda predominantemente rural (73,5%) e que houve um notável incremento no atendimento já que em 1991 apenas cerca de 53% da população dispunha, em seus domicílios, de água encanada. No intervalo entre 1991 e 2000 o percentual de domicílios atendidos sofreu um acréscimo de 25 pontos percentuais, de 52,7%, em 1991, foi para 77,7% em 2000.

Os serviços de coleta de lixo abrangiam, em 2000, quase a totalidade da população das áreas urbanas de Vitória, Vila Velha, Anchieta e Piúma. Em Marataízes, Aracruz, Guarapari e Itapemirim eram atendidas mais de 85% da população. Apesar do pequeno contingente de população urbana em Presidente Kennedy apenas 76,3% da população urbana era atendido por esses serviços. Ressalta-se, no entanto, que houve em todos os municípios uma sensível melhoria nos serviços de coleta de lixo urbano no período 1991/2000 evidenciando investimentos do poder público local. Na ampliação do serviço se destacaram os municípios de Serra (ampliação de 37,5 pontos percentuais), Marataízes (36,7 pontos percentuais) e Guarapari (com 36,4 pontos percentuais).

No que se refere à energia elétrica a quase totalidade da população residente nos municípios da área de influência, em 2000, era atendida. Destaca-se a grande cobertura dos serviços no município de Presidente Kennedy, que apresentava, em 2000, a maior cobertura entre todos os municípios capixabas da área de influência (99,8%). Mesmo em 1991, na maior parte dos municípios já tinha sido atingida pela iluminação elétrica. Em pelo menos metade dos municípios (6) o percentual já era superior a 95%, sendo superior a 90% em outros 5 municípios. Deste modo, somente o município de Marataízes tinha um percentual abaixo dos 90%. Como resultado desta característica é possível perceber que as diferenças entre os pontos percentuais dos municípios, à exceção de Marataízes, são muito baixas.

Assim como ocorre com os outros indicadores houve um avanço, durante a década de 1990, no atendimento à população no que se refere ao fornecimento de energia elétrica, sendo mais sensível em Marataízes que dispunha, em 1991, de 72% da sua população atendida passando, em 2000, para 93%. Embora abrangência seja ampla, o município ainda tem um percentual baixo, uma vez que os demais municípios capixabas estudados apresentaram, em 2000, valores entre 98 e 99%.

São apresentados no **Quadro II.5.3.6-5**, a seguir, os dados relativos ao acesso aos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo urbano e energia elétrica.



QUADRO II.5.3.6-5: ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS - ESPÍRITO SANTO - 1991 E 2000

MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMICÍLIOS COM					
	ÁGUA ENCANADA		COLETA LIXO (URBANA)		ENERGIA ELÉTRICA	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Anchieta	84,2	96,4	73,1	97,2	90,22	97,43
Aracruz	79,0	89,3	65,4	86,1	96,22	98,12
Fundão	87,4	93,5	56,8	79,7	93,33	99,19
Guarapari	86,1	96,1	49,0	85,4	96,13	99,27
Itapemirim	70,6	86,5	61,8	85,8	96,92	99,21
Linhares	70,0	87,1	47,1	78,7	94,6	98,47
Marataízes	78,6	92,1	52,2	88,9	72,65	93,04
Piúma	87,7	94,6	68,0	96,1	94,41	98,02
Presidente Kennedy	52,7	77,7	45,3	76,3	99,45	99,83
Serra	84,7	95,4	56,4	93,9	98,62	99,81
Vila Velha	91,5	96,4	82,4	96,2	99,1	99,83
Vitória	90,0	97,4	87,5	99,6	92,99	99,45

FONTE: IPEA/PNUD, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

► Rio de Janeiro

A grande maioria da população residente nos municípios da Área de Influência dispunha em seus domicílios, no ano 2000, de água encanada, registrando-se uma ampliação desse serviço em comparação a 1991. Apenas em Armação dos Búzios e Cabo Frio, municípios com expressivo crescimento populacional no período, a proporção da população atendida foi menor em 2000, o mesmo ocorreria em proporções menores em São João da Barra. O município que registrou, em 2000, a menor proporção de população atendida foi São Francisco de Itabapoana abrangendo cerca de 70% das pessoas. É de se destacar, no entanto, o notável incremento no atendimento já que em 1991 apenas 48,5% da população dispunham, em seus domicílios, de água encanada. Perfazendo, então, uma diferença de 22,4 pontos percentuais.

Em 10 dos 15 municípios estudados, os serviços de coleta de lixo nas áreas urbanas atendiam, em 2000, a mais de 90% da população. Nos 5 restantes os percentuais eram bem mais baixos. São eles: Araruama (78,8%), Carapebus (78,6%), Marica (71,9%), São Francisco do Itabapoana (67,2%) e Saquarema (72,6%). Ressalta-se que estes municípios já apresentavam em 1991 percentuais bem inferiores aos demais municípios, indo de 16,3% (em São Francisco do Itabapoana) a 30,3% (em Saquarema). De forma que, tendo-se em vista a diferença de pontos percentuais, pode-se dizer que o fornecimento de energia sofreu uma ampliação maior nestes municípios que nos outros 10 restantes.



Assim como ocorre com os outros indicadores houve um avanço, durante a década de 1990, no atendimento à população no que se refere ao fornecimento de energia elétrica. Na maior parte dos municípios o acesso à energia elétrica era facultado, em 2000, a mais de 98% da população, patamar que se situava em 95% em 1991. Novamente destaca-se São Francisco de Itabapoana que passou de cerca de 66% da população atendida em 1991, para 93% em 2000.

Os dados relacionados a esses serviços são apresentados no **Quadro II.5.3.6-6**, a seguir.

QUADRO II.5.3.6-6: ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS - RIO DE JANEIRO - 1991 E 2000

MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM DOMÍLIOS COM					
	ÁGUA ENCANADA		COLETA LIXO (URBANA)		ENERGIA ELÉTRICA	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Araruama	79,3	86,7	26,2	78,8	90,0	98,7
Armação dos Búzios	85,9	78,2	71,1	90,5	96,4	99,6
Arraial do Cabo	90,7	92,7	93,3	98,1	99,7	99,7
Cabo Frio	84,4	79,7	72,6	96,6	98,0	99,4
Campos dos Goytacazes	78,5	86,4	78,1	93,0	94,2	98,5
Carapebus	-	68,0	-	78,6	-	98,1
Casimiro de Abreu	84,6	96,5	69,9	90,7	95,6	97,7
Macaé	90,7	95,1	86,3	96,5	96,8	99,5
Marica	80,7	88,9	27,4	71,9	97,5	99,2
Niterói	88,0	91,6	84,0	96,9	99,9	99,9
Quissamã	66,6	85,0	73,8	93,7	92,0	98,8
São Francisco de Itabapoana	48,5	71,1	16,3	67,2	65,7	92,6
São João da Barra	86,5	85,6	80,9	94,6	95,3	97,5
Saquarema	78,5	86,5	30,3	72,6	92,4	98,7
Rio das Ostras	79,9	86,7	74,0	96,0	95,2	99,5

FONTE: IPEA/PNUD, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL

Transportes

► Espírito Santo

a) Rodoviário:

O sistema rodoviário dos municípios da área de influência capixaba é constituído por duas principais rodovias: a rodovia federal BR-101 e a estadual ES-60.



A BR-101 é uma das mais importantes rodovias do país que atravessa o território nacional de Norte a Sul, próximo ao litoral. O Estado do Espírito Santo é cruzado por esta rodovia no sentido longitudinal, passando por todas as regiões de governo da área de influência promovendo a integração entre estas regiões.

Já a rodovia ES-60 segue em paralelo à BR-101, em uma linha mais à leste, até Vila Velha servindo como ligação entre o litoral sul e a região metropolitana da capital. Esta rodovia, conhecida como Rodovia do Sol é muito importante para o turismo no Estado, uma vez que, seguindo pelo litoral, passa por vários municípios que exploram intensamente a atividade.

O serviço de transporte rodoviário público intermunicipal da Região Metropolitana é oferecido através do Sistema Transcol, gerenciado pela Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV). A demanda por transporte intermunicipal nessa região é bastante grande, dado que grande parte da população se desloca diariamente de um município para outro, especialmente a trabalho e estudo. Outras cinco empresas comerciais oferecem linhas de ônibus para transporte interestadual e intermunicipal, cujo terminal é a Estação Rodoviária localizada em Vitória. Há ainda um Sistema Seletivo que dispõe de ônibus especiais de pequeno porte, com tarifas diferenciadas que trafegam entre os municípios de Vitória e Vila Velha. Em função de seu caráter intermunicipal é de responsabilidade do poder público estadual. Na Região Metropolitana é o transporte rodoviário que atende a maior parte da demanda local.

Os demais municípios da área de influência dispõem de sistema de transporte de passageiros composto por linhas de ônibus locais, intermunicipais e estaduais, serviços de táxi nas sedes municipais e transporte escolar.

b) Ferroviário:

A Estrada de Ferro Vitória-Minas, EFVM, pertence à Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, sendo integrante do Corredor de Transporte Centroleste. É considerada uma das mais eficientes do mundo, tendo capacidade para transportar 100 milhões de toneladas/ano, o que representa 40% de toda a movimentação brasileira de carga ferroviária. Esta ferrovia, através de ramal de ligação com o Porto de Tubarão, opera as cargas de minério de ferro que vem de Minas Gerais, além de outras cargas de retorno.

A Estrada de Ferro Vitória-Minas atende, ainda, passageiros, dispondo de troncos nas cidades capixabas e mineiras localizadas em seu entorno. Sua estação central - a Estação Pedro Nolasco - localiza-se no Município de Cariacica a poucos metros da saída da ponte que liga Vitória a Cariacica.



A ferrovia Centro-Atlântica S/A, malha Centro-Leste, antiga Superintendência Regional de Campos (SR-8) da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) é ligada ao cais do Paul, sendo usada basicamente para o transporte de cargas. Interliga o estado ao centro sul do país, através da linha tronco Rio de Janeiro-Vitória. Nesta via são transportados principalmente: calcário, mármore, cimento e produtos siderúrgicos.

c) Aéreo:

Em Vitória situa-se o Aeroporto Eurico Sales no qual, segundo dados da Infraero, circularam, em 2003, mais de 1,2 milhão de passageiros. Esse aeroporto é um dos 32 da rede Infraero que conta com um terminal de cargas internacional. Em maio de 99 entrou em operação a primeira linha internacional de cargas direto dos EUA (Miami) para Vitória, facilitando o trabalho de importação de mercadorias para o mercado capixaba. Hoje operam regularmente em Vitória cinco frequências semanais nesta rota.

Atualmente, em função da demanda, especialmente para exportação de frutas, o aeroporto está sendo ampliado, o que deverá categorizá-lo como aeroporto internacional de cargas e de passageiros.

d) Marítimo:

No Município de Vitória situa-se o Porto de Vitória, composto por 6 terminais, subdivididos em 13 berços de atracação, sendo alguns localizados em Vila Velha, relacionados a seguir:

- Cais Comercial de Vitória ⇒ constituído por quatro berços que operam especialmente bobina de papel, celulose, açúcar, grãos agrícolas e produtos siderúrgicos.
- Cais de Capuaba ⇒ composto por dois terminais: o Terminal de Vila Velha – TVV: com dois berços de atracação, operando a movimentação de containers, mármore, granito e cargas em geral e o Terminal Codesa: com dois berços que operam produtos agrícolas e cargas em geral.
- Cais de Paul ⇒ possui dois berços, sendo que atualmente um está arrendado a PEIÚ S/A para movimentação de granel sólido, e outro arrendado a CVRD, operando exclusivamente com ferro-gusa.
- Terminal da Flexibrás ⇒ utilizado para movimentação de embarcações de apoio a plataforma de petróleo, especialmente tubos flexíveis. Tem capacidade para atracar navios de até 140 metros de comprimento.
- Terminal de Grãos Líquidos ⇒ operado pela Frannel e TA Distribuidoras de Petróleo, está destinado à movimentação de derivados de petróleo e álcool, podendo receber navios de até 162 metros de comprimento.
- Companhia Portuária Vila Velha (CPVV) ⇒ opera com cargas da indústria de extração e refino de petróleo, cargas em geral e contêineres, podendo atracar navios de até 250 metros de comprimento. É



operacionalizado através de contrato de adesão com o Ministério dos Transportes.

O Porto de Tubarão, localizado em Vitória, é controlado pela Companhia Vale do Rio Doce, CVRD. A estrutura deste porto é formada por dois píeres para embarque de minério de ferro e *pellets*; um terminal de produtos diversos (TPD) para movimentação de contêineres, cargas em geral e granéis sólidos; um terminal para grãos; e um terminal pra granéis líquidos.

Na divisa entre os Municípios de Vitória e Serra está localizado o Porto de Praia Mole, próximo ao Porto de Tubarão, com dois terminais de uso exclusivo. O primeiro é operacionalizado, através de condomínio entre a Companhia Siderúrgica de Tubarão, CST, USIMINAS e AÇOMINAS, para produtos siderúrgicos, e o outro, pela Companhia Vale do Rio Doce, CVRD, para carvão mineral.

No Município de Aracruz há o Porto de Barra do Riacho, que é administrado pela Aracruz Celulose e S/A e pela Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra) sob o nome de Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A - PORTOCEL. O terminal é privativo e as principais cargas transportadas são:

- Importadas: Insumos industriais (produtos químicos e siderúrgicos).
- Exportadas: Celulose, madeira e produtos siderúrgicos.

O acesso ao terminal pode ser rodoviário, a partir da ES-010 (a 30 km da BR-101) e ferroviário, por uma conexão com Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM).

Além de vários terminais pesqueiros localizados no litoral sul do Espírito Santo, em Anchieta está localizado o Porto de Ubu, componente da infra-estrutura logística de transporte marítimo do estado. O porto de Ubu, administrado pela Samarco Mineração S.A, possui 2 berços de atracação que exportam *pellets* de minério de ferro, estando, na atualidade operando outros tipos de carga. A capacidade de carregamento por hora no Porto de Ubu é de 9 mil toneladas, podendo receber navios de até 150.000 TDW.



► Rio de Janeiro

a) Rodoviário:

O sistema rodoviário dos municípios da área de influência é formado pelas seguintes principais rodovias federais:

- **BR-101:** No Estado do Rio de Janeiro, a BR-101 desenvolve-se no sentido longitudinal, em duas direções – Sul e Norte, em relação à área central da cidade do Rio de Janeiro. O setor Sul inclui dois segmentos de grande importância regional: a Avenida Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, com características urbanas e a Rodovia Rio-Santos. Essa última atravessa os Municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Parati. O segmento Norte corta o território de Rio das Ostras, Macaé e Campos dos Goytacazes, atravessando as sedes municipais desses dois últimos municípios.
- **BR-120:** rodovia que se inicia na divisa entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, interliga Cabo Frio e Arraial do Cabo.
- **BR-178:** Através da RJ-196, faz a ligação entre Macaé e Quissamã.
- **BR-356:** Faz a ligação de São João da Barra com Campos dos Goytacazes (BR-101).

Dentre as rodovias estaduais inseridas na área de influência destacam-se:

RODOVIAS	DESCRIÇÃO
RJ-104	Rodovia Amaral Peixoto, que inicia em Niterói e é o caminho para a Região da Baixada Litorânea (Região dos Lagos)
RJ-106	Partindo de São Gonçalo, atravessa os Municípios de Saquarema, Araruama e Rio das Ostras, terminando na sede municipal de Macaé
RJ-102	Rodovia projetada para interligar a zona costeira de Niterói e dos demais municípios do litoral fluminense, até Arraial do Cabo.
RJ-168	Liga Macaé à BR-101, em entroncamento bem próximo a Casimiro de Abreu
RJ-196	Faz a ligação da Cidade de Quissamã com a BR-101
RJ-224	Faz ligação de São Francisco de Itabapoana a BR-101
RJ-216	Liga Campos dos Goytacazes ao litoral (Cabo e Farol de São Tomé)

b) Ferroviário:

O Estado do Rio de Janeiro é atendido por ramais das malhas Sudeste e Centro-Leste de transporte ferroviário de cargas, cuja operação foi concedida, por um período de 30 anos, às empresas MRS Logística S/A e Ferrovia Centro-Atlântica S/A – FCA, respectivamente, vencedoras de licitações realizadas pela Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, em 1996.



No Estado do Rio de Janeiro, a rede da FCA inclui o Terminal de Marítima, no centro da cidade do Rio de Janeiro e pátios ferroviários em Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes e Paraíba do Sul. A linha-tronco Campos Elíseos – Campos dos Goytacazes atravessa os Municípios de Campos, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu transportando exclusivamente carga, especialmente derivados de petróleo.

c) Aéreo:

O Município de Cabo Frio possui Aeroporto Internacional, com pista de 1.700 m, funcionando desde 2001. Constitui-se na principal base aérea para onde convergem os turistas que demandam a região.

Em Campos de Goytacazes, o principal equipamento aéreo é o Aeroporto Bartolomeu Lisandro, público e com pista de 1.554 m, caracterizando-se por intenso tráfego. O município conta, ainda, no Farol de São Tome, com uma pista de pouso não pavimentada com mais de 900 m e um heliporto particular, utilizado por empresas petrolíferas, para apoio às plataformas oceânicas.

O Município de Macaé dispõe de um aeroporto com pista de 1.200 m, e outro equipamento utilizado exclusivamente pela PETROBRAS que faz, em média, 70 vôos diários. Esse último tem uma pista de 1.500 m de extensão, pavimentada, e sistema de rádionavegação, com capacidade para receber aeronaves de médio porte.

O Aeroporto Humberto Modiano, localizado a 10 km do centro da sede municipal de Armação de Búzios atende a demandas turísticas, operando especialmente nas rotas Búzios-Cabo Frio (Aeroporto Internacional de Cabo Frio), São Paulo, Rio de Janeiro (Santos Dumont) e Belo Horizonte. Além de abrigar vôos convencionais, o terminal é utilizado por aeronaves particulares.

c) Marítimo:

Destacam-se como principais equipamentos e terminais marítimos nos municípios da área de influência os relacionados a seguir:

- Em Macaé, o porto localizado em Imbetiba, intensamente utilizado no transporte de passageiros e cargas, entre o continente e as plataformas petrolíferas.



- No Município de Cabo Frio, situa-se um dos principais portos de desembarque pesqueiro industrial do Estado do Rio de Janeiro.
- Porto de Niterói – Fundado em 1925 e administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro desde 1976, o porto de Niterói teve suas atividades de carga e descarga encerradas em junho de 2004. Atualmente o porto é utilizado para armazenagem de produtos para atividades *offshore*.
- No Município de Arraial do Cabo há o Porto do Forno, que é administrado pela Companhia Municipal de Administração Portuária (COMAP). As principais cargas são: sal, barrilha, óleo diesel (embarcadas) e granel sólido de sal (importado).
- Cais da Ilha da Conceição, localizado na Ilha da Conceição no Município de Niterói, este terminal, também conhecido como “Cais da 88”, serve para o desembarque de pescado de armadores de pesca do Estado do Rio de Janeiro.

II.5.3.7 Comunicações

► Espírito Santo

O Município de Vitória, capital estadual, detém o maior número de empresas de comunicação do Espírito Santo. Segundo dados da Agência de Notícias do Espírito Santo, funcionam na capital 5 emissoras de TV, 14 emissoras de rádio, 17 jornais e 23 revistas, que veiculam informações locais, nacionais e internacionais. A comunicação via internet é amplamente utilizada no município.

Os serviços de telefonia atendem amplamente à população da sede através dos sistemas fixo e móvel, sendo oferecido, em banda larga, o acesso à Internet.

Os demais municípios da área de influência dispõem de informações produzidas por empresas de comunicação locais, além de imprensa escrita, televisiva e radiofônica captadas de emissoras da capital ou de outros municípios do Estado.

Conforme informações da Agência de Notícias do Espírito Santo, como próprios, o município de Anchieta possui dois jornais e uma revista; em Marataízes há uma emissora de rádio e dois jornais, além de uma torre de recepção e transmissão de TV; no município de Piúma existem três jornais locais e 4 repetidoras de TV; enquanto Presidente Kennedy e Itapemirim não dispõe de meios de comunicação próprios. Nesses últimos municípios, assim como nos outros, circulam jornais diários ou semanais do Espírito Santo assim como de outros estados, especialmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, na época de veraneio.



No que se refere aos serviços de correios e telégrafos, percebe-se que há uma concentração de agências nas cidades de Vitória e Vila Velha. No entanto, é possível perceber que esta concentração não possui relação direta com o contingente populacional, uma vez que o Município de Serra, apesar de possuir uma população superior às destes municípios, conta com quase metade das agências presentes em Vila Velha e quase a terça parte das agências de Vitória. Deixando o município de Serra de lado, se chega a mesma conclusão, pois, Vila Velha mesmo com população superior à da capital tem um número menor de agências. De forma que a concentração de agências provavelmente possui, neste caso, estreita relação com o fato de Vitória (e sua conurbação com Vila Velha) ser o centro político e administrativo do Estado.

Segundo dados da Empresa de Correios e Telégrafos, ECT, em 2002, estavam instalados nos municípios as unidades relacionadas no **Quadro II.5.3.7-1**, a seguir:

**QUADRO II.5.3.7-1: NÚMERO DE AGÊNCIAS DE CORREIOS
ESPÍRITO SANTO - 2002**

MUNICÍPIO	NÚMERO DE AGÊNCIAS
Anchieta	1
Aracruz	3
Fundão	1
Guarapari	3
Itapemirim	3
Linhares	3
Marataízes	2
Piúma	1
Presidente Kennedy	1
Serra	7
Vila Velha	13
Vitória	18

FONTE: EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

A demanda por telefonia nos municípios da área de influência é atendida pelo sistema de telefonia fixa rural e residencial, e telefones públicos. Destaca-se o Município de Marataízes, onde o sistema telefônico fixo tem capacidade para atender duas vezes a demanda local, dispondo também de sistema de telefonia celular e provedor de acesso a Internet.

Para a identificação do acesso da população ao meio de comunicação televisivo, que hoje é considerado como o de maior apelo popular, foi tomado como indicador o percentual das pessoas residentes em domicílios que dispunha, em 1991 e 2000, de energia elétrica e aparelhos de televisão, cujos dados são apresentados no **Quadro II.5.3.7-2**.

**QUADRO II.5.3.7-2: PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM ENERGIA
ELÉTRICA E TELEVISÃO - 2000**

MUNICÍPIOS	1991	2000
------------	------	------



MUNICÍPIOS	1991	2000
Vitória	88,7	96,2
Serra	84,3	90,3
Fundão	76,6	89,4
Aracruz	81,9	88,9
Linhares	76,6	90,4
Anchieta	67,6	90,3
Piúma	75,1	92,7
Guarapari	81,0	91,6
Vila Velha	-	95,3
Itapemirim	56,7	82,5
Marataízes	58,9	82,6
Presidente Kennedy	39,3	70,2

FONTES: IPEA/PNUD, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL
IBGE CENSO 1991, CENSO 2000.

► Rio de Janeiro

A rede de comunicação existente nos municípios da área de influência do Rio de Janeiro foi identificada através da rede dos correios e de telefonia fixa, privada e pública, no ano de 2000, cujos dados são apresentados nos **Quadros II.5.3.7-3 e II.5.3.7-4**, a seguir.

A distribuição de agências do correio, neste caso, se aproxima da distribuição da população nos municípios, mas não coincide, pois, apesar de Macaé possui uma população superior ao Município de Cabo Frio, este último possui um número superior de agências. O mesmo ocorrendo com Quissamã, que possui uma agência e Armação dos Búzios, de população maior, não possuía agências em 2002.

QUADRO II.5.3.7-3: NÚMERO DE AGÊNCIAS DE CORREIOS- 2002

MUNICÍPIO	NÚMERO DE AGÊNCIAS	MUNICÍPIO	NÚMERO DE AGÊNCIAS
Araruama	1	Maricá	2
Armação dos Búzios	Não encontrada	Niterói	23
Arraial do Cabo	1	Quissamã	1
Cabo Frio	7	São Francisco de Itabapoana	1
Campos dos Goytacazes	9	São João da Barra	1
Carapebus	Não encontrada	Saquarema	2
Casimiro de Abreu	2	Rio das Ostras	2
Macaé	6		

FONTE: EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT.

QUADRO II.5.3.7-4: TERMINAIS TELEFÔNICOS E TELEFONES PÚBLICOS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA (2003)

MUNICÍPIO	TERMINAIS TELEFÔNICOS	TELEFONES PÚBLICOS
Araruama	23.451	1.032
Maricá	28.178	1.819



MUNICÍPIO	TERMINAIS TELFÔNICOS	TELEFONES PÚBLICOS
Saquarema	14.300	736
Casimiro de Abreu	4.280	176
Carapebus	1.176	69
Niterói	296.066	5.186
Campos dos Goytacazes	141.626	3.854
Macaé	44.203	1519
Quissamã	1.873	123
S. Fco de Itabapoana	4.359	319
São João da Barra	3.311	212
Armação dos Búzios	7.790	340
Arraial do Cabo	6.431	259
Cabo Frio	40.828	1.365
Rio das Ostras	12.908	548

FONTE: CIDE

Com base no indicador de acesso da população à energia elétrica e à televisão foi elaborado o **Quadro II.5.3.7-5**, apresentado a seguir.

**QUADRO II.5.3.7-5: PERCENTUAL DE DOMÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA E TELEVISÃO
2000**

MUNICÍPIOS	1991	2000
Campos dos Goytacazes	82,0	95,2
Araruama	77,8	92,9
Carapebus	-	91,6
Casimiro de Abreu	85,3	91,9
Marica	91,9	95,9
Niterói (1)	-	98,6
Saquarema	78,6	92,6
Macaé	85,2	96,0
Quissamã	71,5	93,0
São Francisco de Itabapoana	47,7	84,6
São João da Barra	87,1	91,1
Armação dos Búzios	79,3	95,4
Arraial do Cabo	88,0	97,3
Cabo Frio	81,5	95,1
Rio das Ostras	77,4	95,3

NÃO FOI POSSÍVEL CALCULAR O PERCENTUAL COM BASE NOS DADOS DO IBGE.

FONTE: IBGE CENSO 1991, CENSO 2000

II.5.3.8 Segurança Pública

Apresentam-se, nos **Quadros II.5.3.8-1, II.5.3.8-2 e II.5.3.8-3**, a seguir, os principais equipamentos de segurança pública, disponíveis nos municípios da área de influência.

► Espírito Santo



QUADRO II.5.3.8-1: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA – ESPÍRITO SANTO

MUNICÍPIOS	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
Vitória	1º Batalhão de Polícia Militar - Av. Maruípe, 2115, Maruípe CBOM - Corpo de Bombeiros da Polícia Militar – 1º BPM - Av. Mário Francisco de Brito, 100 - Enseada do Suá SPM - Superintendência de Polícia Metropolitana - Av. Nossa Senhora da Penha, 2290, Santa Luiza CPOM - Comando de Polícia Ostensiva Metropolitano – Quartel do Comando Geral em Maruípe. DPJ - Av. Nossa Senhora da Penha, 2290, Santa Luiza BME – Batalhão de Operações Especiais
Anchieta	DP - R. Coronel Vitorino, s / n, Centro PI – Rua Presidente Vargas, 161. 3º BBM 2º Pelotão da 2ª Companhia Anchieta DPM de Iriri, pertencente ao 2º Pel.-2ª Cia DPM de Jabaquara pertencente ao 2º Pel.-2ª Cia.
Guarapari	10º BPM
Vila Velha	4º BPM
Serra	6º BPM
Fundão	5º BPM
Aracruz	5º BPM
Linhares	2ª Companhia Independente da PMES 2ª Batalhão de Bombeiros Delegacia da Mulher DML DPJ
Piúma	DP - R. Apicá, s / n, Centro PI - Rodovia do Sol, s/n - Bairro Niterói 2ª Companhia do 10º BPM e 1º Pelotão da 2ª Companhia 3º BBM
Itapemirim	DP - R. Coronel Marcondes de Souza, 107, Centro PI - R. Coronel Marcondes de Souza, 107, Centro 3º BBM 9ª Cia Independente da PMES
Marataízes	9ª Cia Independente da PMES 3º BBM
Presidente Kennedy	DP - R. Olimpio P. Figueiredo, s/ n, Centro PI – R. Atília Vivacqua, Nº 79 – Centro DPM ligado à 2ª Companhia do 9º BPM 3º BBM

Fonte: Fundação CIDE

► **Rio de Janeiro**

QUADRO II.5.3.8-2: EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA – RIO DE JANEIRO

MUNICÍPIOS	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
São Francisco de Itabapoana	3ª Companhia de Polícia de São Francisco de Itabapoana - Avenida Simão Mansur, s/n - Delegacia de Polícia Civil - Rua Joaquim da Mota Sobrinho 230
São João da Barra	Delegacia de Polícia - Avenida Rotary, s/nº



Campos dos Goytacazes	134ª DP de Campos – Rua Barão de Miracema, 231 - Centro 146ª DP de Campos - Rua Ilólito Sardinha, 271 - Guarus 5ª GBM - Corpo de Bombeiros - Av. Rui Barbosa, 1027 - Centro 8º BPM - Rua Ten. Coronel Cardoso, 200 - Centro Delegacia - 134ª DP - Rua Barão de Miracema, 231 - Centro Patrulha Rodoviária - Estr. do Contorno, s/nº -
Quissamã	Posto de Polícia Militar – DPO – Rua Barão de Vila Franca – Centro
Macaé	130ª Delegacia Policial de Macaé – Rua da Igualdade, 896 – Imbetiba Corpo de Bombeiros do Est. RJ – 9º Grupamento de Incêndio – Rua Alfredo Backer, 290 – Centro Delegacia de Polícia Federal – Rua Governador Roberto Silveira, 427 – Centro Guarda Municipal Praça Washigton Luiz, s/n.º - Polícia Marítima- Capitania dos Portos - Av. Elias Agostinho s/n.º - Imbetiba Polícia Militar do Est. RJ – 5ª CIPM – Estrada do Imburo, s/n.º - Barra de Macaé
Rio das Ostras	128ª DP - Av. Governador Roberto Silveira s/nº - Costa Azul Guarda Municipal - Praça Ayrton Senna da Silva, s/nº - Extensão do Bosque Polícia Militar - 5º CIPM (DPO) - Paç. Ayrton Senna da Silva, s/nº - Extensão do Bosque Posto Patrulha - PRO 5 - Rod. Amaral Peixoto, km 146 - Jardim Campomar
Armação dos Búzios	Delegacia da Rasa – Av. José Bento Ribeiro Dantas (Rua das Pedras) – Centro DPO do Centro – Praça Santos Dumont – Centro DPO Manguinhos – Est. José Bento Ribeiro Dantas – Manguinhos
Cabo Frio	126ª DP - Av. Teixeira e Sousa, 133 – Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro - Av. Nilo Peçanha, 256 – Centro - Polícia Militar – Rua Inglaterra, s/nº
Arraial do Cabo	Delegacia de Polícia – Rua Dom Pedro I, s/nº - Praia Grande Guarda Municipal – R. D. Pedro I, Pça. Castelo Branco – Centro Polícia Rodoviária – RJ 140
Niterói	76ª DP Niterói - Centro / 77ª DP Icaraí / 78ª DP Fonseca / 79ª DP Jurujuba / 81ª DP Itaipu / 12º BPM
Maricá	82ª DP Maricá
Saquarema	124ª DP Saquarema
Araruama	
Casimiro de Abreu	121ª DP Casimiro de Abreu 32º BPM
Carapebus	Utiliza estrutura de Casimiro de Abreu.

FONTE: FUNDAÇÃO CIDE



QUADRO II.5.3.8-3: ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISP'S, ÓRGÃOS POLICIAIS E RESPECTIVAS CIRCUNSCRIÇÕES - RIO DE JANEIRO

AISP'S	DELEGACIAS	BATALHÕES DA POLÍCIA MILITAR
AISP 8	134ª Campos	8º BPM
	141ª São Fidelis	
	145ª São João da Barra	
	146ª Guarus	
	147ª São Francisco de Itabapoana	
AISP 25	118ª Araruama	25º BPM
	124ª Saquarema	
	125ª São Pedro da Aldela	
	126ª Cabo Frio	
	127ª Búzios	
	129ª Iguaba Grande	
AISP 32	121ª Casimiro de Abreu	32º BPM
	122ª Conceição de Macabu	
	123ª Macaé	
	128ª Rio das Ostras	

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SESP, INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA - ISP.

II.5.3.9 Estrutura Produtiva e Emprego

Estrutura Produtiva

A análise da estrutura produtiva dos municípios da área de influência foi elaborada com base no Produto Interno Bruto (PIB) municipal, por setores econômicos, na medida em que a contribuição dos setores econômicos para a formação do PIB permite identificar não só a estrutura econômica como também os setores que tem apresentado maior dinamismo em âmbito municipal.

Os dados para os municípios do Espírito Santo e do Rio de Janeiro têm como fontes, respectivamente, o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES) e a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro - Fundação CIDE, instituições governamentais responsáveis pelos dados e disseminação de informações em âmbito estadual.

Destaca-se que a caracterização das atividades relacionadas direta ou indiretamente ao espaço marinho, notadamente a pesca e o turismo, e sua importância nos contextos econômicos da região em estudo e, especificamente para os municípios da Área de Influência está descrita nos **Itens II.5.3.11 – Lazer, Turismo e Cultura** e **II.5.3.16 – Caracterização da Atividade Pesqueira**.

Neste item foram utilizadas fontes secundárias, em especial as estatísticas que, por sua vez, estão muito mais relacionadas ao mercado de trabalho formal. Logo deve-se considerar que as estatísticas existentes não mostram a absorção de mão-de-obra do setor pesqueiro nos municípios, visto a maioria dos trabalhadores deste setor não possuírem carteira assinada, e logo não serem contabilizados



pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Porém, ressalta-se que a importância deste setor por município aparece no item supracitado referente à pesca.

► Espírito Santo

Os Municípios de Linhares e Aracruz são os principais centros da Região Pólo Linhares, destacando-se não só pela dimensão econômica, como também pela extensão territorial e porte populacional. Na conformação do PIB municipal o setor terciário predomina em Linhares tendo importância, ainda, o setor secundário, conformado pelo pólo moveleiro e por importantes indústrias como a Brandão Metalúrgica S/A (Brametal), a Perfilados Rio Doce e a Indústria de Sucos Mais. Em Aracruz, onde se situa a Aracruz Celulose, líder mundial na produção de pastas derivadas de fibras curtas de eucalipto, caracterizada por elevados padrões de competitividade, o setor secundário tem uma forte participação, contribuindo com mais de 70% na composição do PIB.

Nos municípios da Região Metropolitana, destacando-se Vitória, capital do Estado e principal centro de negócios regional e estadual, verifica-se a forte presença do setor terciário na composição dos PIBs municipais, contribuindo com cerca de 60% do total. Além de servir de apoio à economia urbano-industrial da Grande Vitória, esse setor é fortemente dinamizado pelas atividades de petróleo e gás natural, pelos serviços na área de comércio exterior e distribuição de produtos em larga escala.

Importantes indústrias localizam-se na região, destacando-se principalmente, em Vitória, as usinas de pelotização de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, e de produção de aço da Companhia Siderúrgica de Tubarão situada na Serra, fazendo com que o setor secundário tenha uma participação importante na economia regional e na conformação dos respectivos PIBs municipais. A Companhia Siderúrgica de Tubarão, inclusive, faz com que o setor secundário tenha um papel hegemônico na composição do PIB de Serra, participando com cerca de 60% do total.

Em todos os municípios da Região Metropolitana, com exceção de Fundão, a participação do setor primário na composição do PIB é extremamente reduzida. Nesse município ele contribui com 10% do total.

Nos municípios da Região Metropolitana Expandida Sul, considerando-se a participação dos setores econômicos na formação do PIB municipal, verificam-se situações diferenciadas. Em Anchieta destaca-se a participação do setor secundário - cerca de 70% do PIB do município têm como origem as atividades desse setor - principalmente da indústria de transformação. Em grande medida isso se deve à presença, em Anchieta, da Samarco Mineração S.A., produtora de minério de ferro aglomerado e que exporta por seu próprio porto - o Terminal Marítimo de Ponta de Ubu, também situado no município, com importantes nexos no comércio mundial, sobretudo com a China. Esse terminal integra o complexo portuário do Espírito Santo, que é responsável, em grande medida, pelo desenvolvimento estadual, sendo um forte fator de



atração de investimentos. Como decorrência, a participação do setor terciário na composição do PIB é a menor entre todos os municípios da área de influência da região - apenas 28,3%.

Em todos os demais municípios da região, é o setor de comércio e serviços que mais contribui na composição dos respectivos PIBs municipais. Em Marataízes e Piúma essa participação é superior a 75% e em Itapemirim é de aproximadamente 57%. Destaca-se que em Marataízes a principal atividade econômica é o turismo, na qual se vinculam as atividades do setor.

O setor secundário, principalmente as atividades industriais, tem participação relativa importante, principalmente em Itapemirim e Piúma. Em Itapemirim, no distrito de Itaipava, destaca-se a indústria de pesca Atum do Brasil Ltda. destinada ao beneficiamento e comercialização do pescado da região para os mercados interno e externo.

A participação do setor agropecuário na composição do PIB dos municípios da região é pouco significativa, variando entre 0,8%, em Piúma a 9% em Itapemirim, sendo que apenas nesse último município a produção agropecuária ganha alguma expressão, sendo seus produtos mais significativos a cana-de-açúcar e a pecuária leiteira.

Em Presidente Kennedy, município pertencente à Região Pólo Cachoeiro, apesar da predominância do setor terciário (61,4%), as atividades agropecuárias (setor primário) ganham maior expressão, contribuindo com cerca de 32% na composição do PIB, destacando-se como principais produtos o leite, a criação de gado para corte, o cultivo de mandioca, cana-de-açúcar, café, abacaxi e maracujá.

► Rio de Janeiro

Nos municípios da área de Influência do Estado do Rio de Janeiro que integram a Região Norte predominam, na composição dos respectivos PIBs municipais, as atividades do setor terciário. Essa predominância é mais expressiva em Carapebus e Quissamã, cujas participações são de cerca de 80% e menos expressiva em São Francisco de Itabapoana, com 53%. O setor secundário tem participações importantes - acima de 30% - em Macaé, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

A contribuição do setor agropecuário para o PIB municipal apresenta expressão, em São Francisco de Itabapoana, Quissamã e Carapebus, com participações respectivas de 16%, 14% e 13%, em menor escala, em Campos de Goytacazes, com 6% de participação.

Nos municípios da Baixada Litorânea o setor de comércio e serviços é o mais expressivo na composição dos PIBs municipais de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Saquarema e Rio das Ostras que, individualmente, municípios cuja



atividade mais dinâmica é o turismo. Nesses municípios a participação do setor terciário é superior a 75%.

Em todos os municípios da região o setor secundário apresenta expressão, contribuindo com mais de 20% na composição dos respectivos PIBs municipais. Entre os municípios, destacam-se Casimiro de Abreu e Arraial do Cabo, cujos setores secundários contribuem com, respectivamente, 69% e 50% do total, sendo importante em Arraial do Cabo a participação da indústria de transformação, capitaneada pela Companhia Nacional de Álcalis.

A participação do setor primário na composição do PIB desses municípios é bastante reduzida, sendo inferior a 2,5%.

Em Niterói, integrante da Região Metropolitana, o setor terciário é o que mais contribui para o PIB municipal, atestando seu caráter de centro comercial e de serviços com abrangência regional. O setor secundário tem, ainda, importância relativa contribuindo com cerca de 21% e a participação do setor primário é inexpressiva, sendo percentualmente próxima de zero.

Emprego

A análise do emprego nos municípios da Área de Influência foi realizada com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Esses dados, desagregados por setor econômico, permitem verificar as atividades que têm apresentado maior dinamismo e oferecem oportunidades de emprego nos municípios.

Para a avaliação da dinâmica de emprego nos municípios da Área de Influência foram utilizados dois tipos de dados: o número de admitidos e desligados, e respectivos saldos, para os anos de 2002 e 2003 e as atividades com maior número de admissões no período entre maio de 2004 e junho de 2005. Merece registro novamente o fato de que esses dados abrangem apenas o emprego formal, registrado, com carteira assinada. Toda a ocupação no mercado informal que tem, nas últimas décadas, assumido grande importância no mercado de trabalho no país, se ressentida da falta de dados consistentes, impossibilitando uma análise.

► Espírito Santo

Estrutura do Emprego



A evolução recente do mercado de trabalho, correspondente ao período de novembro de 2004 e outubro de 2005, foi elaborada a partir dos dados referentes às atividades que mais admitiram e desligaram no período, com os respectivos saldos. Para essa análise foi utilizado o recorte regional.

Na região Pólo de Linhares os dois municípios integrantes da área de influência apresentam dinâmicas diferenciadas. Em Linhares predominam as atividades vinculadas ao setor primário da economia enquanto em Aracruz a dinâmica do emprego é dada pelo setor secundário, evidenciando a grande importância da Aracruz Celulose no mercado de trabalho formal do município, como pode ser observado no **Quadro II.5.3.9-1**, a seguir.

QUADRO II.5.3.9-1: ATIVIDADES QUE MAIS EMPREGARAM ENTRE 10/2004 A 09/2005

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
LINHARES			
Trabalhador volante da agricultura	1.311	1.226	85
Alimentador de linha de produção	1.288	988	300
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	1.168	1.143	25
Servente de obras	1.159	1.285	- 126
Vendedor de comércio varejista	856	768	88
Trabalhador da cultura de café	802	786	16
Trabalhador agropecuário em geral	775	765	10
Auxiliar de escritório, em geral	511	471	40
ARACRUZ			
Mecânico de manutenção de máquinas,	1.952	2.182	- 230
Soldador	1.246	1.455	- 209
Servente de obras	867	597	270
Montador de andaimes (edificações)	561	537	24
Vendedor de comércio varejista	491	410	81
Gari	394	26	368
Auxiliar de escritório, em geral	369	313	56
Motorista de caminhão (rotas regional e internacional)	340	257	83

FONTE: MTE - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED.

Nos municípios da Região Metropolitana, as atividades do mercado formal de trabalho que mais empregaram no período vinculam-se ao setor comercial e de serviços, que, em sua maioria, não exigem qualificação, habilitação ou escolaridade específica. O saldo entre admitidos e desligados nessas atividades foi positivo em Vitória, Vila Velha e Serra, conforme pode ser verificado no **Quadro II.5.3.9-2**, apresentado a seguir.

QUADRO II.5.3.9-2: ATIVIDADES QUE MAIS EMPREGARAM ENTRE 10/2004 A 09/2005

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
VITÓRIA			
Vendedor de comércio varejista	4.533	4.063	470
Auxiliar de escritório, em geral	4.395	3.534	861
Servente de obras	4.095	3.174	921
Faxineiro	1.868	1.347	521



Assistente Administrativo	1.540	1.192	348
Cozinheiro geral	1.350	781	569
Pedreiro	1.317	1.178	139
Atendente de lanchonete	1.309	1.150	159
FUNDÃO			
Serviços manutenção de edifícios/logradouros	672	261	411
Servente de obras	456	595	- 139
Faxineiro	266	238	28
Soldador	164	150	14
Auxiliar de escritório, em geral	161	128	33
Embalador, a mão	111	112	- 1
Técnico mecânico (máquinas)	105	99	6
Magarefe	100	51	49
SERRA			
Servente de obras	3.680	2.503	1.177
Mecânico de manutenção de máquinas	2.373	1.815	558
Auxiliar de escritório, em geral	2.053	1.766	287
Vendedor de comércio varejista	1.480	1.282	198
Serviços manutenção de edifícios/logradouros	1.354	1.044	310
Motorista de caminhão (rotas reg. e intern.)	1.314	948	366
Vigilante	1.230	712	518
Carpinteiro de obras	1.124	443	681



continuação

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
VILA VELHA			
Vendedor de comércio varejista	3.370	3.149	221
Operador de telemarketing receptivo	2.596	1.421	1.175
Servente de obras	2.044	1.621	423
Auxiliar de escritório, em geral	1.570	1.306	264
Faxineiro	912	720	192
Pedreiro	810	712	98
Operador de caixa	668	652	16
Atendente de lanchonete	591	502	89
GUARAPARI			
Vendedor de comércio varejista	691	633	58
Servente de obras	383	260	123
Auxiliar de escritório, em geral	374	227	147
Garçom	362	370	-8
Pedreiro	232	219	13
Faxineiro	222	221	1
Agente de segurança	195	183	12
Cozinheiro geral	153	162	- 9

FONTE: MTE - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED.

Os municípios da Região Metropolitana Expandida Sul apresentam características diferenciadas. Em Anchieta, o setor industrial e o setor de serviços associado, apresentam maior empregabilidade no mercado de trabalho, situação que ocorre nas atividades do setor comercial e de serviços em Piúma e nas atividades do setor primário em Itapemirim e Marataízes. Nesses últimos destacam-se as atividades na cultura de cana-de-açúcar com sua característica sazonal, envolvendo, no período, um grande número de contratações, similar ao número de desligamentos. Na grande maioria das demais atividades ocorreram saldos positivos no período - número de admissões superiores às demissões.

Os dados referentes às atividades que mais empregaram no período estudado são apresentados nos **Quadro II.5.3.9-3**, a seguir.

**QUADRO II.5.3.9-3: ATIVIDADES QUE MAIS EMPREGARAM ENTRE 10/2004 A 09/2005**

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
ANCHIETA			
Preparador de estruturas metálicas	363	368	- 5
Carregador	318	233	85
Trabalhador manutenção edif. e logradouros	216	209	7
Servente de obras	209	118	91
Soldador	190	200	- 10
Mecânico manutenção de máquinas	155	151	4
Caldeireiro (chapas de ferro e aço)	75	75	0
Faxineiro	74	45	29
PIÚMA			
Vendedor de comércio varejista	76	72	4
Servente de obras	22	10	12
Cozinheiro geral	17	11	6
Frentista	14	9	5
Auxiliar de escritório em geral	11	7	4
Motorista de caminhão	10	13	- 3
Pedreiro	9	7	2
Motorista de ônibus urbano	9	3	6
ITAPEMIRIM			
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	1.178	1.196	- 18
Trabalhador agropecuário em geral	73	42	31
Servente de obras	71	56	15
Vendedor de comércio varejista	63	53	10
Estivador	57	42	15
Tratorista agrícola	49	51	- 2
Oleiro (fabricação de tijolos)	46	36	10
Zelador de edifício	40	21	19
MARATAÍZES			
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	87	58	29
Faxineiro	47	44	3
Vendedor de comércio varejista	42	38	4
Técnico de alimentos	30	14	16
Auxiliar de escritório, em geral	22	20	2
Servente de obras	15	19	- 4
Cobrador de transportes coletivos	15	12	3
Motorista de ônibus urbano	14	6	8

FONTE: MTE - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED.

Em Presidente Kennedy, município pertencente à Região Pólo Cachoeiro, onde predomina a população rural sobre a urbana, o setor agropecuário predomina amplamente, sendo as atividades vinculadas ao setor que imprimem a dinâmica do mercado de trabalho municipal. **(Quadro II.5.3.9-4).**



QUADRO II.5.3.9-4: ATIVIDADES QUE MAIS EMPREGARAM ENTRE 10/2004 A 09/2005

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
PRESIDENTE KENNEDY			
Trabalhador agropecuário em geral	36	25	11
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	34	11	23
Trabalhador da pecuária (bovinos de corte)	14	7	7
Oleiro (fabricação de tijolos)	6	2	4
Repositor de mercadorias	2	0	2
Escriturário de banco	2	0	2
Motorista de carro passeio	2	0	2
Trabalhador da pecuária polivalente	2	3	-1

FONTE: MTE - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED.

► Rio de Janeiro

Estrutura do Emprego

Nos municípios da Região Norte, o dinamismo no mercado de trabalho, com exceção de Macaé, onde uma das principais atividades econômicas está ligada à extração do petróleo (ver quadro das atividades que mais empregam para o município de Macaé a presença significativa da função de taifeiro, característica da demanda do setor petrolífero), e em menor escala, em Quissamã, é dado pelo setor agropecuário ou agroindustrial. Verifica-se, ainda, que na grande maioria das atividades houve, no período, saldo positivo, registrando-se uma desaceleração no mercado de trabalho, apenas em atividades sazonais - trabalhador da cultura de cana de açúcar em Campos dos Goytacazes e serventes de obras em Campos dos Goytacazes e Quissamã, conforme pode ser identificado no **Quadro II.5.3.9-5**, apresentado a seguir.

QUADRO II.5.3.9-5: ATIVIDADES QUE MAIS EMPREGARAM ENTRE 10/2004 A 09/2005

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
CAMPOS			
Trabalhador da cultura de cana-de-açúcar	4.624	4.724	- 100
Trabalhador agropecuário em geral	2.746	20242	504
Vendedor de comércio varejista	1.997	1.785	212
Servente de obras	1.542	1.847	- 305
Auxiliar de escritório, em geral	951	845	106
Recepcionista, em geral	695	282	413
Oleiro (fabricação de tijolos)	652	610	42
Faxineiro	649	515	134

continua



continuação

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
MACAÉ			
Servente de obras	1.680	1.609	71
Vendedor de comércio varejista	1.511	1.392	119
Auxiliar de escritório, em geral	1.377	1.269	108
Operador de telemarketing receptivo	1.359	942	417
Trabalhador da manutenção de edificações	744	537	207
Faxineiro	695	592	103
Assistente administrativo	638	542	96
Taifeiro	612	425	187
QUISSAMÃ			
Servente de obras	95	183	- 88
Trabalhador agropecuário em geral	33	23	10
Pedreiro	24	10	14
Trabalhador da manutenção de edificações	19	8	11
Instalador de tubulações	17	63	- 46
Auxiliar de escritório, em geral	16	25	-9
Guarda Civil Municipal	14	3	11
Soldador	11	12	- 1
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA			
Trabalhador agropecuário em geral	283	53	230
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	270	116	154
Vendedor de comércio varejista	57	30	27
Trabalhador da manutenção de edificações	34	19	15
Motorista de caminhão	27	16	11
Auxiliar de escritório, em geral	24	16	8
Operador de caixa	22	8	14
Frentista	14	16	-2
SÃO JOÃO DA BARRA			
Operador equipamentos refinação de açúcar	184	161	23
Gari	116	38	78
Vendedor de comércio varejista	77	55	22
Motorista de caminhão	37	31	6
Trabalhador agropecuário em geral	33	33	0
Oleiro (fabricação de tijolos)	31	24	7
Empregado doméstico nos serviços gerais	27	20	7
Auxiliar de escritório, em geral	27	23	4

continua



continuação

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
CARAPEBUS			
Porteiro de edifícios	15	2	13
Trabalhador da manutenção de edificações	8	6	2
Vendedor de comércio varejista	6	3	3
Frentista	5	2	3
Trabalhador agropecuário em geral	3	3	0
Motorista de carro de passeio	3	2	1
Atendente de farmácia balconista	2	0	2
Padeiro	2	1	1

FONTE: MTE - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED.

Nos municípios da Baixada Litorânea a atividade turística imprime a característica do mercado de trabalho, através do dinamismo de uma ampla gama de atividades vinculadas ao atendimento à clientela, à prestação de serviços, à manutenção e limpeza, situação que é evidente principalmente em Armação dos Búzios.

Merece destaque ainda, na maioria dos municípios, a ocupação na construção civil (servente de obras e pedreiro), indicando o dinamismo do setor impulsionado pelo expressivo crescimento populacional da região.

A ocupação no setor primário é inexpressiva na região, identificando-se apenas em Cabo Frio o emprego na atividade de cana-de-açúcar. No período, essa ocupação registrou, saldo positivo, situação similar a da grande maioria das atividades desenvolvidas na região, conforme pode ser verificado no **Quadro II.5.3.9-6**, apresentado a seguir.

QUADRO II.5.3.9-6: ATIVIDADES QUE MAIS EMPREGARAM ENTRE 10/2004 A 09/2005

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS			
Vendedor de comércio varejista	361	326	35
Camareiro de hotel	225	186	39
Garçom	173	152	21
Cozinheiro geral	144	133	11
Auxiliar de escritório, em geral	131	119	12
Recepcionista de hotel	98	84	14
Operador de caixa	96	73	23
Trabalhador da manutenção de edificações	96	57	39

continua



continuação

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
ARRAIAL DO CABO			
Operador de caixa	104	89	15
Vendedor de comércio varejista	79	69	10
Servente de obras	56	43	13
Faxineiro	43	23	20
Repositor de mercadorias	34	28	6
Atendente de lanchonete	27	24	3
Auxiliar de escritório, em geral	26	18	8
Pedreiro de edificações	25	15	10
CABO FRIO			
Vendedor de comércio varejista	1.440	1.259	181
Trabalhador da cultura de cana de açúcar	789	635	154
Servente de obras	572	499	73
Auxiliar de escritório, em geral	529	431	98
Faxineiro	503	273	230
Operador de caixa	429	320	109
Atendente de lanchonete	299	355	- 56
Trabalhador da manutenção de edificações	241	275	- 34
RIO DAS OSTRAS			
Faxineiro	523	348	175
Vendedor de comércio varejista	415	334	81
Servente de obras	240	300	- 60
Auxiliar de escritório, em geral	133	115	18
Trabalhador da manutenção de edificações	127	103	24
Operador de caixa	120	107	13
Atendente de lanchonete	96	108	- 12
Pedreiro	75	87	- 12
CASIMIRO DE ABREU			
Servente de obras	153	162	- 9
Auxiliar de pessoal	152	46	106
Vendedor de comércio varejista	145	131	14
Caldeireiro (chapas de ferro e aço)	110	50	60
Faxineiro	87	24	63
Auxiliar de escritório, em geral	80	62	18
Trabalhador da manutenção de edificações	75	24	51
Pedreiro	61	87	- 26

continua



continuação

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
ARARUAMA			
Vendedor de comércio varejista	602	480	122
Servente de obras	473	645	- 172
Trabalhador da manutenção de edificações	216	115	101
Faxineiro	170	106	64
Auxiliar de escritório, em geral	165	149	16
Operador de caixa	144	107	37
Vigia	115	111	4
Motorista de caminhão (rotas reg. e intern.)	88	94	-6
SAQUAREMA			
Vendedor de comércio varejista	438	332	106
Promotor de vendas	155	30	125
Serviços manutenção de edifícios/logradouros	102	77	25
Operador de caixa	94	57	37
Trabalhador da manutenção de edificações	86	66	20
Auxiliar de escritório, em geral	79	54	25
Repositor de mercadorias	61	43	18
Motorista de caminhão (rotas reg. e intern.)	55	34	21
MARICÁ			
Vendedor de comércio varejista	212	168	44
Alimentador de linha de produção	162	117	45
Trabalhador da manutenção de edificações	130	103	27
Repositor de mercadorias	102	83	19
Operador de caixa	100	101	-1
Auxiliar de escritório, em geral	86	72	14
Servente de obras	71	71	0
Faxineiro	66	53	13

FONTE: MTE - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED.

No Município de Niterói, integrante da Região Metropolitana, as atividades do setor terciário - comércio e serviços - são as que oferecem maior empregabilidade. No período analisado o saldo foi positivo na maioria das colocações oferecidas, criando-se oportunidades no mercado formal de trabalho, como pode ser observado no **Quadro II.5.3.9-7**, apresentado a seguir.

**QUADRO II.5.3.9-7: ATIVIDADES QUE MAIS EMPREGARAM ENTRE 10/2004 A 09/2005**

ATIVIDADES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
NITERÓI			
Vendedor de comércio varejista	4.748	4.429	319
Faxineiro	2.506	2.587	-81
Assistente administrativo	2.228	2.266	-38
Auxiliar de escritório, em geral	2.008	1.808	200
Operador de caixa	1.914	1.715	199
Servente de obras	1.802	1.866	-64
Atendente de lanchonete	1.535	1.375	160
Trabalhador da manutenção de edificações	1.179	1.111	68

FONTE: MTE - CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED.

Potencial de Absorção de Mão-de-Obra em Função do Empreendimento

Para o potencial de absorção de mão-de-obra local que será gerado em virtude da implantação e operação do empreendimento ver **Item II.2.3.B - Justificativas do Empreendimento**. De acordo com a estrutura de demanda de empregos locais apresentadas no item citado há uma geração de oportunidade de perfil de mão de obra cuja oferta está mais presente nos Municípios de Macaé e Vitória, visto serem aqueles dentro da Área de Influência do Empreendimento, que já possuem um histórico de atendimento às demandas da atividade petrolífera.

II.5.3.10 Educação

A análise da educação nos municípios da área de influência do empreendimento foi realizada com base em dois indicadores: a taxa de alfabetização da população e a infra-estrutura educacional (pública e privada) por nível de ensino.

Os dados foram obtidos através das pesquisas Censo (1991 e 2000) do IBGE, do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, elaborado pelo PNUD/IPEA, dos dados do INEP/MEC - Censo Educacional - 2004 e Censo da Educação Superior - 2003.

► Espírito Santo

Taxas de Alfabetização

As taxas de alfabetização refletem o acesso à educação em seu sentido mais elementar. Nos municípios capixabas da área de influência, em 2000, Vitória, capital do estado, apresenta o melhor índice – 96% da população alfabetizada, os municípios da Região Metropolitana Expandida Sul (Anchieta, Piúma, Marataízes e Itapemirim) situam-se em uma posição intermediária – entre 80 e 90%. Já os demais municípios da região Metropolitana (Fundão, Serra, Vila Velha e Guarapari) seguem uma faixa similar com o percentual mais baixo em Fundão (83,64) e mais alto em Vila Velha (90,89%). Na região do Pólo Linhares



(Linhares e Aracruz) o percentual se mantém entre 82 e 85%, enquanto Presidente Kennedy ocupa a pior posição, com uma taxa de cerca de 77% da população alfabetizada.

Na mesma data, as taxas de alfabetização no Brasil e no Estado do Espírito Santo eram, respectivamente, de cerca de 86% e 88%, situando a maioria dos municípios em uma situação melhor do que a do Brasil e similar a do Estado, conforme pode ser verificado no **Quadro II.5.3.9-8**, a seguir.

**QUADRO II.5.3.9-8: PERCENTUAL DE PESSOAS DE 7 ANOS OU MAIS ALFABETIZADAS
ESPÍRITO SANTO – 1991 E 2000**

PAÍS / ESTADO / MUNICÍPIOS	PESSOAS ALFABETIZADAS (EM %)	
	1991	2000
Brasil	74,28	82,45
Espírito Santo	77,93	85,15
Anchieta	75,50	85,93
Aracruz	78,69	85,70
Fundão	77,50	83,64
Guarapari	79,45	86,73
Itapemirim	73,08	81,16
Linhares	73,34	82,63
Marataízes	-	83,25
Piúma	79,71	85,56
Presidente Kennedy	64,80	73,35
Serra	80,59	87,07
Vila Velha	87,15	90,89
Vitória	87,74	91,99

FONTES: PNUD / IPEA, ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL - IBGE.
CENSO 1991 E CENSO 2000

Na comparação com 1991, em 2000 houve uma sensível melhoria nas taxas de alfabetização do Brasil, do Estado do Espírito Santo e dos municípios da área de influência capixaba. Essa melhoria é mais sensível (10% ou mais) em Anchieta, Itapemirim, Linhares, Marataízes e Presidente Kennedy, municípios que partem de índices mais baixos, expressando não apenas o maior acesso às escolas como também as iniciativas governamentais de alfabetização de jovens e adultos.

Infra-Estrutura Educacional

Os dados dos estabelecimentos educacionais dos municípios da área de influência do empreendimento no Estado do Espírito Santo referentes ao ano de 2004, são apresentados no **Quadro II.5.3.9-9**, a seguir.

**QUADRO II.5.3.9-9: ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - 2004**

MUNICÍPIOS	ENSINO PRÉ-ESCOLAR				ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO			
	PÚBLICO		PRIVADO		PÚBLICO		PRIVADO		PÚBLICO		PRIVADO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Vitória	42	46,2	49	53,8	53	50,5	52	49,5	12	26,7	33	73,3
Vila Velha	27	24,8	82	75,2	77	50,6	75	49,4	15	36,6	26	63,4
Linhares	40	88,9	5	11,1	105	94,6	6	5,4	4	50,0	4	50,0
Fundão	4	100,0	0	0,0	11	100,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0
Aracruz	33	86,8	5	13,2	46	90,2	5	9,8	6	66,7	3	33,3
Anchieta	33	89,2	4	10,8	43	97,7	1	2,3	1	50,0	1	50,0
Guarapari	38	77,5	11	22,5	67	89,3	8	10,7	5	50,0	5	50,0
Serra	47	51,6	44	48,4	93	71,5	37	28,5	14	53,8	12	46,2
Piúma	9	90,0	1	10,0	11	91,7	1	8,3	1	50,0	1	50,0
Itapemirim	23	95,8	1	4,2	42	97,7	1	2,3	2	100,0	0	0,0
Marataízes	10	66,7	5	33,3	31	88,6	4	11,4	10	66,7	5	33,3
Presidente Kennedy	13	100,0	0	0,0	19	100,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0

FONTE: MEC/INEP – CENSO EDUCACIONAL - 2004

Conforme pode ser verificado, em todos os municípios da área de influência são oferecidos serviços educacionais de pré-escola, ensino fundamental e médio. Em todos eles, com exceção de Vitória e Vila Velha, predominam os estabelecimentos públicos de ensino. Em Presidente Kennedy e Fundão não existem escolas da rede privada em qualquer nível de ensino.

Como regra geral, a pré-escola e o ensino fundamental são oferecidos pela rede pública municipal e o ensino médio pela rede pública estadual. Apenas em Piúma o ensino fundamental está predominantemente a cargo da rede estadual, tendo importância, ainda, em Itapemirim e Presidente Kennedy.

Quanto ao ensino superior, os dados do MEC (Censo da Educação Superior, 2003) indicam que apenas em Vitória existem estabelecimentos que oferecem esse nível de ensino, sendo 1 estadual, 2 federais e 23 privados. A grande maioria dos estudantes (21.125 ou 64,5%) está matriculada nas faculdades particulares, as federais (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFETES) abrangem cerca de 35% das matrículas (11.557 alunos), limitando-se a 52 alunos os que freqüentam a única faculdade estadual.



► Rio de Janeiro

Taxas de Alfabetização

Em todos os municípios da área de influência do empreendimento no Rio de Janeiro, em 2000, as taxas de alfabetização da população eram inferiores a registrada no estado como um todo, que se situava em 93,4%. Tinham os melhores indicadores os municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Macaé e Cabo Frio, com taxas de alfabetização da população superiores a 90%. Na mesma data, São Francisco de Itabapoana apresentava o pior índice com 25% da população analfabeta. Esse município, assim como Quissamã e São João da Barra apresentavam, inclusive, taxas de alfabetização inferiores as registradas no país, que era de 86,4%, conforme se verifica no **Quadro II.5.3.9-10**, a seguir.

QUADRO II.5.3.9-10: TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO - RIO DE JANEIRO – 1991 E 2000

PAÍS / ESTADO / MUNICÍPIOS	TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO	
	1991	2000
Brasil	74,28	82,45
Rio de Janeiro	77,93	85,15
Araruama	74,06	84,52
Armação dos Búzios	-	88,10
Arraial do Cabo	83,57	89,52
Cabo Frio	80,47	86,88
Carapebus	-	83,72
Campos dos Goytacazes	78,97	86,14
Casimiro de Abreu	75,10	84,66
Macaé	82,25	88,03
Maricá	80,53	87,94
Niterói	90,93	93,38
Quissamã	74,87	81,62
Rio das Ostras	-	85,87
São Francisco de Itabapoana	-	73,36
São João da Barra	65,03	83,40
Saquarema	74,96	84,47

FONTE: PNUD / IPEA, ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL - IBGE CENSO 1991 E CENSO 2000

No período intercensitário (1991/2000), melhoraram as taxas de alfabetização em todos os municípios da área de influência, no estado e no país. Como regra geral, os municípios que registraram, em 1991, as maiores taxas de alfabetização foram os que tiveram, relativamente, os menores índices de crescimento e, inversamente, os que apresentavam as menores taxas foram os que tiveram o melhor desempenho. Isso ocorreu, de forma similar ao Estado do Espírito Santo em decorrência do aumento da rede escolar como também das iniciativas governamentais visando a alfabetização de jovens e adultos.

Infra-Estrutura Educacional



Os números dos estabelecimentos educacionais localizados nos municípios da área de influência do empreendimento no Rio de Janeiro referentes ao ano de 2004, são apresentados no **Quadro II.5.3.9-11**, a seguir.

QUADRO II.5.3.9-11: ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS - RIO DE JANEIRO - 2004

MUNICÍPIOS	ENSINO PRÉ-ESCOLAR				ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO			
	PÚBLICO		PRIVADO		PÚBLICO		PRIVADO		PÚBLICO		PRIVADO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
São Francisco de Itabapoana	78	97,5	2	2,5	85	97,7	2	2,3	5	83,3	1	16,7
São João da Barra	30	90,9	3	9,1	38	92,7	3	7,3	3	75,0	1	25,0
Campos dos Goytacazes	217	71,1	88	28,9	241	73,7	86	26,3	39	75,0	13	25,0
Quissamã	11	91,7	1	8,3	19	95,0	1	5,0	1	50,0	1	50,0
Macaé	77	77,0	23	23,0	84	80,0	21	20,0	15	62,5	9	37,5
Rio das Ostras	17	70,8	7	29,2	25	78,1	7	21,9	5	71,4	2	28,6
Carapebus	11	91,6	1	8,4	15	93,8	1	6,2	4	100,0	0	0,0
Casimiro de Abreu	11	64,7	6	35,3	20	76,9	6	23,1	6	66,7	3	33,3
Armação dos Búzios	9	60,0	6	40,0	13	72,2	5	27,8	2	66,7	1	33,3
Cabo Frio	33	52,4	30	47,6	66	68,8	30	31,3	11	55,0	9	45,0
Arraial do Cabo	5	38,5	8	61,5	9	52,9	8	47,1	3	60,0	2	40,0
Araruama	25	58,1	18	41,9	49	72,0	19	28,0	7	63,6	4	36,4
Saquarema	33	68,6	15	31,4	50	76,9	15	23,1	6	66,7	3	33,3
Maricá	34	69,4	15	30,6	51	79,7	13	20,3	8	57,1	6	42,9
Niterói	53	29,5	127	70,5	86	62,8	115	57,2	24	30,0	56	70,0

FONTE: MEC/INEP – CENSO EDUCACIONAL - 2004

Os serviços educacionais de pré-escola e de ensino fundamental e médio são oferecidos em todos os municípios da área de influência por escolas das redes pública e particular.

No que se refere ao número de estabelecimentos em todos os níveis de ensino (pré-escola, ensino fundamental e médio), predominam os da rede pública nos Municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra. Em Carapebus a situação é extrema, pois, o município não apresenta escolas privadas, em nenhum dos níveis.

A rede privada assume maior importância nos municípios mais urbanizados e com maior dinamismo econômico, caso de Campos de Goytacazes, Macaé, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Niterói.

Os dados do MEC (Censo da Educação Superior, 2003) indicam que, na área de influência fluminense, existem estabelecimentos que oferecem o ensino superior em Campos de Goytacazes, Macaé e Cabo Frio.

Em Campos de Goytacazes estão instaladas duas universidades públicas, destacando-se a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, e 6 estabelecimentos particulares, com 3.134 (17,4%) e 14.924 (82,6%) matrículas, respectivamente.



Existem duas instituições educacionais de nível superior no município de Cabo Frio, sendo um estabelecimento privado, onde estavam matriculados 3.217 alunos (96%) e um federal com 135 matrículas, correspondendo a apenas 4% do total.

Em Macaé funciona um campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) que, em 2003, tinha 494 alunos matriculados e dois estabelecimentos da esfera pública com 1027 alunos, correspondendo, respectivamente, a 32,5% e 67,5% do total das matrículas.

II.5.3.11 Lazer, Turismo e Cultura

Para a realização deste Diagnóstico foram utilizadas informações e dados, disponibilizados em diferentes fontes: governamentais, não-governamentais, acadêmicas, de publicidade turística e, ainda, dados secundários, como estudos bibliográficos e pesquisas via internet.

A caracterização das atividades turísticas encontra-se estruturada em 2 subitens, a saber: **(i)** principais atrativos naturais, históricos e culturais e **(ii)** turismo náutico.

Principais Atrativos Naturais, Históricos e Culturais

A faixa litorânea representa um espaço territorial privilegiado para o desenvolvimento turístico, que atualmente constitui-se num dos mais importantes vetores de ocupação do litoral brasileiro. Três modalidades de turismo encontram-se presentes na área de influência: turismo de segunda residência; aluguel de residência para temporada; e ocupação hoteleira/pousada.

Vale ressaltar que o turismo litorâneo é extremamente dependente da integridade do meio ambiente costeiro e é influenciado por fatores bióticos, físicos e socioeconômicos, sobretudo considerando-se que o litoral da região de estudo possui grande extensão, com formações físico-bióticas e economias diversificadas.



Na região em estudo o turismo tem como principal motivação a presença de vasta extensão de praias e inúmeras lagoas, que permite o desenvolvimento de várias atividades de recreação e lazer voltadas para os esportes aquáticos, tais como: banho de mar, passeio de barco, mergulho e pesca amadora.

A concentração de atividades na costa induziu a implantação de infra-estrutura de serviços e comércio voltada para o atendimento do setor de turismo. Nas praias, o turista conta com quiosques, restaurantes e a comercialização de diversos produtos por intermédio dos ambulantes, além, da oferta de aluguel de barcos e equipamentos náuticos.

O ramo de prestação de serviços, notadamente o imobiliário, de materiais de construção e de hospedagem, foi dinamizado com a indústria de turismo, implicando no incremento da demanda por aluguel por temporada e hotéis e pousadas.

O período de maior fluxo de turista corresponde aos meses de verão - janeiro e fevereiro e feriados prolongados. Dado a reestruturação no calendário escolar, o período de férias de verão foi reduzido. Como estratégia para atrair o maior número de turistas, os municípios têm promovido vários eventos, incluindo desde festividades religiosas até festivais de verão e de inverno.

No que se refere à procedência dos turistas, os balneários do litoral sul do Espírito Santo recebem na sua grande maioria pessoas oriundas dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Os balneários do Norte Fluminense, via de regra, recebem veranistas do próprio município e demais municípios vizinhos. Na Região dos Lagos, predominam os veranistas procedentes do próprio Rio de Janeiro e Minas Gerais.

► Espírito Santo

a) Litoral Capixaba:

O litoral do Espírito Santo estudado, constituído pelos municípios de Linhares, Aracruz, Fundão, Serra, Vitória, Vila velha, Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy, é caracterizado pela presença de costas altas, representadas por falésias e extensas faixas da Formação Barreiras e pelos costões rochosos, alternando-se com costas baixas assinaladas pelas planícies costeiras, freqüentemente relacionadas à pequenos cursos fluviais e embocaduras de rios.

Deve-se ressaltar que as praias desse trecho do litoral do Espírito Santo, além de suas belezas naturais, são também procuradas devido às propriedades terapêuticas de suas areias – areias monazíticas, sendo as do Município de Piúma as que apresentam maior concentração de monazita no Estado.



Os municípios litorâneos, na maior parte dos casos, têm no mar o seu grande potencial turístico, e o verão como período de maior fluxo de turistas. No caso do litoral sul do Espírito Santo, apesar da existência de outros atrativos além do mar, o período do verão é a época do ano mais importante, quando o fluxo de turistas é mais intenso provenientes, principalmente, das regiões leste e da zona da mata de Minas Gerais. O ápice anual do turismo ocorre durante o período do Carnaval. Em algumas localidades o contingente de turistas chega a ser superior à população local.

O desenvolvimento turístico dessa região foi determinante para o processo de crescimento acelerado apresentado em Guarapari e Piúma.

As diferentes etnias que povoaram o Espírito Santo permitiram uma diversidade cultural ímpar. O folclore do Espírito Santo é herança de índios, africanos, portugueses, italianos, alemães, suíços e tantos outros que aqui chegaram e tiveram seus costumes e tradições passados de geração em geração, dando origem ao povo capixaba.

b) Linhares:

O turismo não é a atividade preponderante na economia do Município de Linhares. Este, contudo, possui uma geografia propícia para o desenvolvimento do turismo ecológico, apresentando no encontro do rio Doce com o mar, extensa formação estuarina, além de manguezais, lagos, praias. Sua potencialidade turística é apoiada principalmente nos recursos naturais do município.

Situada no baixo rio Doce, Linhares possui extensa planície litorânea, cortada por uma infinidade de rios e córregos alternados com lagoas e áreas alagadiças. Esta conformação induziu o crescimento do município, na sua parte interior, junto à rodovia BR-101, sendo incipiente a ocupação da área litorânea.

Abriga a Estação do Projeto TAMAR que visa a proteção e preservação de tartarugas marinhas, sendo que a região do rio Comboios é reconhecida como o maior sítio de desova de tartaruga gigante do Brasil. A base do TAMAR em Comboios atrai muitos visitantes e é um ponto turístico do distrito.

No Distrito de Povoação, a 42 km da sede, pode-se observar o encontro do Rio Doce, o principal do Espírito Santo, com as águas do Oceano Atlântico.

As praias mais freqüentadas pelos turistas estão nos distritos de Regência (que abriga a mais antiga vila de pescadores do município). Também são atrativas as praias de Povoação, Pontal do Ipiranga, Urussuquara e de Barra Seca (a praia de nudismo do espírito Santo).

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:



ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Nossa Senhora da Conceição (Igrejinha velha)
ARQUITETURA CIVIL	Praça 22 de Agosto; Ponte Getúlio Vargas; Antiga Casa da Câmara; Casa de Joaquim Calmon; Busto do Caboclo Bernardo; Museu Histórico de Regência; Casa do Congo; Centro Ecológico; Cúpula do Farol; Porto da Pracinha; Mirante do Rio Doce.
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	do Pontal do Ipiranga; de Regência; de Povoação; de Urussuquara; do Nudismo ou Barra Seca; Três Pontas; Floresta; do Caju; da Lagoa Nova; do Pontal do Ipiranga; do Linhares Esporte Clube
LAGOS E LAGOAS	Lagoa Juparanã; Lagoa No; Lagoa das Palmas; Lagoa Monsarás; Ilha do Imperador; Lagoas da margem sul do Rio Doce
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Reserva Biológica de Comboios

c) Aracruz:

Atualmente, o maior fator de atração turística de Aracruz é o seu litoral, com uma extensão de 46km, incluindo praias e manguezais e pequenas aldeias indígenas. Outra atração é a Estação de Biologia Marinha, com uma área de 21 ha de florestas primárias, cultivo de plantas medicinais, praias e manguezais.

Aracruz apresenta potencial para o desenvolvimento turístico, principalmente do ecoturismo ligado às tradições indígenas. As aldeias indígenas remanescentes são formadas por povos descendentes dos guaranis e tupiniquins, os primeiros habitantes da região. As crianças indígenas costumam, comercializar o artesanato no centro histórico de Santa Cruz.

A principal área turística do município de Aracruz é a Praia de Santa Cruz, hoje transformada em área de veraneio durante o período de dezembro a março.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:



ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Sagrado Coração de Jesus; Igreja do Preto e dos Brancos; Igreja de Santa Cruz; Igreja N.S. da Penha; Igreja São João Batista; Igreja N.S. do Monte Serrat; Igreja de São Benedito.
ARQUITETURA CIVIL	Colônia de Férias SESC
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Barra do Sahy; Putiri; dos Padres; Formosa; Mar Azul; Santa Cruz; Coqueiral; dos Comboios; Barra do Riacho; da Concha; da Sauna.
LAGOS E LAGOAS	Lagoa do Aguiar; Lagoa de Baixo; Lagoa do Meio; Lagoa do Sauê.
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Aldeia Tekoã -Porã; Nações Tupiniquins; Terra Indígena Caieiras Velhas; Terra Indígena Comboios; Terra Indígena do Irajá; Terra Indígena Pau Brasil; Terra Indígena Três Palmeiras; Reserva Biológica dos Manguezais dos Rios Piraquê - Açu e Piraquê-Mirim.

d) Fundão:

No Município de Fundão a atividade turística não é muito significativa, se comparada ao contexto regional. Contudo, o turismo local é voltado para os atrativos naturais e paisagísticos, tanto na parte interiorana, quanto no litoral do município.

A bacia que compõe a paisagem hidrográfica do município é a do rio Reis Magos, destacando-se como principais rios o Fundão, o Piabas, o Timbuí e o Reis Magos. Destaca-se também, a Enseada das Garças e a Praia do Rio Preto, na divisa com Aracruz, todas distando algumas dezenas de quilômetros da sede municipal. Seu principal balneário é o de Praia Grande, a 30 km da sede, separada de Nova Almeida, na Serra, por uma ponte.

Parte da produção de cerca de 20 hectares de mexerica é vendida em barraquinhas à beira da estrada (BR 101), o que tornou o município conhecido.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Goiapaba-açu; Igreja Três Barras; Igreja S. José; Igreja N.S. da Penha; Igreja Santo Antônio.
ARQUITETURA CIVIL	Casa de Cultura de Fundão, antiga Residência da Família Agostini; Biblioteca Pública Prof. Mário Jahel; Cine Redivo.
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Grande; do Rio Preto; Enseada das Garças.



e) Serra:

A configuração da paisagem e os atrativos naturais de Serra dotam o município de grande potencial para o desenvolvimento turístico. São 23 km de costa, um expressivo complexo hidrográfico e um complexo montanhoso que tornam esse município rico em atrativos naturais e ecológicos.

O potencial turístico de Serra concentra-se principalmente na sua área litorânea. Os principais balneários são Carapebus, Jacaraípe, Manguinhos, Praia Mole, Bicanga e Nova Almeida. Nova Almeida é um importante centro de lazer, visitada por muitos turistas no verão. Possui boa infra-estrutura hoteleira e de restaurantes.

O Município de Serra reúne, também, as mais diversificadas manifestações culturais do Espírito Santo, que podem ser vistas em suas diferentes formas como: Festa de São Benedito, Bandas de Congo, Banda Estrela dos Artistas, Banda Marcial da Escola Serrana, Folia de Reis, Boi Graúna, Capoeira e, ainda, em seu artesanato, folclore e comidas típicas.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja de N.S. da Conceição; Capela de S. João; Igreja dos Reis Magos; Ruínas da Igreja de S. José de Queimado; Casa de Pedra.
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	de Carapebus; de Bicanga; de Manguinhos; de Jacaraípe; Nova Almeida
LAGOS E LAGOAS	do Juá; de Capuba; Jacuném; Carapebus; do Baú; Maringá.
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	APA de Praia Mole

f) Vitória:

O Município de Vitória está circundado pela baía de Vitória e pelo estuário formado pelos rios Santa Maria, Bubu, Marinho e Aribiri, e apresenta ilhas, encostas, enseadas, pontas, mangues e praias, elementos de grande recurso paisagístico. O turismo náutico desse município é muito intenso devido ao fato de ser formado por um arquipélago composto por 34 ilhas.

Os manguezais exercem importante papel sob o ponto de vista, social, econômico, ecológico e paisagístico. A importância social e econômica deste ecossistema, diz respeito ao sustento de pescadores artesanais, catadores de caranguejos e suas famílias.

Outro setor que depende diretamente dos manguezais são as paneleiras (profissionais que confeccionam painéis de barro), cujo elemento de tingimento e impermeabilização, o Tanino, é extraído da casca da Rhizophora



mangue. A panela de barro é um importante produto do tradicional artesanato da região, e utensílio usado no preparo da moqueca e torta capixaba (pratos regionais que também exercem forte atração turística). É a expressão máxima do artesanato capixaba. Sua produção é passada de mãe para filha há pelo menos 400 anos, e sua origem está ligada às raízes indígenas.

Além de suas riquezas naturais, possui um patrimônio histórico muito importante, com um dos conjuntos arquitetônicos mais representativos do País: igrejas, casarios antigos, conventos, palácios e outros.

Embora em termos relativos a atividade turística não tenha uma participação expressiva na economia do município, é a mais relevante de todo o estado mesclando turismo de negócios com turismo de lazer, principalmente balneário e esportivo.

A cidade de Vitória destaca-se por seus atributos paisagísticos que aliados à oferta de seus hotéis, restaurantes e atividades culturais constitui um centro importante de turismo na costa sudeste do Brasil. Na cidade as praias mais visitadas pelos turistas são: Camburi, Ilha do Boi, Curva da Jurema e Praia das Castanheiras.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Ponte Florentino Ávidos; Ponte Darcy C. de Mendonça; Escadaria Maria Ortiz; Escadaria Bárbara Lindenberg; Escadaria São Diogo; Escadaria Dionísio Rosendo; Catedral Metropolitana; Convento de São Francisco; Capela de Santa Luzia; Capela de N.S. das Neves; Igreja de N.S. do Carmo; Igreja do Rosário; Igreja de São Gonçalo; Santuário de Santo Antônio; Palácio Anchieta; Teatro Carlos Gomes; Escola de Arte da FAFI; Mercado Capixaba; Planetário de Vitória; Observatório Astronômico da UFES.
ARQUITETURA CIVIL	Palácio Domingos Martins, Palácio Anchieta, Teatro Glória, Teatro Carlos Gomes, Escola de Arte Fafi, Mercado da Capixaba, Terceira Ponte, Escadarias, Praça dos Namorados, dos Desejos e da Ciência, Praça Oito, Parque Pedra da Cebola, Cidade Alta
MUSEUS	Museu de Arte do ES – MAES; Museu Solar Monjardim, Museu de Artes, Museu Solar Monjardim, Museu São Benedito do Rosário, Planetário e Observatório
ARQUITETURA MILITAR	Forte São João

continua



continuação

ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	de Camburi; do Canto; da Castanheira; Curva da Jurema; da Direita e Esquerda
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
ILHAS	de Vitória; da Pólvora; do Cal; Pedra dos Ovos; das Pombas; do Urubu; das Tendias; das Cobras; Maria Catoré; Pedra da Baleia; dos Práticos; dos Itaitis; dos Igarapés; Galheta de Dentro (ou Gaeta); Galheta de Fora (ou Gaeta); das Andorinhas; Rasa; do Fato; dos Índios; do Socó; do Frade; do Chrisógono (Santa Cruz); do Paraíso; da Baleia (Cavalo); do Meio; do Campinho; do Apicum (Lameirão); Guruça; Margarida; Solteira; Grande (Delta do Rio Santa Maria); de Trindade; Arquipélago Martin Vaz; da Fumaça. Ilhas Integradas à Vitória: de Santa Maria; de Monte Belo; do Boi; do Papagaio; do Sururu; do Príncipe; do Bode; da Rainha; da Palha (Madeira); das Caieiras; do Caju; Wetzel; Rabello; do Cercado; da Força; Cinzenta; Gonçalves Martins; Ana Vaz; Pernambuco.
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	EEM Ilha do Lameirão; REM das Ilhas Oceânicas de Trindade e Arquip.Martin Vaz; REM da Restinga de Camburi; APA Ilha do Frade; PM da Baía Noroeste de Vitória, Parque Moscoso, Parque Municipal Horto de Maruípe

O litoral do Espírito Santo é famoso pelas excelentes condições para a pesca oceânica. O tamanho e a quantidade de peixes na região atrai a atenção de pescadores do mundo inteiro. A maior incidência do Marlim Branco ocorre em novembro, e do Marlim Azul de outubro a março.

PRINCIPAIS EVENTOS ESPORTIVOS NAÚTICOS
<ul style="list-style-type: none">▪ Torneio Costa Brasil de Pesca Oceânica▪ Regata Oceânica Vitória/Trindade/Vitória▪ Volta de Taputera – Regata de Vela▪ Lavagem do Triângulo – Praia do Canto▪ Troféu Brasil de Remo▪ Campeonato Brasileiro de Natação em Águas Abertas – 5 km
EVENTOS DE PESCA ESPORTIVA
<ul style="list-style-type: none">▪ Campeonato Nacional de Pesca de Arremesso;▪ Torneio Estadual de Pesca de Fundo;▪ Torneio Antenor Tavares de Pesca do Marlin Azul.

g) Vila Velha:

Assim como Vitória, o Município de Vila Velha apresenta grande potencial de desenvolvimento do turismo, sobretudo pelo seu patrimônio natural, distribuído nos 32 km de sua orla marítima. Vila Velha está geograficamente bem posicionada, tanto para o turismo como para as atividades comerciais, industriais e de serviços, pois apresenta boa logística de transportes e serviços.

O Município de Vila Velha, que é a cidade mais antiga do Espírito Santo, fundada em 1535, possui um sítio histórico de grande valor para o turismo histórico e cultural. Compreende a área do Morro do Convento e a Prainha, onde estão localizados os principais monumentos históricos do município e do Estado. Com dois bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e



Artístico Nacional (IPHAN) - o Convento de Nossa Senhora da Penha e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário - o sítio histórico abriga também a área do antigo Forte de São Francisco Xavier da Barra, hoje Forte de Piratininga, a casa da Cultura de Vila Velha e do casario colonial e do Século XIX.

Além disso, os pontos elevados, principalmente o morro do Convento de Nossa Senhora da Penha, proporcionam a visualização de vários cenários do litoral. Ao longo do ano, o Município de Vila Velha é palco de eventos esportivos como as Dez Milhas Garoto, o Triatlon do Exército, a etapa brasileira do Duatlon Aquático e a Rústica Natatória Almirante Tamandaré.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Casa da Memória (Museu Etnográfico); Teatro Municipal; Igreja Matriz N.S. do Rosário; Convento N.S. da Penha; Igreja (Gruta) Frei Pedro Palácio; Farol de Sta. Luzia; Terminal Aquaviário; Academia de Letras Humberto, Santuário Divino Espírito Santo, Igreja de São Pedro, Igreja dos Navegantes, Igreja Nossa Senhora da Glória Capela da Barra do Jucu
ARQUITETURA CIVIL	Ladeira das Sete Voltas, Casa da Cultura, Teatro Municipal Hélio Vianna, Fábrica de Chocolates Garoto, Galeria Atual, Gruta Frei Pedro Palácios, Pólo Industrial de Confeções da Glória
MUSEUS	Museu Homero Massena; Museu Ferroviário CVRD, Museu Etnográfico do Espírito Santo (Casa da Memória)
ARQUITETURA MILITAR	Forte S. Francisco Xavier da Barra
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	do Ribeira; da Sereia; da Costa; de Itapoá; de Itaparica; da Barrinha; da Concha; do Peitoral; do Jacunem; Grande; da Baleia; da Boa Vista; Barra do Jucu
ILHAS	da Concha
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Parque da Prainha; Parque das Castanheiras; Reserva de Jacarenema; Parque Natural Municipal da Mantegueira (Ecológico Espera Maré); Parque Estadual Ilha das Flores; APA Morro do Moreno/APA Lagoa Grande; APA Lagoa do Cocal; APA Lagoa do Jabaeté; Complexo de Interlagos (restingas e lagoas).

h) Guarapari:

Localizada a 51 km de Vitória, Guarapari é o principal balneário do Estado e faz parte da região metropolitana da capital. Suas maiores atrações são o litoral, considerado como um dos mais belos da região, as construções do Padre José de Anchieta, as áreas para mergulho e os passeios de escuna pelo canal.



Em sua costa estão localizadas 46 praias bastante procuradas por turistas de dentro e fora do estado. Um fator importante como atrativo turístico são as areias ricas em minérios radioativos, distribuídas desde a Praia do Sol na divisa com o município de Vila Velha até a praia de Mãe Bá, na divisa com Anchieta.

A cidade é bem estruturada para atender ao turista. Hotéis, restaurantes, comércio completo, rede de serviços em geral, expansão imobiliária, tudo veio com a fama de suas águas azuis e areias medicinais.

Uma outra característica do município é a intensa atividade de pesca marítima. Um dos melhores pontos para a pesca do Marlim Azul está no sul de Guarapari. Este peixe oceânico vive nas águas azuis, limpas e quentes. É encontrado mais freqüentemente nas regiões de Vitória, Guarapari, Salvador e Ilhabela.

Destaca-se a presença de uma exposição permanente sobre a vida marinha. A Expomar está instalada na Ilha das Gaivotas, próximo à ponte de acesso a Guarapari. São centenas de espécies como o peroá, robalo, badejo, vários tipos de tubarão, estrela do mar, cavalo marinho, lagosta, caramuru (serpente marinha), pargo, baiacu e guaiamun.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Matriz; Igreja de Santana; da Igreja de N.S. da Conceição
ARQUITETURA CIVIL	Poço da frente ou poço de beber, Casa da Cultura, Acquamania, Casa do Artesão, Cemitério (que inspirou novela da 'Rede Globo'), Expomar
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	da Areia Preta; do Meio; das Castanheiras; dos Namorados; da Arrebentação; das Virtudes; do Valadão; de Guaibura; de Meaípe; da Bacutia; do Riacho; do Morro; Barra do Jucu; de Muquiçaba; da Cerca; dos Adventistas; do Perocão; Três Praias; da Aldeia; de Santa Mônica; de Setiba; de Setibão.
ILHAS	Arquipélago das Três Ilhas; Ilha Escalvadas; Ilhas Rasas.
CACHOEIRAS	Baía Nova, Iracema, cabeça Quebrada
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	APA das Três Ilhas; Parque Estadual Paulo César Vinha (Setiba)



i) Anchieta:

São 30 km de praias com areias claras ou douradas, totalizando 23 praias, algumas virgens, outras muito freqüentadas no verão, como as de Ubú, Castelhanos, e Iriri, esta famosa pelo seu carnaval de época e fora de época, o Micariri.

Localiza-se no município o Santuário Nacional de Anchieta, complexo religioso que inclui a Igreja N.S. de Assunção, a Cela onde o padre jesuíta morreu e o Museu Nacional de Anchieta. Todas as edificações guardam relíquias de valor inestimável para a história do Brasil.

Por abrigar tais construções e relíquias associadas à história do Padre Jesuíta José de Anchieta, o município de Anchieta destaca-se em sua vocação para o turismo histórico religioso. O grande evento do turismo histórico e religioso local é a caminhada “Passos de Anchieta”, percurso histórico realizado pelo Padre José de Anchieta no Século XVI.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja de Anchieta, Igreja de Nossa Senhora da Assunção
MUSEUS	Museu Anchieta
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Maimbá (Mãe-bá), Iriri, Boca da Baleia, Parati, Ubu, Coqueiro, Balanço, Marvila, Inhauna, Santa Helena, dos Namorados, Costa Azul, Areia Preta e Guanabara.
LAGOS E LAGOAS	Lagoa Maimbá

j) Piúma

Piúma é uma ilha separada do continente pelo rio Piúma. Possui patrimônio natural e paisagístico composto por 8 km de praias e uma cadeia de ilhas.

Seu maior símbolo é o Monte Aghá, formação rochosa com mais de 300 metros em pleno mar. As águas aos pés desse monte são claras e repletas de conchas.

Próximas às praias estão as Ilhas do Gambá, do Meio, dos Cabritos e a Ilha dos Franceses, onde existem espécies exóticas de conchas que são usadas por artesãos.

Conhecido internacionalmente, o artesanato de conchas é característico do Litoral Sul. Mas é em Piúma que esta arte tem sua maior expressão, sendo responsável pelo sustento de dois terços da população local. São colares, enfeites, porta-retratos e baús feitos com conchas e búzios que depois são vendidos em feiras e exposições no centro da cidade.



Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Nossa Senhora da Conceição, Santuário Nossa Senhora da Conceição,
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Aghá, Corujão, Pau Grande, Maria Neném, Acaíca, Doce
ILHAS	do Meio, dos Cabritos, Gambá
LAGOS E LAGOAS	Lagoa da Conceição
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Parque Natural de Fauna e Flora, Morro do Ilkyara, Monte Aghá

k) Itapemirim:

Itapemirim possui uma estrutura turística muito restrita. Apesar deste fato, o turismo desempenha um papel importante na economia local. Suas praias de águas tranquilas, Itaóca e Itaipava, são freqüentadas o ano inteiro pelos capixabas.

A praia de Itaipava não dispõe de quiosques ou barraquinhas na areia, mas os bares, ao longo da Avenida Beira Mar, servem bebidas e petiscos aos freqüentadores da praia. Em Itaóca encontra-se a presença de quiosques, bares e restaurantes. Devido ao mar calmo e aos ventos constantes, esta praia é indicada para a prática de iatismo.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Nossa Senhora do Amparo
ARQUITETURA CIVIL	Casa do Barão de Itapemirim (Câmara Municipal)
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Itaóca, Itaipava

l) Marataízes:

Quase na divisa com o Rio de Janeiro, Marataízes é conhecida no Espírito Santo como "a pérola capixaba". Ao todo, são 25 km de praias, muitas ainda desertas. Com águas mornas e sol sempre presente, o lugar vem se tornando um dos maiores balneários do sul do estado. As areias pretas de Marataízes são famosas até no exterior, pelos tratamentos medicinais. Na cidade, a praia de Marataízes é a mais freqüentada, localizada bem no centro da cidade. Possui piscinas naturais e um grande terminal pesqueiro.



Com exceção das próximas ao centro, as praias de Marataízes ainda não são muito exploradas turisticamente. Porém, o lugar já tem uma boa infra-estrutura de restaurantes e hospedagem, se levado em consideração, que efetivamente só virou uma cidade mesmo em 1997, quando se emancipou.

No centro da cidade há construções do Século XIX, como o Palácio das Águias, e do século XVIII, como a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes.

Marataízes é uma cidade rica no artesanato, como a embira, cipó, palha, argila, madeira, entre outros. Além disso, Marataízes conta com festas populares como a Festa das Canoas, Festa do Peroá, Nossa Senhora dos Navegantes, entre outras.

O município realiza uma grande festa de Carnaval, que se tornou uma comemoração tradicional no estado e fora. Realiza o Carnaval fora de época, o MICAMAR, com duração de 4 dias de comemorações no mês de setembro, considerada uma das maiores festividades região.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Nossa Senhora dos Navegantes
ARQUITETURA CIVIL	Estação Ferroviária, Trapiche, Palácio das Águias
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Areia Preta, Marataízes, do Centro, Cações, Siri, Prainha, da Morte
ILHAS	Franceses, Ovos, Itaputera
LAGOS E LAGOAS	Lagoa Encantada, Siri

m) Presidente Kennedy:

Embora apresente potencial para a sua inclusão no contexto turístico do sul do Espírito Santo, o município de Presidente Kennedy possui, quando comparado com os demais municípios, um baixo desenvolvimento na exploração do turismo. Os 16 km de praia presentes na localidade são pouco conhecidos, atraindo um baixo fluxo de turistas.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:



ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Nossa Senhora das Neves
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Marobá, Neves

► Rio de Janeiro

a) Litoral do Estado do Rio de Janeiro:

A região em estudo no Estado do Rio de Janeiro apresenta trechos com diferentes características geomorfológicas, como costões rochosos, praias, restingas, sistemas estuarinos e lagunares. Esses atrativos naturais atraem um expressivo contingente populacional, seja de novos moradores, seja de turistas e veranistas.

O Estado do Rio de Janeiro apresenta três trechos distintos de formação litorânea. O primeiro, caracterizado pela presença de tabuleiros, baixadas e restingas, vai do delta do Rio Paraíba do Sul, na região nordeste do Estado, até a cidade de Arraial do Cabo, 180 km ao norte da cidade do Rio de Janeiro. Esta região é denominada Costa do Sol e inclui praias famosas pertencentes aos municípios de Cabo Frio e Búzios.

O segundo trecho caracteriza-se pela presença de restingas, lagunas e baixadas, estendendo-se desde Arraial do Cabo até a ilha de Itacuruçá, 82 km ao sul da cidade do Rio de Janeiro. As restingas são extensas no litoral, isolando antigos braços do mar, que hoje formam lagunas.

O terceiro tipo de litoral encontrado no Estado do Rio de Janeiro estende-se da ilha de Itacuruçá até a região de Parati, ao sul, e se caracteriza pelo mergulho da Serra do Mar no oceano. Também conhecido como Costa Verde, esse trecho apresenta praias e cordões arenosos estreitos, situados na base de escarpas ou acompanhando as pequenas planícies.

Observa-se também como fator importante de atração turística, a proximidade da cidade do Rio de Janeiro e o clima estável durante todo o ano, com pouca variação de temperatura e baixo índice pluviométrico. Estes são os principais motivos dos grandes fluxos de veranistas que ocorrem na região, por ocasião dos feriados prolongados e durante o verão e que se constitui na motivação principal da grande expansão urbana das suas cidades.



A Região dos Lagos, integrada pelos Municípios Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Rio das Ostras, constituiu-se em um dos centros de turismo mais conhecidos do litoral fluminense.

A Costa do Sol possui um litoral de rara beleza, com praias procuradas para a prática do surf e do mergulho e com lagoas de grande apelo paisagístico e grande potencial para as atividades náuticas e balneárias, estando estas últimas, ameaçadas pelas condições sanitárias das lagoas.

Contudo, houve uma descaracterização das paisagens, decorrente do crescimento não planejado e da especulação imobiliária, somada à precariedade das infra-estruturas de saneamento básico, insuficientes para atender, sobretudo, às demandas dos períodos de alta temporada, compromete a atratividade dos atributos naturais destes municípios.

A região também registra, como grande apelo turístico, o patrimônio histórico e cultural, com exemplares arquitetônicos retratando a história local, artesanato, artes plásticas, vestuário e gastronomia.

Diferentemente de outros balneários litorâneos da região de estudo, o Município de Armação dos Búzios reúne, além do patrimônio natural, disponibilidade de infra-estrutura para o turismo de nível internacional. Escunas e traineiras fazem percursos turísticos no litoral e, durante o verão aportam transatlânticos de cruzeiro marítimo no Atlântico Sul.

O perfil do turista que frequenta esta região é, caracteristicamente, de veranista, ou seja, é o visitante que utiliza uma segunda residência no destino, seja como proprietário, como locatário ou como convidado, dispensando os serviços locais de hospedagem para a sua permanência. Além disso, destacam-se os deslocamentos maciços que ocorrem, nos fins-de-semana e feriados prolongados, dos grandes centros urbanos para regiões próximas.

A maioria dos visitantes dessa região é originária dos próprios municípios, de municípios vizinhos não litorâneos e, sobretudo de municípios do interior dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Salienta-se que a expectativa pelo ingresso de recursos, provenientes do pagamento de royalties da exploração petrolífera, vem gerando melhorias concretas das condições de infra-estrutura e, por consequência, nas perspectivas de desenvolvimento do segmento turístico na região.



b) São Francisco de Itabapoana::

A atividade turística local apesar de não estar totalmente estabelecida, apresenta grande potencial de desenvolvimento face ao patrimônio natural distribuído em 92 km de orla marítima. Todas as praias se caracterizam por suas ondas tranquilas e temperatura amena. Também são recomendadas para cura de várias doenças devido a suas areias medicinais e se destacam pelos atrativos naturais.

Ao sul do município estão as praias urbanizadas com boa infra-estrutura e uma ampla rede de hotéis e pousadas. As praias de Santa Clara, Guaxindiba, Gargaú, Sonhos e Sossego são as mais movimentadas concentrando a programação de verão com shows e atividades esportivas, culturais e de lazer.

Outro ponto atrativo são as Ilhas de Lima, do Peçanha e da Convivência, que, na foz do Paraíba, exercem forte atração para o turismo ecológico com cerca de 200Km² de áreas de manguezais ricas em espécies de crustáceos, canais tipo igarapé, várias pequenas lagoas, ilhas de areias e muita vegetação nativa.

Na praia de Gargaú, tem um Centro Cultural que atualmente desenvolve um trabalho artístico-cultural com a Cooperativa da Mulher para o resgate da memória e do artesanato, e cursos profissionalizantes.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Santa clara, Manguinhos, Gargaú, Tatagiba, Guriri, Guaxindiba, Barra de Itabapoana, Volta dos Atalhos, Sonho, Sossego
LAGOS E LAGOAS	Lagoa do Comércio, Quiosque, Praia, Doce
ILHAS	Lima, do Peçanha e da Convivência

c) São João da Barra:

São João da Barra possui uma geografia propícia para o desenvolvimento do turismo ecológico, apresentando o encontro do rio com o mar, formando o segundo maior delta do país (Atafona), além de manguezais, lagos, praias, e o terceiro clima medicinal do mundo com areias monazíticas e alta concentração de iodo no mar.

Além disto o município conta com expressivo acervo histórico cultural representado pelo patrimônio arquitetônico remanescente do período Brasil-Império.



Quanto aos eventos culturais, destaca-se a realização em São João da Barra de uma tradicional festa de Carnaval, com duração de 10 dias de comemorações, considerada como um dos maiores carnavais da Região Norte Fluminense. Situado no município está o Clube Social SESC Mineiro, que, segundo a secretaria de turismo, conta com o maior centro de convenções e lazer do país.

Apesar de várias opções turísticas, a precariedade da infra-estrutura urbana e de saneamento dificulta o desenvolvimento do turismo na região.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Nossa Senhora da Penha, Igreja de São Pedro, Igreja de São Benedito, Igreja Matriz de São João Batista, Igreja Nossa Senhora da Boa Morte
ARQUITETURA CIVIL	Ruínas da Ponte Velha, Antiga Casa da Câmara e Cadeia Pública, Canhão da Rainha (Arq. Militar), Casa da Cultura/Antigo Grupo escolar Alberto Torres, Antigo Mercado Municipal (atual Centro Cultural Narcisa Amália), Cais do Imperador, Antigo Cinema, Prédio do Fórum Municipal, Solar Barão de Barcelos, Rua das Palmeiras, Estação de Trem de São João da barra e Atafona
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Atafona, Chapéu de Sol, Grussaí, Iguipari, Açú
CACHOEIRAS	São Romão

d) Campos dos Goytacazes:

O município possui três ambientes com características ecológicas diferenciadas que são exploradas pela indústria turística local. Os ambientes rural e serrano localizam-se a sudoeste e noroeste; as várzeas e alagados, na região sul, próxima a lagoa Feia (Quissamã); e o litoral, próximo ao município de São João da Barra.

Um grande atrativo natural do município é o Parque Estadual do Desengano que, com uma área de 22.400 hectares, constitui o último trecho da Mata Atlântica no norte do Estado.

Também se constata a existência de turismo histórico e cultural, cujas principais atrações são manifestações culturais locais como as danças do Jongo e da Mana-Chica, e as construções do século XVIII, que configuram seu Patrimônio Histórico.

Outra forma bem tradicional de turismo em Campos é do segmento de turismo de negócios. A cidade possui em seu calendário eventos como o Encontro de Mulheres Empresárias, a Feira Ponta de Estoque, o Simpósio Empresarial do Norte e Noroeste Fluminense e a Exposição Agropecuária e Industrial do Norte



Fluminense que se realiza anualmente, há 40 anos, e constitui-se em evento de grande importância econômica para a região.

São bem diversificados os estabelecimentos comerciais e de serviços de apoio às atividades turísticas incluindo inúmeros hotéis no centro, hotéis de praias, pousadas e hotéis fazenda, restaurantes, museus, salões de exposição, lojas de artesanato, *shopping centers*, hotéis fazenda, cinemas, teatros, aeroporto com vôos regulares e serviços de táxi aéreo.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Basilica do Santíssimo Salvador, Igreja de São Francisco, Igreja Nossa Senhora da Lapa/Asilo da Lapa, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Terço, Igreja de São Francisco, Capela de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Santo Amaro, Igreja de São Sebastião
ARQUITETURA CIVIL	Solar dos Ayrizes, Ururau da Lapa, Fórum Nilo Peçanha, Usina do Queimado, Academia Campista de Letras, Villa Maria, Chafariz Belga, Horto Municipal, Liceu de Humanidade
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Farol de São Tomé
LAGOS E LAGOAS	de Cima, Feia, Bela Joana
CACHOEIRAS	Pedra Rasa, do Rio Mocotó

e) Quissamã:

O Município de Quissamã apresenta potencialidades para o desenvolvimento do turismo, no entanto a infra-estrutura para a recepção de turistas apresenta-se de forma bastante precária. Conta com poucos hotéis e restaurantes, todos de padrão muito simples, e insuficientes para o atendimento da demanda turística durante o período de alta temporada.

Com relação aos locais mais procurados pelo turismo natural e paisagístico local destacam-se Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, a Lagoa Feia, a Praia de João Francisco e a Barra do Furado.

O patrimônio histórico e cultural é constituído entre outras unidades pela Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro, a Casa Mato de Pipa, o Solar de Mandiquêra, a Casa da Machadinha, o Espaço Cultural José Carlos de Barcellos, o Solar São José e o Coreto.

A praia de João Francisco apresenta a melhor infra-estrutura, com quiosques, telefones públicos e asfaltamento das vias principais, além de sediar campeonatos de surf, eventos e shows ao ar livre, patrocinados pela Secretaria Municipal de Turismo de Quissamã.

Quissamã possui em seu território o maior ecossistema de restinga do Estado do Rio de Janeiro, com cerca de 50 mil ha. Cerca de 65% da área do Parque



Nacional da Restinga de Jurubatiba encontram-se nos limites do município, com uma área de Mata Atlântica de baixada, e 45 quilômetros de litoral.

A importância ecológica da região foi reconhecida pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – que, em 1992 considerou esta área como Reserva da Biosfera e a *National Science Foundation* (EUA) escolheu a região como um dos 13 locais estratégicos do Brasil para implantação de um programa de pesquisas ecológicas de longa duração.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA CIVIL E RELIGIOSA	Espaço Cultural José Carlos de Barcellos; Estádio Mun. Antônio Carneiro da Silva; Igreja Matriz N. S. do Desterro; Casa Mato de Pipa; Solar de Mandiçuera; Casa da Machadinha; Solar São José; Coreto.
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	de João Francisco; da Barra do Furado
LAGOS E LAGOAS	Feia; Ribeira; Paulista; Preta; Piripiri; Maria Menina; Robalo; Visgueiro; Pires; Casa Velha; Carrilho
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

f) Carapebus:

O setor turístico de Carapebus não é muito relevante, não existindo no município comprometimentos maiores com desenvolvimento de projetos para seu incremento.

Os atrativos naturais da cidade são o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, a Praia de Carapebus e a Lagoa de Carapebus.

As festividades religiosas que acontecem na cidade são a Via Sacra, a Festa de São Sebastião e a Cavalgada de Páscoa. Também são realizados eventos com Enduro de velocidade de Motocross e Gincana de Pesca, anualmente em janeiro, a Cavalgada Festiva, e a Festa de Aniversário da Cidade no dia 13 de março.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:



ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA CIVIL E RELIGIOSA	Igreja Nossa Senhora da Glória, do Caxanga, Cine de Carapebus, Estação de Carapebus, Sede da Fazenda São Domingos
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Carapebus
LAGOS E LAGOAS	Lagoa de Carapebus
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

g) Macaé:

O Município de Macaé é formado por um litoral cortado por diversas praias. A maior delas e a mais freqüentada é a Praia dos Cavaleiros, onde estão localizados os principais bares e restaurantes da cidade. A Praia do Pecado é ideal para prática do surf e do *bodyboard*, além de excelente local para a pesca de linha e a pesca submarina.

Em Macaé existiu um Quilombo quase tão importante quanto ao Quilombo dos Palmares. A região onde ocorreu a história do Quilombo do Carukango é vasta, de difícil acesso, abrangendo a área de dois municípios fluminenses, Macaé e Conceição de Macabu.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja de Sant'ana
ARQUITETURA CIVIL	Camara Municipal de Macaé, Chalet dos Mellos, Nova Aurora, Monumentos na Praça Veríssimo de Melo, Coreto, Lira dos Conspiradores, Solar Monte Elísio-Castelo, Parque de Exposição Latiff Mussi, Solar de Monte Elísio, Câmara Municipal, Terminal Rodoviário Álvaro Bruno de Azevedo, Posto de Informações Turísticas da Macaétur
ARQUITETURA MILITAR	Forte Marechal Hermes, Farol de Imbetiba, Muralha do Forte Santo Antônio do Monte Frio, Pavilhão de Comando, Posto de Comando da Bateria Alta, Monumentos aos Pracinhas Brasileiros, Portão das Armas
QUILOMBOS	Quilombo de Carukango
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Do Pecado, dos Cavaleiros, Campistas, Imbetiba, das Conchas, da Barra, São José do Barreto e Lagomar

continua



continuação

ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
LAGOS E LAGOAS	Lagoa de Jurubatiba, Imboacica
ILHAS	Francês, Arquipélago de Sant'ana
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

h) Rio das Ostras:

O município conta com praias, ilhas, lagoas, restingas, manguezais, entre outras atrações naturais e apresenta uma economia baseada em comércio e serviços, destacando-se o turismo e a pesca.

É no Turismo que encontra o principal fator de desenvolvimento sócio-econômico, pois sua população estimada em 38.000 habitantes, chega a triplicar nos fins de semana, feriados e férias de verão. Com isso, na alta temporada, o número de empregos dobra.

Por estar muito próximo de dois pólos econômicos, Cabo Frio e Macaé, Rio das Ostras padece com o crescimento urbano desordenado e a grande especulação imobiliária. Estes dois fatores acabam por desfavorecer o turismo no município, na medida em que degradam e camuflam seus atrativos naturais. Ainda sim, Rio das Ostras possui razoável infra-estrutura de apoio às atividades turísticas. O município conta também com um número significativo de artesãos e artistas plásticos.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição
ARQUITETURA CIVIL	Bairro Operário Casa da Cultura, Centro Ferroviário Cultural de Rocha Leão
MUSEUS	O Museu do Sítio Arqueológico - Sambaqui da Tarioba
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	das Tartarugas, do Centro (Bosque), do Cemitério (Boca da Barra), da Joana, Virgem, Areias Negras, Costa Azul e Mar do Norte
ILHAS	Laje de Fora, Ilha do Costa, Ilha das Pombas, Laje do Meio, Ilha Trinta Réis
LAGOS E LAGOAS	Lagoa de Iriry
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Reserva União, Parque Nacional de Rio das Ostras



i) Casimiro de Abreu:

Casimiro de Abreu é um município privilegiado por estar entre a serra e o mar. As praias estão localizadas tanto em mar aberto, quanto em ambiente tranquilo. Porém, apresenta um tímido desenvolvimento dos serviços e instalações turísticas, pois possui poucos meios de alojamento, apresentando um número significativo de residências secundárias.

Destaca-se a presença do rio São João, um santuário ecológico de 50 km, dos quais 35 são navegáveis. Nasce na represa de Juturnaíba e deságua em Barra de São João. Já foi cenário de inspiração para o poeta Casimiro de Abreu e para o marinheiro-pintor Pancetti. O trecho de maior interesse turístico, onde a largura do rio fica em torno de 100 m, está junto à sua margem esquerda, e é onde se situa o Núcleo Histórico de Barra de São João, com seu antigo casario, que data do Século XVII, circundado de frondosas árvores. Destacam-se ainda, junto à foz do rio, a ponte em ruínas, construção da primeira metade deste século, o promontório com a Capela São João Batista e o pequeno cemitério com o túmulo do poeta Casimiro de Abreu.

Um importante patrimônio natural existente no município é a APA da Bacia do Rio São João, que abrange os municípios de Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Rio das Ostras, Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Araruama.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja da Sagrada Família, Capela de São João Batista, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde
ARQUITETURA CIVIL	Portal da cidade, Casa de Cultura Estação Casimiro de Abreu, Ponte de Arame, Praça das Primaveras, Casarões da Barra de São João
MUSEUS	Museu Casa de Casimiro de Abreu e Coreto
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Praião, Prainha
ILHAS	dos Trinta Réis
CACHOEIRAS	Pai João, Santa Helena, Fumaça

j) Armação dos Búzios:

Com aproximadamente 8 km de extensão e 26 praias caracteriza-se como um importante balneário que exerce forte atração para o turismo nacional e internacional. Possui uma grande infra-estrutura turística com alta diversidade de ofertas de serviços.

Nos últimos 40 anos, o município de Armação dos Búzios tem vivido um *boom* turístico, impulsionado pela mídia e, principalmente, pela transformação da região em local de circulação de ricos e famosos. Desde que personalidades estrangeiras, como *Brigitte Bardot*, elegeram Búzios como balneário turístico, na década de 60, a cidade passou a colecionar hóspedes ilustres e a atrair um



segmento social de alto poder aquisitivo, o que gerou grande especulação imobiliária.

São significativos os atrativos turísticos do Município. A associação da riqueza de seus recursos naturais com sofisticados restaurantes, campo de golfe, butiques, shows, Festival de Cinema e a famosa Rua das Pedras (ponto de encontro noturno) transformaram o município em um importante pólo turístico. Atualmente, Búzios conta com mais de 100 pousadas e hotéis, além de atrações como passeios de barco, mergulhos, pescarias, caminhadas ecológicas, surf e *windsurf*.

Outra importante opção turística dá-se através do denominado ecoturismo. Como atrativo desta modalidade pode-se citar a Reserva das Emergências, importante refúgio do mico-leão-dourado, e a Reserva de Tauá. Além disto, a região das praias Azeda e Azedinha foi recentemente decretada como APA (Área de Proteção Ambiental).

Outra região importante é a Praia Olho de Boi, que possui cerca de 50 m de extensão de praia. Por encontrar-se preservada das ocupações populacionais, esta praia atrai a presença de naturistas, que a utilizam como praia de nudismo.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	de Armação, Tartaruga; Rasa; João Fernandes; João Fernandinho; Olho de Boi; Brava; do Forno; Ferradurinha; da Ferradura; Geribá; Manguinhos; Tucuns; Azeda; Azedinha; Lagoinha e de José Gonçalves.
ILHAS	de Âncora e Gravatás.
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Apa Pau Brasil, Apa Azeda, Reserva do Tauá, Reserva da Emergências

k) Cabo Frio:

Cabo Frio caracteriza-se como o principal pólo turístico da Região dos Lagos. O auge do fluxo de turistas neste município é durante a época das festividades de carnaval. Existem muitas casas de veraneio e a cidade possui uma boa infra-estrutura de hospedagem e restaurantes para receber os turistas. O turismo apresenta-se como uma das principais atividades econômicas do município na medida em que gera muito emprego e renda, através dos inúmeros serviços necessários para o atendimento aos turistas.

Destaca-se a formação de dunas, verdadeiras montanhas e vales, que mudam conforme o vento, formada pelas areias finas da região. A mais famosa fica na Praia das Dunas, denominada Dama Branca. De seu topo avista-se o oceano, as cidades de Cabo Frio, Arraial do Cabo e a Lagoa de Araruama.



Cabo Frio é conhecida por seu passado histórico e reflete a arquitetura colonial em monumentos como o Forte São Mateus, construído em 1650. Tem imensas dunas de areia branca e fina, que se estendem até Arraial do Cabo.

A pesca e o sal foram e são ainda importantes fontes econômicas, imprimindo sua marca na cultura local, através do artesanato de expressões idiomáticas peculiares, músicas e danças.

Essas atividades seculares sofrem a concorrência voraz do turismo, que, sem planejamento adequado, se faz predatório. A população almeja o desenvolvimento da cidade, mas depara-se com a destruição desordenada dos seus bens culturais. Ao lado dos atrativos físicos e do excelente clima, a própria paisagem das colônias de pesca e das salinas contribui para fortalecer a vocação turística de Cabo Frio.

A preservação de bens históricos e naturais faz-se necessária, não só como suporte da economia atual, mas principalmente para manter a identidade cultural deste povo que convive com visitantes de tão variadas e grandes metrópoles.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Capela da ordem terceira de São Francisco da Penitência/São Francisco das Chagas, Capela Nossa Senhora da Guia, Capela de São Benedito, Igreja de Nossa Senhora da Assunção
ARQUITETURA MILITAR	Forte do Itajuru
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Forte, Però, São Bento, Siqueira, Sudoeste, Palmeiras, Unamar, Foguete, Palmeiras, Dunas, Horto do Portinho
ILHAS	Japonês, Pargos, Dois Irmãos, Papagaios, Comprida
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Reserva de Sambaquis, Dormitório das Garças

I) Arraial do Cabo:

Junto com a atividade pesqueira a atividade turística apresenta-se como uma importante fonte de geração de emprego e renda para a população local, que trabalha nas pousadas, restaurantes e agências de turismo nos diversos passeios marítimos oferecidos aos turistas. A quantidade de praias existentes no município e a transparência de suas águas são características naturais muito atrativas para os banhos de mar e a prática de esportes náuticos.

Arraial do Cabo é conhecido como a capital do mergulho. A Ilha do Farol recebe anualmente uma grande quantidade de mergulhadores amadores e profissionais, que encontram em suas águas claras e frias o ambiente propício para a pesca. Seu mar, lajes e ilhas se destacam como ótimos locais de pesca



aos adeptos do esporte, oferecendo grande diversidade de peixes e frutos do mar.

Destaca-se o fenômeno da ressurgência, que se caracteriza pela elevação de águas profundas de origem polar, às quais trazem consigo grande número de nutrientes. O fenômeno imprime uma característica de extrema transparência a água do mar em Arraial do Cabo, o que justifica o local como um dos melhores pontos de mergulho subaquático da América do Sul.

Em Arraial do Cabo foi criada a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, com o objetivo de ampliar os recursos disponíveis, mantendo a identidade cabista, hoje ainda associada à de pescador artesanal, e permitindo maior controle da exploração sustentável dos recursos naturais renováveis, desenvolvendo um modelo de gestão social.

O município está assentado sobre sítios arqueológicos de extrema valia para o estudo da história da região, tendo fornecido diversas peças para o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja de Nossa Senhora dos Remédios
ARQUITETURA CIVIL	O Obelisco Américo Vespúcio, Ruínas do Telégrafo, Mirante do Boqueirão (Ponta do Cabo), Casa de Piedra, Os Casarios, Poço D'água
ARQUITETURA MILITAR	Farol Velho
MUSEUS	Museu Oceanográfico
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Pontal do Atalaia, Prainha, Grande, Sudoeste, Massambaba, Brava, Prainhas (Caverna do Amor), Anjos, Forno, Pontal,
ILHAS, GRUTAS	Ilha do Farol, Ilha de Cabo Frio, Gruta Azul, Franceses
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo

m) Araruama

Os principais atrativos neste município estão relacionados às atividades desenvolvidas na Lagoa de Araruama, a segunda maior do país. Nesta lagoa são praticados esportes náuticos como o windsurfe, iatismo e *jet ski*, bem como algumas de suas praias contam com boa infra-estrutura de serviços como quiosques, restaurantes e pousadas. Além das praias da Lagoa de Araruama, destaca-se em mar aberto a Praia Seca, classificada como boa para a prática do surf por possuir ondas fortes.

Além dos atrativos naturais a cidade oferece opções de lazer como feiras artesanais e passeios culturais como a Casa da Cultura e o Centro de Memória



Municipal. Destaca-se também o Turismo rural no município, por contar com inúmeras antigas fazendas abertas para visitação, que se destacaram pela importância no desenvolvimento econômico da região.

Dentre os principais atrativos turísticos de Araruama destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja de São Sebastião
ARQUITETURA CIVIL	Casa dos Vasconcellos, Casa de Caridade, Parque Hotel, Antiga Estação da Ponte dos Leite
MUSEUS E CASAS DE CULTURA	Casa da Cultura e Centro de Memória Municipal, Complexo Cultural Antônio Raposo
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	da Pontinha, das Bananeiras, das Espumas, de Araruama, de Iguabinha/Peró, de Massambaba (Oceânica), de Paraty ou do Barbudo, do Areal, do Coqueiral, do Gavião, do Hospício, do Ingá ou do Tomé, do Vargas (Oceânica), dos Amores, Lake View e do novo Horizonte
LAGOAS	de Araruama, de Juturnaíba, de Pernambuco e de Pitanguinha.

n) Saquarema:

Possui cerca de 60km de praias oceânicas, muitas de águas claras que turisticamente são bastante atrativas, além das praias da Lagoa de Araruama. São 12 opções de praias que propiciam o desenvolvimento de diversas atividades como campeonatos de pesca, *jet-ski*, mergulho, vela e *surf*.

Saquarema tornou-se mundialmente conhecida, principalmente nos anos 80, como a capital brasileira do Surf, o que projetou a cidade turisticamente. Destaca-se a praia de Itaúna como uma das melhores para este esporte, com ondas de até 3 metros de altura, onde ocorre anualmente no mês de maio um festival de *surf*.

Assim, como nos demais municípios da região, existe em Saquarema muitas casas de veraneio e uma boa infra-estrutura de serviços para atender o turismo.

Os adeptos do turismo arqueológico são atraídos a Saquarema pelos Sambaquis de Manitiba, Pontinha e Beirada. O Sambaqui da Beirada, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional, encontra-se em excelentes condições de visitação, tanto para pesquisa científica, quanto para turismo. Está devidamente cercado e preservado sendo hoje centro de visitação de estudiosos e escolares uma vez que lá estão preservados e expostos ao público, nos locais onde foram encontrados, três esqueletos de habitantes pré-históricos.



Em Saquarema existe um artesanato variado como cestaria e trançado em taboa, taquara, bambu, cipó, folha de ubá e de bananeira, objetos em cerâmica e corda.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Igreja Matriz de Nossa senhora de Nazareth o Cemitério Marítimo, Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, Igreja de Santo Antônio, Igreja Nossa senhora da Conceição
ARQUITETURA CIVIL	Mirante do Morro da Cruz, Teatro Municipal, Templo do Rock, Casa de Cultura, Fazenda Usina
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Jaconé, Vilatur, Prainha, Vila, Itaúna, Massambaba
LAGOS E LAGOAS	Lagoa de Jacarepiá, Saquarema, Jaconé Pequeno, Vermelha, lago de água natural
CACHOEIRAS	Serra do Roncador, Tinguí
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Reserva Ecológica Estadual de Jacarepiá (REEJ), Sambaqui de Jaconé, Manitiba, Pontinha, Beirada

o) Maricá

O turismo em Maricá é de montanha e mar. A presença de montanhas com rios e cachoeiras propicia o desenvolvimento do chamado turismo de aventura, com ofertas de inúmeras trilhas para os turistas. As lagoas, com trechos propícios para banhos e esportes náuticos, juntamente com as praias complementam os atrativos naturais que atraem um número significativo de turistas que tornam esta atividade importante economicamente para o município.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	Paróquia de Nossa Senhora do Amparo, Capela de São José de Imbassaí, Capela de Nossa Senhora da Saúde, Capela de Nossa Senhora das Graças, Capela de São Pedro, Capela de Nossa Senhora de Fátima
ARQUITETURA MILITAR	Farol de Ponta Negra
ARQUITETURA CIVIL	Prédio da Casa de Cultura/Antiga Câmara e Cadeia, Fazenda do Pilar, Fazenda Itaocaia
ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Maricá, Barra de Maricá, Jaconé, Araçatiba, Cordeirinho, Guaratiba, Jacaroá, Barra, Bambuí, Ponta Negra
LAGOS E LAGOAS	Lagoa do Padre, Barra, Jaconé, Guarapina, Maricá
CACHOEIRAS	Espraiado
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	Restinga de Maricá



p) Niterói

Niterói é uma cidade com enorme potencial turístico. Suas praias, parques, reservas, fortes, monumentos históricos e o MAC (Museu de Arte Contemporânea) atraem todos os anos centenas de turistas.

O acesso pode ser feito pela Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), que possui 13,8 km de extensão e também é uma das principais atrações turísticas da cidade, ou pelas barcas e catamarãs que atravessam a Baía de Guanabara.

O município conta com uma boa infra-estrutura de hospedagem, com hotéis, pousadas e apart-hotéis, além de diversas imobiliárias que dispõem de imóveis para aluguel por temporada.

Pacata e ao mesmo tempo num permanente ensaio para tornar-se uma metrópole, ela é conhecida pelas belas praias, fortalezas de quase cinco séculos, pela abundante área verde, a ascendente vida cultural e por uma admirável escultura de uma nave espacial em forma de museu.

Banhadas pelo Oceano Atlântico, as praias mais limpas de Niterói estão na direção da Região dos Lagos e protegidas pelas Lagoas de Piratininga e Itaipu.

Dentre os principais atrativos turísticos destacam-se:

ATRATIVOS HISTÓRICOS E CULTURAIS	
ARQUITETURA RELIGIOSA	N ^a Sr ^a Auxiliadora (Basílica), Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Igreja de São Francisco Xavier, Igreja de São João Batista, Igreja de São Lourenço dos Índios, Igreja de São Sebastião de Itaipu, São João Batista, São Judas Tadeu
ARQUITETURA MILITAR	Fortaleza de Santa Cruz, Forte do Gragoatá, Forte do Imbuí e Forte Barão do Rio Branco, Forte São Luiz e Forte do Pico
MUSEUS	MAC – Museu de arte Contemporânea, Museu Antonio Parreira, Museu Arqueológico de Itaipu , Museu do Ingá / Palácio Nilo Peçanha, Museu Roberto Silveira
ARQUITETURA CIVIL	Praça da República, Câmara Municipal de Niterói , Biblioteca Pública Estadual Fórum (Palácio da Justiça), Palácio Araribóia ("Prefeitura Velha"), Prédio da Agência dos Correios, Reitoria da UFF, Solar do Jambeiro, Casa de Oliveira Viana, Casarão, Centro Cultural Paschoal Calros Magno, Espaço UFF de Fotografia, Estação Cantareira, Galeria de Arte da UFF, Galeria de Artes do Ingá, Sala Carlos Couto (anexo Teatro Municipal de Niterói), Sala Hilda Campofiorito, Sala José Cândido de Carvalho, Sala Quirino Campofiorito



ATRATIVOS NATURAIS E ECOLÓGICOS	
PRAIAS	Grande, Gragoatá, Vermelha, Boa Viagem, Flexas, Icaraí, São Francisco, Charitas, Preventório e Samanguiá, Jurujuba, Adão e Eva, Fora e Praia do Forte Imbuí, Piratininga, Sossego, Camboinhas, Itacoatiara, Itaipu
ILHAS	Pai, Mãe e a Filha
LAGOS E LAGOAS	laguna de itaipu, piratininga
PARQUES, RESERVAS E ESTAÇÕES ECOLÓGICAS	parque estadual da serra da tiririca, Parque da Cidade, Horto do Fonseca, Parque Municipal Darcy Ribeiro (Serra Grande e da Pedra do Cantagalo), Campo de São Bento, Florália: É o maior orquidário da América Latina

Turismo Náutico

➤ Turismo Náutico na Região dos Lagos – RJ:

O turismo náutico e balneário constitui um dos mais tradicionais segmentos da atividade desenvolvida nos municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios, no litoral fluminense, que apresentam condições extremamente favoráveis à navegação esportiva e de lazer, o que vem se somar como fator de atração. Isto leva à necessidade de se incentivar a implantação de equipamentos de apoio a esta atividade que, embora já estejam presentes, necessitam ser incrementados.

O veraneio e o excursionismo constituem segmentos turísticos importantes na parcela regional considerada, sendo que os seis municípios classificam-se, respectivamente e de acordo com estes segmentos, em área de veraneio de alcance metropolitano e área de excursionismo de alcance regional.

A “marca” turística desses municípios, definida como “SOL E MAR”, apresenta, ainda, como resultante destes atributos, potencialidades para o turismo de aventura, ecoturismo, turismo de negócios e eventos.

No entanto, cabe destacar nessa área o denominado “turismo de cruzeiros marítimos”, que tem sua maior representatividade no município de Armação dos Búzios. Segundo informações do *site Cruising on line* (www.cruising.com.br), em 2003, Búzios recebeu mais de 80 mil turistas, a partir de cruzeiros marítimos.

Outro aspecto de destaque é o “turismo da pesca esportiva oceânica”, sendo esta modalidade turística, desenvolvida mediante torneios e campeonatos de pesca. A temporada brasileira começa, na região, em setembro, estendendo-se até março.

Os principais torneios de pesca ocorrem na costa marítima de Cabo Frio, nos meses de janeiro e fevereiro, pois nesta região existe grande presença das espécies Marlin Azul, Marlin Branco e Sailfish. Estes torneios são considerados como atração turística nacional e internacional para o município.



O “turismo de navegação esportiva oceânica” realiza diversos campeonatos, regularmente organizados pelas marinas, clubes e, principalmente, iate clubes, compostos por diversas modalidades e categorias.

A regata Rio-Búzios, por exemplo, ocorre no percurso entre a Escola Naval, no Rio de Janeiro, e Búzios, com a participação de diversas classes de barcos à vela. Ainda, nesta modalidade, ocorre, durante o mês de março, a tradicional regata de oceano “Búzios Sailing Week”, que é o encontro anual dos mais modernos e bem equipados veleiros nacionais.

Dados obtidos nas Secretarias de Turismo de Arraial do Cabo e de Cabo Frio indicam que estes municípios, mais recentemente, foram incluídos na rota de navegação dos cruzeiros marítimos. Segundo a Secretaria de Arraial, somente em 2004, o município recebeu a visita de 12 navios.

a) Município de Arraial do Cabo:

Arraial apresenta uma geografia singular, que reúne 35 km de praias, ilhas, grutas, lajes, corais, lagoas, dunas, além de vegetação de restinga, e de abrigar sítios arqueológicos, representados por 88 naufrágios catalogados, com grande potencial para o desenvolvimento de turismo ecológico, submarino e atividades náuticas.

A atividade de mergulho ecológico está a cargo de 7 operadoras de mergulho, com sede no município: Sand Mar, Acqua Blue, Deep Trip, Arraial Sub, Tubarão Rio, Sea Quest e Marcel Sub, que se dedicam a realização de passeios náuticos e mergulhos.

b) Município de Cabo Frio:

O Município de Cabo Frio, com 30 km de litoral e 37 praias de mar e lagoa, conta com excepcionais condições naturais para a prática de lazer de beira de praia e esportes náuticos. A principal praia é a do Forte, localizada no centro da cidade, com 7,5 km de extensão, recebendo outras denominações em diversos trechos, como Dunas, Foguete e Pontal. É muito procurada por velejadores que a consideram a “raia” para iatismo mais rápida do País.

c) Município de Armação dos Búzios:

Dentre o conjunto de praias, pode-se citar a Praia de Geribá que apresenta ótima condição para a prática do *windsurf* e surfe.

A presença de uma fauna privilegiada e a elevada transparência de suas águas torna o mergulho uma prática bastante disputada. Os costões das praias de João Fernandes, João Fernandinho, Lagoinha, Forno, Azeda e



Azedinha são ótimas áreas para o mergulho livre, pois apresentam pequena profundidade.

Para a realização de mergulhos com equipamento, o principal ponto está localizado na Ilha da Âncora, que fica a meia hora de lancha do centro de Búzios, apresentando uma visibilidade com variação entre 12 e 25 metros. São 3 as operadoras de mergulho que atuam no município: True Blue, Casamar e Ponto Mar.

➤ **Turismo Náutico no Município de Vitória – ES:**

O Porto de Vitória recebe navios de cruzeiros desde 1995. Ao longo dos anos, este tipo de turismo vem apresentando crescimento e no período de 1998-2000, apresentou um total de 9.404 passageiros desembarcados, com uma geração de receita de aproximadamente US\$1,557.600.

Cabe destacar que o número de visitantes no Porto de Vitória é ampliado se forem consideradas as tripulações dos navios mercantes. Segundo informações da CODESA – Cia. Docas do Espírito Santo são atracadas aproximadamente 2.500 navios por ano, com tripulação média de 20 pessoas, significando uma população visitante de 50.000 pessoas.

A Prefeitura de Vitória com objetivo de incentivar este turismo criou o Projeto “Boas Vindas”, que consiste na recepção dos navios de cruzeiros marítimos, demonstrando hábitos e costumes da cultura capixaba.

Uma estimativa do fluxo turístico e da receita gerada pelo turismo de cruzeiros marítimos, no período 1995-2000, é apresentado no **Quadro II.5.3.11-1**, a seguir:

QUADRO II.5.3.11-1: NÚMEROS DE NAVIOS, PASSAGEIROS, TRIPULANTES E GASTOS (US\$) NO PERÍODO DE 1995/2000

DISCRIMINAÇÃO	PERÍODOS				
	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00
Nº de Navios	02	01	03	07	03
Nº de Escalas	05	04	04	09	15
Passageiros	4.410	1.972	2.550	5.510	18.000
Tripulantes	1.600	800	880	2.190	6.750
Total a Bordo	6.010	2.772	3.430	7.700	24.750
Desembarques 40% Passageiros	1.764	788	1.020	2.204	7.200
Desembarques 40% Tripulantes	640	320	352	876	2.700
Passageiros + Tripulantes	2.404	1.108	1.372	3.080	9.900
Gastos Médio Estimado por Pessoa, em US\$	120	120	120	120	120
Gastos Total Estimado, em US\$	288,440	133,056	164,640	369,600	1.188,000

FONTE: PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DA CIDADE DE VITÓRIA - 2000

➤ **Turismo da Pesca Oceânica:**



O desenvolvimento das atividades do turismo oceânico se faz em interação com as atividades de pesca. Este tipo de turismo é desenvolvido através de torneios e campeonatos de pesca.

Na costa marítima de Vitória é onde ocorre o Torneio de Pesca do Marlin Azul, pois nesta região existe grande presença das espécies Marlin Azul e Sailfish. Este torneio atua como atração turística nacional e internacional para Vitória.

A temporada de pesca oceânica ocorre de outubro a fevereiro, e segundo informações da Dolphin Pesca Oceânica o Município de Vitória recebe cerca de 300 pessoas, que alugam barcos, automóveis e outros equipamentos, permanecendo na cidade em uma média de 4 a 5 dias, com gastos estimados entre US\$ 154 a 192 por dia. A origem destes pescadores é a seguinte: 50% do Paraná, 40% de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e os 10% são estrangeira, proveniente dos EUA, Japão, Argentina, Itália e outros países.

Duas segmentações turísticas têm se destacado no contexto turístico de Vitória: o turismo de pesca oceânica e o turismo de cruzeiros marítimos. Com significativo crescimento nos últimos anos, esses dois segmentos revelam uma especialização do município em função das características da sua costa e da sua infra-estrutura portuária.

➤ Navegação Esportiva Oceânica:

No Município de Vitória é realizada anualmente, no mês de janeiro, a regata Eldorado Brasilis, com partida dos veleiros do late Clube de Vitória, cujo trajeto oceânico é Vitória – Trindade – Vitória.

A Prefeitura tem como meta transformar Vitória na capital dos esportes náuticos do Brasil. A regata Eldorado-Brasilis tem potencial para se tornar o grande evento internacional nos próximos anos, atraindo mais turistas do Brasil e do exterior.

Além da regata, a Prefeitura de Vitória conduz dois projetos ligados à prática de vela: o "Lars Grael" (cursos de vela para alunos da rede pública, formando cerca de 100 velejadores por semestre) e o "Navegar", em parceria com a Secretaria Nacional de Esportes, na costa oeste da cidade, também para incentivar as diversas classes de vela e canoagem olímpica.

As informações consolidadas sobre o tema turismo são apresentadas no Mapa II.5.3-1.

II.5.3.12 Controle e Fiscalização Ambiental

O presente item visa identificar as instituições das esferas federal, estadual e municipal de governo, responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental nos



municípios da área de influência do empreendimento nos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Identificação e Atribuições das Instituições Governamentais

Atuam na área de influência do empreendimento, as instituições governamentais, com atuação na área ambiental identificadas a seguir:

a) Nível Federal:

O IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, é o órgão responsável pelo gerenciamento e fiscalização do meio ambiente, em âmbito nacional. Atua sobre as atividades marítimas, unidades de conservação federal e empreendimentos interestaduais, além de ser responsável pelo licenciamento ambiental de grandes projetos de infra-estrutura, com impactos em mais de uma unidade da federação e nas atividades do setor de petróleo e gás na Plataforma Continental. Para a atuação na área de influência do empreendimento, o IBAMA conta com os escritórios e agências identificados nos **Quadros II.5.3.12-1 e II.5.3.12-2**, a seguir.

**QUADRO II.5.3.12-1: ESCRITÓRIOS E AGÊNCIAS DO IBAMA COM ATUAÇÃO NA
ÁREA DE INFLUÊNCIA – ESPÍRITO SANTO**

ESCRITÓRIOS/AGÊNCIAS	ENDEREÇO
Gerência Executiva no Espírito Santo	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, Nº 2.487 – Bento Ferreira CEP: 29.050-625 – Vitória – ES tel: (27) 3324-1811 / 3324-3514 / 3225-8510 fax: (27) 3324-1837
Floresta Nacional de Goytacazes	BR-101, km 153 Caixa Postal, 108 CEP: 29900-970 - Linhares
Reserva Biológica de Comboios	Rodovia ES 010, km 43 (Barra do Riacho / Regência) Caixa Postal 105 - CEP: 29.900-970 - Linhares Tel/Fax (27) 984-3788
Reserva Biologia de SOORETAMA	BR-101, km 101 Caixa Postal, 108 CEP: 29900-970 - Linhares Tel/Fax - (27) 984.1673 / 3374.0016 e 3763.2380
TAMAR - Base em Regência e Comboios	Av. Principal, s/nº CEO 29.900-914 - Linhares - ES Tel. (27) 3274.1213.
TAMAR - Sede Estadual	Av. Paulino Muller, 1111 - Jucutuquara CEP 29.040-715 - Vitória - ES Tel: (27) 3222.1417.

FONTE: www.ibama.gov.br

**QUADRO II.5.3.12-2: ESCRITÓRIOS E AGÊNCIAS DO IBAMA COM ATUAÇÃO NA
ÁREA DE INFLUÊNCIA – RIO DE JANEIRO**



ESCRITÓRIOS/AGÊNCIAS	ENDEREÇO
Gerência Executiva no Rio de Janeiro	Praça 15 novembro, nº 42 - 8º andar - Centro CEP: 20.010-010 - Rio de Janeiro - RJ tel: (21) 2506-1734/35/37/38/39/40 fax: (21) 2221-4911
Escritório Regional de Cabo Frio	Rua Florisbela Rosa da Penha, Nº 292 - Bairro do Braga CEP: 28.970-000 - Cabo Frio - RJ Tel: (22) 2645-1250/9091
Escritório Regional de Campos dos Goytacazes	Praça São Salvador, Nº 62/Anexo - Centro Campos dos Goytacazes - RJ CEP: 28.010-000 Tel: (22) 2723-3565 Fax: (22) 2723-3355
Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	Parque de Exposições Latiff Mussi Rocha Rodovia RJ 106, km 182, Barreto CEP 27.971-130 Macaé - RJ Tel/Fax: (22) 2759-4102
Reserva Extrativista de Arraial do Cabo	Rua Nilo Peçanha, nº 3 Bairro Praia dos Anjos CEP 28.930-000 - Arraial do Cabo RJ Tel/Fax: (22) 2622-6917
Reserva Biológica de Poça das Antas	Caixa Postal 109.981 CEP: 28.860-970 - Casimiro de Abreu -- RJ Tel./Fax (22) 2778-1540
Reserva Biológica da União	Caixa Postal 109.981 CEP: 28.860-970 - Casimiro de Abreu -- RJ Tel./Fax (22) 277.1113 / 277.1115

FONTE: www.ibama.gov.br

b) Nível Estadual:

Espírito Santo

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) é o órgão estadual responsável pelo gerenciamento, de forma articulada com os demais órgãos da administração pública, das políticas estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Atua no sentido da preservação e melhoria da qualidade ambiental através da supervisão e apoio às pesquisas, estudos científicos e projetos efluentes líquidos, resíduos sólidos, recursos atmosféricos, recursos hídricos superficiais (interiores e costeiros), recursos hídricos subterrâneos, poluição sonora, solos, dentre outros parâmetros a serem estabelecidos para o cumprimento do controle das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras. Sua atuação está direcionada, ainda, ao fomento à ações que visem o desenvolvimento de atividades relacionadas com Política Estadual de Educação Ambiental; a coordenação das ações do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA -, dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente - CONREMAS - e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH.

O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recurso Hídricos (IEMA), vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) tem por



objetivo executar, fiscalizar e controlar as atividades de meio ambiente, dos recursos hídricos e dos recursos naturais.

O IEMA promove a proteção dos recursos naturais, estabelecendo os padrões de qualidade ambiental, avaliando os impactos sobre a natureza, licenciando e revisando as atividades poluidoras e degradadoras. O órgão, ainda, cria e gerencia áreas protegidas, realiza monitoramentos, fiscalizações, pesquisas, trabalhos de educação ambiental e promove o gerenciamento integrado dos recursos hídricos.

O IEMA se estrutura através das seguintes gerências:

- Gerência de Recursos Hídricos (GRH) ⇒ tem como atribuição coordenar e controlar as ações voltadas à implementação dos instrumentos das Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, dentre eles a Outorga para o Uso da Água, visando promover a sustentabilidade dos recursos hídricos, garantindo o desenvolvimento econômico e social do Estado.
- Gerência de Controle Ambiental (GCA) ⇒ responsável pelo licenciamento ambiental, visa disciplinar a localização, a instalação, a operação e a ampliação de atividades que sejam fontes de poluição ou degradação do meio ambiente, garantido o desenvolvimento das atividades com o mínimo de impactos ambientais. É, ainda, de competência desta gerência o acompanhamento dos programas de monitoramento de água e de ar além do controle da destinação e tratamento de resíduos sólidos e recuperação de áreas degradadas.
- Gerência de Fiscalização (GFI) ⇒ atua no sentido de impedir a degradação dos recursos naturais e na preservação da qualidade ambiental, através do atendimento de denúncias e fiscalização sistemática em todo o território estadual. Esta gerência atua também no atendimento a acidentes, com ênfase nos portos e terminais marítimos bem como no transporte de cargas perigosas.
- Gerência de Recursos Naturais (GRN) ⇒ tem como atribuições contribuir para a conservação das áreas naturais, a gestão das unidades de conservação do IEMA e o zoneamento ambiental, compatibilizando os diversos usos com a conservação dos ecossistemas, por meio de técnicas de zoneamento e de planos de gestão, de diagnósticos, de informações georreferenciadas e de banco de dados.
- Gerência de Educação Ambiental (GEA) ⇒ atua no sentido de difundir a educação ambiental, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população visando, ao mesmo tempo um desenvolvimento que esteja norteado para as necessidades atuais e futuras do homem, respeitando o ambiente e a diversidade biológica.

Rio de Janeiro



A SEMADUR – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano é o órgão estadual que tem como atribuições formular, coordenar e executar a política de meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Atua, através de suas vinculadas, no controle das diversas formas de poluição, no gerenciamento dos recursos hídricos, da flora e da fauna e no ordenamento das intervenções do homem na natureza, incluída a ocupação do solo urbano.

A FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente – entidade vinculada a SEMADUR, tem como atribuições a defesa e proteção dos ecossistemas, o combate à poluição, a educação ambiental e o gerenciamento e controle das atividades impactantes ao meio ambiente. Atua sobre os ecossistemas costeiros, unidades de conservação estadual, sendo responsável pelo licenciamento ambiental de empreendimentos no Estado do Rio de Janeiro.

Para a gestão ambiental no interior do Estado do Rio de Janeiro, a FEEMA atua através de Agências Regionais, que tem como principal objetivo se constituírem em agentes de fomento do desenvolvimento sustentável, nas respectivas áreas de atuação. Para tal tem buscado a parceria com o poder público local, através das prefeituras e do Ministério Público, bem como com os movimentos sociais ambientalistas. Apresenta-se no **Quadro II.5.3.12-3**, a seguir, as Agências Regionais da FEEMA atuantes na Área de Influência do empreendimento:

QUADRO II.5.3.12-3: AGÊNCIAS REGIONAIS DA FEEMA COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

AGÊNCIAS REGIONAIS	ENDEREÇO	MUNICÍPIOS
Agência Regional da Baixada Litorânea - ARBL	End.: Rua Bernardo de Vasconcelos, 154 Centro Araruama - RJ CEP: 20970-000 Tel.: (021 22) 2665-2567 / 2665-0088	Araruama Armação de Búzios Arraial do Cabo Cabo Frio Casimiro de Abreu Iguaba Grande Rio das Ostras Rio Bonito Saquarema São Pedro d'Aldeia Silva Jardim
Agência Regional Norte - ARN	End.: Rua Edmundo Chagas, 116 - Centro -Campos dos Goytacazes - RJ CEP: 28015-080 Tel.: (021 22) 2722-3644 / 2725-8042	Aperibé Bom Jesus de Itabapoana Cambuci Campos Carapebus Cardoso Moreira Conceição de Macabu Itaocara Itaperuna Italva Lage de Muriaé Macaé Miracema Natividade Porciúncula Quissamã Santo Antonio de Pádua



AGÊNCIAS REGIONAIS	ENDEREÇO	MUNICÍPIOS
		São Fidélis São Francisco de Itabapoana São João da Barra São José de Ubá Varre-Sai

FONTE: www.ibama.gov.br

A SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – órgão vinculado a SEMADUR, é o gestor dos recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro, responsável pela defesa e proteção dos corpos d'água e de mananciais.

Atua através de Agências Regionais, que funcionam como postos avançados com os seguintes principais objetivos: cadastramento de usuários de recursos hídricos; regularização para outorga de direito de uso das águas; fiscalização e autuação de irregularidades; demarcação de faixa marginal de proteção; registro de denúncias e vistorias.

As Agências Regionais com atuação na Área de Influência são:

- A 3ª AR, sediada em Niterói, com área de abrangência nas Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara Leste e Sistema Lagunar de Maricá, envolvendo os seguintes Municípios: Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Tanguá e parte dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Magé.
- A 4ª AR, sediada em Araruama, com área de abrangência nas Bacias Hidrográficas do Rio São João e Lagoa de Araruama, envolvendo os seguintes Municípios: Arraial do Cabo, Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim e parte dos Municípios de Casimiro e Abreu, Rio das Ostras, Cachoeiras de Macacu, Maricá e Rio Bonito.
- A 5ª AR, sediada em Campos dos Goytacazes, com área de abrangência nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul (baixo), do rio Macaé, Lagoa Feia e Zona Costeira, envolvendo os seguintes Municípios: Macaé, Carapebus, Quissamã, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes e parte dos municípios de Rio das Ostras Italva, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, Casimiro de Abreu e São Fidélis.

O IEF – Instituto Estadual de Florestas é o órgão técnico e executor da Política Florestal do Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atribuições propor a criação e administrar as Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro, e fiscalizar e coibir a utilização dos recursos da flora e da fauna em todo o território do Estado.

As atividades de fiscalização do IEF são realizadas através de Patrulhas de Fiscalização e Postos Avançados que cobrem todo o Estado do Rio de Janeiro



visando verificar o cumprimento da legislação de proteção à fauna e à flora, fazendo, do ponto de vista administrativo, a constatação das ocorrências para posterior emissão dos respectivos Autos-de-Infração.



O IEF realiza um trabalho investigativo e repressivo, mas também de orientação, coibindo práticas ilegais como caça, tráfico de animais silvestres, pesca predatória, coleta de plantas ornamentais (bromélias, orquídeas, helicônias etc.), desmatamentos e queimadas.

Identificam-se no **Quadro II.5.3.12-4**, a seguir, as Patrulhas de Fiscalização com atuação na Área de Influência do empreendimento:

QUADRO II.5.3.12-4: PATRULHAS DE FISCALIZAÇÃO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

Posto Avançado de Niterói	Av. Feliciano Sodré, n.º 08 Centro - Niterói Tel: (21) 2717.9240
Patrulha de Macaé	Praça Washington Luiz, s/nº Centro, Macaé. Tel.: (22) 2772-4055
Patrulha de Campos dos Goytacazes	Rua Visconde de Inhaúma, nº 102 Parque Tamandaré Campos dos Goytacazes. Tel.: (22) 2735-0925

c) Nível Municipal:

As Prefeituras Municipais da área de influência do empreendimento, dispõe de órgãos municipais responsáveis pelo gerenciamento e controle dos ecossistemas municipais. Essas secretarias são identificadas no **Quadro II.5.3.12-5**, apresentado no item **II.5.3.2 – Grupos de Interesses**.

II.5.3.13 Instrumentos de Gestão Ambiental

O presente capítulo visa identificar os principais instrumentos de gestão ambiental e do território nas esferas federal, estadual e municipal que possuam interface com as atividades a serem realizadas pelo empreendimento.

Instrumentos de Planejamento e Gestão

a) Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC:

O PNGC, instituído pela Lei Federal nº 7.661/88, é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e vem sendo executado nos 17 estados costeiros da Federação, no âmbito do Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA, com o apoio financeiro do Banco Mundial. Como forma de promover a integração entre os diversos atores que atuam na Zona Costeira, foi criado, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, do Ministério da Marinha, o Grupo de Integração de Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO, que é composto por representantes de entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil.



Conforme definido pelo PNGC, a zona costeira corresponde à soma dos territórios dos municípios litorâneos e adjacentes, acrescida de uma faixa marinha de 12 milhas náuticas (mar territorial), incluindo, portanto, a Área de Influência do empreendimento. Os Estados litorâneos participam do PNGC através dos Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro.

► Espírito Santo

O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Espírito Santo - PEGC/ES - foi instituído pela Lei N° 5.816, de 22 de dezembro de 1968 que, em seu artigo 13 define como de competência da SEAMA a sua coordenação executiva.

Para fins do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, a Zona Costeira do Espírito Santo, apresenta a seguinte setorização:

- Litoral Extremo Norte, compreendendo os Municípios de Conceição da Barra, São Mateus e Jaguaré, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente;
- Litoral Norte, compreendendo os Municípios de Linhares, Sooretama e Aracruz, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente;
- Litoral Centro, compreendendo os Municípios de Fundão, Serra, Vitória, Cariacica, Vila Velha e Viana, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente;
- Litoral Sul, compreendendo os Municípios de Guarapari, Anchieta e Piúma, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente;
- Litoral Extremo Sul, compreendendo os Municípios de Marataízes, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim e Presidente Kennedy, em seus respectivos limites territoriais, além do Mar Territorial e a Plataforma Continental adjacente.

São objetivos do PEGC/ES:

- orientar e estabelecer a ocupação do solo e a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira;
- promover a melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- conservar os ecossistemas costeiros, em condições que assegurem a qualidade ambiental;
- determinar as potencialidades e vulnerabilidades da Zona Costeira;
- estabelecer o processo de gestão das atividades sócio-econômicas na Zona Costeira, de forma integrada, descentralizada e participativa, com a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;



- assegurar o controle sobre os agentes que possam causar poluição ou degradação ambiental, em quaisquer de suas formas, que afetem a Zona Costeira;
- assegurar a mitigação dos impactos ambientais sobre a Zona Costeira e a recuperação de áreas degradadas;
- assegurar a interação harmônica da Zona Costeira com as demais regiões que a influenciam ou que por ela sejam influenciadas;
- implantar programas de Educação Ambiental com as comunidades costeiras;
- definir a capacidade de suporte ambiental das áreas passíveis de ocupação, de forma a estabelecer níveis de utilização dos recursos renováveis e não renováveis;
- estabelecer normas referentes ao controle e manutenção da qualidade do ambiente costeiro.

Destacam-se como principais instrumentos do PEGC/ES:

- Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC: instrumento básico de planejamento que estabelece, após discussão pública de suas recomendações técnicas, a nível estadual e municipal, as normas de uso, ocupação do solo e de manejo dos recursos naturais da costa, em zonas específicas, definidas a partir de suas características ecológicas e socioeconômicas;
- Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO : instrumento do PEGC que terá a função de armazenar, processar e atualizar dados e informações do Programa, servindo de fonte de consulta rápida e precisa para a tomada de decisões;
- Plano de Gestão da Zona Costeira - PEGZC: concebido pelo conjunto de ações e programas setoriais, integrados e compatibilizados com as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico-Econômico, envolvendo a participação das entidades civis e dos setores organizados da sociedade;
- Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - MAZC: constituído de uma estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade sócio-ambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente do Plano de Gestão;



- Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC: procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos pelo Monitoramento Ambiental e, sobretudo, de avaliação da eficiência das medidas e ações desenvolvidas em nível do PEGC/ES.

► Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da FEEMA, tem participado do PNGC por duas razões básicas: **(i)** a importância do litoral fluminense do ponto de vista econômico e ambiental, e **(ii)** em atendimento à Lei Estadual nº 1.204, de 7/11/87, que instituiu o Comitê de Defesa do Litoral - CODEL/RJ e fortaleceu as atribuições do Estado na gestão do processo de uso e ocupação do litoral.

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO/RJ abrange uma faixa de aproximadamente 800km de extensão correspondendo a faixa marinha de 12 milhas e uma faixa Continental, envolvendo os municípios litorâneos até 50km desde que abrigue fontes poluidoras de alto impacto, dentre outras.

Para efeito de Gerenciamento Costeiro, o litoral fluminense foi subdividido em 4 setores, identificados a seguir:

- Setor 1 - Litoral Sul: Municípios de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri.
- Setor 2 - Litoral da Baía de Guanabara: Municípios do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Belfort Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Itaboraí, Niterói, Marica;
- Setor 3 - Litoral da Região dos Lagos: Municípios de Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro d'Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras.
- Setor 4 - Litoral Norte – Fluminense: Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana.

Constituem-se como principais objetivos do GERCO/RJ:

- implantar um plano de gestão para a faixa costeira do litoral do Estado do Rio de Janeiro;
- fortalecer o sistema de controle e fiscalização do ambiente costeiro, pela cooperação e parceria com os municípios e com os demais órgãos atuantes na faixa costeira (Plano Integrado de Gestão Costeira);
- fortalecer os mecanismos de cooperação técnica e assessoramento aos municípios litorâneos para a incorporação das diretrizes do macrozoneamento costeiro nos seus respectivos Planos Diretores;



- implantar o processo de acompanhamento sistemático (monitoramento) das ações antrópicas sobre o meio ambiente com a incorporação da tecnologia de sensoriamento remoto;
- implantar novas unidades de conservação da natureza, compreendendo os parques, as reservas biológicas, as estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico e consolidação das unidades já existentes;
- otimizar a atuação do Estado no fomento à projetos específicos de recuperação ambiental e de desenvolvimento sustentado, a serem implantados por iniciativa das organizações não-governamentais e setor privado;
- sistematizar uma base de informações técnico-científicas sobre a faixa costeira, como apoio a administração pública federal, estadual e municipal;
- aprimorar a legislação aplicável à faixa costeira do estado e edição de uma Lei de Defesa do Litoral;
- criar mecanismos de participação popular no planejamento e controle do uso do espaço costeiro.

Dentre as atividades em desenvolvimento no Rio de Janeiro, destacam-se:

- Apoio à Regulamentação da Lei nº. 7661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em apoio ao Ministério do Meio Ambiente;
- Participação em grupo de trabalho para implementação de projeto piloto de controle de água de lastro nos Portos de Sepetiba;
- Apoio na implementação do Projeto Orla, que visa o ordenamento desta fração da zona costeira, envolvendo o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e a integração dos diversos atores na gestão integrada da orla.
- Apoio na implementação da Agenda Ambiental Portuária que visa o fortalecimento da capacidade dos portos brasileiros para o controle ambiental.
- Apoio à estruturação do Programa de Proteção do Ambiente Marinho no Atlântico Sudoeste, vinculado ao Programa de Ação Global de Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra, coordenado pelo PNUMA/ONU.
- Plano de Gestão Costeira da Baía de Guanabara, desenvolvido através de convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Terra de Preservação Ambiental, sob supervisão da FEEMA/SEMADUR, tendo como principal objetivo fortalecer os instrumentos e procedimentos de gestão, integrando em sua estrutura os diversos segmentos sociais que direta ou indiretamente se relacionam com a Baía de Guanabara.
- Apoio permanente ao processo de Gestão Ambiental envolvendo a sistematização de informações sobre aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos da zona costeira, perícias e avaliações ambientais, o



planejamento de unidades de conservação, o apoio aos municípios no ordenamento do solo, dentre outros.

Entre as principais perspectivas do GERCO/RJ, destacam-se:

- Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro: Integração, sob o ponto de vista metodológico e cartográfico, dos diversos instrumentos de ordenamento do uso do solo existentes.
- Planos de Gestão da Zona Costeira: Proposição do Plano de Gestão da Zona Costeira do Estado integrando as diversas ações setoriais que incidem sobre a zona costeira.
- Sistema de Informação do Gerenciamento Costeiro: Continuidade ao processo de implantação da base de dados e integração com outros banco de dados.
- Monitoramento da Qualidade Ambiental: (i) Modernização e ampliação da rede de monitoramento da qualidade ambiental, sobretudo no que se refere aos aspectos faunísticos, florísticos e sócio-econômicos e (ii) Incorporação da tecnologia de sensoriamento remoto no processo de acompanhamento das interferências antrópicas sobre o meio ambiente.
- Plano Estadual de Gestão Costeira: Proposição de projeto de lei integrando os instrumentos legais existentes e definindo o modelo institucional para gerenciamento da costa.
- Plano Municipal de Gestão Costeira: Programa de Apoio à Gestão Ambiental nos Municípios.

b) Unidades de Conservação:

Esfera Federal

O IBAMA é o órgão executor do MMA. Está organizado em cinco Diretorias superiores: Ecossistemas - DIREC; Recursos Naturais Renováveis - DIREN; Incentivo à Pesquisa e Divulgação - DIRPED; Controle e Fiscalização - DIRCOF e Administração e Finanças - DIRAF. Em cada um dos estados da Federação o IBAMA dispõe de uma Superintendência Estadual, com a função de unidade descentralizada.

As unidades de conservação dos recursos naturais - UCs estão subordinadas administrativamente às Superintendências Estaduais e tecnicamente à sede central em Brasília, da seguinte forma:

- As unidades de uso indireto dos recursos naturais - Parques Nacionais - PARNA, Reservas Biológicas – REBIO e Estações Ecológicas – ESEC, e ainda as Reservas Ecológicas estão subordinadas à Diretoria de Ecossistemas – DIREC, através de seu Departamento de Unidades de Conservação – DEUC.
- As Áreas de Proteção Ambiental – APA, as Áreas de Relevante Interesse Ambiental – ARIE, de uso direto dos recursos, bem como o



reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Nacional – RPPN estão subordinadas à DIREC, através de seu Departamento de Vida Silvestre – DEVIS.

- As Florestas Nacionais, de uso direto dos recursos, são subordinadas à Diretoria de Recursos Naturais – DIREN.
- As Reservas Extrativistas, de uso direto dos recursos, estão vinculadas diretamente à Presidência da República, através do Centro Nacional de Populações Tradicionais – CNPT.

Segundo o Regimento Interno do IBAMA (Portaria Nº 445 de 16/08/89) são competências do Departamento de Unidades de Conservação: promover, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas às Unidades de Conservação de uso indireto. É de responsabilidade da Divisão de Gerenciamento das Unidades de Conservação: gerenciar as Unidades de Conservação de propriedade da União; elaborar e manter atualizados os planos de manejo das Unidades de Conservação de uso indireto; aplicar os planos de manejo de cada unidade federal de uso indireto; prestar assistência técnica à elaboração de planos de manejo das Unidades de Conservação de uso indireto implantadas pelos governos estaduais e municipais, bem como por instituições públicas ou privadas.

O Departamento de Vida Silvestre (DEVIS) possui duas divisões, sendo a Divisão de Conservação de Ecossistemas a encarregada de administrar as Áreas de Proteção Ambiental. A Portaria anteriormente citada estabelece as competências da Divisão de Conservação de Ecossistemas como **(i)** - realizar o levantamento e o diagnóstico de ecossistemas; **(ii)** *elaborar e propor diretrizes para o zoneamento ambiental*, a proteção e recuperação de ecossistemas e a manutenção da diversidade de biótopos, com ênfase para espécies ameaçadas de extinção; **(iii)** sugerir medidas técnicas necessárias à conservação de ecossistemas, notadamente frente a intervenções antrópicas; **(iv)** promover ou acompanhar programas regionais de proteção e recuperação de ecossistemas.

Em relação às Superintendências Estaduais, administrativamente subordinadas ao Presidente do IBAMA e tecnicamente aos Diretores, a mesma Portaria define suas competências como: operacionalizar planos, programas e projetos do Instituto, em sua área de jurisdição, bem como supervisionar as atividades e projetos do Instituto em sua área de Treinamento e de Pesquisa, Estações de Aqüicultura, Unidades de Conservação e outras que lhe sejam subordinadas e, entre outras atribuições: propor o desenvolvimento de atividades que atendam a problemas específicos de meio ambiente, proteção e conservação de recursos naturais renováveis, a nível estadual e desenvolver estudos e propor à Diretoria de Ecossistemas a criação de novas Unidades de Conservação, entre outras atribuições.

As Unidades de Conservação devem, portanto, contar com instrumentos de planejamento e gestão ambiental. As Unidades de Uso Indireto, como os



Parques Nacionais, devem elaborar Plano de Manejo para estabelecer as diretrizes básicas do manejo da unidade, utilizando técnicas de planejamento ecológico para determinar o zoneamento de uma unidade de conservação, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades (IBAMA, 1996). As Unidades de Conservação de Uso Direto como as Reservas Extrativistas, elaboram o Zoneamento Econômico Ecológico, instrumento que disciplina a ocupação o uso da unidade, e direciona o uso sustentável dos recursos naturais.

Na Área de Influência situam-se as Unidades de Conservação da esfera federal relacionadas no **Quadro II.5.3.13-1**, a seguir:

QUADRO II.5.3.13-1 : UNIDADES DE PROTEÇÃO FEDERAL EXISTENTES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA

ESTADO	CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO	TIPO
Espírito Santo	Reserva Biológica de Comboios	Linhares/ Aracruz	Proteção Integral
Rio de Janeiro	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	Carapebus, Macaé e Quissamã	Proteção Integral
Rio de Janeiro	Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo	Arraial do Cabo	Uso Sustentável

A Reserva Biológica de Comboios, caracterizada como de proteção integral, dispõe de plano de manejo.

A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, caracterizada como unidade de uso direto e de uso sustentável, dispõe de Zoneamento Econômico Ecológico e de Plano de Utilização elaborado em 1999. Atualmente a gestão da unidade é compartilhada com a Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.

Para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, criado em 1998 e caracterizado como unidade de uso indireto e de proteção integral, o Plano de Manejo está em processo inicial de elaboração.



É importante destacar que no país, é bastante reduzido o número de Unidades de Conservação que contam com esses instrumentos, pois a falta de recursos financeiros e humanos e, ainda, a hierarquização de prioridades inviabiliza a produção dos mesmos. Algumas unidades de conservação nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo constituem-se em exceção a essa regra.

Esfera Estadual

Os instrumentos de planejamento e gestão ambiental em âmbito estadual não se diferenciam dos existentes em âmbito federal: Zoneamento Econômico-Ecológico e Plano de Utilização para as unidades de uso direto e sustentável e Plano de Manejo para as unidades de uso indireto e proteção integral, além dos Planos Setoriais desenvolvidos com a finalidade de fiscalização, pesquisa, educação ambiental, etc.

► **Espírito Santo**

As Unidades de Conservação da esfera estadual situadas na área de influência capixaba são identificadas no **Quadro II.5.3.13-2**, a seguir.

QUADRO II.5.3.13-2: UNIDADES DE PROTEÇÃO ESTADUAL EXISTENTES – ESPÍRITO SANTO

CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO	TIPO
Reserva Biológica de Jacarenema	Vila Velha	Proteção Integral
Parque Estadual Paulo César Vinha	Guarapari	Proteção Integral
Área de Proteção Ambiental de Guanandy	Piuma e Itapemirim	Uso Sustentável
Área de Proteção Ambiental de Praia Mole	Serra	Uso Sustentável

Nenhuma das unidades de proteção estadual, situadas na área de influência capixaba, dispõe de instrumentos de controle e gestão ambiental.

► **Rio de Janeiro**

As Unidades de Conservação da esfera estadual situadas na área de influência fluminense são identificadas no **Quadro II.5.3.13-3**, a seguir.

**QUADRO II.5.3.13-3: UNIDADES DE PROTEÇÃO ESTADUAL EXISTENTES – ESPÍRITO SANTO**

CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO	TIPO
Reserva Ecológica de Jacarepiá	Saquarema	Proteção Integral
Parque Estadual da Serra da Tiririca	Niterói	Proteção Integral
APA do Pau Brasil	Búzios e Cabo Frio	Uso Sustentável
APA da Maricá	Maricá	Uso Sustentável
APA da Massambaba	Arraial do Cabo, Saquarema e Araruama	Uso Sustentável

Entre essas unidades apenas o Parque Estadual da Serra da Tiririca iniciou o processo de elaboração do plano de manejo. Nas outras unidades não existem instrumentos de planejamento e gestão, apesar de registrarem-se alguns investimentos em estudos e pesquisas para este fim, principalmente das universidades públicas oficiais, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Esfera Municipal

► Espírito Santo

Na área de influência capixaba, existem, em âmbito municipal, as unidades de proteção integral identificadas no **Quadro II.5.3.13-4**, apresentado a seguir.

QUADRO II.5.3.13-4: UNIDADES DE PROTEÇÃO MUNICIPAIS – ESPÍRITO SANTO

CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO	TIPO
Reserva Biológica dos Manguezais dos Rios Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim	Aracruz	Proteção Integral
Reserva Biológica Restinga de Camburi	Vitória	Proteção Integral
Reserva Biológica das Ilhas Oceânicas da Trindade e do Arquipélago de Martin Vaz	Vitória	Proteção Integral
Estação Ecológica Ilha do Lameirão	Vitória	Proteção Integral
Parque Natural Municipal da Baía Noroeste de Vitória	Vitória	Proteção Integral
Parque Natural Municipal do Morro da Mantegueira	Vila Velha	Proteção Integral
Parque Natural Municipal do Morro do Penedo	Vila Velha	Proteção Integral
Parque Ecológico da Lagoa de Jabaeté	Vila Velha	Proteção Integral
Estação Ecológica de Papagaios	Anchieta	Proteção Integral
Parque Natural Municipal da Cadeia de Ilhas do Meio, dos Cabritos, dos Franceses.	Piúma	Proteção Integral
Parque Natural Municipal da Ilha do Gambá	Piúma	Proteção Integral

Entre as Unidades de Conservação sob administração municipal, caracterizadas como de proteção integral, apenas o Parque Natural Municipal do Morro da Mantegueira e o Parque Natural Municipal do Morro



do Penedo, situados no município de Vila Velha, contam com plano de manejo.

► Rio de Janeiro

Foi identificado, na área de influência fluminense, um número expressivo de unidades de conservação municipal. Essas unidades, em sua maioria, caracterizam-se como de proteção integral, situam-se na Região da Baixada Litorânea, especialmente nos municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo e Rio das Ostras. As unidades de conservação da esfera municipal são apresentadas no **Quadro II.5.3.13-5**, a seguir.

QUADRO II.5.3.13-5: UNIDADES DE PROTEÇÃO MUNICIPAL – RIO DE JANEIRO

CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO	TIPO
Parque Municipal de Guaxindiba	S. Francisco de Itabapoana	Proteção Integral
Parque Municipal da Mata do Rio São João	Cabo Frio	Proteção Integral
Parque Municipal das Dunas	Cabo Frio	Proteção Integral
Parque da Praia do Forte	Cabo Frio	Proteção Integral
Parque Municipal da Gamboa	Cabo Frio	Proteção Integral
Parque Municipal Ecológico Dormitório das Garças	Cabo Frio	Proteção Integral
Parque Municipal Morro do Guia	Cabo Frio	Proteção Integral
Parque Municipal Morro do Telégrafo	Cabo Frio	Proteção Integral
Parque Ecológico Municipal do Morro do Mico	Cabo Frio	Proteção Integral
Parque Municipal Morro da Piaçava	Cabo Frio	Proteção Integral
Monumento Natural dos Costões Rochosos	Rio das Ostras	Proteção Integral
Parque Municipal dos Pássaros	Rio das Ostras	Proteção Integral
Parque Municipal da Praia do Forno	Arraial do Cabo	Proteção Integral
Parque Municipal Natural de Combro Grande	Arraial do Cabo	Proteção Integral
Parque Municipal da Praia do Pontal	Arraial do Cabo	Proteção Integral
Reserva Ecológica da Ilha de Cabo Frio	Arraial do Cabo	Proteção Integral
Reserva Biológica da Lagoa Salgada	Arraial do Cabo	Proteção Integral
Reserva Biológica do Brejo Jardim	Arraial do Cabo	Proteção Integral
Reserva Biológica do Brejo Jardim	Arraial do Cano	Proteção Integral
APA de Iquipari	São João da Barra	Uso Sustentável
APA da Praia da Azeda e Azedinha	Armação dos Búzios	Uso Sustentável
APA Lagoa de Piratininga/Itaipu	Niterói	Uso Sustentável
APA Arquipélago de Santana	Macaé	Uso Sustentável
APA do Lagamar	Campos dos Goytacazes	Uso Sustentável
APA da Lagoa do Iriry	Rio das Ostras	Uso Sustentável
Área de Relevante Interesse Ecológico Itapebussus	Rio das Ostras	Uso Sustentável

Além das áreas protegidas já existentes, estão sendo propostas duas novas Unidades de Conservação no Município de Campos de Goytacazes, em áreas costeiras: o Parque Natural Municipal Taquaruçu (1º Distrito) e o Parque Municipal do Mangue da Carapeba (Farol de São Tomé). Em nenhuma das Unidades de Conservação da esfera municipal situadas na área de influência fluminense existem instrumentos de planejamento e gestão.

c) Planejamento e Gestão Municipal:



► Espírito Santo

Na área de influência capixaba, os Municípios de Piúma e Presidente Kennedy não têm a obrigatoriedade de elaborar planos diretores, por possuírem contingentes populacionais inferiores a 20.000 habitantes.

Relaciona-se, a seguir, a situação dos demais municípios:

- Linhares – o plano diretor está em processo de revisão pelos técnicos municipais;
- Aracruz – em fase de contratação para revisão
- Fundão – em processo de elaboração pelos técnicos municipais
- Vitória – a atualização do Plano Diretor (obrigatória decenalmente) está em processo de aprovação pela Câmara Municipal;
- Serra – em processo de revisão pelos técnicos municipais;
- Vila Velha – em processo de revisão pelo IBAM;
- Guarapari – nova proposta em processo de elaboração pela UFES/Fundação Ceciliano Abel de Almeida
- Anchieta – os técnicos da Prefeitura Municipal estão participando do curso de capacitação, ministrado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, que tem como objetivo fornecer instrumentos para intervenção no planejamento e na gestão municipal, capacitando-os para o desenvolvimento do Plano Diretor de seus municípios.
- Itapemirim – teve início o processo de elaboração, atualmente em fase levantamentos;
- Marataízes – a atualização do Plano Diretor (Lei 305/2000), não foi iniciada.

► Rio de Janeiro

São poucos os municípios da área de influência fluminense que dispõem de instrumentos de planejamento e gestão territorial, apesar da obrigatoriedade para todos aqueles que tenham mais de 20 mil habitantes.



Identifica-se, a seguir, a situação atual dos municípios que dispõe desses instrumentos:

- Em Arraial do Cabo existe Plano Diretor (Lei nº 602 de 23/04/1992);
- Em Saquarema existe Plano Diretor, mas está desatualizado;
- Em Rio das Ostras, Araruama e Macaé, o Plano Diretor está em fase de elaboração, tendo sido iniciado o processo de consulta popular;
- Em Armação dos Búzios existe Lei de Uso e Ocupação do Solo (Zoneamento Ambiental), estando sendo elaboradas as Leis de Proteção Ambiental e o Código Ambiental.
- Em Campos dos Goytacazes o Plano Diretor de 1991 está atualmente em processo de atualização.

II.5.3.14 Principais Recursos Naturais Utilizados

Diante do fato de que os principais recursos naturais utilizados na área do empreendimento estão relacionados aos recursos pesqueiros, considerou-se que a contextualização de sua importância no contexto socioeconômico está contemplada no Item **II.5.3.16 – Caracterização da Atividade Pesqueira**.

II.5.3.15 Qualidade da Paisagem Natural

A Qualidade da Paisagem natural e sua importância para o desenvolvimento local e regional foi descrita no item **II.5.3.11 – Lazer, Turismo e Cultura**, considerando a importância deste tema para a contextualização dos atrativos naturais existentes nos municípios da Área de Influência do empreendimento.

II.5.3.16 Caracterização da Atividade Pesqueira

Nesta seção do estudo, serão caracterizadas as atividades de pesca e maricultura desenvolvidas nos municípios da Área de Influência do empreendimento de desenvolvimento e produção no Bloco BC-10 localizado em lâmina d'água com profundidade média de 1.800 metros e cuja distância mínima da costa é de 120 km, a partir do Município de Anchieta (ES).

As informações apresentadas foram obtidas por meio da aplicação de questionários durante levantamentos de dados primários junto às Secretarias de Agricultura e Pesca, Colônias de Pescadores e Associações e Cooperativas de Pesca de cada município, realizados pelas equipes das empresas **Ecologus Engenharia Consultiva** e **Ecology Brasil** nos anos de 2002, 2003 e 2005, além de dados secundários obtidos por meio de pesquisas bibliográficas e na Internet. A abordagem empregada no presente estudo visou apresentar de forma sucinta a



situação da pesca na Região Sudeste brasileira, seguida de informações gerais sobre a pesca nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

As atividades pesqueiras na Área de Influência do empreendimento foram caracterizadas, considerando a pesca nos municípios fluminenses e capixabas de forma a apresentar as principais modalidades de pesca empregadas, contingente de pescadores, frota pesqueira, principais espécies capturadas e petrechos utilizados pelos pescadores. Por fim, é apresentado um item destacando as características da pesca nos municípios cujas atividades pesqueiras ocorrem na área do Bloco BC-10.

Da mesma forma como vem sendo observada em outros países, a redução dos estoques pesqueiros naturais na costa brasileira vem ocorrendo em função da sobrepesca, da degradação dos ecossistemas costeiros e da pesca predatória, mesmo a pesca no Brasil apresentando características predominantemente artesanais e, teoricamente, menos impactantes. Este fato vem contribuindo para o declínio das capturas de pescado em todo o país. As estimativas da produção brasileira, para o ano de 2002 (cerca de 822 mil toneladas) posicionavam o país como o 25º produtor mundial de pescado por captura (FAO, 2003).

Apesar da imensa costa brasileira, com cerca de 8.500 km de linha real de litoral, a produção de pescados provenientes da pesca extrativa no Brasil é praticamente inexpressiva quando comparada a de outros países com costa consideravelmente menor, mesmo considerando as águas oligotróficas características do Oceano Atlântico, diferentemente das águas ricas em nutrientes típicas do Oceano Pacífico. Como exemplo, as capturas do Chile em 2002 foram 5,2 vezes maior que as capturas brasileiras, enquanto que a produção do Peru foi 10,7 vezes maior.

Segundo BORGHETTI (2000), a produção da pesca brasileira teve um crescimento até o ano de 1985, quando então ocorreu um declínio das capturas que implicou na redução da importância da pesca brasileira com relação aos demais países da América do Sul.

Analisando a série histórica do Brasil disponibilizada pela FAO, pode-se observar que no período de 1998 a 2003, a produção brasileira da pesca extrativa aumentou cerca de 14%, tendo atingido 808.864 toneladas em 2003, conforme discriminado a seguir (Fonte: Adaptado de: FAO - ftp://ftp.fao.org/fi/stat/summ_tab.htm). No entanto, este resultado de produção referente ao ano de 2003 foi cerca de 1,6% menor que o total produzido no ano de 2002.



<u>Ano</u>	<u>Produção</u>
1998	706.789
1999	703.941
2000	766.846
2001	806.672
2002	822.159
Variação no Período:	+ 14,44%

No Brasil, a pesca é conceituada como de subsistência, artesanal, industrial/empresarial e amadora. A pesca industrial/empresarial pode, eventualmente, ser subdividida em pesca desenvolvida por armadores de pesca e a pesca industrial propriamente dita (SEAP, 2005), que pode ser exercida tanto na região costeira como na região oceânica.

Pesca de Subsistência

É a pesca exercida com a única finalidade de obtenção de alimento para o pescador e seus familiares, não existindo finalidade comercial.

Pesca Artesanal ou de Pequena Escala

Refere-se à pesca com finalidade comercial. Utiliza tanto embarcações de médio porte, motorizadas ou não, como embarcações construídas pelos próprios pescadores. Não existe nenhuma sofisticação nos petrechos e insumos utilizados. De um modo geral, utilizam equipamentos básicos de navegação, em embarcações com estrutura capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. Forma a maior porção da frota brasileira (cerca de 27.000 barcos – SEAP, 2005).

No contexto nacional, a pesca artesanal continua desempenhando um papel bastante importante, representando 47% das capturas da pesca extrativa em todo o país no ano de 2003 (IBAMA, 2004). Esta modalidade de pesca, também conhecida como pesca de pequena escala, é caracterizada por contemplar tanto as capturas comerciais associadas à obtenção de alimento para as famílias dos pescadores, como a pesca com objetivos essencialmente comerciais. Esta modalidade de pesca também se caracteriza pelo fato de que os pescadores são, normalmente, proprietários de seus meios de produção, como redes, anzóis etc., e as embarcações são predominantemente de pequeno porte. O proprietário da embarcação normalmente também é um pescador que participa, assim como os demais, de todas as atividades pesqueiras (SEAP, 2005). A pesca artesanal no Brasil ainda se concentra, principalmente, nas áreas onde normalmente as profundidades não ultrapassam os 75 metros.



Pesca Industrial Costeira

É realizada por embarcações de maior autonomia, com capacidade para operar em áreas mais distantes da costa, efetuando a exploração de recursos pesqueiros que se apresentam relativamente concentrados em nível geográfico. As embarcações possuem mecanização a bordo para a operacionalização dos petrechos de pesca; são motorizadas, com motores de potência mais elevada; possuem equipamentos eletrônicos de navegação e detecção e, o material do casco pode ser de aço ou madeira.

A pesca industrial costeira no Brasil está concentrada na captura dos principais recursos em volume ou valor da produção, com destaque para: lagostas, piramutaba, sardinha, atuns e afins, camarões e espécies demersais ou de fundo (corvina, pescada, pescadinha, castanha etc.).

Pesca Industrial Oceânica

A pesca industrial oceânica ainda é inexpressiva no Brasil e envolve embarcações aptas a operar em toda a ZEE - Zona Econômica Exclusiva, região compreendida a 200 milhas da costa brasileira, incluindo áreas oceânicas mais distantes, mesmo em outros países. É constituída por embarcações com grande autonomia, podendo, inclusive, industrializar o pescado a bordo, sendo dotada de sofisticados equipamentos de navegação e detecção de cardumes além de ampla mecanização.

Pesca Amadora

Praticada ao longo de todo o litoral brasileiro com a finalidade de turismo, lazer ou desporto. O produto da atividade não pode ser comercializado ou industrializado. A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), órgão do governo federal criado por intermédio da MPV nº 103 de 01/01/2003, art. 30, inciso VII, encarregado do ordenamento das atividades de aquicultura e pesca no Brasil, utiliza também o conceito de Diegues com relação à pesca industrial/empresarial, subdividindo-a como aquela desenvolvida por armadores de pesca e a pesca empresarial ou industrial propriamente dita. A pesca desenvolvida por armadores é caracterizada pelo fato de os armadores (os proprietários das embarcações e dos petrechos de pesca), não participarem diretamente do processo produtivo.

Essa função é delegada ao mestre da embarcação. As embarcações são de maior porte e possuem autonomia para atuar num raio de ação mais amplo do que as utilizadas para a pesca artesanal, o que exige uma maior organização e divisão de trabalho entre os tripulantes: mestre, cozinheiro, gelador, maquinista, pescador, etc (SEAP, 2005). Da mesma forma como na pesca artesanal, a mão-de-obra é remunerada pelo sistema de partes, ainda que, para algumas funções, possam existir formas de remuneração complementar.



Na pesca industrial ou empresarial, a empresa é proprietária tanto das embarcações como dos petrechos de pesca. As embarcações possuem autonomia para atividades em profundidades maiores e dispõem de mecanização não só para os deslocamentos até os pesqueiros (locais preferenciais de captura de pescados), mas também para o desenvolvimento das atividades de pesca, como o lançamento e recolhimento de redes, e, em alguns casos, também para o beneficiamento do pescado a bordo. Esta modalidade de pesca é organizada em diversos setores podendo integrar verticalmente desde a captura, até o beneficiamento e a comercialização do pescado (SEAP, 2005).

Para a pesca oceânica, realizada na ZEE, foi recentemente implementado pelo governo federal, o projeto da SEAP/PR de ampliar a frota pesqueira do país: o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Pró-Frota Pesqueira, criado em março de 2004 com recursos de R\$ 1,5 bilhão destinados à construção de 250 embarcações pesqueiras para empresas brasileiras. O Pró-Frota é uma iniciativa do governo federal que pretende ampliar a frota pesqueira brasileira, para com isso, aumentar a captura de espécies em águas profundas.

O edital do primeiro lote, no valor de R\$ 340 milhões, foi anunciado em setembro de 2005, e o recurso será usado para a construção, inicialmente, de 39 embarcações. O segundo lote deverá financiar, ainda em 2005, outras 35 embarcações. A expectativa do governo e de empresários do setor é de que a pesca brasileira inicie uma nova fase, com uma frota pesqueira em condições de atender as necessidades do País e gerar empregos com menor agressão ao meio ambiente. Atualmente o Brasil possui pouco mais de 80 barcos para a pesca industrial oceânica operando em águas profundas, dos quais aproximadamente 60 são embarcações estrangeiras arrendadas.

A SEAP/PR estima que a pesca extrativa seja responsável pela geração de aproximadamente 800 mil empregos diretos no país e que o parque industrial seja composto por cerca de 300 empresas relacionadas com a captura e o processamento do pescado. A frota pesqueira nacional (artesanal e industrial) é composta por cerca de 30.000 barcos, dos quais 10% constituem a frota industrial e o restante a frota artesanal (SEAP, 2005).

No **Quadro II.5.3.16-1**, criado com base nos dados mais recentes do IBAMA (2004), pode-se observar um aumento até o ano de 2002, tanto dos valores totais anuais da pesca extrativa, como dos totais gerais (incluindo a aquicultura), o que vem a corroborar os dados apresentados pela FAO (1998 – 2003). Esses dados indicam que em 2003 ocorreu uma leve redução desses valores.



QUADRO II.5.3.16-1: PRODUÇÃO TOTAL DA PESCA (T) E PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DA PESCA EXTRATIVA E DA AQUICULTURA EM ÁGUAS MARINHAS E CONTINENTAIS (1995 - 2004)

Ano	Pesca Extrativa				Aqüicultura				Total
	Marinha	Continental	Total	%	Marinha	Continental	Total	%	
1995	413.666,5	193.042,5	606.708,0	92,9	5.420,5	40.782,0	46.202,5	7,1	652.910,5
1996	422.173,5	210.277,5	632.451,0	91,2	8.490,0	52.231,5	60.721,5	8,8	693.172,5
1997	465.714,0	178.871,0	644.585,0	88,0	10.180,0	77.493,5	87.673,5	12,0	732.258,5
1998	432.599,0	174.190,0	606.789,0	85,4	15.349,0	88.565,5	103.914,5	14,6	710.703,5
1999	418.470,0	185.471,5	603.941,5	81,1	26.513,5	114.142,5	140.656,0	18,9	744.597,5
2000	467.687,0	199.159,0	666.846,0	79,1	38.374,5	138.156,0	176.530,5	20,9	843.376,5
2001	509.946,0	220.431,5	730.377,5	77,7	52.846,5	156.532,0	209.378,5	22,3	939.756,0
2002	516.166,5	239.415,5	755.582,0	75,0	71.114,0	180.173,0	251.287,0	25,0	1.006.869,0
2003	484.592,5	227.551,0	712.143,5	71,9	101.003,0	177.125,5	278.128,5	28,1	990.272,0
2004	500.116,0	246.100,5	746.216,5	73,5	88.967,0	180.730,5	269.697,5	26,5	1.015.914,0

FONTE: IBAMA. ESTATÍSTICA DA PESCA (2004)

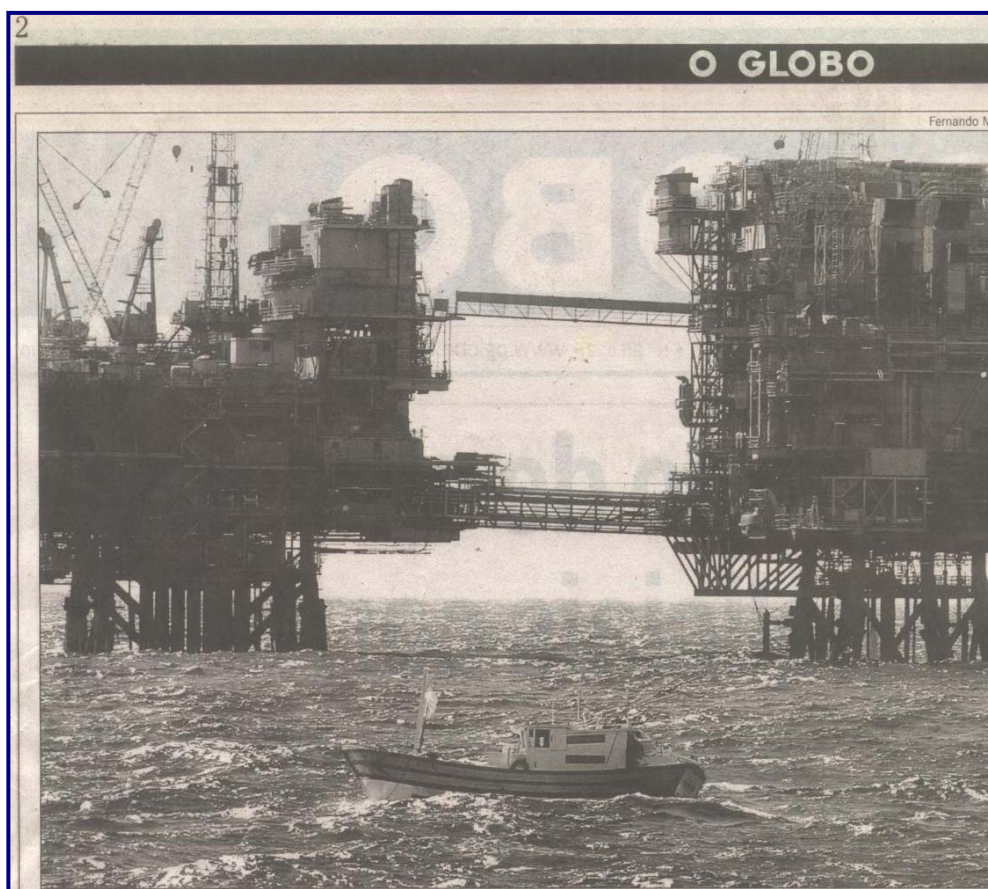
Também pode ser observado no **Quadro II.5.3.16-1** um crescente aumento da participação da aqüicultura na produção brasileira de pescados, que passou de 7% em 1995 para 26,5% em 2004, demonstrando o considerável crescimento da importância desta atividade para a produção de pescados no Brasil, apesar da queda registrada em relação ao ano de 2003.

Embora as atividades pesqueiras artesanais estejam concentradas na região com profundidades menores que 100 metros, em função do estado de sucateamento da frota pesqueira artesanal e da falta de autonomia para operar em áreas mais profundas, nas pesquisas de campo realizadas com as colônias de pescadores dos municípios da Área de Influência, verificou-se que mesmo pequenas embarcações destinadas à pesca artesanal, freqüentemente se distanciam da costa para o exercício das atividades de pesca.

Desta forma, observa-se que a redução dos estoques naturais costeiros, consenso entre pescadores e autoridades vinculadas à pesca, além de promover o deslocamento das atividades pesqueiras por longos trechos da costa, leva também ao afastamento dos pescadores para regiões cada vez mais distantes da costa, em águas cada vez mais profundas.

Freqüentemente essas situações fazem com que os desembarques pesqueiros sejam realizados em locais diferentes de onde foram originalmente capturados. Isso além de prejudicar o levantamento de informações precisas sobre a atividade pesqueira altera também as estatísticas dos desembarques, uma vez que é comum ocorrer de as capturas de um determinado município ou estado serem inseridas nas estatísticas de pesca dos locais de desembarque, isto quando existe algum tipo de controle.

Mesmo com o limite de atuação para a pesca artesanal imposto pela legislação, pescadores que possuem autorização para a pesca somente até três milhas da linha de praia, freqüentemente ultrapassam este limite, muitas vezes exercendo suas atividades de pesca em áreas muito próximas às plataformas de petróleo. **(Foto 1)**



FONTE: JORNAL O GLOBO, 2003.

Foto 1: EMBARCAÇÃO DE PESCA EM ATIVIDADE PRÓXIMA A PLATAFORMAS DE PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS (RJ)

Mesmo não havendo precisão e padronização nos dados referentes à pesca, em geral, tanto pescadores quanto autoridades vinculadas à pesca, têm como consenso a redução das capturas de pescado no Brasil. Segundo SZPILMAN (1999), os principais fatores que resultaram na redução dos estoques marinhos naturais ao longo da costa brasileira estão relacionados ao estado obsoleto da frota pesqueira nacional, ao emprego de métodos de pesca predatórios, como o arrastão e as embarcações parelhas, à deficiência das embarcações em termos de instrumentos e equipamentos de pesca, à concentração de pescadores nas áreas de pesca e, à escassez de estudos referentes aos estoques pesqueiros.



Além desses fatores, mais recentemente, com a intensificação das atividades exploratórias de petróleo e gás natural ao longo da costa brasileira, a ocupação dos ambientes marinhos pelas plataformas de petróleo, as atividades de levantamentos sísmicos, bem como o trânsito das embarcações de apoio às atividades *offshore*, vêm também sendo 'acusadas' de estarem 'afugentando' os peixes e, conseqüentemente, ocasionando o declínio das capturas pesqueiras (JABLONSKI, 2003).

A Pesca Extrativa Marinha na Região Sudeste e nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo

As estimativas de capturas da pesca extrativa assim como a produção proveniente da aquicultura, referentes aos estados da Região Sudeste, são apresentadas no **Quadro II.5.3.16-2**, elaborado com dados estatísticos do IBAMA (2005), onde pode ser observado que, no contexto nacional, as capturas de pescados marinhos desta região são bastante expressivas, e correspondem à cerca de 19% das capturas da pesca extrativa marinha brasileira. Indica também, que na Região Sudeste, os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo são responsáveis por aproximadamente 90% do total de pescados produzidos pela pesca extrativa e a aquicultura nesta região brasileira.

QUADRO II.5.3.16-2: PRODUÇÃO ESTIMADA POR MODALIDADE, SEGUNDO A REGIÃO E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO (ANO DE 2004)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PRODUÇÃO TOTAL (T)	PESCA EXTRATIVA		AQUICULTURA	
		MARINHA	CONTINENTAL	MARINHA	ÁGUA DOCE
Sudeste	161.437,5	108.744,5	20.986,0	984,0	30.723,0
Minas Gerais	13.795,0	0,0	8.823,0	0,0	4.972,0
Espírito Santo	17.419,5	12.614,0	802,0	794,0	3.209,5
Rio de Janeiro	71.215,0	68.428,5	1.082,0	22,0	1.682,5
São Paulo	59.008,0	27.702,0	10.279,0	168,0	20.859,0
Brasil	1.015.914	500.116,0	246.100,5	88.967,0	180.730,5

FONTE: ADAPTADO DE IBAMA - ESTATÍSTICA DA PESCA 2004.

O Estado do Rio de Janeiro possui a terceira maior costa pesqueira do país (cerca de 635 km de extensão), e a produção anual de pescados provenientes somente da pesca marinha (68.428,5 t), posiciona o Estado em 3º lugar no *ranking* nacional (IBAMA, 2005). A pesca no Estado do Rio de Janeiro está baseada, principalmente, na captura de peixes oceânicos pela frota de maior porte, que são desembarcados, preferencialmente, nos principais portos do Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Cabo Frio. De Cabo Frio para o sul, percebe-se uma clara mudança na composição dos desembarques. Nesse trecho, há um direcionamento da pesca para a captura de espécies pelágicas (sardinhas, cavalinha, peixe-galo, chicharro e xerelete), realizada com a pesca de cerco e, para o bonito listrado, capturado com isca viva, próximo à quebra da plataforma continental.

Observa-se também no **Quadro II.5.3.16-2**, que a produção da pesca extrativa marinha do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2004 (68.428,5 t) representou mais que o dobro da produção da pesca extrativa marinha do Estado de São



Paulo para este mesmo ano (27.702 t) e foi mais de cinco vezes maior que a produção da pesca extrativa marinha do Estado do Espírito Santo (12.614 t). A diferença deve-se basicamente às capturas da sardinha, que no Estado do Rio de Janeiro são bastante superiores, principalmente nos municípios de Angra dos Reis, Cabo Frio e Armação dos Búzios. Esta maior concentração da sardinha verdadeira no litoral do Estado do Rio de Janeiro, segundo JABLONSKY (1996), provavelmente deve estar relacionada com as condições oceanográficas favoráveis que interferem na sua disponibilidade para a pesca.

A produção pesqueira do Rio de Janeiro, considerando tanto as atividades de pesca como as de aquicultura, é quatro vezes maior que a do Espírito Santo. No entanto, deve-se considerar, quando de comparações de produção em termos estaduais, que devido à mobilidade das frotas pesqueiras, é comum embarcações de diferentes estados atuarem fora de suas jurisdições, e os desembarques ocorrerem próximos aos locais de pesca. Exemplo pode ser citado com relação à frota pesqueira do Estado do Espírito Santo, que normalmente atua tanto no Estado do Rio de Janeiro como na Bahia, desembarcando o pescado nos portos com melhor infra-estrutura e condições de comercialização.

De acordo com dados do SFFA/RJ (Serviço de Fiscalização e Fomento da Produção Animal), ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2000), o setor pesqueiro envolve diretamente com a atividade da pesca em todo o Estado do Rio de Janeiro, cerca de 50.000 pescadores além de outras 180.000 pessoas de forma indireta, seja nas indústrias de beneficiamento, na produção de insumos, na distribuição ou na comercialização de pescado. Ainda com base nesses dados, o número de embarcações pesqueiras de pequeno e médio porte que operam no Estado do Rio de Janeiro, é de cerca de 10.000 embarcações, além de outras 150 embarcações de maior porte, utilizadas na pesca industrial. O Estado abriga também, o maior parque industrial de enlatados de pescado da América Latina, com uma produção estimada de 500 milhões de latas por ano, sendo grande parte desta produção destinada à exportação.

Levantamentos mais recentes indicam que atualmente existem cerca de 70.000 pescadores associados às 25 colônias existentes no Estado do Rio de Janeiro, sendo que apenas uma pequena parcela deles (aproximadamente 9.000 pescadores) está registrada no MAPA. Informações da Federação das Colônias de Pesca do Estado do Rio de Janeiro, entidade que representa uma parcela das colônias e associações de pescadores do Estado, indicam que o número de pescadores com registro no IBAMA é significativamente maior, pois, com a transferência de responsabilidade do registro do IBAMA para o MAPA, houve a necessidade de um recadastramento. Como poucos pescadores ficaram cientes desta obrigatoriedade, a SEAP/PR iniciou no ano de 2005, um novo processo de recadastramento de todos os pescadores artesanais do país. Este processo ainda se encontrava em andamento até a data da elaboração do presente estudo sobre as atividades de pesca.

A Pesca e a Maricultura nos Municípios da Área de Influência



a) A Pesca Artesanal nos Municípios do Rio de Janeiro da Área de Influência:

As atividades pesqueiras praticadas na maior parte dos municípios fluminenses da Área de Influência do empreendimento, são caracterizadas pelo padrão tipicamente artesanal, embora existam também, atividades de pesca industrial e a promovida por armadores de pesca em alguns municípios como Niterói, Cabo Frio e Macaé. A atividade pesqueira, como um todo, movimenta direta e indiretamente uma expressiva parcela da economia dos diversos municípios fluminenses desde Niterói até São Francisco do Itabapoana.

No entanto, apesar de constituir uma importante atividade econômica desses municípios costeiros, o setor pesqueiro carece sobremaneira de informações básicas, principalmente no que se refere ao total de pescadores em atividade, dimensionamento e tipificação da frota pesqueira, artes de pesca utilizadas, principais pesqueiros, estatísticas de produção, dentre outras informações. Assim sendo, visando à caracterização das atividades pesqueiras artesanais de cada município da Área de Influência seguir serão apresentadas as informações sobre as atividades de pesca artesanal de cada um dos municípios fluminenses da Área de Influência, levantadas para a elaboração do presente estudo.

Vale ressaltar que as informações apresentadas pelos presidentes e membros das entidades de pesca visitadas em campo têm como base não somente os registros existentes nessas entidades de classe, como também as estimativas empíricas além da sensibilidade e experiência na atividade pesqueira dos representantes entrevistados.

Na Área de Influência são realizadas diferentes modalidades de pesca, podendo-se dizer que existe uma relação estreita entre os tipos de barcos utilizados, as artes de pesca empregadas e os ambientes naturais onde às atividades de pesca se desenvolvem. Cada lugar pratica um tipo de pesca, voltada para determinado recurso pesqueiro, que requer uma determinada arte de captura, para a qual se utiliza um determinado tipo de barco.

A Bacia de Campos reflete em sua atividade pesqueira tanto as condições de fundos duros, como também aquelas marcadas pelas grandes extensões apropriadas para a pesca de arrasto. Os municípios situados mais ao norte apresentam uma pesca, semelhante em muitos aspectos, à observada no Estado do Espírito Santo, com predomínio das atividades da pesca marítima artesanal. Embora não exista ocorrência de desembarques da pesca industrial nessa região, existe a atuação dos barcos desta modalidade de pesca no local, assim como em toda costa brasileira.

A frota pesqueira que atua na Bacia de Campos é composta por barcos motorizados, em função do litoral desprotegido e do mar batido. A atividade pesqueira dos municípios fluminenses da Área de Influência que pode ser afetada pelas atividades exploratórias no Bloco BC-10, ocorre em dois tipos de ambientes físicos, que definem condições distintas para o desenvolvimento da



atividade pesqueira. As áreas litorâneas que vão desde a desembocadura do rio Itabapoana até o cabo de São Tomé, são compostas por restingas, baixadas e tabuleiros. A plataforma continental marítima, nesse trecho, é fortemente marcada pela presença do delta do rio Paraíba do Sul e pelos extensos manguezais que avançam para o mar, configurando um ambiente lamoso adequado ao desenvolvimento da atividade camaroneira, com a utilização da modalidade de pesca conhecida como arrasto. Essa atividade ocorre principalmente nas localidades situadas em profundidades que atingem, no máximo, 30 metros.

Do cabo de São Tomé até Cabo Frio, o litoral é formado por uma extensa restinga, e é interrompido por afloramentos rochosos (como nas áreas próximas às desembocaduras do rio Macaé, em Rio das Ostras e em Armação dos Búzios) e ilhas continentais, como as do arquipélago de Santana, Cabo Frio, Papagaios, Comprida e dos Pargos. Ao longo desse litoral, desenvolvem-se diferentes atividades de pesca artesanal concentradas nas áreas mais próximas da costa, nas baías e ilhas, que são ambientes rochosos que atraem inúmeras espécies de peixe.

Deve-se atentar para o fato de que, nesse trecho, concentram-se as plataformas de exploração de petróleo e de gás natural da Bacia de Campos, que configuram ambientes propícios ao desenvolvimento da atividade pesqueira, em função da concentração e reprodução de distintas espécies de peixes nesses locais. A pesca de plataforma, termo utilizado pelos pescadores para classificar o tipo de atividade pesqueira que se desenvolve nessas áreas, será considerada, no presente estudo, como a principal atividade pesqueira sob influência do empreendimento. Isso se dá pelo fato de que os pescadores que desenvolvem esse tipo de atividade pesqueira possuem autonomia para alcançar maiores distâncias da costa e equipamentos próprios para o desenvolvimento da pesca nas áreas das plataformas. Como eles já possuem o hábito de pescar próximo às plataformas, acredita-se que a inserção de mais uma serviria de atrativo adicional, ainda mais se for considerado o fato de que os pescadores não fazem distinção entre plataformas de produção e de exploração.



Segundo JABLONSKI (1995), as localidades de Barra de Itabapoana, Guaxindiba e Gargaú encontram-se na faixa de transição e apresentam uma atividade pesqueira centrada na pesca de arrasto costeiro para o camarão sete-barbas e na pesca de linha de mão para o pargo e o peroá. Atafona responde por uma importante captura de cações, com o emprego de redes de espera e espinhel. Mais ao sul, Farol de São Tomé tem na captura dos camarões barba-ruça, sete-barbas e santana, a sua principal atividade pesqueira. Já os Municípios de Macaé e Cabo Frio, concentram as capturas de sardinha com a pesca de cerco, além das frotas de linha de mão e espinhel, voltadas para a captura de espécies como o atum, dourado, cherne, pargo, entre outras.

O **Quadro II.5.3.16-3**, a seguir, apresenta as principais espécies que ocorrem, no Estado do Rio de Janeiro, considerando seus habitats, áreas onde são capturadas e petrechos de pesca utilizados na sua captura.

QUADRO II.5.3.16-3: PRINCIPAIS ESPÉCIES DE PEIXES QUE OCORREM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE ACORDO COM SEU HABITAT, LOCAIS DE CAPTURA E ARTES DE PESCA UTILIZADAS

NOME VULGAR	GÊNERO (S), ESPÉCIE (S)	HABITAT ¹	ÁREA DE PESCA	ARTE DE CAPTURA
Abrótea	<i>Urophycis spp</i>	D	C	Ar
Agulhão branco	<i>Istiophorus albicans</i>	P	O	Az, E
Albacora branca	<i>Thunnus alalunga</i>	P	O	Az, E
Albacora laje	<i>Thunnus albacares</i>	P	O	Az, E
Albacorinha	<i>Thunnus atlanticus</i>	P	O	Az, E
Badejo	<i>Mycteroperca spp</i>	D	C	Az
Bagre	<i>Netuma; Genidens</i>	D	E+C	Ar
Baiacu	<i>Lagocephalus,</i>	D	C	Ar
	<i>Chilomycterus</i>	D	C	Ar
Batata	<i>Lopholatilus villarii</i>	D	C	Az, Ar
Betara	<i>Menticulatus spp</i>	D	C	Em
Bicuda	<i>Sphyrna spp</i>	P	C	Az
Bijupirá	<i>Rachycentron</i>	D	C	Az
Bonito cachorro	<i>Auxis thazard</i>	P	O	Iv
Bonito listrado	<i>Katsuwonus pelamis</i>	P	O	Iv
Bonito pintado	<i>Euthynnus alletteratus</i>	P	O	Iv
Cabra	<i>Prionotus spp</i>	D	C	Ar
Cação	<i>Prionace, Squalus,</i>	-	-	-
	<i>Carcharhinus, Squatina,</i>	-	-	-
	<i>Mustelus, Alopias</i>	-	-	-
Carapeba	<i>Diapterus spp</i>	P	E+C	Ce
Carapicu	<i>Eugerres,</i>	P	E+C	Ce
	<i>Eucinostomus</i>			
Castanha	<i>Umbrina canosai</i>	D	C	Ar

continua



continuação

NOME VULGAR	GÊNERO (S), ESPÉCIE (S)	HABITAT ¹	ÁREA DE PESCA	ARTE DE CAPTURA
Cavala	<i>Scomberomorus cavala</i>	P	O	Az
Cavala empinge	<i>Acanthocybium solandri</i>	P	O	Az
Cavalinha	<i>Scomber japonicus</i>	P	C	Ce
Cherne poveiro	<i>Polyprion americanus</i>	D	C	Az, E
Cherne verdadeiro	<i>Epinephelus niveatus</i>	D	C	Az, E
Chicharro	<i>Trachurus lathami</i>	D	C	Ce
Cioba	<i>Ocyurus chrysurus</i>	D	C	Az
Cocoroca	<i>Pomadasys, Haemulon</i>	D	C	Ar
Congro rosa	<i>Genypterus brasiliensis</i>	D	C	E, AR
Corvina	<i>Micropogonias furnieri</i>	D	E+C	Ar
Dourado	<i>Coryphaena hippurus</i>	P	O	Az, E
Enchova	<i>Pomatomus saltatrix</i>	P	C	Ce
Espada	<i>Trichiurus lepturus</i>	P	C	Ce
Galo	<i>Selene spp</i>	P	C	Ce
Garoupa	<i>Epinephelus spp</i>	D	C	Az, E
Goete	<i>Cynoscion jamaicensis</i>	D	C	Ar
Gordinho	<i>Peprilus paru</i>	D	C	Ar
Guaivira	<i>Oligoplites spp</i>	P	C	Az
Linguado	<i>Paralichthys; Etropus;</i>	D	C	Ar
	<i>Bothus</i>	D	C	Ar
Manjuba	<i>Anchoviella spp</i>	P	C	Ce
Marimbá	<i>Diplodus argenteus</i>	D	C	Az
Merluza	<i>Merluccius hubbsii</i>	D	C	Ar
Mero	<i>Epinephelus itajara</i>	D	C	Az
Namorado	<i>Pseudopercis numida</i>	D	C	Az, E
Olhete	<i>Seriola</i>	P	O	Az, E
Olho de boi	<i>Seriola lalandi</i>	P	O	Az, E
Olho de cão	<i>Priacanthus spp</i>	D	C	Az, E
Palombeta	<i>Chloroscombrus</i>	P	C	Az
Pampo	<i>Trachinotus carolinus</i>	D	C	Az
Parati	<i>Mugil spp</i>	P	E+C	Ce
Pargo	<i>Pagrus pagrus</i>	D	C	Az, E
Peixe sapo	<i>Lophius gastrophysus</i>	D	C	Ar
Peroá	<i>Balistes capriscus</i>	D	C	Az, E
Pescada amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>	D	E+C	Ar
Pescada cambuçu	<i>Cynoscion virescens</i>	D	E+C	Ar
Pescada maria mole	<i>Cynoscion striatus</i>	D	E+C	Ar
Pescada p.de moça	<i>Cynoscion leiarchus</i>	D	E+C	Ar
Pescada rosa	<i>Nebris microps</i>	D	E+C	Ar
Pescadinha (real)	<i>Macrodon ancylodon</i>	D	E+C	Ar
Pirajica	<i>Kyphosus</i>	P	E+C	Az, E

continua



continuação

NOME VULGAR	GÊNERO (S), ESPÉCIE (S)	HABITAT ¹	ÁREA DE PESCA	ARTE DE CAPTURA
Raia	<i>Raja, Manta</i>	-	-	-
	<i>Zapterix, Dasyatis</i>	-	-	-
	<i>Myliobatis</i>	-	-	-
Robalo	<i>Centropomus spp</i>	P	E+C	Em
Roncador	<i>Bairdiella ronchus</i>	D	E+C	Ce
Salema	<i>Anisotremus</i>	P	C	Az
Sardinha boca	<i>Centengraulis edentulus</i>	P	E+C	Ce
Torta				
Sardinha	<i>Harengula clupeiola</i>	P	E+C	Ce
Cascadura				
Sardinha lage	<i>Opisthonema</i>	P	E+C	Ce
Sardinha savelha	<i>Brevoortia spp</i>	P	E+C	Ce
Sardinha	<i>Sardinella brasiliensis</i>	P	E+C	Ce
Verdadeira				
Serra	<i>Sarda sarda</i>	P	O	Iv
Solteira	<i>Parona</i>	P	C	C
Sororoca	<i>Scomberomorus cavala</i>	P	O	Iv
Tainha	<i>Mugil liza</i>	P	E+C	Ce
Tira vira	<i>Percophis brasiliensis</i>	D	C	Ar
Trilha	<i>Mullus argentinae</i>	D	C	Ar
Ubarana	<i>Elops spp</i>	P	C	Ce
Vermelho	<i>Lutjanus spp</i>	D	C	Az
Viola	<i>Sphyrna spp</i>	P	O	Az, E
Xaréu	<i>Caranx hippos</i>	P	C	Ce

P=pelágico; D=demersal; E=estuarino; C=costeiro; O=oceânico; Ar=arrasto de fundo; Az=anzol; E=espínhel; Em=emalhe; Ce=cercos; Iv=isca-viva; - = Indeterminado.

FONTE: FEMAR, 2001.

A seguir, são abordadas, separadamente, as principais características das atividades pesqueiras de cada município fluminense da Área de Influência e suas entidades representativas dos pescadores locais.

► Niterói (RJ)

Os dados apresentados no presente estudo referem-se às informações que foram levantadas durante pesquisas de campo junto à Colônia de Pescadores Z-08 de Niterói e São Gonçalo, uma vez que não foram encontrados dados recentes sobre as atividades pesqueiras do município em nenhum órgão vinculado à pesca.

Os pescadores mais antigos e tradicionais, geralmente são donos das redes e embarcações, ao passo que aqueles mais novos pescam em sistema de parceria, operando na Baía da Guanabara e na região oceânica da costa do Rio de Janeiro. Embarcações maiores se deslocam além de 250 km da costa e pescam nas plataformas da Bacia de Campos, durante o ano inteiro. A área de atuação dos pescadores de Niterói pode ser resumida como o trecho que abrange desde a Baía de Ilha Grande até a Costa de Cabo Frio.



Normalmente, a pesca representa o sustento de muitos dos pescadores. De modo geral, o pescado é comercializado ao atravessador. No entanto, o produto pode ser vendido diretamente aos restaurantes ou turistas.

Em Niterói, a caracterização dos pescadores e das entidades de pesca está agrupada pelos três pontos de pesca do município, quais sejam: Porto Pesqueiro de Niterói, Praia de Itaipu e Jurujuba.

➤ Entidades de Pesca de Niterói:

Colônia de Pescadores Z-08 de Niterói e São Gonçalo:

A Colônia de Pescadores Z-08 é a principal entidade relacionada às atividades pesqueiras no município e abrange os pescadores de Niterói, São Gonçalo, Maricá e Saquarema. De acordo com o presidente desta colônia de pescadores, existem cerca de 11.600 pescadores registrados nesta entidade, além de cerca de 2.000 sem qualquer vínculo com a colônia, o que totaliza aproximadamente 13.600 pescadores envolvidos com as atividades de pesca artesanal no município.

O presidente da Colônia Z-08 não soube precisar o número de embarcações atuando na pesca artesanal deste município, ressaltando no entanto, que são constituídas principalmente por canoas, caíques, baleeiras com convés e barcos de boca aberta, com capacidade entre 3 a 100 toneladas de peixe que operam com 6 a 8 pescadores por embarcação.

Apesar de não existir nenhum controle sobre a produção de pescados desembarcada, as estimativas do representante da colônia de pescadores, com base no movimento de pescados no Mercado São Pedro de Niterói, um dos principais mercados de pescados do Estado, indicam uma produção anual de aproximadamente 9.600 a 12.000 toneladas.

Os principais pontos de desembarque do pescado são Jurujuba, parte da Ilha da Conceição e Ponta de Areia.

As artes de pesca mais amplamente utilizadas pelos pescadores locais são o arrasto, arrasto de praia, cerco (traineira), curral, currico, rede de emalhe (principal), espinhel de fundo, espinhel de superfície, linha de mão, manjubeira, parelha, puçá (pesca do siri na Baía de Guanabara) e rede de espera.

As principais espécies capturadas no município são o camarão (rosa e branco), corvina, sardinha, cavalinha, xerelete, pargo, cherne, namorado, batata, serra, dourado, bonito-cachorra e atum.



As áreas de atuação dos pescadores artesanais da Colônia de Pescadores Z-08, estão principalmente concentradas no interior da Baía de Guanabara. A pesca marítima é realizada em região com profundidade de até 150 metros, tendo como limite ao sul a Ponta da Juatinga, em Parati (RJ) e como limite ao norte a Ilha de Cabo Frio.

Na região oceânica de Itaipu, caracteriza-se a pesca tipicamente artesanal. Nesta comunidade existem duas entidades de pesca: a Colônia de Pescadores Z-07 e a Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu – ALPAPI, que são filiadas a UEPA (União das Entidades de Pesca e Maricultura do Estado do Rio de Janeiro).

Colônia de Pescadores Z-07:

A Colônia de Pescadores Z-07 abrange a região de Jaconé, todas as comunidades pesqueiras do município de Maricá (11 ao todo) e as comunidades pesqueiras das praias de Itacoatiara, Itaipu, Camboinhas e Piratininga, em Niterói. A estrutura da colônia conta com uma biblioteca e atende os pescadores na aquisição do seguro defeso e aposentadoria. A Colônia está tentando se conveniar ao Banco do Brasil para disponibilizar a linha de crédito do PRONAF para os pescadores, uma vez que a dificuldade de acesso à linha de crédito para o pescador, que seria utilizada para consertos de rede, barco e motor, ou aquisição de material representa o maior problema para a classe.

A Colônia denuncia a ineficácia da fiscalização na costa, que está sendo invadida por barcos estrangeiros. Possui propostas de projetos de melhoria da sede, informatização, turismo da pesca, maricultura, beneficiamento de pescado e estaleiro.

Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu:

A Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu está situada no bairro de mesmo nome. Dispõe de 48 associados.



Jurujuba representa a comunidade de onde saíram os primeiros barcos para a pesca barra afora. Na Enseada de Jurujuba, estão instaladas, há mais de 50 anos, três indústrias de conservas de pescado, empregando um grande número de mulheres de pescadores locais.

Localiza-se também em Jurujuba a maior comunidade de marisqueiros da Baía de Guanabara, formada por 25 grupos. Calcula-se que em toda a baía existam cerca de 250 catadores de mariscos. Em Jurujuba, é produzida uma tonelada de mexilhão por dia, comercializada diretamente para São Paulo.

Nesta comunidade, foram levantadas três entidades de pesca: a Federação das Associações de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ), a Associação de Pescadores de Jurujuba e a Associação Livre de Maricultores de Jurujuba (ALMARJ).

Federação das Associações de Pesca do Estado do Rio de Janeiro

A Federação das Associações de Pesca do Estado do Rio de Janeiro abrange todo o Estado do Rio de Janeiro, a qual estão filiadas 62 associações de pesca e aquicultura.

Associação de Pescadores de Jurujuba:

A Associação de Pescadores de Jurujuba conta com 38 associados.

Associação Livre de Maricultores de Jurujuba – ALMARJ:

A ALMARJ possui 200 associados e funciona com o sistema de cooperativismo. Os maricultores e/ou extrativistas levam os mariscos para a sede, beneficiam, ensacam e a própria associação comercializa o produto, para depois dividir a renda por produção. Possuem várias demandas para ampliar a maricultura e o centro de beneficiamento de mariscos.

O **Quadro II.5.3.16-4** apresenta um resumo das informações sobre a pesca artesanal, levantadas junto à Colônia de Pescadores Z-08, de Niterói e São Gonçalo, durante a pesquisa de campo realizada.



QUADRO II.5.3.16-4: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-08 DE NITERÓI E SÃO GONÇALO (RJ)

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE PESCADORES		PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	
Colônia de Pescadores Z-08, de Niterói e São Gonçalo - RJ	11.600	13.600	9.600 a 12.000

FONTE: COLÔNIA DE PESCADORES Z-08 DE NITERÓI E SÃO GONÇALO (RJ) - 2003.

► Maricá

O município é banhado pela lagoa de Maricá, a qual possui área de quase 20 km². A lagoa de Maricá recebe nomes diferentes em função de cada localidade existente às suas margens, podendo ser chamada de Lago Grande, Lagoa da Barra, Lagoa do Padre, Lagoa de Araçatiba e Lagoa de Guarapina, esta última ligando o sistema lagunar de Maricá ao oceano, na localidade de Ponta Negra.

Os pescadores de Maricá se dividem em três comunidades pesqueiras, que totalizam aproximadamente 500 pescadores. Essas comunidades são conhecidas como: comunidade de Zacarias; Ponta Negra e, Itaipuaçu.

A pesca na lagoa é a mais expressiva do município, no entanto, os pescadores da comunidade de Itaipuaçu também exercem a pesca marítima. As embarcações de pesca se concentram na comunidade de Itaipu, em Niterói, devido às características geográficas e às condições do mar de Marica, com ondas fortes. A área de atuação desses pescadores abrange o trecho que vai desde o Recanto (Praia de Itaipuaçu) até Jaconé.

As principais espécies capturadas pelos pescadores de Maricá são: tainha, robalo, bagre e camarão, sendo que na comunidade Zacarias, a pesca do camarão está praticamente extinta, em função da urbanização da região e da poluição dos rios que deságuam na lagoa, além da pesca predatória praticada por barcos de fora (arrastões).

Na comunidade de Ponta Negra e Rua 70, em Itaipuaçu, existem 18 embarcações de alumínio motorizadas.

A produção local é comercializada para atravessadores, que revendem em Niterói. Os pescadores da comunidade de Itaipuaçu normalmente desembarcam as capturas no cais da Colônia Z-08, no centro de Niterói, em frente ao mercado São Pedro.



Não existe colônia de pescadores no Município de Maricá, e os pescadores, em sua maioria, encontram-se associados à Colônia de Pesca Z-07 de Itaipu. Existem no entanto, três Associações de Pescadores do município, que são descritas a seguir:

➤ Associação de Pescadores de Ponta Negra:

Possui 25 pescadores associados. A Associação ainda não está legalizada e não possui sede própria. Os pescadores desta associação atuam no trecho que abrange Saquarema até as Ilhas Maricás.

➤ Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias - ACCLPZ

A Associação possui 60 pescadores associados, provenientes das comunidades de pesca de Bambuí, Cordeirinho, Ponta Preta, Guaratiba, Barra de Maricá, Zacarias, Araçatiba, Itapeba e São José. A Associação está vinculada à Colônia Z-07, de Itaipu, funcionando como uma seção desta colônia.

➤ Associação de Pescadores de Itaipuaçu:

A Associação de Pescadores de Itaipuaçu possui, atualmente, 26 associados, e assim como a ACCLPZ, também é vinculada a Colônia Z-07, de Itaipu. A comercialização do pescado capturado é feita pelos próprios pescadores, em uma peixaria local.

A área de atuação dos pescadores da Associação dos pescadores de Itaipuaçu, abrange Itaipuaçu, Recanto e Ilhas Maricás.

O **Quadro II.5.3.16-5** apresenta um resumo com o número de pescadores para o Município de Maricá.

QUADRO II.5.3.16-5: NÚMERO DE PESCADORES EM MARICÁ (RJ)

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE PESCADORES	
	REGISTRADOS	ESTIMADOS
Associação de Pescadores de Ponta Negra	25	500
Associação Comunitária de Cultura e Lazer dos Pescadores de Zacarias - ACCLPZ	60	
Associação de Pescadores de Itaipuaçu	26	

FONTE: LEVANTAMENTO DE CAMPO (ECOLOGUS, 2005).



O **Quadro II.5.3.16-6** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no município de Maricá, durante pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-6: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE MARICÁ (RJ)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (M)
Rede de espera	Corvina	<30
	Guaibira	<30
	Pescadinha	< 30
	Bagre	< 30
	Espada	< 30
	Cocoroca	< 30
Linha de mão	Cocoroca	< 30
	Bagre	< 30
	Pargo	15 a 100
	Namorado	15 a 100
Rede de emalhe	Corvina	10 a 70
	Pescada	25 a 30
	Branca	10 a 70
	Enchova	10 a 70

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

► Saquarema

Assim como em Maricá, a pesca no município de Saquarema também é exercida tanto na lagoa como no mar, e estima-se que existam atualmente 1000 famílias vivendo da pesca neste município.

As condições geográficas da costa do município de Saquarema, onde inexistem locais seguros para o atracamento de embarcações de médio e grande porte e as características do mar da região, com fortes ondas durante boa parte do ano, sempre favoreceram a prática da pesca lagunar. No entanto, durante muitos anos a boca da barra de comunicação da lagoa com o mar, foi mantida fechada, impedindo a renovação de água bem como a entrada de peixes na lagoa. Paralelamente, a grande expansão urbana na região, e a conseqüente poluição dos corpos d'água, levaram a degradação do ambiente lagunar e o esgotamento dos recursos pesqueiros existentes, tendo como conseqüência a redução da importância da pesca lagunar no município, e favorecendo a manutenção da pesca marítima, como alternativa para os pescadores locais.

As embarcações de médio e grande porte do município normalmente utilizam o Município de Cabo Frio para o desembarque e comercialização do pescado.



Com a abertura e a dragagem do canal, além da melhoria ambiental, as condições de pesca na lagoa também melhoraram, e já podem ser observadas espécies que já não mais ocorriam devido à poluição. Além disso, antes da abertura da barra da lagoa com o mar, a pesca em Saquarema estava restrita à apenas 120 dias por ano, período em que a pesca marítima apresentava condições de ser exercida. Atualmente os pescadores de Saquarema exercem a pesca lagunar e marítima ao longo de todo o ano.

As principais modalidades de pesca empregadas pelos pescadores marítimos do município de Saquarema são: a linha de mão, espinhel, e rede de espera.

A linha de mão é utilizada em profundidade variando de 5 a 120 metros, para a captura de peixes como: cherne, namorado, pargo, anchova, marimbá e corvina.

O espinhel é empregado para a captura de cherne, badejo, xerelete e pargo, em profundidade variando entre 30 a 120 metros.

A pesca com rede de espera (rede de emalhe), é utilizada para a captura de anchova e corvina, em profundidade variando entre 5 a 30 metros.

A frota pesqueira do município atuando em área marítima com profundidades de 120 metros, é estimada em cerca de 350 embarcações, constituídas principalmente por barcos de alumínio motorizados, com 6 metros de comprimento.

Não existe nenhum controle no município com relação à produção de pescado desembarcado, e os pescadores locais estão representados por duas entidades: Colônia de Pescadores Z-24 e Associação de Pescadores e Amigos da Praia de Itaúna - APAPI.

➤ Colônia de Pescadores Z-24

A Colônia de Pescadores de Saquarema possui aproximadamente 900 pescadores associados.

A Colônia Z-24, além de receber apoio da Prefeitura Municipal também é atendida pelo PRONAF/Pesca, beneficiando 41 pescadores. Alguns projetos são propostos pela Colônia Z-24, destacando-se os seguintes:

- Beneficiamento dos produtos da maricultura;
- Capacitação dos jovens para a maricultura;
- Alfabetização de adultos;
- Construção de barcos.

O **Quadro II.5.3.16-7** apresenta um resumo com o número de pescadores para o Município de Saquarema.



QUADRO II.5.3.16-7: NÚMERO DE PESCADORES E DE EMBARCAÇÕES EM SAQUAREMA (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES REGISTRADOS	NÚMERO ESTIMADO DE EMBARCAÇÕES
Colônia de Pescadores Z-24	900	350
Associação de Pescadores e Amigos da Praia de Itaúna - APAPI	60	

FONTE: LEVANTAMENTO DE CAMPO (2005).

O **Quadro II.5.3.16-8** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Saquarema, durante pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-8: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE SAQUAREMA (RJ)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (m)
Linha de mão	Cherne	45 a 120
	Namorado	> 80
	Pargo	30 a 120
	Enchova	5 a 10
	Marimbá	5 a 120
Rede de espera	Corvina	10 a 30
	Enchova	5 a 10
Espinhel	Corvina	10 a 30
	Cherne	30 a 120
	Badejo	
	Xerelete	
	Pargo	

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

► Araruama (RJ)

A pesca no Município de Araruama é realizada principalmente no sistema lagunar composto pelas Lagoas de Araruama, Vermelha e Pernambuco, e se desenvolve de forma bastante artesanal, sendo a mais antiga atividade econômica da região. A frota pesqueira que opera na pesca lagunar é constituída por canoas à vela e barcos com 5 a 7 metros de comprimento, de madeira e motorizados. As principais artes utilizadas para a pesca nas lagoas são tarrafas, puças, ganchos, rede de arrasto de calão, tróia, cerco e rede de espera (ou mijuada). O gancho, a rede de cerco e a rede mijuada são os petrechos de pesca mais utilizados. As espécies mais capturadas nestas lagoas são: camarão, tainha, carapeba, perumbeca, saúba e carapicu.

Não existe no município de Araruama uma colônia de pesca, e com isso, os pescadores do município que atuam no mar estão associados à Colônia de Pescadores Z-04, de Arraial do Cabo. Por outro lado, os pescadores que atuam nas lagoas são associados à Colônia de Pescadores Z-06, de São Pedro D'Aldeia. Este fato dificulta as estimativas sobre o número total de



pescadores no município, além daqueles que atuam principalmente na pesca marítima.

No que se refere à pesca marítima, levantamentos de campo indicaram a existência de cerca de 150 a 200 pessoas envolvidas diretamente com as atividades pesqueiras, todas provenientes da Praia de Pernambuco, na localidade de Praia Seca. As embarcações utilizadas para a pesca marítima são constituídas por sete embarcações motorizadas e a remo, das quais três com casco de madeira, duas com casco de alumínio e duas de fibra.

As principais artes de pesca utilizadas para a pesca marítima são a linha de mão e o espinhel, utilizados para a captura de peixes como o cherne, namorado, pargo e xerelete, em profundidade de até 60 metros.

A área de atuação dos pescadores de Araruama abrange o trecho de costa que vai desde Saquarema até Arraial do Cabo, em profundidade média de 40 metros. Um dos principais pesqueiros da região é uma laje conhecida como “laje da pernambuca”. Nas áreas próximas ao litoral de Arraial do Cabo, os pescadores de Araruama buscam a captura da lula.

Existe também em Araruama, a Associação dos Pescadores Artesanais de Araruama, criada para atender os pescadores que atuam somente no sistema lagunar. A Associação possui 475 associados, dos quais grande parte ainda se encontra associada às colônias de Arraial do Cabo e de São Pedro D’Aldeia.

O **Quadro II.5.3.16-9** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Araruama.

QUADRO II.5.3.16-9: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE ARARUAMA (RJ)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (m)
Linha de mão	Cherne Namorado Pargo	5 a 60
Espinhel	Cherne Xerelete Pargo	5 a 40

FONTE: ECOLOGUS, 2005.



► Arraial do Cabo (RJ)

A pesca em Arraial do Cabo é uma das principais atividades econômicas do município, resultado da grande produtividade pesqueira da região, proporcionada pelo fenômeno da ressurgência que traz para a superfície, junto com as águas frias do fundo do oceano, grande quantidade de nutrientes, o que permite a multiplicação de microorganismos, que servem de alimento para vários outros organismos marinhos.

A pesca nesta região começou a ser sobre-explorada há alguns anos atrás, principalmente por embarcações de arrasto de grande porte, vindas de outras partes do Brasil, o que trouxe prejuízos ao ambiente, à pesca local e aos pescadores tradicionais. A qualidade de vida do pescador vem piorando a cada dia, devido, principalmente, à falta de apoio assistencial, aos impactos ambientais e à dependência dos pescadores locais na atuação dos atravessadores para a comercialização do pescado capturado. Por conta desses fatores, foi criada em Arraial do Cabo a partir de 1998, uma Unidade de Conservação Federal, na categoria de Reserva Extrativista Marinha (RESEX), abrangendo uma área de 600 hectares, com um cinturão pesqueiro entre as praias de Massambaba, na localidade de Pernambuco e a Praia do Pontal, na divisa com o município de Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa do município de Arraial do Cabo.

A importância da atividade pesqueira na geração de empregos e renda para uma grande parcela da população do município de Arraial do Cabo é refletida na quantidade de órgãos públicos e entidades de classe que estão relacionadas com o ordenamento do setor neste município.

Ao nível de governo municipal, existe a FIPAC – Fundação do Instituto de Pesca de Arraial do Cabo, órgão municipal que funciona como uma espécie de Secretaria de Pesca atuando no planejamento e ordenamento da atividade pesqueira local. Em Arraial do Cabo está instalado também, o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira - IEAPM, instituição vinculada ao Ministério da Marinha, e que foi pioneira no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, nos estudos sobre a criação de ostras e mexilhões. No entanto, observa-se a falta de participação do IEAPM nos projetos atuais voltados a maricultura, visto que as entidades locais, ligadas a esta atividade, não mantêm relação com este Instituto para o estabelecimento de parcerias.

Ademais, a comunidade de pescadores de Arraial do Cabo é muito diversificada e está, atualmente, representada por cinco principais entidades: Colônia dos Pescadores Z-05; Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo (APAC); Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC); Associação de Catadores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo (ACRIMAC); e Associação dos Pescadores Artesanais Traineiros de Arraial do Cabo (APATAC).



A pesca no Município de Arraial do Cabo é realizada principalmente dentro dos limites da RESEX e é caracterizada pelo arrasto de praia realizado principalmente na Praia Grande; pela pesca de cerco para a pesca da sardinha e de outras espécies, além da pesca com linha de mão e espinhéis de fundo e de superfície, utilizados em maiores profundidades para a captura da anchova, espada, pitangola entre outros peixes. O cerco de canoas realizado na Praia Grande é uma modalidade de pesca típica do município de Arraial do Cabo, e emprega os “maestros”, como são conhecidos os vigias de cardumes, classe de pescadores típica do município e que se encontra em vias de extinção em função da não renovação desses profissionais.

A frota pesqueira do município é formada por cerca de 1.200 embarcações, das quais 300 são constituídas por traineiras motorizadas (entre traineiras de 4 a 8 TBA e barcos para a pesca em alto mar com linha de mão e espinhel, com até 15 TBA), 70 canoas grandes a remo (para a pesca de cerco), 15 canoas pequenas (pesca de linha de mão e de rede para a lula), 60 caiaques (para a pesca de lula e de peixes pequenos), e 800 “barcos de boca aberta” com 7 a 9 metros de comprimento.

Em termos gerais, a área de atuação dos pescadores de Arraial do Cabo abrange toda a área da RESEX. No entanto, algumas embarcações se arriscam em áreas mais profundas e distantes do município, alcançando o município de Macaé. A comercialização do pescado capturado pelos pescadores artesanais de Arraial do Cabo é feita diretamente para atravessadores e donos de peixarias da região, que se encarregam da comercialização para os consumidores. Não é difícil, no entanto, ocorrer à comercialização direta do pescador para alguns consumidores finais ou donos de restaurantes e pousadas.

A seguir, são apresentadas as informações obtidas junto aos órgãos de governo e entidades de classe relacionadas à pesca do Município de Arraial do Cabo, levantadas em campo nos anos de 2002, 2004 e 2005, referentes ao número de pescadores, frota pesqueira, principais espécies capturadas, petrechos utilizados, áreas de atuação e estimativas de produção, dentre outras.

➤ Informações Levantadas nos Órgãos de Governo

Dados sobre a pesca, obtidos na FIPAC (Fundação do Instituto de Pesca de Arraial do Cabo), indicam que no ano de 2002, existiam cerca de 600 pescadores legalizados na região de Arraial do Cabo, e aproximadamente 400 embarcações destinadas à pesca artesanal, atuando na região. Com base na tipologia, essa frota pesqueira é constituída por traineiras, barcos de boca aberta, barcos com casario, canoas e caiaques. As principais artes de pesca utilizadas são: linha de mão, espinhel, rede de cerco, zangareio, redinha e o cerco de praia. A produção anual de pescados estimada pela FIPAC para o município, é de cerca de 2.000 toneladas.



O desembarque pesqueiro em Arraial do Cabo ocorre, principalmente, em dois pontos localizados na Praia dos Anjos. As embarcações de grande porte – traineiras de 20 a 22 metros – desembarcam o pescado no Porto do Forno, que também atende barcos da Marinha (navios varredouros do Comando de Operação Naval) e de pesquisa do IEAPM. As embarcações de menor porte efetuam o desembarque de pescados na Marina Municipal ou Marina dos Pescadores, construída para receber embarcações com tração bruta de arqueação (TBA) de até 10 toneladas. A produção comercializada diretamente para os restaurantes e quiosques locais, proveniente de desembarques dispersos, não é contabilizada em função da inexistência de controle sobre esses desembarques.

Informações obtidas junto a FIPAC e à Colônia de Pescadores, indicam que a produção de pescados no município vem caindo significativamente, sendo estimada em cerca de 2.000 toneladas/ano para a situação atual, embora no ano de 1999, os desembarques de pescado de Arraial do Cabo tenham totalizado algo próximo de 5.500 t, ou seja, valor bem superior aos anos anteriores.

O **Quadro II.5.3.16-10**, a seguir, elaborado com base em dados da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), indica os valores de desembarque das principais espécies de peixes no Município de Arraial do Cabo, para o ano de 1996.

**QUADRO II.5.3.16-10: PRINCIPAIS ESPÉCIES CAPTURADAS
EM ARRAIAL DO CABO EM 1996**

ESPÉCIE	TONELADAS
Albacora Laje	35,30
Badejo	0,08
Bonito Cachorro	20,31
Bonito Listrado	3,64
Bonito Pintado	488,70
Cavala	2,93
Cavalinha	4,12
Dourado	52,77
Anchova	279,71
Espada	79,56

FONTE: ADAPTADO DE JABLONSKI, SILVIO & MOREIRA, LUIZ H. A.
A PESCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 1996:
ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS DE DESEMBARQUE. FIPERJ. RJ. 1997.

➤ Informações Levantadas na Colônia e nas Associações de Pescadores e Maricultores

Colônia de Pescadores Z-05

A Colônia de Pescadores Z-05 de Arraial do Cabo, fundada em 1921 pela Marinha, é a entidade de pesca mais antiga deste município. A colônia possui, em parceria com a AREMAC e APAC, projeto de cultivo de moluscos bivalves.



Segundo o presidente da colônia (**Foto 2**) existem atualmente cerca de 2.220 pescadores operando nas atividades de pesca na região de Arraial do Cabo, dos quais cerca de 1.220 estão registrados nesta entidade.



Foto 2: SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-05 DE ARRAIAL DO CABO
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).

A frota pesqueira destinada à pesca artesanal no ano de 2004 era constituída, de acordo com o representante da Colônia Z-05, por 714 embarcações registradas, das quais 350 motorizadas (entre traineiras de 4 a 8 TBA e barcos para a pesca em alto mar de linha de mão e espinhel), 60 caiaques (para a pesca de lula e de peixes pequenos), 69 canoas grandes a remo (para a pesca de cerco), 15 canoas pequenas (pesca de linha de mão e de rede para a lula) e 220 “barcos de boca aberta” (400 a 1500 kg).



A Colônia de Pescadores Z-05 de Arraial do Cabo, não realiza nenhum controle sobre as capturas no município, no entanto, o presidente da entidade estima em cerca de 2.500 toneladas por ano a produção desembarcada em Arraial do Cabo. O pescado proveniente da pesca com linha de mão e espinhel, realizada em alto mar, é desembarcado na Marina dos Pescadores (na Praia dos Anjos – **Foto 3**), enquanto que o pescado oriundo da pesca de cerco é desembarcado na Praia Grande, na Praia da Ilha, na Prainha e no Pontal.



FOTO 3: MARINA DOS PESCADORES EM ARRAIAL DO CABO
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO

As principais espécies capturadas são: anchova, sardinha, bonito, xerelete, peixe-espada, serra, dourado, corvina, pargo, pitangola, olhete, olho-de-cão, cavala, maria-mole, peixe-galo, peroá, xaréu, badejo, cherne, garoupa e lula. As principais artes de pesca empregadas para a captura dessas espécies são: linha de mão, espinhel, rede de emalhe, rede zangareio, rede de cerco e rede traineira.

A linha de mão e o espinhel (de fundo e de superfície), são artes utilizadas em profundidades variando de 2 a 60 metros, para a captura de peixes como anchova, espada, goete, lula, pitangola e olhete. **A rede de cerco** é utilizada principalmente para a sardinha, corvina, sarda, anchova, cavala e bonito, capturados em profundidades de 3 a 10 metros. **A rede zangareio** é utilizada em profundidades variando de 3 a 9 metros para a captura de lula e em 45 metros para a pesca do pargo. **A tarrafa** é utilizada também, para a captura de peixes como a tainha e o parati, em profundidade até 5 metros.

A conservação do pescado a bordo das embarcações menores é feita em caixas de isopor com gelo, enquanto que nas embarcações de maior porte o pescado é mantido resfriado em gelo no interior dos porões dessas embarcações. A pesca costeira realizada com pequenas canoas, e mesmo o arrasto de praia, não utiliza meios de conservação, uma vez



que as capturas são comercializadas nos locais de desembarque.

De uma forma geral, os meses de maior captura na região de Arraial do Cabo, vão de outubro a março, principalmente em função da maior demanda como consequência do período de maior veraneio na região, embora este período possa se estender a junho, devido à pesca da anchova.

➤ Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo (APAC) e Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (AREMAC)

Fundada em 1987, a APAC é constituída por 200 pescadores e foi criada para atender, principalmente, às necessidades dos pescadores da pesca de arrasto de praia na Praia Grande, que são auxiliados pelos maestros da pesca, como são conhecidos os vigias de cardumes. Essa categoria inclui pescadores que além de avistar os cardumes, identificam o tipo de pescado, a quantidade e o direcionamento destes, orientando o grupo que irá realizar o cerco e trazer o cardume para a praia. A pesca na Praia Grande é realizada por 56 embarcações, em dois turnos de pesca – diurno e noturno. Da pesca diurna participam 42 canoas, divididas em 21 pares, onde, cada canoa possui uma tripulação de 09 pessoas, incluindo um vigia e um cabeiro. Já a pesca noturna é feita por 14 embarcações, divididas em sete pares, com uma tripulação de seis pescadores cada. A sede da APAC está localizada na Praia Grande e ocupa o mesmo prédio da sede da AREMAC (**Fotos 4 e 5**)

FOTO 4: SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE ARRAIAL DO CABO (APAC), E DA ASSOCIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO (AREMAC)
FONTE : LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2004).





Foto 5: CANOAS AO LADO DA SEDE DA APAC, EM ARRAIAL DO CABO
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).

Os pescadores de lula, que usam a modalidade de rede de armar, zangareio, redinha, e também o puçá e tarrafa e os pescadores de linha de mão, que pescam, principalmente, o peixe espada e anchova, também estão filiados a APAC. Em parceria com a AREMAC, a associação desenvolve projetos de maricultura.

A Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – AREMAC, entidade constituída por pescadores, tem como função gerenciar a RESEX juntamente com o IBAMA, e defender os interesses dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo e o meio ambiente, buscando uma inter-relação sustentável entre a atividade econômica e a conservação ambiental. Os próprios pescadores artesanais, em parceria com o IBAMA, realizam o plano de manejo e o gerenciamento da RESEX, estando encarregados das atividades de cadastro e fiscalização da reserva. A AREMAC possui cerca de 630 associados, entre os quais há uma frota constituída por 42 canoas, que pescam sob forma de rodízio próximo à costa (conhecido localmente como “corrida das canoas”). Como a entidade não possui uma estrutura para o armazenamento do pescado capturado (fábrica de gelo e câmara fria), bem como para o transporte para os centros de consumo, não se envolve com a comercialização que fica a cargo dos atravessadores.



A RESEX de Arraial do Cabo foi criada pelo Decreto s/nº de 03 de janeiro de 1997, que, em seu artigo 2º estabelece que a Reserva tem por objetivo garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para a pesca artesanal, por população extrativista do município. Assim sendo, a RESEX de Arraial do Cabo é uma unidade de conservação de uso direto, de interesse ecológico-social, que tem por meta proteger e garantir a subsistência da população tradicional, no caso específico, os pescadores artesanais, por meio da normatização das diferentes atividades profissionais e amadoras desenvolvidas dentro de sua área de abrangência.

De acordo com dados dessa entidade, atuam na RESEX de Arraial do Cabo aproximadamente 2.000 pescadores artesanais locais. No entanto, o presidente desta entidade estima que existam atuando na região de Arraial do Cabo, entre 4 a 5 mil pescadores. A frota pesqueira atuando na região, segundo o presidente da AREMAC, é formada por cerca de 1.200 embarcações, das quais 300 são constituídas por traineiras de até 15 TBA motorizadas, 100 canoas a remo e 800 “barcos de boca aberta” com 7 a 9 metros de comprimento.

As estimativas do presidente da AREMAC com relação à produção pesqueira da região são de cerca de 600 toneladas anuais de pescado, que é desembarcado principalmente na Marina dos Pescadores (Praia dos Anjos), Praia Grande, Praia da Ilha, Prainha, Pontal e Marmutá.

As principais espécies capturadas são: anchova, sardinha, bonito, xerelete, peixe-espada, serra, dourado, corvina, pargo, pitangola, olhete, olho-de-cão, cavala, maria-mole, peixe-galo, peroá, xaréu, badejo, cherne, garoupa e lula. As principais artes de pesca utilizadas são a pesca de linha de mão, espinhel, rede de cerco e tarrafa. As principais artes de pesca empregadas para a captura dessas espécies são: linha de mão, espinhel, rede de emalhe, rede zangareio, rede de cerco e rede traineira. Os meses de dezembro a julho são os principais meses para a pesca na região, segundo o presidente da AREMAC.

A AREMAC tem vários projetos em andamento, dentre os quais podem ser ressaltados os de maricultura, visando o beneficiamento e o transporte para a comercialização do produto.



➤ Associação dos Coletores e Criadores de Mariscos de Arraial do Cabo – ACRIMAC

Devido à excelente qualidade da água na região, os costões de Arraial do Cabo são ricos em bancos naturais de mariscos (mexilhões). Esses bancos sempre serviram para o abastecimento da população local, e aos poucos, vêm se tornando a única fonte de renda e, até mesmo, de proteína, para a população mais carente do município, como consequência do aumento da densidade populacional, da diminuição da renda gerada pela pesca e do aumento do desemprego (além do subemprego). Parte desses bancos não pode ser explorada, atualmente, por motivos de preservação ambiental, enquanto outra parte está liberada para o extrativismo controlado.

A ACRIMAC possui 97 associados e foi fundada em 1997, incentivada pelo IBAMA regional, com o objetivo de organizar a coleta de mexilhões, preservar seus bancos naturais, defender os direitos dos coletores e fazer a transição do sistema extrativista para o sistema de produção em cativeiro (maricultura), que, teoricamente, transformaria os coletores em “fazendeiros do mar”. Esta associação foi contemplada com verbas a fundo perdido, do Consulado do Japão e do FAT. Com o apoio do IBAMA, SEBRAE/RJ, Instituto de Ecodesenvolvimento da Baía da Ilha Grande - IEDBIG, IBRAES e da Álcis, por meio de cursos de capacitação e de apoio logístico, foi instalada uma fazenda marinha na região. Atualmente estão produzindo ostras, mexilhões e coquiles (vieiras), porém não deixaram a atividade extrativista, visto que a maricultura ainda não apresentou um retorno desejável. Atualmente estão buscando apoio para criar um centro de beneficiamento e transporte para a comercialização do produto com qualidade condizente às normas do SIF (Serviço de Inspeção Federal).

A ACRIMAC está voltada para a organização de 97 coletores e criadores de moluscos registrados na associação. Entretanto, de acordo com o presidente da ACRIMAC, estima-se que na região de Arraial do Cabo existam cerca de 120 famílias envolvidas com a atividade, sendo que nos meses de verão este número pode alcançar 170 famílias. A produção de mariscos na região de Arraial do Cabo foi estimada em cerca de 670 toneladas para o ano de 2002, pelo presidente da associação. Esta produção é desembarcada na Marina dos Pescadores e nas praias próximas aos costões onde os mariscos são coletados. Os principais meses para a extração do mexilhão na região de Arraial do Cabo vão de dezembro a abril, enquanto para o cultivo, vão principalmente de setembro a novembro.



O **Quadro II.5.3.16-11** apresenta um resumo o número de pescadores, embarcações e a produção pesqueira estimada para o Município de Arraial do Cabo e o **Quadro II.5.3.16-12** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Arraial do Cabo, durante pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-11: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E PRODUÇÃO PESQUEIRA EM ARRAIAL DO CABO (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	REGISTRADAS	ESTIMADAS	
Fundação do Instituto de Pesca de Arraial do Cabo - FIPAC	600	–	–	400	2.000
Colônia de Pescadores Z-05 – Arraial do Cabo (RJ)	1.220	2.220	714	–	2.500
Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo - APAC	200	–	56	–	–
Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - AREMAC	630	2.000	–	1.200	600
Associação dos Coletores e Criadores de Marisco de Arraial do Cabo - ACRIMAC	97	120 a 170 famílias	2	–	670 (somente mexilhão)

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGY, 2005).

QUADRO II.5.3.16-12: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA EM ARRAIAL DO CABO (RJ)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Linha de mão	Anchova	2 a 50
	Espada	4 a 60
	Goete	4 a 60
	Lula	8 a 30
	Pitangola	20 a 30
	Olhete	20 a 30
Rede Zangareio	Lula	3 a 9
	Pargo	45
Tarrafa	Parati	3 a 5
Rede de emalhe	Anchova	2 a 50

FONTE: ECOLOGUS, 2005

Durante os trabalhos de campo, foi levantada a existência de uma nova associação de pescadores no município de Arraial do Cabo, ainda em processo de legalização, a APATAC - Associação dos Pescadores Traineiros de Arraial do Cabo.



A pesca realizada no Município de Arraial do Cabo, em função da existência da Reserva Extrativista Marinha, apresenta um contexto diferente da pesca realizada nos outros municípios do Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, apesar da existência da RESEX, os conflitos que existiam anteriormente à sua criação, decorrentes principalmente de práticas predatórias de embarcações provenientes de outros municípios e localidades, continuam a existir, e a precária fiscalização da área da RESEX é um dos grandes entraves para o pleno desenvolvimento das atividades pesqueiras previstas no plano de manejo da reserva.

Os levantamentos de campo em Arraial do Cabo evidenciaram os desentendimentos políticos que definem a grande quantidade de entidades vinculadas à pesca, e que pulverizam os poucos recursos bem como os objetivos reivindicados pelos que sobrevivem da atividade pesqueira. Os conflitos gerados pelo excesso de entidades de classe vinculadas à pesca não se restringem somente à atividade pesqueira em si. Foram constatados conflitos entre a pesca e outras atividades que também utilizam os recursos marinhos, principalmente, aquelas desenvolvidas no interior da área decretada como Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEX). Além do desenvolvimento de atividades pesqueiras e turísticas, também são exercidas atividades portuárias e de pesquisa, o que diferencia a RESEX de Arraial do Cabo de outras reservas extrativistas criadas no país onde, via de regra, não coexistem atividades de diferentes naturezas.

Desta forma, convivem na RESEX de Arraial do Cabo pescadores artesanais, em suas várias modalidades de pesca, operadoras de mergulho, pesquisadores do IEAPM, embarcações de turismo, embarcações de transporte de sal e de apoio às atividades *offshore* da PETROBRAS na Bacia de Campos, além de manobras de exercício de navios da Marinha. Este convívio vem gerando reclamações e conflitos dos usuários da RESEX.

► Cabo Frio (RJ)

A pesca no Município de Cabo Frio é uma importante atividade econômica, e o tráfego de embarcações no canal do Itajuru mostra bem o desenvolvimento da indústria do pescado do município, que possui grande diversidade de espécies capturadas, destacando-se a tainha, manjubinha, xaréu, xerelete, pargo, anchova, garoupa, cações, sardinha, camarão e siri. A época de maior piscosidade ocorre nos meses de verão, sendo permitida a pesca amadora durante o ano todo. Porém, como em toda a região, os recursos pesqueiros estão escassos devido à ação dos arrastões e à falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes.



As principais Modalidades de pesca desenvolvidas pelos pescadores artesanais e industriais do município de Cabo Frio são:

- **Arrasto de camarão** (balão), para a pesca do camarão sete barbas e do camarão barba-ruça, realizada em profundidade de 6 a 8 metros.
- **Cerco**, para a captura de espécies de peixes como sardinha, anchova, xerelete, bonito, corvina, sarda e cavala, em profundidades variando de 3 a 200 metros.
- **Emalhe**, utilizada em profundidades de 40 a 150 metros, para a captura de peixes como dourado, pargo, bonito, cação e goete.
- **Espinhel**, utilizado para a pesca de dourado, pargo, bonito e cação, em profundidades variando de 40 a 150 metros.
- **Longline**, para a pesca de badejo, garoupa cherne e pargo, em profundidade de 60 a 90 metros.
- **Linha de mão** usada na captura de pargo, olho-de-cão, cherne, namorado e espada, pescados em profundidade variando entre 40 e 150 metros.
- **Linha de mão pargueira**, utilizada em profundidades de 40 a 160 metros, para a captura de olho-de-cão, cherne, namorado, lírio, anchova e pargo.

Essas modalidades de pesca são exercidas no trecho que vai desde Saquarema até Macaé, sendo que algumas poucas embarcações alcançam o município de Campos dos Goytacazes. As embarcações industriais de maior porte podem atuar no trecho que vai de Vitória até Angra dos Reis. A profundidade máxima é de cerca de 200 metros.

Sugiro retirar!A comercialização do pescado capturado pela frota de linha de mão e de espinhel, além daquela de cerco, é realizada principalmente para as empresas de pesca instaladas no município, dentre as quais, destacam-se as seguintes: Transporte e Comércio de Pescados Magalhães Ltda.; Brasfish Indústria e Comércio Ltda.; Da Hora Indústria da Pesca Ltda.; TTW Fish.; Valpesca Ltda.; Pesca Atlântica. O pescado desembarcado nas praias é comercializado para atravessadores, donos de restaurantes e pousadas do município.

O órgão municipal de apoio às atividades pesqueiras em Cabo Frio é a Secretaria de Pesca, Aquicultura e Meio Ambiente de Cabo Frio (**Foto 6**).



Foto 6: SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA, AQUICULTURA E MEIO AMBIENTE DE CABO FRIO.

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO.

Os pescadores e maricultores do município estão representados por três principais entidades de classe:

- Colônia de Pescadores Z-04;
- Associação de Pescadores, Aquicultores e Amigos da Praia do Siqueira;
- Associação de Pescadores do São João;
- Associação de Maricultores de Cabo Frio – AMAR.

A seguir, são apresentadas as informações obtidas junto aos órgãos de governo e entidades de classe relacionadas com a pesca do município de Cabo Frio, levantadas em campo nos anos de 2002, 2004 e 2005, referentes ao número de pescadores, frota pesqueira, principais espécies capturadas, petrechos de pesca utilizados, áreas de atuação e estimativas de produção, dentre outras.

➤ Informações Levantadas nos Órgãos de Governo:

Algumas poucas informações sobre as atividades pesqueiras do Município de Cabo Frio foram obtidas durante as pesquisas de campo realizadas junto ao Departamento de Pesca da Secretaria Municipal de Pesca, Aquicultura e Meio Ambiente de Cabo Frio, órgão municipal encarregado do ordenamento da atividade neste município. Estas informações indicam a existência de cerca de 3.000 pescadores operando nas atividades pesqueiras em Cabo Frio. A produção de pescados



levantada pelo Departamento de Pesca para o município, no período de 1990 a 1998, foi de 79.564 toneladas, o equivalente a cerca de 8.850 toneladas anuais. A produção do ano de 2000 foi de cerca de 9.900 toneladas. A importância das capturas deste município no contexto estadual pode ser observada no **Quadro II.5.3.16-13**.

QUADRO II.5.3.16-13: DESEMBARQUE DE PESCADOS EM CABO FRIO - 1990 a 1998

ANO	TONELADAS		TOTAL RIO DE JANEIRO
	DESEMBARQUE	% TOTAL	
1990	7.926	13,3%	59.802
1991	8.763	15,0%	58.362
1992	7.523	14,1%	53.467
1993	7.253	15,2%	47.862
1994	7.268	13,4%	54.280
1995	13.303	22,4%	59.498
1996	7.994	11,4%	70.047
1997	11.845	15,9%	74.445
1998	9.826	19,6%	50.037

OBS. PERCENTUAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL RIO DE JANEIRO
FONTE: ADAPTADO DE JABLONSKI, S. & MOREIRA, LUIZ H. A.
A PESCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 1996:
ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS DE DESEMBARQUE. FIPERJ. RJ. 1997 E CIDE.
ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1999-2000

Cabe salientar que o **Quadro II.5.3.16-13** não considera os valores referentes aos desembarques dispersos, com a venda direta para restaurantes e quiosques locais, uma vez que não existem informações disponíveis.

Com base em dados da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ, foi elaborado o **Quadro II.5.3.16-14** a seguir apresentado, indicando os valores dos desembarques dos principais peixes no município de Cabo Frio para o ano de 1996.



**QUADRO II.5.3.16-14: PRINCIPAIS DESEMBARQUES
EM CABO FRIO EM 1996**

ESPÉCIE	TONELADAS
Albacora Laje	8,37
Badejo	8,74
Bonito Cachorro	104,90
Bonito Listrado	5,16
Bonito Pintado	327,09
Cavala	45,05
Cavalinha	158,55
Dourado	390,08
Anchova	158,06
Espada	87,90

FONTE: ADAPTADO DE JABLONSKI, SILVIO & MOREIRA, LUIZ H. A.
A PESCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 1996:
ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS DE DESEMBARQUE. FIPERJ. RJ. 1997.

➤ Informações Levantadas na Colônia de Pescadores e Associações de Pesca:

Colônia de Pescadores Z-04:

A Colônia de Pescadores Z-04, de Cabo Frio, foi fundada em 1934 e abrange pescadores de Santo Antônio até Cabo Frio, e segundo o presidente da entidade, oferece assistência dentária e de saúde além de promover cursos em parceria com o SENAC, tais como: curso de doces caseiros, maricultura, beneficiamento de pescado, mecânica de motores, alfabetização, entre outros.

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores Z-04 (**Foto 7**), existem atualmente cerca de 5.000 pescadores operando nas atividades de pesca na região de Cabo Frio, dos quais aproximadamente 3.000 estão registrados e os restantes 2.000 sem qualquer vínculo com a entidade.



Foto 7: SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-04 DE CABO FRIO
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO

Em 2004, segundo o presidente da colônia, existiam cerca de 20 embarcações de pesca industrial e 380 embarcações dedicadas à pesca artesanal, efetivamente em atividade, constituídas principalmente por traineiras com até 30 TBA, e “barcos de boca aberta” utilizados para a pesca artesanal de linha de mão. Além dessas embarcações o presidente da colônia cita cerca de outras 50 embarcações de outros municípios que atuam na pesca da região.

As estimativas do presidente da Colônia Z-04 com relação à produção de pescados do município, são de cerca de 3.000 a 7.000 toneladas anuais, embora esta entidade não realize nenhum tipo de controle sobre as capturas do município. Essas informações diferem das obtidas, junto ao Departamento de Pesca da Secretaria de Pesca, Aquicultura e Meio Ambiente de Cabo Frio.

Os principais pontos de desembarque do pescado capturado citados pelo presidente da Colônia Z-04 são: Praia da Barra, Estrada dos Passageiros, onde fica o Mercado de Peixes e onde estão localizadas algumas empresas pesqueiras, como a Brasfish (entre outras), na Praia do Siqueira e no Boulevard Canal, onde os pequenos barcos de pesca de linha de mão desembarcam sua produção.

As principais espécies capturadas pelos pescadores de Cabo Frio são: sardinha (mais amplamente explorada), anchova, pargo, olho-de-cão, xerelete, peixe-espada, dourado, corvina, pescadinha, serra, bonito, xixarro, peixe-galo, cação, badejo, cherne, robalo, lula, lagosta e cavaquinho. Nas Lagoas e Rios as principais espécies capturadas são o camarão cinza, carapicu, tainha, carapeba, e parati.



As artes de pesca utilizadas pelos pescadores locais são: pesca de linha de mão, rede de arrasto para camarão, rede de espera, rede de cerco para a sardinha e covos. O período de maiores capturas de pescado na região de Cabo Frio vai de outubro a fevereiro. A conservação do pescado a bordo das embarcações menores é feita de forma simples, em caixas de isopor com gelo, enquanto que nas embarcações de maior porte o pescado é mantido resfriado em gelo no interior dos porões dessas embarcações.

A área de atuação dos pescadores artesanais de Cabo Frio abrange o trecho que vai desde Saquarema até Macaé, sendo que algumas poucas embarcações alcançam o município de Campos dos Goytacazes. A profundidade máxima é de cerca de 200 metros.

Associação de Pescadores do São João:

A Associação de Pescadores do São João (**Foto 8**), foi criada em 1988 para atender as necessidades dos pescadores de Santo Antônio (segundo Distrito de Cabo Frio), e que pescam no rio São João. A associação engloba parte dos pescadores de Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Silva Jardim, e é composta por 74 pescadores artesanais associados e uma frota pesqueira constituída por aproximadamente 160 barcos e canoas registradas na associação.



Foto 8: SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DO SÃO JOÃO.

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).

No Município de Cabo Frio, existe também a Associação de Pescadores, Aquicultores e Amigos da Praia do Siqueira (**Foto 9**) com cerca de 150 associados e voltada exclusivamente para a pesca lagunar, realizada principalmente na lagoa de Araruama, que possui comunicação natural permanente com o mar.



Foto 9: SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES AQUICULTORES E AMIGOS DA PRAIA DO SIQUEIRA, EM CABO FRIO, RJ.
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).

A associação utiliza um píer construído recentemente para o desembarque do pescado capturado (**Foto 10**) e com estrutura para reunião dos associados. A frota pesqueira dessa associação é constituída por cerca de 70 embarcações de pequeno porte.



Foto 10: PÍER DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES AQUICULTORES E AMIGOS DA PRAIA DO SIQUEIRA, EM CABO FRIO, RJ.
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).

Em função de essa associação reunir apenas os pescadores artesanais que praticam a pesca lagunar, a caracterização das atividades pesqueiras, dessa entidade de classe, não foram detalhadas no presente estudo, uma vez que não são passíveis de serem afetadas pelo empreendimento no Bloco BC-10.

O **Quadro II.5.3.16-15** apresenta um resumo das informações sobre número de pescadores, embarcações e estimativa de produção de



pescados, levantadas no município de Cabo Frio, durante as pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e 2005.

QUADRO II.5.3.16-15: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E PRODUÇÃO PESQUEIRA DE CABO FRIO (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	REGISTRADAS	ESTIMADAS	
Depto. de Pesca da Secretaria Municipal de Pesca, Aqüicultura e Meio Ambiente de Cabo Frio	–	3.000	–	–	9.000
Colônia de Pescadores Z-04 – Cabo Frio (RJ)	3.000	5.000	400	450	3.000 a 7.000
Associação de Pescadores do São João	74	–	–	160	–
Associação de Pescadores, Aqüicultores e Amigos da Praia do Siqueira	150	–	–	68	–

+FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGY, 2005).

O **Quadro II.5.3.16-16** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Cabo Frio, durante pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-16: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA EM CABO FRIO (RJ)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Linha de mão	Pargo	40 a 150
	Olho-de-cão	40 a 150
	Cherne	40 a 150
	Namorado	40 a 150
	Espada	40
Rede de cerco	Anchova	3 a 200
	Xerelete	3 a 200
	Bonito	3 a 200
	Corvina	3 a 200
	Sarda	3 a 200
	Cavala	3 a 200

continua



continuação

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Rede de emalhe	Dourado	40 a 60
	Pargo	40 a 60
	Bonito	120 a 150
	Cação	60 a 70
	Goete	40
Rede balão	Camarão-sete-barbas	6 a 8
	Camarão-barba-ruça	6 a 8
Linha Pargueira	Cherne	80 a 160
	Olho de cão	80 a 160
	Namorado	80 a 160
	Lírio	80 a 160
	Anchova	40
	Pargo	40
Espinhel	Dourado	40 a 60
	Pargo	40 a 60
	Bonito	120 a 150
	Cação	60 a 70
Longline	Badejo	70
	Garoupa	70
	Cherne	85 a 90
	Pargo	todas profundidades

FONTE: ECOLOGUS (2005).

O setor de maricultura, ainda bastante inexpressivo no Município de Cabo Frio é representado pela Associação de Maricultores de Cabo Frio (AMAR), associação que reúne os criadores de moluscos bivalves deste município, localizados principalmente na Praia do Perú, onde alguns pequenos cultivos de ostras e mexilhões encontram-se em fase experimental.

► Armação dos Búzios (RJ)

Em Armação dos Búzios encontram-se diversas comunidades de pescadores, localizadas principalmente na Praia dos Ossos, Geribá, Rasa, Manguinhos e Centro, e que mantém a tradição da pesca artesanal. No entanto, também utilizam suas embarcações para passeios turísticos ou mesmo para atender às atividades de mergulho.

Os pescadores do Município de Búzios geralmente são donos dos petrechos e das embarcações de pesca e, normalmente, pescam na região litorânea, até 50 km da costa. Os pescadores desse município também têm sofrido com a prática da pesca predatória e com a falta de fiscalização.



A atividade pesqueira no município é caracterizada principalmente pela pesca de cerco da sardinha, principal recurso pesqueiro do município. No entanto, outras modalidades de pesca também apresentam importância no contexto da pesca local, em função das áreas de atuação da frota pesqueira, bem como dos recursos alvo, destacando-se as seguintes modalidades:

- **Pesca com rede de espera (ou de emalhe)**, voltada para a captura de espécies como a corvina, viola, tainha e anchova, em profundidades variando de 10 a 60 metros.
- **Pesca com rede de arrasto**, voltada para a captura de camarão em profundidades variando de 10 a 18 metros.
- **Pesca com arpão**, voltada para a captura de garoupa, badejo e lagosta, em profundidades de 10 a 30 metros.
- **Pesca com rede de cerco**, voltada principalmente para a pesca da sardinha e xerelete, em profundidades de 10 a 100 metros.
- **Pesca com espinhel**, voltada para a captura de espécies como cação, polvo, dourado, cherne, garoupa, namorado e tubarão cabeça chata, em profundidades variando de 10 até 600 metros.
- **Pesca com linha de mão**, voltada para a captura de pargo, bonito, anchova, dourado, cherne, garoupa, namorado e tubarão cabeça chata, em profundidades de 10 até 600 metros.

A pesca no município é praticada por cerca de 4.000 pescadores, que utilizam uma frota pesqueira constituída por cerca de 70 embarcações vinculadas à pesca artesanal, representadas principalmente por traineiras motorizadas, menores que 10 TBA.

A pesca em Armação dos Búzios possui características predominantemente artesanais sendo desenvolvida na área compreendida entre o litoral e as ilhas Branca, Feia e Rasa. A área de atuação dos pescadores deste município compreende o trecho que vai desde a costa de Búzios até Rio das Ostras, não ultrapassando 70 metros de profundidade.

O pescado capturado é comercializado principalmente para os atravessadores, uma vez que os pescadores locais bem como a colônia que os representa, não possuem um local apropriado para a conservação e comercialização do pescado.

Os pescadores de Armação dos Búzios estão representados pelas seguintes entidades: Colônia dos Pescadores Z-23; Associação de Pescadores de Armação dos Búzios; Associação de Pescadores de Manguinhos.



São apresentadas a seguir, as informações obtidas junto às entidades de classe relacionadas à pesca do Município de Arraial do Cabo, levantadas em campo nos anos de 2002, 2004 e 2005, referentes ao número de pescadores, frota pesqueira, principais espécies capturadas, petrechos utilizados, áreas de atuação e estimativas de produção, dentre outras.

➤ Informações Levantadas na Colônia de Pescadores e Associações de Pesca

Colônia de Pescadores Z-23

Em Armação dos Búzios, a entidade representativa da classe dos pescadores artesanais é a Colônia Z-23 (**Foto 11**), que possui convênios com o Sebrae/RJ para a promoção de cursos relativos ao processamento de pescado, criação de algas, maricultura, mecânica e pintura de embarcações, informática e de língua inglesa.

A Colônia Z-23 não se envolve com a comercialização do pescado, pois não possui fábrica de gelo, meio de transporte e câmara fria para estocagem do pescado. Deste modo, tudo fica a cargo do atravessador, que até então é a forma principal de comercialização do pescado.



FOTO 11: SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-23, DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ).
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).



Segundo informações do presidente da Colônia Z-23, existem aproximadamente 750 associados, embora suas estimativas sejam de que na região de Armação dos Búzios exista um total de cerca de 4.000 pescadores atuantes. A frota pesqueira de Armação dos Búzios é constituída por cerca de 70 embarcações vinculadas à pesca artesanal, representadas principalmente por traineiras menores que 10 TBA.

A pesca em Búzios segundo o presidente da Colônia Z-23, é predominantemente artesanal e a produção estimada pela colônia é da ordem de 360 t/ano, e não considera a pesca de sardinha, pois de acordo com o presidente da colônia, apesar de intensa, esta pesca não é possível de ser dimensionada.

O desembarque do pescado é realizado nas praias de Manguinhos, Mangue, Rasa e Armação, sendo o pescado comercializado diretamente para restaurantes ou moradores locais. Na Praia da Armação existe um atracadouro que também é utilizado para desembarque do pescado. Este atracadouro não conta com nenhum tipo de infra-estrutura para o desembarque pesqueiro, tratando-se apenas de um cais. Também em Armação, está localizado um ponto de abastecimento de combustível, destinado aos barcos pesqueiros, turísticos e de moradores da região.

As artes de pesca utilizadas pelos pescadores de Armação dos Búzios são: linha de mão, rede de arrasto para camarão, rede de espera, rede para lagosta, rede de cerco para a sardinha e covos, enquanto os principais pescados capturados são: sardinha, anchova, pargo, dourado, castanha, maria-mole, xerelete, peixe-galo, cação e o camarão VG. Segundo o presidente da Colônia, não existem meses de maior produção, mas nos meses de maior veraneio, o esforço de pesca é maior, visando o abastecimento dos turistas. A conservação do pescado a bordo das embarcações menores é feita de forma rudimentar, em caixas de isopor com gelo, enquanto que nas embarcações de maior porte o pescado é mantido resfriado em gelo no interior dos porões dessas embarcações.

A presença dos atuneiros na região de Armação dos Búzios, em busca da sardinha que é utilizada como isca viva para a pesca do bonito e do atum, é motivo de constantes conflitos com os pescadores artesanais deste município. Esses atuneiros são acompanhados por embarcações menores, encarregadas da captura de isca viva. A sobrepesca desse recurso pesqueiro, um dos mais importantes deste município, além da destruição de petrechos de pesca utilizados pelos pescadores artesanais, vem sendo motivo de constantes reclamações por parte dos pescadores artesanais locais.

O **Quadro II.5.3.16-17** apresenta um resumo das informações sobre número de pescadores, embarcações e estimativa de produção de pescados, levantadas no município de Armação dos Búzios, durante as pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e 2005.



**QUADRO II.5.3.16-17: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E PRODUÇÃO
PESQUEIRA DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ)**

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	REGISTRADAS	ESTIMADAS	
Colônia de Pescadores Z-23 – Armação dos Búzios	738	4.000	70	--	360 (excluída a pesca da sardinha)

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGY, 2004).

O **Quadro II.5.3.16-18** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Armação dos Búzios, durante pesquisas de campo realizadas em 2005.

**QUADRO II.5.3.16-18: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE
PESCA EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS (RJ)**

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Espinhel	Cação	10 a 100
	Polvo	60 a 70
	Lagosta	60 a 70
	Dourado	1.000
	Cherne	600
	Garoupa	33 a 45
	Namorado	600
Linha de mão	Tubarão Cabeça Chata	600
	Pargo	10 a 100
	Anchova	10 a 100
	Dourado	1.000
	Cherne	600
	Garoupa	33 a 45
	Namorado	600
Rede de emalhe (espera)	Tubarão Cabeça Chata	600
	Corvina	10 a 100
	Viola	10 a 60
	Tainha	10 a 60
Rede de cerco	Anchova	60
	Sardinha	10 a 100
	Xerelete	10 a 12
Arpão	Garoupa	10 a 30
	Badejo	10 a 30
	Lagosta	10 a 30
Rede de arrasto	Camarão vermelho	10 a 18

FONTE: ECOLOGUS (2005).



Vinculada à colônia, existe a Associação de Pescadores de Armação dos Búzios que tem caráter assistencial e é predominantemente composta por familiares dos pescadores. A Associação promove cursos de línguas estrangeiras e fornece tratamento dentário aos seus associados.

Existe também, outra Associação de Pescadores em Armação dos Búzios, a Associação de Pescadores de Manguinhos, que conta atualmente com cerca de 75 associados. Um dos principais objetivos da criação dessa associação, como a de outras da região, foi a construção de um espaço de ação para apoiar os pescadores e para a discussão sobre seus direitos sociais.

No que se refere à maricultura, existe a Associação de Maricultores de Armação dos Búzios (AMAB), que vem buscando parcerias para a implantação de cultivos comerciais de moluscos bivalves em mar aberto, assim como para a construção de um laboratório para a produção de sementes de vieiras (*Nodipecten nodosus*) e de outros moluscos. Na região de Búzios, encontram-se, em fase de implantação, alguns pequenos cultivos de ostras e mexilhões.

A Colônia de Pescadores Z-23 está desenvolvendo um projeto de maricultura para os pescadores junto com o SEBRAE, porém necessita de equipamentos e capital de giro para ampliação da atividade.

► Casemiro de Abreu (RJ)

A comunidade pesqueira de Casemiro de Abreu está situada no distrito de Barra de São João, onde deságua o rio São João. Neste local são praticadas pescarias de rio, no estuário e a pesca oceânica, embora a atividade pesqueira predominante seja voltada para as áreas estuarinas.

O rio São João faz limite com o município de Cabo Frio, onde se localiza o distrito de Santo Antônio. Os pescadores de Barra de São João, que totalizam cerca de 100, são filiados à Colônia Z-04, de Cabo Frio, e pescam principalmente com rede de espera e linha de mão, não se distanciando para muito longe da costa, e retornando diariamente para o continente. Não possuem nenhuma associação independente exclusivamente voltada para a pesca. Devido a este fato, torna-se difícil o levantamento de informações sobre as atividades pesqueiras realizadas neste município.

Estimativas de pescadores da região do entorno da barra do rio São João indicam que existem cerca de 400 pescadores, marisqueiros e catadores de caranguejos, e cerca de 180 a 200 embarcações efetivamente pescando. Estas embarcações artesanais são movidas a remo, algumas poucas são traineiras e a grande maioria constitui-se de botes motorizados para arrasto de camarão. A conservação do pescado a bordo, é feita em caixas de isopor com gelo.



A produção anual no município é estimada em cerca de 330 a 380 toneladas por ano de pescado, sendo toda a produção desembarcada próximo a ponte velha que corta o Rio São João.

As artes de pesca utilizadas são: linha de mão, rede de arrasto para camarão, rede de espera (de vários milímetros), rede de arrasto de praia. O mergulho em apinéia também é praticado por alguns pescadores da região. Entre as espécies capturadas, destacam-se a corvinota, anchoveta, corvina, xerelete, cação, robalo, tainha, peixe galo, graçainha, xaréu, sardinha, peixe-espada, camarão sete barbas, camarão VG.

O melhor período para o exercício da atividade varia de acordo com a espécie a ser capturada. Segundo os pescadores contatados, para a pesca de rede no mar, o inverno é a melhor época, enquanto que para os peixes de rio, os camarões, ostras e caranguejos o verão é a melhor época.

O **Quadro II.5.3.16-19** apresenta um resumo das informações sobre número de pescadores, embarcações e estimativa de produção pesqueira, levantadas no Município de Casimiro de Abreu, durante as pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e 2005.

QUADRO II.5.3.16-19: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E ESTIMATIVA DE CAPTURAS PESQUEIRAS DE CASEMIRO DE ABREU (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS	PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS		
Levantamento de campo com pescadores de Casimiro de Abreu - RJ	100	400	180 a 200	330 a 380

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGY, 2004).

Em Barra de São João, existe a Associação Livre dos Aqüicultores das Águas de São João – ALA, associação de maricultores formada por um grupo misto de profissionais, onde alguns pescadores são filiados. Fundada em 2001 com o objetivo voltado para o cultivo de ostras e mexilhões, a ALA possui cerca de 25 associados, e segundo o seu coordenador, a entidade tem encontrado dificuldades para desenvolver suas atividades, enfrentando problemas com a poluição ambiental no rio São João, o que tem comprometido o desenvolvimento dos cultivos de moluscos.

Faltam também verbas para a construção de um laboratório para a produção de sementes de ostras, para o acompanhamento da assistência técnica e demais demandas necessárias ao desenvolvimento do cultivo. As áreas de maricultura estão localizadas na Barra do São João, onde cerca de 80 maricultores trabalham com sistema de mesas.

► Rio das Ostras (RJ)



A atividade pesqueira na região de Rio das Ostras, assim como em Casimiro de Abreu, está voltada predominantemente para as áreas estuarinas, valendo ressaltar que dentro dos rios do município existem bancos naturais expressivos de ostras nativas. Apesar de pouco expressiva, a pesca marinha do município é caracterizada pelo emprego das seguintes artes de pesca:

- **Rede de espera (de emalhe) de superfície**, utilizada para captura de peixes como o bonito serra, cavala e anchova, pescados em profundidades de 15 a 50 metros.
- **Rede de espera de fundo (caçoeira)**, utilizada para captura de corvina, cação anjo, cação viola, cação galha preta, cação fígado branco, cação corre costa, pescada, anchova e pargo pescados em profundidades de 215 a 100 metros.
- **Espinhel**, utilizado principalmente para captura de dourado, pescado em profundidade de cerca de 100 metros.
- **Linha de mão**, utilizada para a pesca de badejo, olhete e garoupa, em profundidades em torno de 65 metros.

A categoria é representada pela Colônia Z-22 de Rio das Ostras, criada em 1990, e que possui cerca de 45 pescadores registrados, embora seja estimado um total de até 250 pescadores atuando na pesca artesanal na região.

Estão registradas na colônia cerca de 50 embarcações que efetivamente atuam na pesca artesanal, constituídas por barcos motorizados com 9 a 9,5 metros de comprimento (**Foto 12**).

Foto 12: EMBARCAÇÕES DE PESCA
DE RIO DAS OSTRAS
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO
(2003).





O presidente da Colônia Z-22 estima que as capturas do município de Rio das Ostras totalizam cerca de 1.800 toneladas por ano, entre peixes e camarões. Esta produção é desembarcada principalmente na boca da barra (do Rio das Ostras), no late Clube e em alguns pontos ao longo do rio das Ostras.

As áreas de pesca mais conhecidas estão localizadas na Laje de Fora, ilha do Costa, ilha das Pombas, Laje do Meio, ilha Trinta Réis e nas praias do Mar do Norte, embora muitos pescadores do município cheguem próximo das plataformas de exploração de petróleo e gás natural em busca de pescado. O presidente da Colônia de Pescadores ressalta que os pescadores artesanais de Rio das Ostras pescam ao longo de toda a costa do Estado do Rio de Janeiro.

As artes de pesca mais utilizadas no Município de Rio das Ostras são: a pesca de linha de mão, a rede de arrasto para camarão e a rede de espera. Por meio destas modalidades, são capturadas espécies como a corvina, anchova, cação, cavala, pescada, peixe-espada, goete, camarão sete barbas, camarão barba ruça e camarão rosa (VG), sendo a melhor época para desenvolvimento da atividade, a compreendida entre os meses de janeiro a março.

O **Quadro II.5.3.16-20** apresenta um resumo das informações sobre número de pescadores, embarcações e estimativa de produção de pescados, levantadas no município de Rio das Ostras, durante as pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e em 2005.

QUADRO II.5.3.16-20: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E ESTIMATIVA DE CAPTURAS PESQUEIRAS DE RIO DAS OSTRAS (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS	PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS		
Colônia de Pescadores Z-22 – Rio das Ostras	45	250	--	35

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO ECOLOGY, 2004).

O **Quadro II.5.3.16-21** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Rio das Ostras, durante pesquisas de campo realizadas em 2005.



**QUADRO II.5.3.16-21: RESUMO DAS ATIVIDADES PESQUEIRAS
DE RIO DAS OSTRAS (RJ)**

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Rede emalhe de fundo (caçoeira)	Corvina	50 a 100
	Cação Anjo	30 a 100
	Cação Viola	50
	Cação Galha preta	35 a 40
	Cação Fígado branco	35 a 40
	Cação Corre costa	35 a 40
	Pescada	< 25
	Pargo	40 a 200
	Anchova	Todas as profundidades
Rede de emalhe (superfície)	Bonito serra	>30
	Cavala	>15
	Anchova	15 a 50
Espinhel	Dourado	100
Linha de mão	Bandejo	65
	Olhete	65
	Garoupa	65
	Pargo	40 a 200
	Olho de Boi	65

FONTE: ECOLOGUS (2005)

► Macaé (RJ)

A atividade pesqueira no Município de Macaé, localizado da Região Norte Fluminense, gera um número significativo de empregos diretos e indiretos. De um modo geral, o setor tem o Arquipélago de Santana como ponto de referência, com a pesca desenvolvendo-se a norte, sul e leste da Ilha, chegando até 80 milhas da costa, alcançando a área das plataformas de exploração de petróleo e de gás natural da Bacia de Campos.

O setor pesqueiro em Macaé está dividido de acordo com as modalidades de pesca, quais sejam: parelha, linha de mão (realizada longe da costa), cerco traineira, rede de espera, puçá de peroá e balão (arrasto de camarão).

Em função da adoção de novos tipos de artes de pesca, do desenvolvimento urbano e econômico acelerado de Macaé (como consequência das atividades de exploração de petróleo e gás natural), e com os impactos ambientais associados, algumas modalidades de pesca tradicionais foram aos poucos sendo extintas. Este é o caso do arrasto de praia, que já foi a principal modalidade de pesca da região de Macaé, bem como a pesca de linha de mão realizada próxima à costa.

A pesca de linha de mão praticada distante da costa e o uso de espinhel apresentam a maior diversidade e quantidade de pescado capturado, e



envolve também o maior número de pescadores e embarcações. Para esta modalidade de pesca, cada barco permanece em média uma semana no mar, podendo lançar anzóis em profundidades variando de 300 a 1.000 metros. Esta modalidade de pesca envolve cerca de 800 embarcações e 4.000 pescadores. Os principais recursos pesqueiros capturados nesta modalidade de pesca são: dourado, anchova, pargo, garoupa, cherne, badejo, atum, cavala e olho de boi.

Destaca-se também a pesca empregando a parelha, que captura cerca de 10 espécies de pescados e onde as redes podem alcançar profundidades de até 80 metros. Estão envolvidas nesta modalidade de pesca, cerca de 70 barcos e 420 pescadores, e a produção estimada para esta modalidade é de cerca de 2.935 toneladas/ano.

A pesca de cerco ou de lance é realizada com a utilização de 50 embarcações traineiras e envolve cerca de 500 pescadores. Nesta modalidade de pesca, são capturadas cerca de 3.240 toneladas/ano, principalmente de oito espécies de peixes. Esta modalidade ocorre entre 4 e 10 milhas da costa, a leste e ao sul do arquipélago de Santana. Nesta modalidade, são capturadas principalmente, sardinha, peixe galo e xerelete, em profundidades menores que 40 metros.

Para a pesca com rede de espera, são utilizados 50 barcos e envolve cerca de 150 pescadores. As redes permanecem em média, por 12 horas à deriva, e a produção estimada é de 200 toneladas/ano para esta modalidade de pesca. As principais espécies capturadas com esta arte de pesca são: goete, pescadinha, corvina, Maria Luiza, cação, cherne e pargo. Esse petrecho é normalmente utilizado em profundidade de 10 a 400 metros.

A captura do camarão é feita com o arrasto de balão. A duração média de cada arrasto é de duas horas, podendo ser realizado em profundidade de até 17 m. O total de embarcações nesta modalidade é de cerca de 600 barcos, envolvendo 1.200 pescadores. Na região, as principais espécies capturadas são o o camarão sete barbas e o camarão barba ruça, capturados em profundidade variando de 7 a 15 m e o camarão rosa, capturado em profundidade de 20 a 30 m.

A pesca do peroá é realizada por cerca de 600 barcos, comportando 1.200 pescadores. Esta modalidade de pesca é realizada na primavera, verão e outono, a partir de 4 milhas da costa à leste e sul do arquipélago de Santana.

A organização dos pescadores no município de Macaé é feita por duas entidades: a Colônia de Pescadores Z-03 (**Foto 13**) e a Cooperativa Mista de Pescadores de Macaé.



Foto 13: SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-03,
DE MACAÉ (RJ).

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).

Estima-se que existam cerca de 12.000 pescadores atuando nas atividades de pesca do município, e uma frota constituída por cerca de 1.200 embarcações de madeira com motor de centro, medindo de 8,5 a 16 m metros de comprimento. A conservação do pescado a bordo das embarcações menores é feita em caixas de isopor com gelo, enquanto que nas embarcações de maior porte o pescado é mantido resfriado em gelo no interior dos porões dessas embarcações. A área de atuação dos pescadores de Macaé, abrange o trecho que vai desde Arraial do Cabo até São Francisco do Itabapoana, sendo que algumas embarcações maiores alcançam desde o Estado de Santa Catarina até foz do Rio Doce, no ES, inclusive incluindo a área das plataformas de petróleo da Bacia de Campos. A profundidade máxima é de cerca de 1.000 metros. A comercialização do pescado capturado é realizada principalmente no Mercado Municipal de Macaé.

São apresentadas a seguir, as informações obtidas junto aos órgãos de governo e entidades de classe relacionadas à pesca do município de Macaé, levantadas em campo nos anos de 2002, 2004 e 2005, referentes ao número de pescadores, frota pesqueira, principais espécies capturadas, petrechos utilizados, áreas de atuação e estimativas de produção, dentre outras.



➤ Informações Levantadas nos Órgãos Oficiais de Governo

Na Capitania dos Portos, existem 4.628 pescadores registrados na categoria Pescador Profissional – POP, referentes ao município de Macaé, além de 1.556 embarcações voltadas para as atividades pesqueiras locais.

A importância das capturas pesqueiras de Macaé, no contexto das capturas do Estado do Rio de Janeiro, pode ser observada por meio da análise do **Quadro II.5.3.16-22**, criado com dados da FIPERJ (1997).

QUADRO II.5.3.16-22: VALORES COMPARATIVOS DE DESEMBARQUE DE PESCADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E MACAÉ (EM TONELADAS)

ANO	TONELADAS		%
	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	MUNICÍPIO DE MACAÉ	
1990	59.802	6.774	11,3%
1991	58.362	5.633	9,7%
1992	53.467	-	-
1993	47.862	1.158	2,4%
1994	54.280	3.439	6,3%
1995	59.498	3.245	5,5%
1996	70.047	3.365	4,8%
1997	74.445	3.700	5,0%
1998	50.037	3.436	6,9%

FONTE: JABLONSKI, SILVIO & MOREIRA, LUIZ H. A.

A PESCA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 1996:

ANÁLISE DAS ESTATÍSTICAS DE DESEMBARQUE. FIPERJ. RJ. 1997.

De acordo com dados da FIPERJ (1997), em Macaé o peroá foi a espécie dominante nas capturas no período de 1990 a 1996, chegando a representar 26% da produção total. O estudo aponta ainda as capturas do camarão barba-ruça, dourado, corvina, goete e pescadinha, como relevantes no desembarque do pescado neste porto.

Colônia de Pescadores Z-03 de Macaé.

O controle dos desembarques pesqueiros de Macaé, realizado pelas associações de pesca em 1999, totalizava 7.470 pescadores envolvidos com as atividades pesqueiras deste município, dos quais apenas 1.500 pescadores encontravam-se registrados na Colônia de Pescadores Z-03, e somente 35 eram filiados à Cooperativa de Pesca de Macaé. Apesar da existência destas entidades, a maioria dos pescadores não é registrada, em função do excesso de burocracia e das dificuldades para obtenção da carteira. Sem a carteira de pescador fica impedida a filiação, tanto na Colônia Z-03 como na Cooperativa.



Trabalhos de campo realizados em 2002, junto à Colônia de Pescadores Z-03, indicavam a existência de 1.800 associados, sendo que naquela época, o total de pescadores atuando na região era estimado em 7.000 pescadores. Levantamentos mais recentes, no entanto, indicam que no ano de 2005 existem cerca de 2.500 pescadores associados à Colônia Z-03, enquanto que o presidente desta entidade estima que existam cerca de 12.000 pescadores atuando nas atividades de pesca do município.

A conservação do pescado a bordo das embarcações menores é feita em caixas de isopor com gelo, enquanto que nas embarcações de maior porte o pescado é mantido resfriado em gelo no interior dos porões dessas embarcações. **(Foto 14)**



Foto 14: PESCADOS COMERCIALIZADOS NO MERCADO MUNICIPAL DE MACAÉ (RJ).

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

O **Quadro II.5.3.16-23** apresenta o número de pescadores, embarcações e a produção anual estimada, levantadas no Município de Macaé, durante pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e 2005.



QUADRO II.5.3.16-23: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E ESTIMATIVA DE CAPTURAS PESQUEIRAS DE MACAÉ (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS	PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS		
Colônia de Pescadores Z-03 – Macaé	2.500	12.000	–	1.200

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO ECOLOGY, 2004).

O **Quadro II.5.3.16-24** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no município de Macaé, durante pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-24: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE MACAÉ (RJ)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Espinhel	Dourado	300 a 1.000
	Anchova	<1.000
	Pargo	<1.000
	Garoupa	300 a 1.000
	Cherne	300 a 1.000
	Badejo	<1.000
	Atum	300 a 1.000
	Cavala	300 a 1.000
	Olho de boi	300 a 1.000
Linha de mão	Dourado	300 a 1.000
	Anchova	1.000
	Pargo	1.000
	Garoupa	300 a 1.000
	Cherne	300 a 1.000
	Badejo	1.000
	Atum	300 a 1.000
	Cavala	300 a 1.000
	Olho de boi	300 a 1.000
Rede de emalhe	Goete	20 a 400
	Pescadinha	10
	Mistura	15
	Maria Luiza	15
	Corvina	20 a 400
	Cação	20 a 400
	Cherne	20 a 30
	Pargo	20 a 30
	Camarão rosa	20 a 30
Rede balão	Camarão-sete-barbas	7 a 15
	Camarão-barba-ruça	7 a 15
	Sardinha	< 40
Rede de cerco	Galo	< 40
	Xerelete	< 40

continua



continuação

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Rede de arrasto	Pescadinha	< 45
	Goete	< 45
	Corvina	< 45
	Viola	< 45
	Mistura	< 45
	Espada	30 a 40
	Cação	30 a 40
	Camarão rosa	30 a 40
	Camarão-sete-barbas	30 a 40
	Camarão-barba-ruça	30 a 40

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

► Carapebus (RJ)

A atividade pesqueira no Município de Carapebus é realizada na lagoa de Carapebus, sendo a principal técnica usada, a rede de espera. Os instrumentos usados para pescar são, na maioria das vezes, dos donos dos barcos. Os pescadores usam barcos, chamados por eles de “caíco”, denominação dada às canoas a remo com cerca de 6 metros. Eles percorrem distâncias de, no máximo, 50 metros para pescar, o fazendo durante todo o ano. O pescado neste município tem como destino, principalmente, o atendimento ao consumo local ou a subsistência, apenas uma pequena parte das capturas é comercializada para os atravessadores e peixarias.

Os pescadores de Carapebus encontram-se filiados à Associação dos Pescadores de Carapebus, visto que não existe uma colônia de pescadores no município. A associação possui 62 associados embora estimativas do presidente da entidade, apontem a existência de cerca de 100 pescadores atuando na região, que se utilizam, aproximadamente, de 60 pequenas embarcações para pesca, das quais 30 são registradas. Entre as embarcações registradas, existem cinco barcos motorizados com cinco metros de comprimento enquanto as 25 embarcações restantes não chegam a cinco metros de comprimento.

A Associação dos Pescadores de Carapebus possui parceria com a Colônia de Pescadores Z-03, de Macaé, e desta forma os pescadores de Carapebus recebem assistência médica e outros benefícios.

As principais espécies capturadas pelos pescadores de Carapebus são: carapeba, robalo, tainha, parati, traíra, saíru, tilápia e bagre. O pescado é desembarcado no Porto de Pedra Branca (localizado na lagoa), sendo estimada uma produção de pouco mais de 24 toneladas anuais.



O principal problema apontado pelo presidente da associação de pescadores é a precária infra-estrutura de desembarque e de conservação do pescado, que é realizado em caixas de isopor com gelo.

O **Quadro II.5.3.16-25** apresenta o número de pescadores, embarcações e a produção anual estimada, levantadas no Município de Carapebus, durante pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e 2005.

QUADRO II.5.3.16-25: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E PRODUÇÃO ANUAL ESTIMADA DE CARAPEBUS (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS	PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS		
Associação dos Pescadores de Carapebus	62	100	30	60

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO ECOLOGY, 2004).

► Quissamã (RJ)

As atividades pesqueiras do Município de Quissamã são realizadas, tanto no interior da Lagoa Feia como em águas oceânicas, em profundidade máxima de 70 metros.

A pesca continental é realizada principalmente na Lagoa Feia, onde a traíra, sairu, corvina, acará, tilápia, carapeba, robalo, tainha, piaui, jundiá e cascudo são as principais espécies capturadas. A Lagoa Feia é a segunda maior lagoa de água doce do Brasil e sua grande piscosidade possibilitou a instalação de duas fortes comunidades pesqueiras em suas margens: Ponta Grossa dos Fidalgos, na margem interna da lagoa, e Quissamã, no lado da restinga. A comunicação da lagoa com o mar foi interrompida, durante uma ressaca ocorrida em 1999. Este fato dificultou, não somente o trânsito das embarcações como também e, principalmente, a entrada de peixes que utilizavam a lagoa para a desova ou mesmo como refúgio e para a alimentação.

Com esta situação, as capturas locais foram reduzidas em cerca de 80%, e de acordo com informações dos pescadores locais, antes do fechamento da barra a lagoa atraía embarcações de até 20 toneladas, provenientes de outros estados, como Bahia e Espírito Santo.

A pesca litorânea em Quissamã, assim como acontece em Macaé, também é dividida em função das artes de pesca empregadas, destacando-se: rede de espera; arrasto de balão - para a pesca de camarão; puçá - para a pesca do peroá; gaiola - para o pargo e, linha de mão.

- **A pesca com redes de espera (rede caída)**, é utilizada em profundidades menores que 15 metros, e é realizada para a captura principalmente de pescadinha, goete, cação e viola.



- **A rede de arrasto** é utilizada em profundidades variando de 15 a 24 metros, para a captura do camarão sete barbas e de espécies de peixes como goete, pescada e mistura.
- **As gaiolas (covos)**, são utilizadas em profundidades de cerca de 70 metros, para a captura de pargo, badejo e lagostas.

A maioria dos pescadores utiliza instrumentos próprios e embarcações com 7 a 12 metros de comprimento. No município existem cerca de 60 barcos para a pesca artesanal.

Não existe nenhuma colônia de pescadores em Quissamã, estando a classe representada por duas associações: a Associação dos Pescadores Artesanais de Quissamã e a Associação de Pescadores de Barra do Furado.

A Associação dos Pescadores de Quissamã, fundada em 2002, possui aproximadamente 330 associados e, embora receba ajuda da prefeitura local no auxílio ao defeso, a entidade busca ajuda também para montar estruturas de atendimento médico e dentário; para a construção de um píer na praia de São Francisco, para facilitar o acesso às embarcações e, uma fábrica de gelo para a região de Barra do Furado. A associação tem projetos também de promover cursos de gestão de associações, cooperativismo, beneficiamento do pescado, conserto de embarcações, confecção de petrechos de pesca, entre outros.

A vila de Barra do Furado é constituída por uma comunidade pesqueira com aproximadamente 1.200 habitantes, distante cerca de 42 quilômetros da sede do município de Quissamã. **(Foto 15)**

A principal alternativa de trabalho e renda nesta vila é a pesca oceânica, uma vez que a região é beneficiada por correntes marítimas que trazem para próximo da costa, cardumes de diferentes espécies, algumas de alto valor comercial, como o robalo e o pargo.



Foto 15: EMBARCAÇÃO DE PESCA UTILIZADA EM BARRA DO FURADO - QUISSAMÃ (RJ)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).

Os pescadores de Barra do Furado estão associados à Colônia de Pescadores Z-19, do Farol de São Tomé ou à Colônia de Pescadores Z-03, de Macaé, visto que a Associação de Pescadores de Barra do Furado, apesar de reativada, permaneceu fechada por um período.

A área de atuação dos pescadores artesanais de Quissamã abrange o trecho que vai desde Macaé até Atafona, em profundidades menores que 70 metros. Durante os levantamentos de campo, não foi possível estimar junto aos pescadores locais a produção pesqueira do município.

O **Quadro II.5.3.16-26** apresenta o número de pescadores e de embarcações levantadas no Município de Quissamã, durante pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e 2005.

QUADRO II.5.3.16-26: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE QUISSAMÃ (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES REGISTRADOS	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS
Associação dos Pescadores de Quissamã - RJ	326	60

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGY, 2004).



O **Quadro II.5.3.16-27** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Quissamã, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-27: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE QUISSAMÃ (RJ)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Rede de arrasto	Goete	15 a 24
	Camarão-sete-barbas	15 a 24
	Mistura	15 a 24
	Pescada	15 a 24
Gaiola/covo	Pargo	70
	Lagosta	70
	Badejo	70
Rede de parelha	Pescadinha	30
	Mistura	30
	Goete	30
	Roncador	<15
	Viola	<15
	Raia	<15
Rede de espera (caída)	Pescadinha	< 15
	Goete	< 15
	Cação	< 15
	Viola	< 15
	Raia	< 15

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

► Campos dos Goytacazes (RJ)

A pesca no Município de Campos dos Goytacazes, depois da produção de petróleo e de gás natural e da agricultura, especialmente o cultivo de cana de açúcar, é uma importante atividade econômica do município.

Da mesma forma como ocorre em Macaé e Quissamã, a pesca litorânea em Campos dos Goytacazes também é dividida, em função das artes de pesca empregadas.

A pesca de parelha é realizada durante todo o ano e estende-se além de 100 km da costa. Neste tipo de pesca são utilizadas 40 embarcações e 240 pescadores sendo a captura média de cerca de 1.800 toneladas/ano entre 10 espécies de pescado capturadas, principalmente o camarão rosa, camarão barba-ruça, camarão sete-barbas, corvina, cação e pescadinha. Esta pesca é realizada em profundidade variando de 10 a 100 m.

A pesca de linha de mão é realizada por barcos que permanecem em média uma semana no mar, podendo lançar os anzóis em profundidade de até 200 metros. Esta modalidade de pesca também é realizada durante o ano todo, com aproximadamente 125 barcos, 625 pescadores, capturando cerca de 4.000 toneladas/ano, entre 17 espécies de pescado, destacando-se o pargo e o badejo.



A modalidade de pesca com rede de espera (rede de emalhar) é realizada por embarcações que variam de 6 a 10 metros, com três tripulantes cada. Cada rede, colocada verticalmente na coluna d'água, na superfície e/ou fundo, possui cerca de 3.000 metros de comprimento, com malha 50 mm ou mais, para a captura de espécies bentônicas ou pelágicas. Cerca de 30 embarcações e 150 pescadores realizam esta pesca, avançando 50 km da costa.

O arrasto de balão é específico para a captura do camarão sete-barbas, barba russa e do camarão rosa. Esta modalidade de pesca é realizada por cerca de 100 barcos e 200 pescadores, durante todo o ano, exceto nos meses de defeso, a partir de 4 km de distância da costa, em profundidade menores que 80 metros. Também são capturadas espécies como o linguado, trilha, corvina, cação, além de polvo e lagosta.

A pesca com a utilização de covos (gaiolas), é praticada em profundidades de 100 a 120 metros, para a captura de peixes como o pargo, badejo, namorado, cioba, cherne, garoupa e batata.

Para a pesca voltada especificamente para a captura do pargo, os barcos são do tipo de arrasto de balão e traineiras, levando cerca de dois tripulantes cada. O pescado capturado no município, é normalmente comercializado para atravessadores. **(Foto 16)**

Foto 16: ARTE DE PESCA UTILIZADA PELOS PESCADORES DE FAROL DE SÃO TOMÉ (RJ).
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).



Os pescadores do Município de Campos estão representados pela Colônia dos Pescadores Z-19, localizada no distrito de Farol de São Tomé, e que abrange os pescadores desde as comunidades de Ponta Grossa dos Fidalgos até Quixaba.



O total de pescadores registrados na colônia, segundo seu presidente, é de 830, entre pescadores litorâneos, marisqueiros, pescadores das lagoas e caranguejeiros, embora sejam estimados cerca de 1.500 pescadores, atuando na região. A frota pesqueira é constituída por 125 barcos dos quais cerca de 96 estão registrados na colônia. Os pescadores vinculados à Colônia Z-19 estão principalmente envolvidos com a pesca do camarão, com 90% das embarcações direcionadas para a captura deste recurso.

Devido à inexistência de um porto, o desembarque do pescado capturado na região do Farol de São Tomé é realizado na praia do Farol, onde os barcos são retirados ou colocados no mar com auxílio de cinco tratores mantidos pela Colônia Z-19 para a realização desta operação (**Foto 17**).

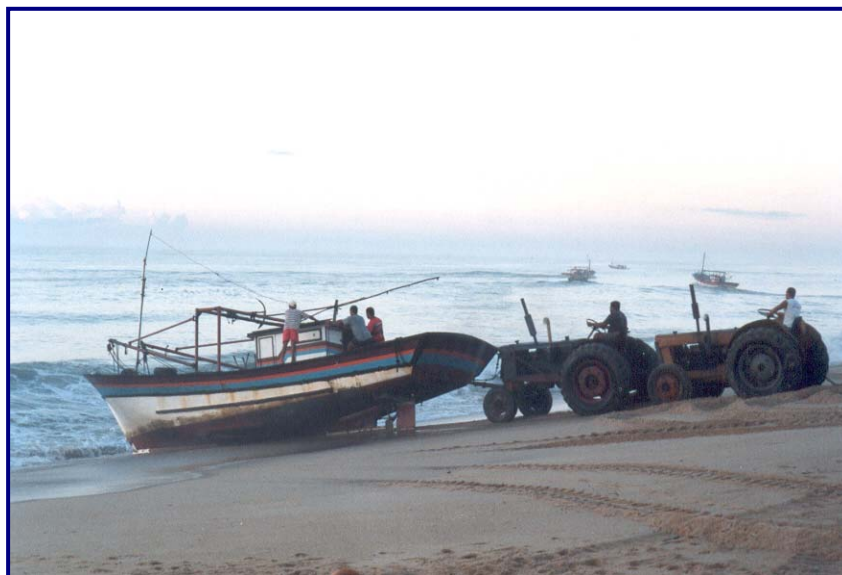


Foto 17: EMBARCAÇÃO EMPURRADA PARA O MAR COM AUXÍLIO DE TRATORES EM FAROL DE SÃO TOMÉ (RJ).
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).

As principais espécies capturadas na região são: camarão, pargo e pescadinha. O presidente da colônia de pescadores não soube estimar a produção de pescados do município. A área de atuação dos pescadores de Campos dos Goytacazes abrange o trecho que vai desde Macaé até São Francisco do Itabapoana. A profundidade máxima é de cerca de 200 m.

Uma grande reivindicação da colônia é com relação ao término da construção do píer da Barra do Furado, pois os barcos do Farol são rebocados por tratores diariamente para poderem navegar. Com a conclusão da obra, que está parada, os barcos poderão ficar protegidos na água, sem a necessidade do uso dos tratores.

O **Quadro II.5.3.16-28** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Campos dos Goytacazes, durante pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e em 2005.



QUADRO II.5.3.16-28: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E PRODUÇÃO ANUAL ESTIMADA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	REGISTRADAS	ESTIMADAS	
Colônia de Pescadores Z-19 de Farol de São Tomé - RJ	830	1.500	96	125	—

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO ECOLOGY (2004).

O **Quadro II.5.3.16-29** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Campos dos Goytacazes.

QUADRO II.5.3.16-29: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Rede de arrasto	Camarão rosa	10 a 75
	Camarão-barba-ruça	< 60
	Camarão-sete-barbas	< 60
	Corvina	< 100
	Cação	< 100
	Pescadinha	< 100
Rede balão (arrasto)	Camarão rosa	< 80
	Camarão-barba-ruça	< 80
	Camarão-sete-barbas	< 80
	Mistura	< 80
	Cação	< 80
	Corvina	< 80
	Lagosta	< 60
	Trilha	< 60
	Polvo	< 60
Linha de mão	Linguado	< 60
	Pargo	< 200
Gaiola/covo	Badejo	< 60
	Pargo	< 120
	Badejo	100 a 120
	Namorado	100 a 120
	Batata	100 a 120

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

No Município de Campos dos Goytacazes, além da pesca litorânea existe também a pesca em águas interiores, na Lagoa Feia, Lagoa do Jacaré, Canto do Rio e no Canal da Flecha. Os pescadores dessas comunidades estão ligados à Associação dos Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos, que possui cerca de 200 associados, com uma frota de 150 barcos pequenos, com no máximo 7,0 metros de comprimento.

► São João da Barra (RJ)

O principal distrito pesqueiro de São João da Barra é Atafona, localizado próximo à foz do rio Paraíba do Sul e principal ponto de desembarque do pescado capturado na região. O encontro do rio com o mar forma na região



o segundo maior delta do país. Atafona destaca-se pelo grande número de mulheres exercendo a atividade da pesca, a maioria trabalha nos mangues catando caranguejos, de forma a complementar a renda familiar.

Os pescadores utilizam o arrasto de praia, linha de mão, a rede de espera (rede caída), rede mijuada e a rede de arrasto (balão) para pescar, principalmente o camarão e o peroá. O uso do puçá é proibido na região. Os pescadores usam barcos de 5 a 16 metros de comprimento e não possuem instrumentos próprios.

As principais artes de pesca empregadas pelos pescadores artesanais de São João da Barra, são:

- **A rede de espera** é utilizada para a captura principalmente de pescadinha, em profundidades menores que 50 metros.
- **A rede de arrasto**, utilizada para a captura do camarão sete-barbas, do camarão barba-ruça, cação e corvina. Normalmente é empregada em profundidades de 40 a 100 metros.
- **A linha de mão e espinhel** são utilizados em profundidades maiores, variando de 40 a 200 metros, para a captura de espécies como anchova, palombeta, cavala, peroá, atum, olho-de-cão, dourado, olhete, pargo, cherne, cação e bonito-serra.
- **A rede mijuada ou rede de laço** é utilizada em profundidade de cerca de 50 metros, para a captura de cação, corvina, goete e bonito-serra.

A área de atuação dos pescadores de São João da Barra para a pesca do camarão abrange o trecho entre Atafona até Açú, enquanto a pesca das demais espécies de pescado é realizada em pontos mais distantes da costa. Muitas vezes, os pescadores percorrem mais de 250 km para a realização da pesca. Alguns inclusive alcançam a área das plataformas, outros chegam até Macaé ou ao litoral do Espírito Santo em busca de boas condições de pesca.



➤ Informações levantadas na Colônia de Pescadores Z-02

A Colônia de Pescadores Z-02 de Atafona (**Foto 18**) criada em 1935, representa os pescadores do Município de São João da Barra.



Foto 18: SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-02 DE ATAFONA,
SÃO JOÃO DA BARRA (RJ).
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003).

Segundo as estimativas do presidente da Colônia Z-02, existem na região de São João da Barra, aproximadamente 5.000 pescadores artesanais atuando na pesca local, dos quais, cerca de 3.000 pescadores encontram-se associados à entidade. Existem também, aproximadamente 1.000 barcos atuando nas atividades de pesca do município, dos quais apenas 250 registrados (**Foto 19**). Do total de barcos atuando na região, cerca de 500 são barcos com casario com cerca de 8 a 15 m, 300 canoas com motor e cerca de 5 m, além de traineiras com 14 a 16 m de comprimento.

A conservação do pescado a bordo das embarcações de pequeno porte é feita em caixas de isopor com gelo, enquanto que nas embarcações maiores o pescado é mantido resfriado em gelo no interior dos porões dessas embarcações.



FOTO 19: EMBARCAÇÕES DE PESCA UTILIZADAS EM ATAFONA, SÃO JOÃO DA BARRA (RJ)

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

As principais espécies capturadas pelos pescadores do município são: o camarão sete barbas e o camarão VG, capturados com redes de arrasto (balão), o peroá e o vermelho, capturados com rede de espera, tarrafa, espinhel e rede caída (**Foto 20**) além da corvina, sarda, cação, bonito-serra, bagres, arraia, anchova, dourado, xerelete, peixe-galo, xaréu, peroá-leste, baiacu, pescadinha, tainha, atum, cherne, garoupa e lagosta. Os meses de novembro a fevereiro, correspondentes aos meses de verão, são os de maior produção pesqueira.

FOTO 20: ARTE DE PESCA UTILIZADA EM ATAFONA, SÃO JOÃO DA BARRA (RJ).
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).





Os principais locais de desembarque do pescado capturado são: Atafona, São Francisco de Itabapoana e Macaé. Em Atafona, os principais pontos de desembarque das capturas pesqueiras são a CEAB, o porto da Igreja da Penha e o Pontal. A infra-estrutura de desembarque é toda pertencente a particulares. Existem em Atafona, oito frigoríficos e três fábricas de gelo (**Fotos 21 e 22**)



Foto 21: FRIGORÍFICO EM ATAFONA, SÃO JOÃO DA BARRA (RJ)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

Foto 22: FÁBRICA DE GELO EM ATAFONA, SÃO JOÃO DA BARRA (RJ)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).





O presidente da Colônia Z-02 estima a produção de pescados do Município de São João da Barra, em aproximadamente 6.000 toneladas anuais. O pescado é comercializado principalmente no Mercado de Peixes de Atafona (**Foto 23**).



Foto 23: MERCADO DE PEIXES DE ATAFONA, SÃO JOÃO DA BARRA (RJ)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGY, 2005).

A colônia já desenvolveu parcerias com a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e com a prefeitura em projetos como o de piscicultura em tanques-rede e de beneficiamento de pescado, no entanto, a iniciativa não teve resultados positivos.

O **Quadro II.5.3.16-30** apresenta o número de pescadores, de embarcações e a produção estimada, levantadas no Município de São João da Barra, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-30: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E PRODUÇÃO DE PESCADOS DE SÃO JOÃO DA BARRA (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	REGISTRADAS	ESTIMADAS	
Colônia de Pescadores Z-02 de São João da Barra - RJ	3.000	5.000	250	1.000	6.000

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO ECOLOGY (2005).



O **Quadro II.5.3.16-31** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no município de São João da Barra, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

**QUADRO II.5.3.16-31: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE
SÃO JOÃO DA BARRA(RJ)**

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Rede de laço	Cação	50
	Corvina	50
	Goete	50
	Bonito serra	50
Linha de mão	Anchova	60 a 500
	Palombeta	60 a 200
	Cavala	90 a 200
	Peroá	40 a 100
	Atum	100 a 200
	Olho de cão	100 a 200
	Dourado	60 a 160
	Olhete	60 a 160
	Pargo	60 a 200
	Cherne	60 a 160
Espinhel	Dourado	60 a 200
	Palombeta	60 a 500
	Cação	100 a 200
Rede de arrasto	Camarão-sete-barbas	40 a 100
	Camarão barba-ruça	40 a 100
	Cação	40 a 100
	Corvina	40 a 100
Rede de emalhe	Pescadinha	< 50
Currico	Palombeta	100 a 500

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

► São Francisco do Itabapoana (RJ)

O Município de São Francisco de Itabapoana possui cerca de 50 km de extensão de praias mais as ilhas de Lima, do Peçanha e da Convivência, abrangendo cerca de 200 km² de áreas de manguezais.

A pesca no município apresenta significativa importância e gerava em 2003, emprego e renda para cerca de 60% dos moradores locais, de acordo com informações do balcão regional do Sebrae. Barra do Itabapoana – Distrito de São Francisco de Itabapoana, apresenta pouca diversidade em termos de petrechos de pesca, destacando-se o uso de redes de espera (rede caída), linha de mão, espinhel e rede de arrasto de camarão. Os catadores de caranguejos também possuem atuação significativa na região.



- **A rede de espera (rede caída)** é utilizada para a captura de namorado e cação, em profundidades de 12 a 30 m
- **A rede de arrasto (balão)** é utilizada para a captura do camarão sete-barbas, do peroá e da pescadinha, além de raia e tainha. Essas redes são empregadas em profundidades de 4 a 20 m.
- **O espinhel** é utilizado em profundidades de 12 a 170 m, e junto às plataformas de petróleo, para a captura de dourado, cherne, badejo, olho-de-boi, olho-de-cão, cação e peroá.
- **A linha de mão** é utilizada para a captura de anchova, cherne, namorado, pargo, olho-de-cão, badejo e peroá, em profundidades de 15 a 180 m, e junto às plataformas de petróleo.

A maioria dos pescadores utiliza instrumentos próprios (redes) além de barcos que variam de 2 a 13 metros de comprimento. Vale ressaltar que a pesca na região é realizada, caracteristicamente, próximo às plataformas de petróleo e como a fiscalização na área não é constante, muitos pescadores acabam por não respeitar as zonas de exclusão estabelecidas por Lei. Os pescadores de Barra de Itabapoana normalmente percorrem de 100 a 250 quilômetros da costa, cada embarcação sendo ocupada por cinco homens que permanecem de oito a dez dias no mar.

Os pescadores do Município de São Francisco de Itabapoana estão representados pela Colônia de Pescadores Z-01, que inicialmente, localizava-se em Guaxindiba. Há cerca de dois anos, os pescadores fundaram, em Gargaú, a Colônia de Pescadores Z-01 (**Foto 24**), que reúne aproximadamente 400 pescadores registrados, embora sejam estimados um total de 1.500 profissionais atuando na atividade pesqueira da região. A área de abrangência da Colônia Z-01 engloba todo o município de São Francisco de Itabapoana, indo desde o rio Paraíba do Sul até o rio de Itabapoana.



Foto 24: SEDE DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-01 DE GARGAÚ, EM SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA (RJ)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2003)



As principais artes de pesca utilizadas pelos pescadores de Gargaú são a rede de arrasto de camarão (balão), espinhel, puçá e anzol. Geralmente pescam em traineiras por toda a costa. Ao todo existem cerca de 300 barcos atuando na pesca da região, embora apenas 25 estejam registrados na Colônia Z-01. Cerca de 65% da frota pesqueira da região possui entre 8 e 12 m de comprimento, e está voltada para a captura de camarões. A conservação do pescado à bordo das embarcações de maior porte é feita com gelo, no interior das urnas dessas embarcações. No caso dos barcos menores, o pescado capturado é mantido em caixas de isopor, resfriado em gelo.

As principais espécies capturadas pelos pescadores do município de São Francisco do Itabapoana são: peroá, camarão, além do bagre branco, tainha, robalo e carapeba.

Os dois principais pontos de desembarque do pescado capturado são: Gargaú (1º distrito de São Francisco de Itabapoana) e Barra de Itapaboana, sendo que em Gargaú ocorre principalmente o desembarque do pescado capturado no rio Paraíba do Sul. Parte das capturas é desembarcada, também, em Atafona, no município vizinho de São João da Barra.

O presidente da Colônia Z-01 estima a produção de camarão da região em cerca de 20 toneladas anuais, enquanto que a produção de peroá, outro importante recurso pesqueiro local, em aproximadamente 30 toneladas anuais, o que totaliza cerca de 50 toneladas anuais, considerando somente esses dois recursos pesqueiros.

O **Quadro II.5.3.16-32** apresenta o número de pescadores, embarcações e produção anual estimada, levantadas no Município de São Francisco do Itabapoana, durante as pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e em 2005 e o **Quadro II.5.3.16-33** apresenta um resumo das informações sobre a pesca.

QUADRO II.5.3.16-32: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO PESQUEIRA DE SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA (RJ)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	REGISTRADAS	ESTIMADAS	
Colônia de Pescadores Z-01 de São Francisco do Itabapoana- RJ	400	1.500	25	300	50 (somente camarão e peroá)

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO ECOLOGY (2004).



**QUADRO II.5.3.16-33: RESUMO SOBRE AS ATIVIDADES PESQUEIRAS DE
SÃO FRANCISCO DO ITABAPOANA (RJ)**

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Balão	Camarão Sete barbas	4 a 19
	Peroá	19 a 20
	Pescadinha	10 a 19
Linha de mão	Enchova	15 a 45
	Cherne	120 a 180
	Namorado	120 a 180
	Pargo	120 a 180
	Olho de Cão	120 a 180
	Badejo	120 a 180
	Peroá	17 a 18
	Dourado	60 a 120
Espinhel	Cherne	160
	Badejo	130
	Olho de Boi	170
	Olho de Cão	170
	Cação	160
	Peroá	12 a 18
	Camarão sete-barbas	7 a 8
Rede de arrasto	Pescadinha	5 a 7
	Raia	7
	Peroá	20
	Tainha	4 a 5
	Namorado	12 a 18
Rede caída	Cação	20 a 30

FONTE: ECOLOGUS, 2005

A Pesca Artesanal nos Municípios Capixabas da Área de Influência

A região do Estado Espírito Santo é influenciada pela Corrente do Brasil caracterizada por apresentar elevados valores de temperatura e salinidade. Quando a Corrente do Brasil se encontra com o banco de abrolhos e a cadeia de Vitória-Trindade ocasiona a formação de vórtices que propiciam a presença localizada de águas frias e menos salinas, garantindo uma pesca de qualidade, com destaque para as lagostas, camarões e peixes "nobres" ou demersais principalmente o cherne, badejo, garoupa, namorado, mero e cavala.

A costa capixaba é formada por 14 municípios, onde estão localizadas 60 comunidades pesqueiras e cerca de 20 locais para o desembarque de pescado.

As estatísticas de 1993 indicavam um total de 11,92 mil toneladas desembarcadas no Estado, originárias da pesca artesanal e industrial, que assinalou a presença de 898 embarcações e 4.618 pescadores.



Os municípios mais importantes para a atividade são: Conceição da Barra, Guarapari, Anchieta, Vitória, Vila Velha, Itapemirim e Piúma e, entre as espécies de maior captura destacam-se a pescadinha, o dourado, a cioba, o pargo e o camarão sete barbas.

No estado do Espírito Santo a pesca artesanal predomina sobre a pesca industrial, apresentando-se estável, sem tendências evidentes de aumento ou declínio de produção no conjunto da pesca. Segundo dados do Levantamento dos Recursos Pesqueiros do Programa REVIZEE, para o período de 1980 a 1994, as principais espécies capturadas por sistema de produção, foram as seguintes:

- Pesca Artesanal: Peroá (Cangulo) e Baiacu.
- Pesca Industrial: Camarão Sete Barbas, Cioba, Garoupa e Badejo.
- Conjunto das Pescas: Peroá (Cangulo) e Camarão Sete Barbas.

Com relação a pesca industrial as espécies mais importantes são capturados pela frota de linheiros com base no Porto de Vitória, operando na área de Abrolhos e Mar Novo (ao largo a ao norte do Espírito Santo).

A atividade de pesca no estado é predominantemente de linha de mão, em consequência dos obstáculos da tipologia do fundo da plataforma, que apresenta grandes extensões de recifes e que dificultam a pesca de arrasto. A pesca de linha de mão limita bastante a produção da atividade na região, sendo dirigida principalmente para a captura de espécies como: pargo, peroá, anchova, cherne, garoupas, badejos, namorado, cações, bonitos e o dourado.

Os pescadores que atuam em localidades situadas ao norte, região de Abrolhos, encontram a plataforma continental mais larga cerca de 200 km. Os pescadores que atuam mais ao sul, na região de Vitória, encontram uma plataforma mais estreita, com grandes variações e a presença de bancos isolados, não incorporados à plataforma continental. Nessa região a plataforma interna, acima dos 20 metros é predominantemente lisa e as superfícies das plataformas média e externa apresentam canais estreitos muito íngremes e bancos pequenos. A pesca artesanal no litoral sul do Estado do Espírito Santo, também envolve um expressivo número de pescadores, e de acordo com as informações levantadas, não apresenta o mesmo declínio na produção pesqueira como verificado para o Estado do Rio de Janeiro.

A seguir, da mesma forma como feito para os municípios fluminenses da Área de Influência, são abordadas as principais características das atividades pesqueiras dos municípios capixabas da Área de Influência.



► Presidente Kennedy (ES)

Situado no extremo sul do Estado do Espírito Santo, próximo à divisa com o Estado do Rio de Janeiro, o Município de Presidente Kennedy possui 16 km de costa, formada por três praias de mar aberto e batido com extensas áreas cercadas por densa restinga: Praia da Barra de Itabapoana, Praia das Neves e Praia de Marobá, ainda consideradas virgens devido à dificuldade de acesso.

A região de maior concentração de pescadores deste município é conhecida como Marobá, que reúne cerca de 80 pescadores artesanais. No entanto, em função das características da costa na região, a maioria dos pescadores mantém suas embarcações ancoradas em Barra de Itabapoana, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Devido à falta de um atracadouro na região de Marobá, os pescadores se deslocam até Praia das Neves e atravessam para o porto de Barra de Itabapoana, cerca de 12 km de distância. As condições de mar batido não permitem que as embarcações permaneçam ancoradas na praia ou mesmo que sejam rebocadas para a areia. Com isso, grande parte dos pescadores vem deixando a atividade e buscando alternativas em outros setores, como o da construção civil, por exemplo.

A pesca mais comum na região é realizada com linha de mão (**Foto 25**) em barcos com até 9 metros de comprimento, e ocupados por cerca de cinco pescadores, que viajam de dois a cinco dias a até 50 km de distância da costa indo tanto para o sul, até o Município de Cabo Frio (RJ), como para o norte, chegando ao sul do Estado da Bahia.



Foto 25: EMBARCAÇÃO DE PESCA DE LINHA DE MÃO NA PRAIA DE MAROBÁ, EM PRESIDENTE KENNEDY (ES)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO.



Em Barra de Itabapoana (RJ), encontram-se cerca de 30 barcos de pesca provenientes de Presidente Kennedy. Muitos pescadores deste município capixaba trabalham em barcos maiores (atuneiros, pesca do dourado, etc) de Barra de Itabapoana, que permanecem de 10 a 15 dias no mar, alcançando as áreas das plataformas de petróleo.

A principal espécie capturada é o peroá, cujo estoque está declinando devido ao intenso esforço de pesca. Além desta espécie, o pargo, a enchada, o robalo, o xerelete, a palombeta, entre outros, também são capturados com **linha de mão e espinhel**. (Foto 26)



Foto 26: PESCAO CAPTURADO COM LINHA DE MÃO E REDE DE ESPERA EM MAROBÁ, PRESIDENTE KENNEDY (ES).
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

A pesca de arrasto para a captura do camarão e o cerco de traineira também são praticados na região, porém com embarcações de outras regiões.

A pesca com rede de espera, que ocupa de dois a três pescadores, e o arrasto de praia, que utiliza cerca de 11 pescadores, são praticadas na costa, no entorno das áreas estuarinas, utilizando pequenas embarcações por remo e à vela. Em média são capturados diariamente cerca de 70 kg de peixes, como a corvina, sardinha, pescadinha, xerelete e bagres.

A organização social dos pescadores do Município de Presidente Kennedy está sendo incentivada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, uma vez que o município não conta com nenhuma colônia ou associação de pescadores, embora alguns estejam associados à Colônia de Pescadores Z-08 de Marataízes. A Secretaria vem providenciando a documentação dos pescadores (como carteira da capitania, IBAMA, SEAP e INSS), de forma que os



pescadores locais possam receber aposentadoria, seguro defeso, entre outros benefícios.

O **Quadro II.5.3.16-34** apresenta o número de pescadores e de embarcações, levantadas no Município de Presidente Kennedy, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-34: NÚMERO DE PESCADORES E EMBARCAÇÕES ESTIMADAS DA PRODUÇÃO PESQUEIRA DE PRESIDENTE KENNEDY (ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES REGISTRADOS	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pescadores locais	80	50

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGY, 2005).

► Marataízes (ES)

A costa do Município de Marataízes é formada por 10 praias, algumas com mar batido, outras mais abrigadas e cercadas por restingas e lagoas costeiras, totalizando 25 km de costa. A pesca artesanal está presente em todas essas praias, onde existem desde comunidades pesqueiras bem simples até as mais avançadas, que envolvem embarcações maiores, destinadas à pesca com linha de mão e espinhel, que é normalmente realizada em regiões mais afastadas da costa (até 50 km de distância), na direção das plataformas de petróleo.

A prefeitura de Marataízes define a pesca como a principal atividade econômica do município, sendo desenvolvida tanto em pontos junto à cidade como em pequenos núcleos de pescadores, principalmente na Praia dos Cações. Nas praias de Boa Vista, dos Cações e do Siri existem comunidades representativas de pescadores artesanais, com cerca de 60 pescadores em cada praia.

No porto central da cidade, existem perto de 40 barcos do município que comportam cerca de 200 pescadores. As características da costa do município, associadas à inexistência de um píer, obrigam os barcos da região a serem puxados com tratores para a terra, serviço este que é realizado por particulares. De acordo com pescadores locais, o trator é utilizado apenas na retirada dos barcos, que ficam sobre cavaletes com rodas (**Fotos 27 e 28**)



FOTO 27: EMBARCAÇÃO DE PESCA
SENDO REBOCADA POR TRATOR
EM MARATAÍZES (ES)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

FOTO 28: EMBARCAÇÕES SOBRE
CAVALETES COM RODAS, NO PORTO DE
MARATAÍZES (ES)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).



A comunidade do Pontal, maior concentração de barcos e pescadores da região de Marataízes, totalizando cerca de 600 pescadores e 150 barcos, está localizada na foz do rio Itapemirim, no norte do município. Entre a praia de Marataízes e a praia do Pontal em Barra de Itapemirim, existem mais cinco praias que abrigam cerca de outros 200 pescadores.



A principal pesca praticada na região de Marataízes é a de linha de mão, seguida do uso de espinhel e do mergulho autônomo, com a utilização de embarcações com até 9 metros de comprimento (**Foto 29**) que vão até 50 km da costa na direção das plataformas de petróleo, e percorrendo distâncias entre o Estado da Bahia e o Rio de Janeiro. Nestes barcos trabalham geralmente cinco pescadores (o mestre mais a tripulação), que ficam de quatro a dez dias no mar.



Foto 29: EMBARCAÇÃO DE PESCA DE MARATAÍZES (ES)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

A pesca com linha de mão é realizada em profundidades de 20 a 100 metros, para a captura de pargo, peroá, baiacu, badejo, garoupa, corvina e cação.

A pesca com espinhel (de fundo e de superfície), é realizada para a captura de badejo, garoupa e cação, em profundidade variando de 30 a 100 metros.

A pesca de arrasto de camarão é muito praticada nesta área pelos pescadores locais nas áreas costeiras com profundidade de até 20 metros.

A pesca de cerco de traineira também é praticada na região, porém com embarcações de outras regiões, sendo capturadas espécies como corvina, sardinha, pescadinha, exerelete. Essa pescaria é praticada a até 50 km da costa.



A pesca com rede de espera é praticada com pequenas embarcações a remo e a vela, ao longo da costa no entorno da praia. São capturados recursos como a corvina, sardinha, pescadinha, xerelete, bagre, baiacu, viola, lagosta, entre outros.

Assim como ocorre nos municípios vizinhos, a principal espécie capturada pelos pescadores de Marataízes é o peroá, cujo estoque vem declinando, como consequência do intenso esforço de pesca. Na área de atuação dos pescadores artesanais de Marataízes, também são capturados o pargo, o robalo, xerelete, a palombeta, namorado, cherne, garoupa, badejo, batata, lagosta e polvo, entre outras espécies.

Vale mencionar que aproximadamente 70% da produção de lagostas da Região Sudeste é proveniente da região do Pontal, em Marataízes, com a utilização **de redes de espera de fundo (caçoeiras)**.

Alguns pescadores de Marataízes pescam em barcos maiores (atuneiros, pesca do dourado, etc), provenientes da praia de Itaipava, no município vizinho de Itapemirim, também alcançando a área das plataformas de petróleo.

Os pescadores do município de Marataízes estão representados pela Colônia de Pescadores Z-08, Nossa Senhora dos Navegantes, que de acordo com seu presidente, abrange pescadores de Barra do Pontal, Marataízes, Praia dos Cações, Presidente Kennedy e praia de Marobá. Segundo informações recentes desta colônia (2005), existem cerca de 2.500 trabalhadores da pesca registrados na entidade.

A frota pesqueira do município é constituída por 50 barcos dedicados a pesca da lagosta, 17 vinculados à captura de peixes ornamentais, 03 voltados para o arrasto de camarão e 256 embarcações que trabalham com a pesca de linha de mão e rede de espera. Existe ainda, cerca de 20 embarcações (camaroeiros) não registradas na colônia, o que totaliza aproximadamente 360 embarcações vinculadas à atividade pesqueira na região de Marataízes.

Segundo o presidente da Colônia Z-08, em termos de produção, do município o principal pescado capturado é o peroá, seguido pelo pargo e pela lagosta. Já em termos de rendimento, a lagosta é o pescado com maior rendimento, seguida pelo pargo e por último o peroá. **(Foto 30)**



Foto 30: COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADOS (CAMARÃO SETE-BARBAS, CORVINA E NAMORADO) NO PORTO DE MARATAÍZES (ES)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

A produção média estimada dos principais pescados capturados no município é apresentada no **Quadro II.5.3.16-35**, de acordo com informações levantadas na Colônia Z-08.

QUADRO II.5.3.16-35: PRODUÇÃO ANUAL (TONELADAS) ESTIMADA DOS PRINCIPAIS PESCADOS CAPTURADOS EM MARATAÍZES (ES)

PRINCIPAIS PESCADOS	TOTAL ANUAL (TONELADAS)
Peroá	134,4
Pargo	6,4
Lagosta	3,2
Total	144,0

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

Os principais pontos de desembarque do pescado capturado são: a Praia de Marataízes (**Foto 31**) a Barra do Pontal e a Barra do Itapemirim. O ponto localizado na Praia de Marataízes destina-se ao desembarque do pescado capturado na região costeira, onde as embarcações não ultrapassam períodos de um dia de pesca. Além destes pontos de desembarque, em Marataízes existem pequenos pontos localizados em núcleos de pescadores ao longo de sua costa.



Foto 31: PEIXARIAS NO PORTO DE MARATAÍZES (ES)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

De acordo com as informações obtidas na praia dos Cações, a produção local é comercializada para atravessadores da sede do município. Normalmente nestas localidades, devido a ausência de qualquer tipo de estrutura portuária, o desembarque é efetuado transpondo o pescado capturado para pequenas embarcações (normalmente pequenas canoas a remo), que realizam o transporte entre as embarcações e a praia.

O desembarque também é efetuado em Guarapari e Nova Almeida, embora, preferencialmente, as embarcações retornem ao ponto de origem.

O **Quadro II.5.3.16-36** apresenta o número de pescadores, de embarcações e estimativa de produção, levantadas no Município de Maratáizes, durante as pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e em 2005.

QUADRO II.5.3.16-36: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO PESQUEIRA DE MARATAÍZES (ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES		PRODUÇÃO ESTIMADA (T/ANO)
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	REGISTRADAS	ESTIMADAS	
Colônia de Pescadores Z-08 de Maratáizes - ES	2.500	--	--	350	144 (lagosta, peroá e pargo)

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO ECOLOGY (2005).



O **Quadro II.5.3.16-37** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Marataízes, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-37: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE MARATAÍZES (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Linha de mão	pargo	20 a 100
	peroá	20 a 100
	baiacu	20 a 100
	badejo	30 a 100
	garoupa	30 a 100
	corvina	20 a 100
	cação	20 a 100
Rede de emalhe	lagosta	30 a 100
	corvina	20 a 100
	cação	20 a 100
	lírio	30 a 100
	baiacu	30 a 100
	viola	30 a 100
Rede de espera	cação	20
Espinhel de fundo	badejo	30 a 100
	garoupa	30 a 100
	cação	30 a 100
Espinhel de superfície	cação	30 a 100

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

Na região da Praia dos Cações, em Marataízes, existe projeto de cultivo de mexilhões implantado com apoio do Sebrae/ES, que forneceu todo o material aos pescadores locais. Este projeto envolve cinco produtores, cada um com um *longline* de 50 metros. Não existem ainda, no entanto, resultados de produção desses cultivos, uma vez que se encontram em fase inicial, contudo, a expectativa é de produzir cerca de uma tonelada de mexilhões por *longline*.

► Itapemirim (ES)

Itapemirim possui 65 km de costa litorânea, dividida em duas extensas praias: Itaoca e Itaipava. Em Itaoca as comunidades pesqueiras são tipicamente artesanais e exercem a atividade de pesca, predominantemente na região costeira. Por outro lado, Itaipava concentra um dos maiores pólos pesqueiros do País, constituindo-se o maior produtor de atum e dourado do Brasil. Existem nesta localidade duas fábricas de gelo e duas grandes indústrias de beneficiamento do pescado (Italfish e Atum do Brasil). Adicionalmente, as áreas de parcel e as Ilhas também fazem da região uma grande produtora de lagostas.



Ao longo da extensão da praia de Itaoca encontram-se cerca de 30 pescadores que trabalham com 10 barcos, tipo mini baleeiras (com quatro metros de comprimento, cada) utilizados para a pesca artesanal de arrasto de praia (**Foto 32**).



Foto 32: EMBARCAÇÃO DE PESCA ARTESANAL NA PRAIA DE ITAÓCA, EM ITAPEMIRIM (ES)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

Em Itaipava existem cerca de 2.500 pescadores (1.980 embarcados e 520 sem documentos) e 350 barcos medindo entre 13 e 15 metros (**Foto 33**). Aproximadamente 40% deste contingente de pescadores são mestres e donos de embarcações, e os demais fazem parte da tripulação flutuante. Alguns estão ligados, de alguma forma, à empresa Atum do Brasil.



Foto 33: EMBARCAÇÃO DE PESCA INDUSTRIAL DO ATUM E DOURADO, EM ITAIPAVA, ITAPEMIRIM (ES)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

A pesca mais representativa na região é a de linha de mão e espinhel de fundo em grandes profundidades (chegando até 1000 metros), distante mais de 100 km da costa, de norte a sul do Brasil (a rota mais comum é a de Santos a Trindade). Esta pesca é voltada principalmente para a captura do atum



(albacora) e do dourado. Outros peixes como espadarte (meca), cherne, batata, namorado, garoupa, badejo, pargo, cavala e peroá, também são capturados na área de atuação dessas embarcações. Nestes barcos geralmente trabalham de 7 a 10 pescadores, que permanecem entre 10 e 15 dias no mar. A remuneração dos pescadores é feita por quinhão (ou seja, após abater as despesas, 40 % corresponde à parte do barco e 60 % é dividido entre os pescadores).

Outras modalidades de pesca praticadas da região são a pesca de linha de mão, espinhel e mergulho, utilizando embarcações com até 9,0 metros de comprimento **(Foto 34)** indo até 50 km da costa e percorrendo distâncias entre os Estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Nestes barcos trabalham geralmente cinco pescadores (mestre e tripulação), que permanecem por períodos de 4 a 10 dias no mar.



Foto 34: EMBARCAÇÃO DE PESCA ARTESANAL, EM ITAIPAVA, ITAPEMIRIM (ES)

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

O arrasto para a captura do camarão, também é praticado nesta área até 50 km da costa. Nesta região encontram-se cerca de 20 barcos. A pesca de caçoeira também é praticada para a captura da lagosta. A pesca com rede de espera e o arrasto de praia, são praticadas em Itaoca e Itaipava no entorno das praias, com pequenas embarcações a remo e à vela, **(Foto 35)**.



Foto 35: EMBARCAÇÃO DE PESCA ARTESANAL COSTEIRA DE ITAPEMIRIM (ES)

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

Com esta modalidade de pesca, são capturados peixes como a corvina, sardinha, pescadinha, xerelete, bagre, entre outros **(Foto 36)**.



Foto 36: PESCADO (SARDA, CAVALINHA, ANCHOVA, SARDINHA LAGE, XERELETE, SARDINHA MAROMBA) CAPTURADO EM ITAPEMIRIM (ES)

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

O pescado capturado é comercializado pelas empresas ou pelos donos de peixarias que possuem fábrica de gelo, câmara frigorífica e local de estocagem. O pescador fica preso aos atravessadores ou ligado às empresas de pesca. **(Foto 37)**



FOTO 37: CÂMARA FRIGORÍFICA E FÁBRICA DE GELO NO MERCADO DE PEIXE EM ITAIPAVA, ITAPEMIRIM (ES)
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

Os pescadores de Itapemirim estão representados por duas entidades: a Colônia de Pescadores Z-10, Dom Pedro I e a Associação dos Pescadores do Distrito de Itaipava – Apedi.

A Colônia Z-10, fundada em 1999, estima em cerca de 2.500 pescadores o total atuando nas atividades de pesca do município, embora o registro da Colônia Z-10 aponte a existência de apenas cerca de 400 pescadores efetivamente registrados na entidade. Existem também aproximadamente 100 embarcações de pesca, operado somente no distrito de Itaipava.

Já a Associação dos Pescadores do Distrito de Itaipava – Apedi informou que existem no Distrito de Itaipava 780 pescadores registrados na associação, embora sejam estimados aproximadamente 1.100 pescadores atuando no município. No que se refere à frota pesqueira, o presidente da Apedi estima a existência de cerca de 180 embarcações, das quais 120 registradas.

A associação reúne principalmente armadores e mestres de pesca e possui sede própria com boas instalações, habilitada para prestar assistência médica, odontológica, jurídica e orientação no que se refere aos direitos sociais dos associados.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Itapemirim, possui algumas propostas voltadas para a comunidade pesqueira do município, e que envolvem o beneficiamento de pescado, artesanato, corte costura (para as mulheres da pesca) e um programa alimentar para o pescador.



O **Quadro II.5.3.16-38** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Itapemirim, durante as pesquisas de campo realizadas em 2002, 2003 e em 2005.

QUADRO II.5.3.16-38: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO PESQUEIRA DE ITAPEMIRIM (ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES	
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	REGISTRADAS	ESTIMADAS
Colônia de Pescadores Z-10 de Itapemirim - ES	400	2.500	–	100
Associação dos Pescadores do Distrito de Itaipava – Apedi	780	1.100	120	180

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO.

O **Quadro II.5.3.16-39** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Itapemirim, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-39: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE ITAPEMIRIM (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE
Espinhel	meca	400 a 2.000
	cação	400 a 2.000
	dourado	100 a 2.000
	atum	100 a 2.000
	namorado	100 a 500
	cherne	100 a 500
	badejo	100 a 500
Linha de mão	pargo	50
	peroá	30
	corvina	14 a 30
	atum	100 a 1.000
	dourado	100 a 1.000
Rede de emalhe	lagosta	14 a 60
	cação	14 a 30
	corvina	14 a 30
Rede balão	camarão sete-barbas	5 a 12
	camarão rosa	5 a 10
Rede de espera (Praia)	robalo	3

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

► Piúma

A pesca é reconhecida pela Prefeitura de Piúma como a segunda atividade econômica mais importante para o município, ficando atrás somente do turismo. A relevância de Piúma para a região está vinculada a duas atividades intimamente relacionadas com a pesca: a existência de estaleiros e da escola de pesca. O município conta com cerca de seis estaleiros que atendem a toda a região, tanto para a construção como para conserto de barcos. Estes estaleiros atendem inclusive às regiões mais afastadas como o Rio de Janeiro.

A Escola de Pesca de Piúma foi criada a partir das necessidades evidenciadas



por um diagnóstico do setor pesqueiro elaborado pela EMATER e SEAG, em 1986. Dentre as demais localidades da região, a colônia de pesca existente em Piúma era uma das únicas que apresentava aumento no número de famílias envolvidas com a atividade, sendo esse fator determinante para a escolha do município. A escola atende a alunos de Piúma, Guarapari, Anchieta e Itapemirim. Além das disciplinas oficiais, a escola inclui disciplinas voltadas para o setor pesqueiro e educação ambiental.

Cerca de 90% dos gastos gerais anuais da escola é custeado pela Secretaria de Educação do Governo do Estado. Os 10% restantes são provenientes da venda de gelo, pescado e artesanato (confeccionado pelos próprios alunos). O objetivo da escola de pesca é a formação de profissionais da área do setor pesqueiro, oferecendo estágios para os alunos.

De acordo com dados da Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Desenvolvimento Econômico do Município de Piúma, do mesmo modo que em Itapemirim, os pescadores deste município têm preferência no retorno, ao ponto de origem. A pesca no município é realizada tanto junto à costa, como em alto-mar, podendo efetuar o desembarque em Anchieta ou na região Sul da Bahia. Neste último caso, normalmente o pescado desembarcado é transportado por rodovias para a sede municipal. No município de Piúma as atividades pesqueiras se estendem desde a sede deste município até o município vizinho de Itapemirim. No entanto, alguns pescadores realizam a pesca na região de Abrolhos e na Bacia de Campos.

As embarcações de maior porte (com mais de 14 metros), se destacam pela utilização tanto do espinhel boiado (espinhel de superfície), quanto do espinhel de fundo e o sistema de longlines. O espinhel de fundo é utilizado principalmente para a captura de badejo, garoupa e cação. O espinhel boiado é utilizado para a pesca do atum, cação e dourado.

Já as embarcações menores utilizam, principalmente, de rede de espera e, em alguns casos, de linha de mão. A rede de espera é empregada para a pesca de cação, sarda e chicharro, enquanto a linha de mão é voltada para a captura do peroá, namorado, olho-de-boi, pargo, vermelho, garoupa, badejo, cação, cioba, dourado e batata.

O camarão é capturado com a rede de arrasto, em profundidade entre 10 e 15 metros, enquanto as demais espécies (peroá, cação, cherne, chicharro, sarda, bonito, anchova, corvina e pescada), são capturadas entre 50 e 150 metros.

Para chegar aos pesqueiros mais importantes, as embarcações menores costumam navegar durante 4 ou 5 horas, desde o Monte Aghá, em direção leste, até uma profundidade de 30 a 35 metros. As embarcações maiores se encaminham para as áreas próximas de Abrolhos e da Bacia de Campos.

A deficiência com relação à infra-estrutura para a comercialização do pescado



determina que a maior parte seja comercializada para atravessadores locais, que, segundo a Colônia de Pescadores Z-09, revendem aos frigoríficos.

Com relação a Prefeitura de Piúma, a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca estima que um número da ordem de 2.000 pessoas estejam envolvidas com a atividade pesqueira no município. Neste total, ainda de acordo com o órgão da prefeitura, também está incluído um grupo de mulheres envolvidas na limpeza do pescado.

No que se refere à frota pesqueira do município, a secretaria estima um número de aproximadamente 150 barcos, com no máximo 14 metros.

A Colônia Z-09 funciona em sede própria, junto à Associação das Mulheres dos Pescadores. A colônia ficou desativada por mais de quatro anos, sendo reativada em março de 2001. A colônia possui atualmente cerca de 350 associados, todos de Piúma.

Segundo o presidente da colônia, o município possui aproximadamente 750 pescadores atuando diretamente nas atividades de pesca, e de 150 a 160 embarcações, todas elas com convés. Destas, 120 embarcações possuem de 7 a 9 metros. As demais possuem tamanho superior, acima de 9 metros, sendo, em torno de 20 as que possuem mais de 14 metros. Estas últimas são aptas para pesca em alto mar.

Existem oito fábricas de gelo funcionando em Piúma, sendo que em uma delas existe também uma bomba de combustível para o abastecimento das embarcações locais. Além da Colônia Z-09, existe também no município de Piúma, a Associação das Mulheres dos Pescadores de Piúma, entidade que possui cerca de 250 afiliadas, das quais 100 são marisqueiras.

O **Quadro II.5.3.16-40** apresenta o número de pescadores e embarcações, levantadas no Município de Piúma, durante a pesquisa de campo realizada em 2005.

QUADRO II.5.3.16-40: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO PESQUEIRA DE PIÚMA (ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	ESTIMADAS
Colônia de Pescadores Z-09 de Piúma - ES	350	750	150 a 160
Associação das Mulheres dos Pescadores de Piúma	250	—	—

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO ECOLOGUS (2005).

O **Quadro II.5.3.16-41** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Piúma, durante as pesquisas de campo realizadas



em 2005.

QUADRO II.5.3.16-41: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE PIÚMA (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (M)
Linha de mão	Peroá	12 -100
	Cação	até 100
Rede de Espera	Bonito	até 100
	Cação	até 100
	Sarda	até 100
Rede Boeira	Bonito	11
Espinhel	Badejo	20-100
	Garoupa	20-100
	Dourado	até 500
Puçá	Peroá	12
Balão	Camarão sete-barbas	6
	Camarão Branco	10

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

Em Piúma, existe também um projeto de maricultura que está sendo implementado na escola de pesca.

► Anchieta

As atividades pesqueiras no Município de Anchieta têm significativa importância, incluindo uma indústria para exportação de pescado. O município conta ainda com uma pequena frota no distrito de Ubu, com cerca de 12 embarcações. Do mesmo modo que em Piúma, o pescado é preferencialmente desembarcado no próprio município.

Parte das atividades pesqueiras de Anchieta é realizada na região de Abrolhos, no sul do Estado da Bahia. As principais espécies desembarcadas são: camarão, pargo, namorado, cherne, pescada, corvina, baiacu, bagre, peroá e batata, capturadas nas áreas em frente ao município, sendo o camarão capturado entre 4 e 8 metros de profundidade. Outras espécies costumam ser capturadas ao norte da Ponta dos Castelhanos ou Abrolhos. Os petrechos de pesca utilizados são, principalmente, a rede de arrasto e a rede de espera, sendo que também são utilizadas a linha de mão e o espinhel de fundo.

A rede de arrasto, utilizada principalmente para a captura do camarão sete-barbas, é empregada em profundidade variando entre 7 e 30 metros, é pouco utilizada.

A linha de mão é usada para a captura do peroá, cação, guaibira, garoupa, polvo, badejo, pargo, baiacu, atum e cioba, em profundidade variando entre 7 e 80 m.

O espinhel é utilizado em profundidade variando entre 40 e 80 m, para a captura de badejo, garoupa e dourado.



A rede de espera é utilizada para a pesca da tainha e da pescadinha.

Informações obtidas junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Pesca e Desenvolvimento Econômico de Anchieta, indicaram que no município existem 76 embarcações, das quais 60 destinadas à pesca artesanal e as 16 restantes voltadas para a pesca industrial. Segundo a secretaria, existem em Anchieta cerca de 600 pescadores, sendo cerca de 200 envolvidos com a atividade artesanal e cerca de 400 com a pesca industrial.

O Município de Anchieta, segundo a Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Desenvolvimento Econômico, a pesca artesanal tem como principal pescado capturado o peroá, o camarão, o caranguejo-uça e o sururu. Já a atividade pesqueira voltada para a indústria tem como principal pescado a saioba, badejo, cação, atum e meca. A utilização da pesca de balão (arrasto de camarão), a pesca da lagosta em época de defeso e o emprego de redes de arrasto, constituem-se nos principais problemas para a manutenção dos estoques pesqueiros locais.

➤ Informações obtidas com a Colônia de Pescadores Z-04 – Marcílio Dias, de Anchieta

De acordo com o presidente da Colônia de Pescadores Z-04, de Anchieta, existem cerca de 1200 pescadores atuando na pesca no município, dos quais aproximadamente 300 são registrados. Ainda de acordo com a colônia de pescadores, a frota pesqueira do Município de Anchieta é constituída por cerca de 150 embarcações das quais cerca de 110 são cadastradas. Desse total de barcos, cerca de 80 tem como localização preferencial para a captura do pescado a região de Abrolhos (BA), a aproximadamente 40 milhas náuticas da linha de costa. Das embarcações cadastradas, cerca de 70 possuem aproximadamente 7 ms de comprimento e são voltadas para a pesca artesanal, e 40 embarcações possuem tamanho variando entre 10 e 14 m.

A área de atuação dos pescadores de Anchieta compreende o trecho entre Abrolhos (BA) e Cabo de Santa Marta (SC), sendo que as embarcações pequenas utilizam áreas entre Guarapari e Pontal, em Marataízes, a uma distância de 15 milhas da costa a uma profundidade de 60 metros, enquanto as de grande porte pescam a uma distância de 50 a 60 milhas da costa em profundidade variando entre 300 e 4.400 m. As embarcações que pescam dentro das 15 milhas não levam gelo, enquanto as embarcações de maior porte conservam o pescado a bordo, resfriado em gelo nos porões das embarcações.

Normalmente as embarcações maiores fazem até duas viagens por mês. Os pescadores carregam a embarcação em Alcobaça ou Porto Seguro (BA), retornam de ônibus para passar um ou dois finais de semana em suas residências, retornando também de ônibus até aquelas localidades para a 2ª viagem de pescaria. Após a 2ª viagem é que retornam para desembarcar em



Anchieta.

No inverno o camarão predominante é da espécie sete-barbas, enquanto no verão é o VG. A época de defeso é de março a 30 de maio. O volume de pesca mensal das embarcações maiores é de aproximadamente 8 toneladas na safra de dourado nos meses de setembro a dezembro. Das embarcações menores, o volume diário é de 100 a 150 Kg dia por barco.

Cerca de 99% do pescado capturado é comercializado para as empresa: Centro Leste, Zip Lima e Alvarenga para exportação. O restante é comercializado no mercado interno, na Peixaria Municipal.

Atualmente em Anchieta e Piúma, o SEBRAE/ES vem estabelecendo parcerias de modo a viabilizar a implantação de sistemas de aquicultura. Através do Programa Especial intitulado Aquicultura, o SEBRAE/ES.

A colônia de pescadores de Anchieta (Z-04) calcula que aproximadamente 20 pescadores estão envolvidos com atividades de mitilicultura (cultura de mexilhões). De acordo com os pescadores a atividade ajuda a reduzir a pressão sobre a pesca, contribuindo com uma renda extra, adquirida com a comercialização do sururu. O principal período para a venda de sururu é a alta temporada (meses de verão), quando a produção é comercializada para bares e restaurantes locais e de Vitória.

As atividades de maricultura vêm despertando grande interesse na região de Anchieta, e em 1999 foi fundada a Associação de Maricultores de Anchieta.

➤ Associação de Maricultores de Anchieta

A Associação de Maricultores de Anchieta, presta serviços de legalização das áreas de cultivos, de acordo com informações do presidente da entidade. Possui 25 associados (23 homens e 2 mulheres) que utilizam seis embarcações de tamanho médio de 6 metros além de uma embarcação com 7,5 metros.

Os petrechos utilizados para a extração do sururu são: mexilhoneiras (redes tubulares externas feitas de material reciclado e cabos de navio cedido pela SAMARCO) e redes internas adquiridas no Estado de Santa Catarina.

Na cultura de ostras estão iniciando com lanternas berçário, e também utilizam malha de rede. As áreas de cultivo estão localizadas a 250 metros da costa. Das nove áreas registradas apenas seis estão ocupadas, devido à falta de recursos dos associados. A comercialização no varejo é feita no posto de vendas que funciona anexo ao Mercado Municipal, equipado com freezer e balcão. No atacado, é feita diretamente para os restaurantes e peixarias da região. No ano de 2004 a produção foi de cerca de 25 toneladas.



O **Quadro II.5.3.16-42** apresenta o número de pescadores e embarcações, levantados no Município de Anchieta, durante pesquisa de campo realizada em 2005.

QUADRO II.5.3.16-40: NÚMERO DE PESCADORES, EMBARCAÇÕES E ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO PESQUEIRA DE ANCHIETA (ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES		NÚMERO DE EMBARCAÇÕES
	REGISTRADOS	ESTIMADOS	ESTIMADAS
Colônia de Pescadores Z-04 de Anchieta - ES	300	1200	150

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO ECOLOGUS (2005).

O **Quadro II.5.3.16-43** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Anchieta, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-43: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE ANCHIETA (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (M)
Linha de mão	Peroá	7 - 50
	Cação	40 - 80
	Guaibira	40 - 50
	Garoupa	40 - 50
	Polvo	7 - 8
	Badejo	15 - 40
	Cioba	15 - 40
Rede de Arrasto	Camarão Sete Barbas	7 - 30
	Polvo	10 - 30
Balão	Camarão Sete Barbas	7 - 50
Espinhel	Badejo	46
	Garoupa	46
	Dourado	70 - 80
Linha de Mão	Peroá	40
	Badejo	46
	Garoupa	46

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

► Guarapari

A pesca em Guarapari apresenta uma significativa importância no contexto econômico do município, representando junto aos municípios de Vitória e Vila Velha, um dos três principais pontos de desembarque de pescados do Estado do Espírito Santo.



A atividade pesqueira em Guarapari é realizada na faixa costeira com profundidade entre 7 a 200 metros, e é caracterizada pelas modalidades de pesca como o arrasto, espinhel de fundo e de superfície e linha de mão.

A rede de arrasto é empregada em profundidades variando entre 7 e 10 m, e utilizada para a captura de camarão sete-barbas e lagosta (eventualmente).

O espinhel de superfície e de fundo são usados principalmente para a captura do peroá e do cherne, em profundidades variando entre 30 e 80 m.

A linha de mão é empregada para a captura de espécies como o peroá, pargo, cherne e chicharro, em profundidade variando entre 7 e 200 ms.

A área de atuação dos pescadores de Guarapari abrange as áreas da Ponta da Fruta (em Vila Velha) até Ubu– Maimbá, em Anchieta.

A entidade representativa dos pescadores artesanais de Guarapari é a Colônia de Pesca Almirante Noronha Z-03, que possui cerca de 3.000 pescadores associados. A frota pesqueira do município é constituída por aproximadamente 400 barcos de madeira e motor de centro. Desse total, cerca de 120 medem entre 10 e 12 m de comprimento e as 280 restantes, são barcos de menor porte (cerca de 7 m de comprimento).

A conservação do pescado capturado pelas embarcações de maior porte, é feita nos porões dos barcos com a utilização de gelo. As embarcações menores, em sua maioria, utilizam caixas de isopor com gelo para a conservação do pescado. Os pescadores de Guarapari utilizam o Mercado de Peixes como principal ponto de desembarque

A comercialização é feita principalmente para atravessadores, podendo também ser feita diretamente no Mercado de Peixes e para os restaurantes do município.

O **Quadro II.5.3.16-44** apresenta o número de pescadores e embarcações, levantados no Município de Guarapari, durante pesquisa de campo realizada em 2003.

QUADRO II.5.3.16-44: NÚMERO DE PESCADORES E EMBARCAÇÕES ESTIMADAS DA PRODUÇÃO PESQUEIRA DE GUARAPARI (ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES REGISTRADOS	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS
Colônia de Pescadores Z-03 de Guarapari - ES	3000	400

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGUS, 2005).



O **Quadro II.5.3.16-45** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Guarapari, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-45: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE GUARAPARI (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (M)
Linha de mão	Peroá	30-80
	Pargo	70-80
	Chicharro	7 – 10
Linha de mão	Cherne	200
Rede de Arrasto	Lagosta	7 – 10
Espinhel	Peroá	30 – 80

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

Em Guarapari existem projetos de maricultura voltados para o cultivo de moluscos bivalves, desenvolvidos pela Associação de Maricultores de Guarapari – AMAGUARAPARI, nas praias de Cerca e Guaibura. A produção anual de mexilhões nessas duas praias para o ano de 2004 foi de 4.800 a 7.200 kg (sem conchas), demonstrando a importância que a atividade vem tomando na região, principalmente em função do apoio do Sebrae-ES, e do empenho da associação, com a promoção de cursos de capacitação dos produtores locais.

► Vila Velha

A pesca no Município de Vila Velha também possui uma expressiva importância no contexto estadual, sendo a linha de mão, a modalidade de pesca mais empregada pelos pescadores locais. A rede de arrasto de camarão, a rede de espera, puçá e espinhel também são utilizados.

O **espinhel** é utilizado em profundidade variando entre 40 e 600 metros, para a captura principalmente de badejo, cação e dourado.

A **linha de mão** é empregada em profundidade variando de 4 a 150 m, para a captura de peixes como o chicharro, xaréu, garoupa, pescadinha, pescada, peroá, cioba, papa-terra, cação, badejo, dentão, pargo, cavala, atum, cherne, namorado, entre outras.

A **rede de arrasto**, utilizada principalmente para a pesca do camarão sete-barbas, sardinha, pescadinha, manjuba, chicharro, cação e pescada, é empregada em profundidade variando desde 4 até 150 m.

A **rede de emalhar (rede de espera)**, é utilizada para a captura, principalmente de pescada, em profundidade de cerca de 25 m.

O **puçá** é utilizado para a captura do peroá, em profundidade de cerca de 45



m.

A área de atuação dos pescadores de Vila Velha abrange todo o Município de Vila Velha, incluindo as localidades de Prainha da Glória, Ponta da Fruta, Barra do Jucu, Itapoã e Glória, além das regiões de Vitória, Abrolhos, Prado, Porto Seguro, no sul da Bahia.

O principal ponto de desembarque do pescado no Município de Vila Velha está localizado na Prainha. A comercialização feita principalmente para atravessadores, no entanto, alguns pescadores comercializam o pescado por meio da Cooperativa de Pescadores de Vila Velha, localizada na Prainha.

Os pescadores de Vila Velha são representados por três entidades:

- Colônia de Pescadores Z-02, Conselheiro Costa Pereira, de Vila Velha.
- Associação de Pescadores da Praia de Itapoã;
- Cooperativa de Pescadores de Vila Velha.

A Colônia de Pescadores Z-02 possui cerca de 2.500 pescadores associados e uma frota pesqueira constituída por cerca de 1.400 barcos, com casco de madeira e motor de centro, medindo de 12 a 15 metros de comprimento. Cabe mencionar, que este levantamento da frota pesqueira de Vila Velha foi realizado pela Colônia Z-02 e não incluiu os barcos sem motores (aproximadamente 20% da frota pesqueira local). O pescado capturado pelas embarcações de maior porte é conservado resfriado em gelo nos porões desses barcos.

A Associação de Pescadores da Praia de Itapoã possui cerca de 50 pescadores associados, mas seu representante estima que existam outros 50 pescadores não associados, atuando na pesca nesta localidade. O número de barcos nesta região é de 130 barcos, todos de madeira, movidos a remo e medindo entre 4 a 4,5 metros.

A Cooperativa dos Pescadores de Vila Velha possui cerca de 1.000 associados e opera com cerca de 80 embarcações, das quais 50 são ligadas à Colônia Z-02.

O **Quadro II.5.3.16-46** apresenta o número de pescadores e embarcações, levantados no Município de Vila Velha, durante pesquisa de campo realizada em 2005.

QUADRO II.5.3.16-46: NÚMERO DE PESCADORES E EMBARCAÇÕES ESTIMADAS DA PRODUÇÃO PESQUEIRA DE VILA VELHA(ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES REGISTRADOS	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS
Colônia de Pescadores Z-02 de Vila Velha - ES	2500	1400



Associação de Pescadores da Praia de Itapoá	50	130
Cooperativa de Pescadores de Vila Velha	1000	80

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGUS, 2005).

O **Quadro II.5.3.16-47** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no município de Vila Velha, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-47: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE VILA VELHA (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (M)
Linha de mão	Chicharro	4 -6
	Xaréu	70
	Catuá (garoupa)	70
	Pescadinha	4-20
	Peroá	20 - 150
	Pescada	10 -25
	Cioba	20 -150
	Garoupa	20 -150
	Papa Terra (Olho Preto)	40 -50
	Papa Terra (Olho Vermelho)	50
	Cação	40 -150
	Badejo	20 -150
	Dentão	20 -150
	Pargo	60 - 90
	Olho de Boi	60
	Cavala	60
	Atum	150
	Cherne	150
	Namorado	20
	Pirajica	
Rede de Arrasto	Sardinha	4 -6
	Pescadinha	10 -15
	Manjuba	4 -6
	Chicharro	4 – 6
	Cação	40 – 150
	Pescada	25
Rede de Emalhar	Pescada	25
Puçá	Peroá	45
Espinhel	Badejo	600
	Cação	40 - 600
	Dourado	600

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

► Vitória

A atividade pesqueira de Vitória é realizada no trecho que abrange todo o município de Vitória, nas localidades de Praia do Canto, Goiabeiras e Ilhas Caieiras além da região de Abrolhos no sul da Bahia.



As principais modalidades de pesca empregadas pelos pescadores de Vitória são a pesca com linha de mão (que é a principal), o espinhel, rede de arrasto para o camarão e rede de espera.

A linha de mão é empregada em profundidade variando entre 5 e 60 m, para a captura de cioba, peroá, badejo, pargo, papa-terra, olho-de-boi e chicharro.

O espinhel, empregado para a captura principalmente do dourado, é utilizado em profundidade de cerca de 50 m.

A rede de arrasto, é utilizada para a captura do camarão rosa e do camarão sete-barbas, em profundidade entre 5 e 40 m.

A rede de espera é utilizada em profundidade de 5 a 10 m, para a captura de robalo, corvina, pescada, pescadinha e chicharro.

O pescado capturado é comercializado para atravessadores, peixarias e restaurantes de Vitória.

No município de Vitória, existem duas entidades representativas dos pescadores locais, sendo elas:

- Colônia de Pescadores Z-05, Maria Ortiz, de Vitória;
- Associação de Pescadores da Praia do Canto.

A Colônia de Pescadores Z-05, de Vitória, localizada na Enseada do Sauá, possui cerca de 4.800 pescadores associados e segundo o presidente desta entidade, a frota pesqueira é estimada em cerca de 500 a 600 embarcações de pequeno a médio porte (5 a 15 metros de comprimento), com casco de madeira e motor de centro.

O pescado é mantido resfriado em gelo no interior dos porões das embarcações maiores, enquanto que os barcos menores conservam o pescado capturado em caixas de isopor com gelo.

Em Vitória, os principais pontos de desembarque do pescado capturado são no Alvarenga (Praia do Suá) e no canal (Praia do Canto).

A Associação de Pescadores da Praia do Canto é formada por cerca de 70 pescadores profissionais e 30 pescadores esportivos. O número de embarcações no local é de 60 embarcações de madeira com motor de centro, medindo de 5 a 9 m.

O **Quadro II.5.3.16-48** apresenta o número de pescadores e embarcações, levantados no Município de Vitória, durante pesquisa de campo realizada em 2005.



QUADRO II.5.3.16-48: NÚMERO DE PESCADORES E EMBARCAÇÕES ESTIMADAS DA PRODUÇÃO PESQUEIRA DE VITÓRIA(ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES REGISTRADOS	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS
Colônia de Pescadores Z-05 de Vitória - ES	4800	500 a 600
Associação de Pescadores da Praia do Canto	100	60

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGUS, 2005).

O **Quadro II.5.3.16-49** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no município de Vitória, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-49: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE VITÓRIA (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (m)
Linha de mão	Cioba	50 - 60
	Peroá	25 - 60
	Badejo	50 - 60
	Pargo	50 - 60
	Papa Terra	50
	Olho de Boi	50
	Chicharro	5
Balão	Camarão Sete Barbas	5 - 18
Espinhel	Dourado	50
Rede de Arrasto	Camarão Sete Barbas	5 - 40
	Camarão Rosa	5 - 15
Rede de Espera	Robalo	10
	Corvina	10
	Pescada	8 - 10
	Pescadinha	8
	Chicharro	5

FONTE: ECOLOGUS 2005.

► Serra

A atividade pesqueira no Município de Serra se confunde com a de Vitória e a de Aracruz. As principais localidades onde a pesca é desenvolvida são Jacaraípe e Nova Almeida, onde existem duas associações de pescadores. A área de atuação dos pescadores do município abrange as regiões de Baía de Vitória até Barra do Riacho (em Aracruz) incluindo as localidades de Nova Almeida, Jacaraípe, Santa Cruz e Regência. Alguns pescadores se estendem até Conceição da Barra.

As principais modalidades de pesca empregadas pelos pescadores de Serra são a pesca com linha de mão (que é a principal), espinhel, rede de espera,



rede de arrasto e currico.

A linha de mão é empregada em profundidade variando entre 5 e 200 m, para a captura de peroá, peroá preta, peroá branca, pargo, baiacu, pescada, pescadinha, chicharro, realito, cioba, cherne, corvina, garoupa e badejo.

O espinhel, empregado para a captura principalmente do cação, dourado, pargo e peroá, é utilizado em profundidade de cerca de 40 a 150 m.

A rede de arrasto, é utilizada para a captura do camarão branco e do camarão sete-barbas, pescada e pescadinha, em profundidade entre 3 e 30 m.

A rede de espera é utilizada em profundidade de 3 a 5 m, para a captura de pescadinha e lagosta.

O currico é utilizado para a pesca do dourado.

No Município de Serra não existe uma colônia de pescadores, no entanto, existem duas associações representativas dos pescadores locais, sendo elas:

- Associação de Pescadores de Jacaraípe.
- Associação de Pescadores de Nova Almeida - APAN.

A Associação de Pescadores de Jacaraípe possui cerca de 100 pescadores associados e a frota pesqueira é constituída por 30 embarcações com casco de madeira e motor de centro, medindo entre 6 e 11 m de comprimento. A conservação do pescado a bordo é feita em caixas de isopor com gelo. O pescado capturado é comercializado para atravessadores, sendo que eventualmente pode ser comercializado diretamente para restaurantes, hotéis e pousadas da região.

A Associação dos Pescadores de Nova Almeida, localizada próximo a Jacaraípe, possui cerca de 80 pescadores associados e a frota pesqueira é constituída por 40 embarcações com casco de madeira e motor de centro. Destas embarcações, 11 possuem 10 m de comprimento enquanto as 29 restantes possuem entre 6 e 7 m de comprimento. A conservação do pescado a bordo é feita em caixas de isopor com gelo. O pescado capturado é comercializado para atravessadores, sendo que eventualmente pode ser comercializado diretamente para restaurantes, hotéis e pousadas da região.

O **Quadro II.5.3.16-50** apresenta o número de pescadores e embarcações, levantados no Município de Serra, durante pesquisa de campo realizada em 2005.

QUADRO II.5.3.16-50: NÚMERO DE PESCADORES E EMBARCAÇÕES ESTIMADAS



DA PRODUÇÃO PESQUEIRA DE SERRA(ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES REGISTRADOS	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS
Associação de Pescadores de Jacaraípe	100	30
Associação de Pescadores da Praia do Canto	80	40

FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (ECOLOGUS, 2005).

O Quadro **II.5.3.16-51** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Serra, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-51: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE SERRA (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (M)
Linha de mão	Peroá	5-150
	Peroá Preta	25
	Peroá Branca	5 – 10
	Pargo	25 -70
	Baiacu	15 – 20
	Pescada	3 -5
	Pescadinha	3 -5
	Chicharro	4 -50
	Realito	70 -80
	Cioba	23-80
	Cherne	150-200
	Corvina	10
	Garoupa	40
	Badejo	40
Rede de Arrasto	Pescada	3 -5
	Pescadinha	3 -5
	Camarão Sete Barbas	6-30
Rede de Espera	Pescadinha	3 -5
	Lagosta	3 -5
Espinhel	Cação	45-80
	Dourado	40 – 70
	Pargo	60-150
	Peroá	60-150
Currico	Dourado	40 – 50
Balão	Camarão Sete Barbas	5 - 12
	Camarão Branco	12

FONTE: ECOLOGUS 2005.

► **Fundão**

O Município de Fundão possui uma faixa litorânea bastante estreita, resumindo-se à Praia Grande, cuja extensão é de cerca de 5 km. Neste



município não existe pesca marítima e os poucos pescadores locais que eventualmente atuam na pesca estão ligados às colônias ou associações de pescadores dos municípios vizinhos de Serra e Aracruz. Desta forma, no presente estudo não serão detalhadas as atividades pesqueiras deste município, em função da inexpressividade desta atividade para o Município de Fundão.

► Aracruz

A atividade pesqueira no Município de Aracruz é desenvolvida principalmente nas localidades de Santa Cruz, Barra do Sahy e Barra do Riacho. Nesta última localidade existe além da Colônia de Pescadores Z-07 - Manoel Miranda, também a Associação de Pescadores de Barra do Riacho. A área de atuação dos pescadores do município abrange as regiões de Barra do Riacho até Conceição da Barra, outras localidades costeiras de atuação dos pescadores de Aracruz são: Linhares, Fundão, Ibiraçu e Aracruz (Barra do Sahy e Santa Cruz). Alguns pescadores se estendem na costa entre Guarapari, Conceição da Barra, até Mucuri (extremo sul da Bahia).

As principais modalidades de pesca empregadas pelos pescadores de Aracruz são a pesca com linha de mão (que é a principal), espinhel, rede de espera, rede de arrasto de camarão.

A linha de mão é empregada em profundidade variando entre 5 e 130 metros, chicharro, xaréu, olho-de-cão, cação e garoupa.

O espinhel, empregado para a captura principalmente do cação, peroá, dourado, badejo, garoupa, dentão, sarda e atum, é utilizado em profundidade de cerca de 20 a 50 m.

A rede de arrasto, é utilizada para a captura do camarão sete-barbas, pescadinha e cação, em profundidade entre 8 e 40 m.

A rede de espera é utilizada em profundidade de 6 a 50 m, para a captura de pescadinha, corvina, cação, guaibira, sarda e pescada.

No Município de Aracruz não existe uma colônia de pescadores, no entanto, existem duas associações representativas dos pescadores locais, sendo elas:

- Colônia de Pescadores Z-07 - Manoel Miranda;
- Associação de Pescadores de Barra do Riacho.

A Colônia de Pescadores Z-07 de Barra do Riacho possui cerca de 930 pescadores associados e a frota pesqueira é constituída por 80 barcos, todos de madeira, com motor de centro medindo entre 6 a 15 metros de comprimento. A conservação do pescado a bordo das embarcações menores é feita em caixas de isopor com gelo enquanto que no caso das embarcações de



maior porte, o pescado é mantido resfriado em gelo, nos porões desses barcos. O pescado capturado é comercializado para atravessadores, sendo que eventualmente pode ser comercializado diretamente para restaurantes, hotéis e pousadas da região.

A Associação de Pescadores de Barra do Riacho possui cerca de 80 pescadores associados e a frota pesqueira é constituída por 40 embarcações com casco de madeira, motorizadas, das quais oito medindo entre 9 e 13 metros de comprimento e 32 embarcações menores, medindo entre 7 e 8 metros. A conservação do pescado a bordo das embarcações menores é feita em caixas de isopor com gelo enquanto que no caso das embarcações de maior porte, o pescado é mantido resfriado em gelo, nos porões desses barcos. O pescado capturado é comercializado para atravessadores, sendo que eventualmente pode ser comercializado diretamente para restaurantes, hotéis e pousadas da região. As embarcações de pesca artesanal da localidade de Barra do Sahy, são motorizadas, com casco de madeira e medem entre 5 e 6 metros de comprimento. As embarcações de pesca artesanal da localidade de Santa Cruz, são motorizadas, com casco de madeira e medem entre 7 e 11 m de comprimento.

O **Quadro II.5.3.16-52** apresenta o número de pescadores e embarcações, levantados no município de Aracruz, durante pesquisa de campo realizada em 2005.

QUADRO II.5.3.16-52: NÚMERO DE PESCADORES E EMBARCAÇÕES ESTIMADAS DA PRODUÇÃO PESQUEIRA DE ARACRUZ(ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES REGISTRADOS	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS
Colônia de Pescadores Z-07	930	80
Associação de Pescadores de Barra do Riacho	80	40

FONTE: ECOLOGUS, 2005.

O **Quadro II.5.3.16-53** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Serra, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-53: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE ARACRUZ (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (M)
-----------	----------	------------------



Linha de mão de Fundo	Peroá	15 - 50
	Corvina	10 - 50
	Pescada	10 - 40
	Pargo	15 - 60
	Roncador	10 - 35
	Baiacu	10 - 50
	Espada	5 - 40
	Chicharro	15 - 20
	Xaréu	5 - 40
	Olho de Cão	130
	Cação	5 - 45
Linha de mão Superfície	Garoupa	40 - 50
	Espada	12 - 18
	Pargo	12 - 18
	Baiacu	até 50
	Espada	5 - 40
Rede de Arrasto	Xaréu	5 - 40
	Camarão Sete Barbas	8 - 25
	Pescadinha	20 - 30
Rede de Espera	Cação	20
	Corvina	10 - 50
	Cação	20 - 22
	Guaibira	10
	Pescada	10 - 15
	Pescadinha	6 - 20
Rede de Fundo	Sarda	15 - 22
	Corvina	30 - 40
	Chicharro	15
	Enchova	15
	Guaibira	15
Espinhel	Sarda	5 - 45
	Cação	20
	Peroá	48
	Dourado	20 - 50
	Badejo	20
	Garoupa	20
	Dentão	20
	Sarda	20
	Atum	até 50

FONTE: ECOLOGUS 2005.

► Linhares

A atividade pesqueira no município de Linhares é desenvolvida principalmente no trecho que abrange a costa da Reserva de Comboios até Barra Seca, incluindo a Foz do Rio Doce e outras localidades costeiras como: Regência, Povoação, Pontal do Ipiranga e Barra Seca.

As principais modalidades de pesca empregadas pelos pescadores de Aracruz são a pesca com linha de mão (que é a principal), espinhel, rede de espera e rede de arrasto de camarão.

A linha de mão é a principal arte deste município, e é empregada em profundidade variando entre 2 e 80 metros, para a captura de pargo, dourado, garoupa, badejo, peroá, chicharro, xaréu, pescada, bagres, robalo, roncador, cação e corvina.



O **espinhel**, empregado para a captura principalmente do cação, dourado, xaréu e corvina, é utilizado em profundidade de cerca de 5 a 70 m.

A **rede de arrasto**, é utilizada para a captura do camarão sete-barbas, camarão branco, camarão rosa e pescadinha, em profundidade entre 3 e 80 m.

A **rede de espera, também chamada de rede boiada ou rede caída**, é utilizada em profundidade de 2 a 20 m, para a captura de robalo, tainha, carapeba, pescadinha, sardinha, manjuba, corvina, bagre, pescada, guaibira, dorminhoco e xaréu.

No Município de Linhares existem duas entidades representativas dos pescadores locais, sendo elas:

- Colônia de Pescadores Z-06 – Caboclo Bernardo.
- Associação de Pescadores Sabino Bispo de Oliveira.

A Colônia de Pescadores Z-06 de Linhares possui cerca de 800 pescadores associados, incluindo neste total, também os pescadores que atuam na pesca estuarina e de água doce. A frota pesqueira é constituída por 25 barcos, todos de madeira, com motor de centro medindo entre 8 a 12 metros de comprimento. A conservação do pescado a bordo das embarcações menores é feita em caixas de isopor com gelo enquanto que no caso das embarcações de maior porte, o pescado é mantido resfriado em gelo, nos porões desses barcos. O pescado capturado é comercializado para atravessadores.

A Associação de Pescadores Sabino Bispo de Oliveira, possui cerca de 30 pescadores associados e a frota pesqueira é constituída por cerca de 25 embarcações, todas de madeira, motorizadas, medindo entre 7 e 12 metros de comprimento, além de 25 canoas a remo de pequeno porte. A conservação do pescado a bordo das embarcações menores é feita em caixas de isopor com gelo enquanto que no caso das embarcações de maior porte, o pescado é mantido resfriado em gelo, nos porões desses barcos. O pescado capturado é comercializado para atravessadores.

O **Quadro II.5.3.16-54** apresenta o número de pescadores e embarcações, levantados no Município de Linhares, durante pesquisa de campo realizada em 2005.

QUADRO II.5.3.16-54: NÚMERO DE PESCADORES E EMBARCAÇÕES ESTIMADAS DA PRODUÇÃO PESQUEIRA DE LINHARES(ES)

ENTIDADE	NÚMERO DE PESCADORES REGISTRADOS	NÚMERO DE EMBARCAÇÕES ESTIMADAS
Colônia de Pescadores Z-06	800	25
Associação de Pescadores Sabino Bispo de Oliveira	30	50

FONTE: ECOLOGUS, 2005.



O **Quadro II.5.3.16-55** apresenta um resumo das informações sobre a pesca, levantadas no Município de Linhares, durante as pesquisas de campo realizadas em 2005.

QUADRO II.5.3.16-55: RESUMO DOS DADOS SOBRE AS ATIVIDADES DE PESCA DE LINHARES (ES)

PETRECHOS	ESPÉCIES	PROFUNDIDADE (M)
Linha de mão	Pargo	70
	Dourado	70
	Garoupa	40
	Badejo	40
	Peroá	11 - 80
	Chicharro	10 - 50
	Xaréu	15 - 20
	Pescada	8
	Bagre	3
	Robalo	2 - 10
	Roncador	8
	Cação	20
	Corvina	5 - 10
Rede de Espera	Robalo	2 - 10
	Tainha	3 - 5
	Carapeba	3 - 5
	Pescadinha	3 - 10
	Sardinha	3 - 5
	Manjuba	3 - 5
	Corvina	2 - 14
	Bagre	2 - 5
	Pescada	6 - 20
	Guaibira	2 - 14
	Xaréu	15 - 20
Rede Boiada	Dorminhoco	6 - 8
	Xaréu	6 - 8
	Guaibira	6 - 8
Rede de Arrasto	Camarão Sete Barbas	5 - 80
	Camarão Branco	5 - 80
	Camarão Rosa	5 - 80
	Pescadinha	3 - 5
Rede Caída	Sardinha do Mar (Manjuba)	5 - 10
	Pescada	15 - 20
Rede de Fundo	Robalo	5
	Cação	10 - 20
	Corvina	12
	Pescadinha	3 - 14
	Bagre	10 - 16
	Roncador	18
Espinhel	Cação	5 - 10
	Dourado	70
	Xaréu	15 - 20
	Corvina	5 - 10
Balão	Camarão Sete Barbas	3 - 80
	Camarão Branco	5 - 80
	Camarão Rosa	5 - 80
Tarrafa	Tainha	3 - 5
	Carapeba	3 - 5
	Robalo	8

FONTE: ECOLOGUS 2005.



Pesca Desenvolvida por Armadores de Pesca e a Pesca Industrial nos Municípios da Área de Influência

A grande mobilidade das frotas industriais dificulta uma análise precisa da procedência das que, eventualmente, operam na região do Bloco BC-10. Estas frotas podem ser provenientes de inúmeros municípios ou estados.

Assim, para avaliar a possível interferência da atividade de desenvolvimento e exploração do bloco com a pesca industrial na área de influência, considera-se, em linhas gerais, que nesta região atuariam de forma mais freqüente as frotas originárias de áreas próximas e cujas práticas sejam marcadamente voltadas à captura de recursos pesqueiros típicos da região.

Cabe considerar, também, que as frotas provenientes de localidades mais distantes, são atraídas pela piscosidade da região e pescam na área de influência do empreendimento, principalmente as denominadas frotas camaroeiras, de cerco e de linha de mão.

Parte da frota sediada no Município de Itapemirim pertence ou é contratada pela empresa Atum do Brasil atuando preferencialmente na captura de atuns e afins. No entanto essa empresa também absorve a produção de embarcações da pesca artesanal comercial que operam em águas rasas e intermediárias capturando outras espécies de interesse comercial.

Na medida em que a maior parte das localidades não dispõe de registros sobre a área de atuação prioritária de suas frotas, as possíveis áreas de atuação foram inferidas com base no tipo de arte de pesca empregada e nas profundidades de ocorrência das espécies capturadas.

A seguir serão abordados alguns aspectos da pesca industrial bem como da pesca desenvolvida por armadores de pesca dos municípios onde a atuação dessas modalidades ocorre também na Área de Influência do presente estudo.

a) Pesca Desenvolvida por Armadores na Área de Influência:

As atividades de pesca desenvolvidas por armadores de pesca, na Área de Influência do presente estudo, são principalmente realizadas por embarcações provenientes de Rio de Janeiro, Niterói, Cabo Frio e Macaé, no Rio de Janeiro e de Itapemirim, no Espírito Santo.

Os armadores de pesca (proprietários das embarcações) têm papel importante na atividade pesqueira do Estado do Rio de Janeiro. Em geral, as embarcações são de grande porte (variando de 8 a 12 m de comprimento), e as distâncias alcançadas por esses barcos variam entre 48 km da costa (cerca de 3 a 4 dias no mar) até 190 km da costa (15 a 20 dias no mar), alcançando profundidades de até 360 metros.

As principais espécies capturadas pelos pescadores nesse tipo de produção



são anchova, dourado, espada, pargo, cação, garoupa, olho-de-cão, olhete, pitangola, cherne, badejo, namorado, corvina, camarão e atum.

Os períodos de maior produção variam de acordo com as espécies, e a quantidade capturada varia com a distância e o tempo de permanência no mar, podendo chegar a 4 toneladas em aproximadamente 15 dias no mar. As áreas de desembarque podem variar de acordo com os preços de comercialização do produto e a facilidade no transporte aos mercados.

Os dados apresentados a seguir referem-se às informações levantadas sobre as atividades dos armadores de pesca de Cabo Frio e Itapemirim, (associados à APEDI – Associação dos Pescadores do Distrito de Itaipava), levantadas em 2005.

► Cabo Frio (RJ)

Em Cabo Frio, a atividade pesqueira está organizada, de acordo com diferentes modos de produção. Desenvolve-se tanto um tipo de atividade pesqueira de subsistência, com menor escala produtiva, voltada principalmente para a pesca nas lagoas, nos rios e em beira de praias, quanto atividades pesqueiras artesanais voltadas para o mercado, de armadores de pesca e também a pesca industrial, responsáveis pela maior produtividade do município.

A pesca realizada por armadores de pesca do Município de Cabo Frio, é realizada com traineiras equipadas com GPS, rádio e sondas, utilizadas em pescas de longa duração (até 40 dias), voltadas tanto para peixes comerciais como peixes nobres, utilizando diferentes artes de pesca, como linha de mão, espinhel, arrasto e rede de cerco. A conservação do pescado capturado é feita por resfriamento com gelo, no porão das embarcações.

O desembarque de pescado é normalmente realizado, diretamente nos portos das indústrias e frigoríficos de Cabo Frio. Algumas vezes, no entanto, o baixo preço pago pelas indústrias e atravessadores leva os pescadores a enviar o pescado para comercialização na CEASA, mercado atacadista do Rio de Janeiro.

Na pesca de linha de mão e espinhel normalmente são capturados peixes como: pargo, anchova, cherne, olho-de-cão e dourado. Os barcos, com motores de 6 cilindros navegam a uma média de 6 milhas por hora com cinco tripulantes cada, em jornadas de até 12 dias no mar e, para chegar aos pesqueiros, realizam viagens de até 10 horas, a uma distância que vai de 50 a 80 milhas da costa, em águas profundas (ECOLOGUS, 2005).

A descrição dos principais pesqueiros utilizados pelos pescadores, inúmeras vezes, está relacionada com a localização das plataformas de petróleo na Bacia de Campos. É comum os pescadores usarem as plataformas de petróleo para orientação ou mesmo utilizá-las propriamente como



pesqueiros, uma vez que concentram inúmeras espécies de peixes.

Esses pesqueiros apresentam profundidades de até 200 m, ideal para a pesca de dourado. Os pesqueiros de cherne apresentam profundidades de 150-160 m. Algumas embarcações costumam pescar preferencialmente nas áreas da Bacia de Campos próximas às plataformas P-18, P-19, P-20, P-7 e P-8 e do campo de produção Espadarte da Petrobrás (ECOLOGUS, 2005).

Em Cabo Frio, ficam atracadas embarcações oriundas do Estado do Espírito Santo, de localidades como Itaipava, por exemplo. Esses barcos costumam navegar nas áreas próximas das plataformas de petróleo da Bacia de Campos, alcançando pesqueiros ainda mais distantes. As atividades de pesca, o desembarque e comercialização do peixe dessas embarcações estão baseados em Cabo Frio, pois, além de estar mais próximo das áreas de pesca, Cabo Frio possui a infra-estrutura necessária para a realização dessa atividade, além de maior possibilidade de comercialização, em virtude da maior concentração de compradores, atravessadores, indústrias e frigoríficos.

De acordo com informações levantadas com representantes de empresas de pesca de Cabo Frio, existem cerca de 50 embarcações capixabas atuando na região.

As espécies principalmente capturadas com a pesca de linha de mão e espinhel são: atum, cavala (para exportação), cação, entre outras. A isca utilizada na pesca é a sardinha viva.

Em Cabo Frio existem algumas processadoras de pescado que agregam valor ao pescado que é capturado e desembarcado nas indústrias locais.

► Itapemirim (ES)

Itaipava, distrito localizado em Itapemirim, no Espírito Santo, é um dos maiores pólos pesqueiros do País, sendo hoje o maior produtor de atum e dourado do Brasil. Esta localidade possui duas fábricas de gelo e duas indústrias de beneficiamento do pescado (Italfish e Atum do Brasil). Itaipava possui cerca de 2.500 pescadores (1.980 embarcados e 520 sem documentos) e 350 barcos entre 13 e 15 metros.

Aproximadamente 40% destes pescadores são mestres e donos de embarcações, e os demais fazem parte da tripulação flutuante. Alguns estão ligados à empresa Atum do Brasil.

A pesca mais representativa na região é a de linha de mão e espinhel de fundo em grandes profundidades (chegando até 1000 m), em distâncias de mais de 100 km da costa, de norte a sul do Brasil (a rota mais comum é a de Santos a Trindade). Esta pesca é voltada principalmente para a captura do atum (albacora) e do dourado. Outros peixes como espadarte (meca),



cherne, batata, namorado, garoupa, badejo, pargo, cavala e peroá, também são capturados na área de atuação. Nestes barcos geralmente trabalham de 7 a 10 pescadores, que ficam de 10 a 15 dias no mar, dependendo das condições de pesca. O pescado capturado é conservado em gelo, nas urnas dessas embarcações.

Informações levantadas junto a Associação dos Pescadores do Distrito de Itaipava – Apedi (**Foto 38**), que reúne principalmente armadores e mestres de pesca, apontam a existência no Distrito de Itaipava, de 780 pescadores filiados à associação, embora sejam estimados aproximadamente 1.100 pescadores atuando no município. A associação possui sede própria com boas instalações, habilitada para prestar assistência médica, odontológica, jurídica e orientação no que se refere aos direitos sociais dos associados.

Com relação à frota pesqueira, o presidente da associação estima a existência de cerca de 180 embarcações das quais 120 registradas.



Foto 38: SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DO DISTRITO DE ITAIPAVA - APEDI, EM ITAIPAVA, ITAPEMIRIM (ES).
FONTE: LEVANTAMENTOS DE CAMPO (2005).

b) Pesca Industrial na Área de Influência:

O elevado grau tecnológico e a grande autonomia das embarcações utilizadas na pesca industrial, permitem grandes deslocamentos para as atividades de pesca, não restringindo a atuação em áreas próximas de onde essas frotas estão estabelecidas. Dessa forma, devido a grande mobilidade das embarcações de pesca industrial, não é possível determinar a frequência com que essa frota atua na AID do Bloco BC-10.

A pesca industrial é desenvolvida principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, principalmente na plataforma continental, em profundidades de cerca de 150 metros, e também nos taludes continentais. Este fato ocorre não somente



em função da maior proximidade da costa, mas, principalmente, devido a maior disponibilidade de recursos pesqueiros, decorrente da maior produtividade das áreas costeiras.

A pesca industrial nos Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é mais expressiva que nos demais estados, e apresenta os maiores índices de produção (**Quadro II.5.3.16-56**).

QUADRO II.5.3.16-56: TOTAL DAS CAPTURAS ESTUARINAS E MARINHAS NO BRASIL, NO ANO DE 2000

ESTADO	ARTESANAL	INDUSTRIAL	TOTAL
Amapá	3628	–	3628
Pará	63813	37705,5	101518,5
Maranhão	40131,5		40131,5
Ceará	11546	2665,5	14211,5
Piauí	1940,5	–	1940,5
Rio Grande do Norte	8305,5	3333,5	11639
Paraíba	2621,5	10168	12789,5
Pernambuco	5383	56	5439
Alagoas	7712,5	–	7712,5
Sergipe	3881,5	–	3881,5
Bahia	38688	460,5	39148,5
Espírito Santo	8063	5160	13223
Rio de Janeiro	12899,5	47982	60881,5
São Paulo	3339,5	24553	27892,5
Paraná	1514,5	–	1514,5
Santa Catarina	6967	71042	78009
Rio Grande do Sul	10296,5	33830	44126,5
Total	230731	236956	467687

FONTE: IBAMA.

No entanto, com a redução dos estoques pesqueiros naturais, a pesca industrial vem apresentando evidentes tendências de redirecionamento das frotas para áreas mais distantes da plataforma e do talude continental. Embora os índices de produtividade biológica nestas áreas mais profundas sejam geralmente menores, pode-se observar uma exploração cada vez maior dos recursos pesqueiros nesta região, os quais, exatamente pela menor abundância total, alcançam elevados valores de mercado, compensando a menor biomassa total capturada.

A frota considerada industrial, opera com tripulação média de 10 pescadores por embarcação e emprega em torno de 30 mil pescadores em todo o Brasil. O parque industrial, é composto por cerca de 300 empresas relacionadas à



captura e ao processamento (SEAP/PR), sendo que nas regiões Sudeste e Sul, as indústrias apresentam uma infra-estrutura direcionada para a produção de conservas de sardinha e bonito, dentre outros, e produtos resfriados/congelados, voltados, em sua maior parte, para o mercado interno. Apesar de atualmente operar com elevado nível de ociosidade, esse parque industrial possui uma estrutura de beneficiamento relativamente nova (cerca de 20 anos de operação), e nível tecnológico comparável aos melhores do mundo.

A frota pesqueira industrial é composta de subfrotas especializadas na exploração de determinados grupos de recursos pesqueiros formados por uma ou mais espécies afins. A atuação dessa frota se dá tanto sobre os recursos costeiros (camarões, lagostas, sardinha, etc.), como também sobre os recursos considerados oceânicos, tais como os atuns e afins (bonito, albacora, espadarte, dourado, cavala, serra, etc.), o peixe sapo, entre outras. A divisão da frota industrial ou empresarial, por modalidade/petrechos e espécies a serem capturadas, é apresentada no **Quadro II.5.3.16-57**.

QUADRO II.5.3.16-57: FROTA NACIONAL INDUSTRIAL (POR MODALIDADE/ESPÉCIE).

MODALIDADE	ESPÉCIE ALVO
Pesca de Arrasto (arrasteiros)	Peixes diversos e camarões
Pesca com Linha de mão (linheiros)	Peixes diversos (pargo, atuns e afins, etc.)
Pesca com Linha de mão/Vara/Isca Viva	Atuns (bonito listrado)
Pesca de Emalhar	Peixes diversos e lagosta
Pesca de Cerco (cerqueiros)	Peixes diversos (sardinha, corvina, etc.)
Pesca com Armadilha (covos)	Peixes diversos (pargo, etc.), lagostas e caranguejos de profundidade

FONTE: <http://www.presidencia republica.gov.br/seap/>

A frota estrangeira arrendada apresenta características distintas da frota nacional, e varia conforme a modalidade de pesca e a espécie alvo. No geral, as embarcações apresentam-se com melhor nível tecnológico que a frota brasileira, seja em termos de tecnologia de captura ou de armazenamento na embarcação. Vale registrar, que a frota estrangeira arrendada, nas últimas décadas direcionada prioritariamente para a captura de atuns e afins, passou a operar, também, sobre outros recursos pesqueiros considerados como emergentes, tais como o peixe sapo, a abrótea, merluza, caranguejos de profundidade, entre outras. Desta forma, enquanto até o final da década de 90 os atuns e afins poderiam ser considerados os recursos de maior importância na área de estudos, devido à crescente migração das frotas de pesca demersal para os setores mais externos da ZEE, numerosos recursos de fundo vêm sobressaindo nas estatísticas de desembarques da região.

Destacam-se o peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*), merluza (*Merluccius hubbsi*), lula (*Illex argentinus*), peixe-galo (*Zenopsis conchifer*), congro-rosa (*Genypterus brasiliensis*) e araias da família Rajidae, as quais têm sido alvo de capturas pelas frotas nacionais de arrasto duplo e arrasto simples, e pelas frotas estrangeiras arrendadas de arrasto simples e emalhe de fundo (PEREZ et al., 2001a; PEREZ, 2002).



As principais frotas que operam a partir do litoral considerado no presente estudo são: barcos espinheiros e de isca viva que operam sobre atuns e afins; barcos de espinhel de fundo operando sobre peixes demersais; embarcações de arrasto simples e duplo e também de emalhe de fundo, de covos, que exploram várias espécies demersais e a frota camaroneira.

A pesca industrial de atuns e afins é realizada por duas modalidades de pesca: pesca com espinhel e a pesca com linha de mão e isca viva, ambas executadas no talude continental, em profundidades superiores a 200 metros (IBAMA, 1996). Vale mencionar que atualmente a frota espinheira passou a operar em outras áreas da ZEE brasileira (por exemplo, no Nordeste) e em águas internacionais.

O uso do espinhel para a captura de atuns e afins se deu, inicialmente, com as embarcações nacionais, sendo que a partir de 1977 empresas brasileiras passaram a utilizar também, embarcações estrangeiras arrendadas (IBAMA, 1996) para esta modalidade de pesca. A frota nacional destinada a esta modalidade encontra-se sediada principalmente em Santos (SP), e é composta por cerca de 10 embarcações de médio porte, com 30 metros de comprimento, geralmente com casco de madeira.

A frota arrendada para esta finalidade é proveniente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, constando de cerca de 30 barcos, com comprimento próximo de 50 metros, com casco de aço e o congelamento do pescado é realizado a bordo (IBAMA, 1996). As embarcações nacionais permanecem no mar por períodos de no máximo 20 dias, enquanto que os barcos arrendados, mais bem equipados, possuem autonomia para passar de 3 a 4 meses no mar, operando em qualquer ponto da costa brasileira (IBAMA, 1996).

A tecnologia de pesca empregada varia conforme as espécies visadas. A frota arrendada, que direciona a sua atividade para a captura de albacora-bandalim (*Thunnus obesus*), visa capturar grandes quantidades desta espécie em profundidades de cerca de 60 metros. Já a frota nacional, direcionada para a pesca do espadarte (*Xiphias gladius*), utiliza espinhel de linha de nylon monofilamento, atingindo águas mais próximas à superfície (30 metros - IBAMA, 1996).

A produção da frota arrendada em 1994 foi de 3.600 toneladas, sendo a albacora-bandalim, a albacora-lage (*Thunnus albacares*) e a albacora-branca (*Thunnus alalunga*) as principais espécies capturadas. Esta produção destina-se, quase que em sua totalidade, à exportação. A produção da frota nacional que se destina ao mercado interno, foi no ano de 1994, de 3.157 toneladas, sendo o espadarte e cações as principais espécies capturadas.

A pesca de atuns e afins com vara e isca viva, foi iniciada em 1979 no Rio de Janeiro e, a partir de 1981, em Santa Catarina, sendo praticada, quase que na



sua totalidade, por embarcações nacionais (IBAMA, 1996). Nesta modalidade os cardumes são atraídos para perto da embarcação, jogando-se as iscas vivas na água. A captura é realizada lançando e recolhendo caniços com anzóis sem farpas e sem iscas, podendo fisgar o peixe em qualquer parte do corpo.

Os barcos utilizados possuem tanques e grandes bombas d'água, para a constante renovação da água, onde as iscas vivas são armazenadas (normalmente sardinhas e manjubas). A conservação do pescado a bordo, na maioria das embarcações é feita com gelo, sendo que um pequeno número utiliza salmoura resfriada (IBAMA, 1996). A frota está sediada no Rio de Janeiro e em Santa Catarina possuindo cerca de 50 embarcações com 18 a 38 metros de comprimento. As embarcações permanecem no mar por períodos de no até 20 dias. O bonito-listrado (*Katsuwonus pelamis*), é a principal espécie capturada, chegando a representar, entre 85 e 90% do pescado capturado.

A produção da frota em 1994 foi de 20.555 toneladas de bonito-listrado e de 16.007 toneladas de outros atuns, principalmente a albacora-lage. A maior parte da produção é destinada à fabricação de conservas sendo uma pequena parcela destinada ao mercado interno, na forma fresca/resfriada ou é exportada na forma de pescado congelado e inteiro (IBAMA, 1996).

No **Quadro II.5.3.16-58** são apresentados os desembarques de atuns e afins provenientes das duas modalidades de pesca, realizadas pelas frotas nacional e arrendada, valendo ressaltar que estes dados se referem ao desembarque total de atuns e afins, em 1994, espécies que podem ser capturadas na área de influência do empreendimento.

QUADRO II.5.3.16-58: DESEMBARQUE PESQUEIRO DE ATUNS E AFINS, NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, PARANÁ E SANTA CATARINA (1994)

FROTA	ESPINHEL (T)	VARA E ISCA VIVA (T)	TOTAL (T)
Nacional	3.157	36.562	39.719
Arrendada	3.600	-	3.600
Total (t)	6.757	36.562	43.319

FONTE: IBAMA, 1996

Deve-se ressaltar, também, que as características das embarcações utilizadas nas duas modalidades da pesca de atuns e afins (espinhel e isca viva) permitem viagens longas, muitas vezes para outros trechos do litoral brasileiro. Desta forma, não é possível afirmar o número exato de barcos que poderá estar operando na área de influência do presente estudo durante o período do empreendimento.

As principais frotas direcionadas para a captura de peixes demersais atuantes na região, são a frota de arrasteiros duplos e a frota arrendada de emalhe de fundo. A frota de arrasto duplo opera simultaneamente duas redes de portas, idênticas, uma de cada lado da embarcação. Este tipo de pesca emprega redes



para camarão (com malha pequena) ou redes para peixes demersais (com malhas maiores). A maior parte da frota opera em regime de 24 horas, realizando de quatro a seis arrastos/dia, cada arrasto com duração média de 4 horas. O período de permanência no mar varia de 11 a 18 dias. O pescado é mantido resfriado com gelo, no porão das embarcações, cuja capacidade, normalmente, é de cerca de 30 a 40 toneladas.

Alguns poucos barcos, baseados em São Paulo, são frigoríficos e o pescado é mantido congelado no porão. Essas embarcações possuem maior autonomia, permanecendo no mar por períodos de 40 - 45 dias. Nas Regiões Sul e Sudeste, existem cerca de 500 arrasteiros duplos em operação. Entre janeiro e dezembro de 2001, observou-se uma expressiva expansão da atividade de pesca de arrasto para áreas profundas (IBAMA, 2001; PEREZ, 2002).

A frota de emalhe de fundo e de covos (armadilhas), é constituída por 10 barcos arrendados, com tamanhos variáveis. Cada embarcação opera com quatro "aparelhos" de pesca, constituídos por uma série de panos de rede emendados. Cada petrecho de pesca fica submerso por períodos variáveis, mas em média de 48 a 72 horas. O barco deixa um ou dois petrechos por dia, colocados muitas vezes em região próxima uns dos outros.

Em todas essas embarcações o peixe vai para o porão onde é eviscerado, embalado, lacrado e congelado em câmaras frigoríficas. No cais, tudo é colocado rapidamente em containeres e enviados para a Europa. A duração média das pescarias é de 45 a 60 dias. Em 2001, uma frota de nove embarcações estrangeiras de pesca de emalhe arrendadas a empresas brasileiras, foi autorizada pelo antigo DPA/MAPA a operar em toda a Região Sudeste e Sul do Brasil a partir de 100 metros de profundidade, visando especificamente a captura do peixe-sapo (PEREZ et al., 2001a; WAHRLICH, 2002).

Deve-se destacar que, embora esta frota esteja licenciada para operar também entre as isóbatas de 100 e 200 metros a ocorrência reduzida de lances nessa faixa é resultante justamente da maior ocupação da mesma pela frota arrasteira que, em maior número, impossibilita o domínio da região pelas embarcações arrendadas de emalhe (PEREZ, 2002). A frota que opera com covos, opera sobre o estoque de caranguejo de profundidade (*Chaceon ramosae*). Esta pescaria ocorre em profundidades superiores a 500 metros.

No Rio de Janeiro a participação da pesca industrial na produção marítima e de estuário foi, em 2003, de 71,0%, enquanto a artesanal ficou em torno de 29% (IBAMA, 2004). A espécie mais capturada neste período foi a sardinha bocatorta, que apresentou um total capturado de aproximadamente 4.830 toneladas, seguida do bonito listrado com cerca de 4.765 toneladas.

Estes dados demonstram a intensa atividade das embarcações dedicadas à pesca de espécies de interesse das indústrias de conserva do Estado. Estas embarcações, no entanto, não atuam preferencialmente dentro da área de



influência, pois as capturas de sardinhas ocorrem preferencialmente na região de Cabo Frio em direção ao sul, porém o bonito listrado é uma espécie que pode ocorrer em áreas mais distantes da costa ao longo da isóbata de 100 m.

A produção desembarcada referente à pesca industrial em toda a costa do Estado do Rio de Janeiro, para o ano de 2003, foi de 37.011 toneladas, demonstrando a relevância das capturas deste setor. Segundo dados da Estatística Pesqueira do IBAMA/ES, o Estado do Espírito Santo não apresentou desembarques para a pesca industrial em sua costa no ano de 2003, exceto a Empresa Atum do Brasil.

Informações levantadas junto a esta empresa, indicam que para o período de março de 2003 a fevereiro de 2004, a produção de pescado da empresa foi de cerca de 408,3 toneladas, sendo as espécies mais capturadas neste período, o ariacó, atum, batata, badejo, catuá, cavala, cioba, dourado, espada, espadarte, garoupa, mulata, pargo, peixe-sapo e vermelho.

A **Figura II.5.3-3** apresenta uma esquematização das principais áreas de atuação da frota pesqueira industrial que opera na costa do Estado do Rio de Janeiro.

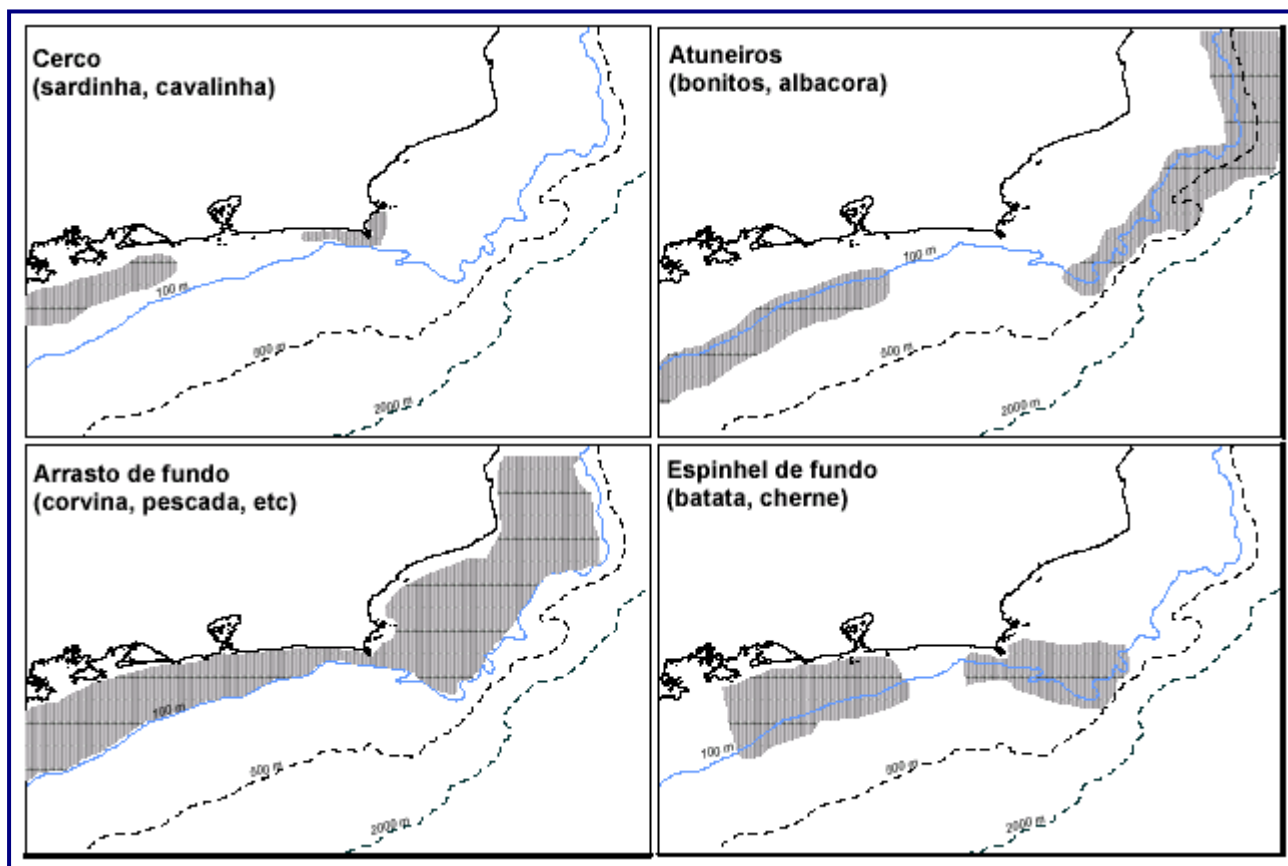


FIGURA II.5.3-3: DISTRIBUIÇÃO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE PESCA DA FROTA INDUSTRIAL QUE OPERA NO LITORAL FLUMINENSE
FONTE: FEMAR, 2001



Atividades de Pesca na Área do Bloco BC-10

Na área do Bloco BC-10, localizado em profundidade média de 1800 m, e a cerca de 120 km da costa de Vitória (ES), a atividade pesqueira é realizada exclusivamente com a utilização de linha de mão e espinhel e está voltada principalmente para a captura industrial de grandes peixes pelágicos como o atum, bonito, albacora, dourado e afins.

Nesta atividade estão envolvidos diretamente os pescadores de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy, no Espírito Santo, embora outras embarcações de diferentes origens (Niterói, Cabo Frio, Macaé, Vitória, Santos e Itajaí), também possam, eventualmente, utilizar a área do Bloco para a pesca.

As informações sobre as áreas de pesca e das artes utilizadas na área de influência do empreendimento são mostradas nos **Mapas II.5.3-2 e II.5.3-3**, respectivamente.

II.5.3.17 Identificação e Caracterização de Etnias Indígenas e Populações Extrativistas

Uma vez que as atividades de desenvolvimento e produção do Bloco BC-10 não envolvem a instalação de dutos de escoamento para terra, não haverá impactos sobre as populações “tradicionais” que vivem no interior dos municípios da Área de Influência.

Considerando a distância do Bloco a única população extrativista passível de sofrer impactos é a dos pescadores marítimos, que por sua vez está identificada e caracterizada no Item **II.5.3.16 – Caracterização da Atividade Pesqueira**.

Porém, considerando o conjunto de possíveis trajetórias de deriva de óleo acidentalmente vazado na região do bloco, poderiam vir a sofrer interferências populações tradicionais residentes em áreas costeiras ou próximas destas que estabeleçam relações de vizinhança e de trocas comerciais.

Além dos pescadores artesanais costeiros caracterizados no item supracitado foram identificadas três terras indígenas tupiniquim situadas na região costeira do município de Aracruz, como mostra a **Figura II.5.3-4: Terra Indígena Comboios, Terra Indígena Pau Brasil e Terra Indígena Caieiras Velha**.



FIGURA II.5.3-4: TERRAS INDÍGENAS SITUADAS NA REGIÃO COSTEIRA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ

FONTE: DIREC/SNUC – MAPA REGIONAL DO PARQUE NACIONAL MARINHO DE ABROLHOS - 2000

Breve Caracterização das Terras Indígenas Tupiniquim

Os Tupiniquins ocupavam extensa área no litoral brasileiro. No século XVI, a faixa de terra ocupada era compreendida entre Camumu, na Bahia e o rio São Mateus (ou Cricaré), na Província do Espírito Santo, além da região do rio Piraquê-Açu. Os índios que aí habitavam deram origem às vilas de Nova Almeida e de Santa Cruz. Desde então, os Tupiniquins vivenciam conflitos de terras.

No Município de Aracruz existiam as localidades de Caieiras Velhas, Pau-Brasil, Comboios, Irajá, Amarelo, Olho d'Água, Guaxindiba, Porto da Lancha, Cantagalo, Araribá, Braço Pequeno, Batinga, Santa Joana e Córrego do Morcego. Tais localidades encontravam-se dispersas na mata virgem, antes da exploração das madeiras e dessas restaram apenas as três primeiras.

Recentemente, os conflitos por território desencadearam uma série de processos na justiça. Em 1993, os Tupiniquins reivindicaram à FUNAI a unificação das três TIs. Foi então criado um Grupo de Trabalho (Portaria 0783/94, de 30/08/94) para analisar o pedido. Em 1998, o Ministro da Justiça publicou o despacho nº 04, divergindo do GT, determinando a ampliação das três terras.

Em contrapartida, as comunidades de Caieiras Velhas e Pau Brasil demarcaram por conta própria suas terras, de acordo com o proposto pelo Grupo de Trabalho, além de iniciar uma luta pela reparação dos danos causados aos rios e matas e contra a monocultura do eucalipto. Após diversos conflitos, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - entre as comunidades indígenas, a FUNAI, a Aracruz Celulose e o Ministério Público Federal. De acordo com o TAC, a Aracruz



Celulose comprometeu-se em repassar verbas para os índios das Terras Indígenas de Caieiras Velhas e Pau Brasil.

Terra Indígena Caieiras Velhas

A Terra Indígena Caieiras Velhas é localizada às margens do rio Piraquê-Açu. Pela Portaria ministerial nº 193, de 6 de março de 1998, possui aproximadamente 2.804 ha e perímetro de 34 km. Apresenta grande concentração de famílias e possui uma creche e uma escola primária da prefeitura de Aracruz em convênio com a FUNAI.

Os habitantes dessa TI utilizam a pesca e a coleta nos manguezais como meio de subsistência. A pesca pode ser de linha ou em forma de armadilhas artesanais, como o quitambu (cercado de espinhos) e o jequiá. Coletam sururu, caranguejos, mariscos e ostras, da qual processavam e fabricavam cal, comercializada em Santa Cruz. Há estabelecimento de roçados coletivos de milho e feijão também comercializados em Santa Cruz juntamente com artesanatos.

A TI possui metade de suas terras tomadas por capoeiras. Já a outra metade é dividida entre a mata atlântica, o roçado, além do mangue do rio Piraquê-Açu.

Caieiras Velhas possui a tradicional festa religiosa Dança do Tambor. As comemorações duram de dois a três dias: os índios retiram o mastro da floresta, e o Capitão do Tambor (responsável pela reprodução das tradições culturais na aldeia) conduz a banda, convocando a tribo a participar das comemorações.

Terra Indígena Pau-Brasil

Pela Portaria ministerial nº 195, de 6 de março de 1998, a TI Pau-Brasil, localizada no estuário do rio Piraquê-Açu, possui aproximadamente 1.498 ha e perímetro de 20 km. Um dos seus limites é o córrego Sahy.

A terra indígena Pau Brasil conta com uma escola primária e uma creche do convênio entre a FUNAI e a prefeitura de Aracruz. Sua economia é baseada na venda de artesanatos e coleta nos manguezais.

A Companhia de Ferro e Aço de Vitória S.A. (COFAVI) realizou o desmatamento das terras indígenas da região, mas foi a aldeia Pau Brasil a mais prejudicada. As matas se transformaram em pasto, extinguindo a economia de coleta dos índios. Cerca de 70% da área é ocupada por capoeiras e macegas e 20% é destinada à agricultura.

Terra Indígena Comboios

Pela Portaria ministerial nº 194, de 6 de março de 1998, a TI Comboios, localizada às margens do rio de mesmo nome, possui aproximadamente 2.759 ha e perímetro de 45 km.



A comunidade de Comboios conta com uma escola primária e uma creche do convênio entre a FUNAI e a prefeitura de Aracruz.

Comboios é a terra indígena que mais sofre com a degradação ambiental, com acentuados problemas sócio-econômicos. Possui solo arenoso, ácido e de baixa fertilidade. Cada família Tupiniquim possui o usufruto da área adjacente à sua casa. Sua economia é baseada na agricultura, principalmente da mandioca. No entanto, devido à baixa fertilidade do solo, a produtividade é insatisfatória. Cerca de 50% da área é ocupada pela capoeira e 40%, por mata de restinga.

Destaque também para os conflitos de terra, com a presença de posseiros e grileiros de terras nas áreas da TI Comboios.

II.5.3.18 Identificação e Caracterização de Tombamentos

Uma vez que as atividades de desenvolvimento e produção do Bloco BC-10 não envolvem a instalação de dutos de escoamento para terra, não haverá impactos diretos da atividade em áreas terrestres e, portanto, a intervenção sobre tais sítios não ocorrerá. Sendo assim, tal identificação e tal caracterização não serão realizadas.